



Ilustrada C1

Segunda temporada de 'Justiça' migra do Recife para o DF e renova personagens

Turismo C8

Nova seção dá dicas de como conhecer o que Salvador tem de melhor em três dias

Tec p.14

Google anuncia ferramentas com IA para resumir reunião e melhorar emails



Murilo Benício na nova temporada de 'Justiça', do Globoplay Bruno Stuckert/Divulgação

PCC ajudou viações a vencer licitação, afirma Promotoria

Segundo apuração, capital das empresas saltou com injeção de dinheiro da facção

As empresas de ônibus de São Paulo suspeitas de ligação com o PCC (Primeiro Comando da Capital) usaram dinheiro da facção criminosa para vencer licitações, afirma o Ministério Público. A Transwolff e a UPBus foram alvo de operação em que 26 pessoas foram denunciadas e quatro, presas.

Segundo a Promotoria, o capital social da Transwolff saltou de R\$ 1 milhão para R\$ 55 milhões em 2015, quando a empresa participou de licitação que pedia comprovação de ao menos R\$ 25 milhões. Os valores foram obtidos por meio de depósitos em dinheiro fracionados e sem origem, diz a apuração.

A empresa MJS Participações Ltda. foi usada, ainda segundo as investigações, para ocultar a injeção de recursos. Após o aporte milionário, a Transwolff incluiu 397 pessoas como cooperados. Algumas, segundo os promotores, foram indicadas pelo PCC e passaram a receber repasses da viação.

Também em 2015, a UPBus registrou aumento de capital de R\$ 1 milhão para R\$ 20,4 milhões e se habilitou a participar de concorrência para transporte na zona leste, em que a exigência era de ao menos R\$ 19 milhões. As duas companhias venceram as disputas. Ambas não se pronunciaram. Cotidiano B1



Pedro Ladeira/Folhapress

CÂMARA DECIDE MANTER PRESO DEPUTADO SUSPEITO DE MANDAR MATAR MARIELLE

Parlamentares de esquerda após aprovação, por 277 a 129, da manutenção da prisão de Chiquinho Brazão (sem partido), em vitória de governo e STF Política A4

Drauzio Varella

As drogas para emagrecimento

Emagrecer à custa de drogas que reduzem o apetite, sem abandonar a vida sedentária, com liberdade para comer o que gosta, é sonho dos que lutam contra a balança. Sonhar é bom, mas não hipertrofia músculo nem derrete gordura. Ilustrada C3

EDITORIAIS A2

PL das Fake News morre por pretensão censória Sobre derrocada de projeto para regular a internet.

Longe do fim da linha Acerca de suspeitas contra empresas de ônibus em SP.



Divulgação

SERTÃO TEM VESTÍGIOS INÉDITOS

Arte rupestre em sítio para Paraíba próxima a pegadas de dinossauro, característica única no mundo; descoberta indica que povos originários valorizavam fósseis pré-históricos Ciência B7

Bolsonaristas em missão na Europa focam caso Musk

Deputados federais usam o embate entre Elon Musk e o ministro Alexandre de Moraes para tentar emplacar denúncia no exterior sobre suposta perseguição. Ontem, o presidente Lula disse que o bilionário nunca produziu "um pé de capim no Brasil". Política A6

Biocombustíveis aproximam agro e governo federal

Eventos sobre a pauta dos combustíveis de base orgânica têm trazido trocas de afagos entre representantes do governo federal e do agronegócio. O tema é de interesse da agenda verde da gestão Lula, de Arthur Lira (PP-AL) e dos produtores rurais. Mercado p. 9

Milei apresenta nova versão desidratada da Lei Ônibus

Após negociação, pacote de desregulamentação da economia, privatizações e concentração de poderes nas mãos do presidente tem 279 artigos, ante 660 originais. Mundo A12

Secretária da área da dengue saiu de férias em meio a crise

Saúde B5

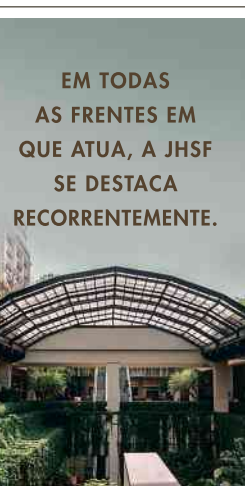
Arrecadação freia e reforça superávit zero em 2025

Economistas avaliam que a desaceleração na arrecadação e a manobra do governo para mudar o arcabouço fiscal, antecipando R\$ 15 bilhões, reforçam o cenário de meta fiscal zero em 2025. A prévia de março indica alta de 9,84% na receita de tributos, ante 18% em fevereiro. Para os especialistas, dados apontam uma revisão para zero do alvo de superávit de 0,5% do PIB em 2025. Mercado p.1

Inflação acelera e adia ciclo de corte de juros nos EUA

Pelo segundo mês seguido, a inflação acelerou nos EUA, encerrando março com 3,5% de alta e reduzindo ainda mais expectativas sobre o início do ciclo de corte de juros no país. Em resposta, o dólar saltou 1,43% e fechou o dia cotado a R\$ 5,077. Mercado p. 4

Índice brasileiro fica abaixo das projeções e sobe 0,16% em março p.2



JHSF
SURPREENDENTE
VEJA NA PÁG. 3 DO
CADERNO MERCADO.

PL das Fake News morre por pretensão censória

Projeto ficou inviabilizado, felizmente, devido ao intento de determinar o que é verdade nas redes sociais, em ameaça à liberdade de expressão

A despeito do apoio e das pressões de governo, chefes do Legislativo e ministros do Supremo Tribunal Federal, o projeto de lei que pretende endurecer a regulação da internet —conhecido como PL das Fake News— estava empacado na Câmara dos Deputados e não reunia chances de avançar.

Os defensores do texto tentaram uma última cartada com o entreviro entre o ministro Alexandre de Moraes, do STF, e o empresário Elon Musk, do X —estaria demonstrada aí, argumentaram, a necessidade de mudar a legislação.

Entretanto o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), preferiu aproveitar o episódio para enterrar a proposta e anunciar um grupo de trabalho para rediscutir o tema. A decisão suscitou resmungos previsíveis, mas o fato é que não havia muito mais a ser feito. Por bons motivos, inexistia consenso em torno da regulação.

O principal deles se revela no nome pelo qual ficou conhecido o projeto. Seus apoiadores declaram o intento de coibir a proliferação de informações falsas —e também as manifestações que supostamente ameaçam a democracia— na internet. Tal propósito, embalado em discursos hiperbólicos, mal se distingue de um ímpeto censório.

Alexandre de Moraes é o mais vocal dos apologistas da regulação das redes sociais. Há poucos dias, disse que elas não podem ser usa-

das para uma “lavagem cerebral do mal”. Como magistrado, tem cometido não poucos abusos ao retirar contas de usuários do ar.

Aperfeiçoamentos da legislação de fato são necessários, e em prazo não muito extenso. É preciso que se determine melhor quais são as responsabilidades das chamadas big techs. Cumpre ainda lidar com seu excessivo poder de mercado.

Não se pode fazê-lo, no entanto, com restrições à liberdade de expressão, um pilar da democracia. Seria absurdo, por exemplo, incumbir algum órgão ligado ao Executivo de determinar quais são os discursos válidos e quais não são.

Se alguém usa a palavra para cometer crimes, isso só pode ser estabelecido a posteriori pelo Judiciário, no âmbito do devido processo legal, com direito a contraditório e possibilidade de recurso.

Em tempos de polarização, esse é um território que se presta a mitificações. O Supremo tomou nos últimos anos decisões marcadas pela heterodoxia —e já passa da hora de voltar à normalidade. Isso não apaga seus méritos no enfrentamento das investidas golpistas sob Jair Bolsonaro (PL).

De modo análogo, é descabido afirmar que a internet se tornou uma terra sem lei. Tudo o que é ilegal no mundo físico também o é no virtual. À Justiça cabe examinar tais casos, o que precisa ser feito com serenidade e autocontenção.

Longe do fim da linha

Além de apurar laços com o crime, é preciso criar um sistema de ônibus mais funcional em SP

Indícios da infiltração do crime organizado no sistema dos ônibus municipais de São Paulo remontam aos anos 1990, quando perueiros clandestinos, sob a égide da chamada “máfia dos transportes”, circulavam sobretudo pelos bairros mais periféricos.

Parte dessas cooperativas foi absorvida na reorganização do transporte público promovida em 2003, ainda na gestão Marta Suplicy (PT).

Apesar de convertidas em viações oficiais, suspeita-se que muitas não se desvencilharam dos laços com a ilegalidade e são usadas para lavar dinheiro —por vezes sem abrir mão de conexões políticas.

Nova incursão nesse seara ocorreu na terça (9), quando o Ministério Público deflagrou a Operação Fim da Linha mirando duas empresas, Transwollf e a Upbus, que teriam ligações com o Primeiro Comando da Capital (PCC). Foram presas quatro pessoas, e apreendidas armas e drogas.

Nas investigações, a Receita Federal apontou um esquema de desvios tributários, sob o auxílio de experientes contadores.

O ilícito alcançaria cifras estra-

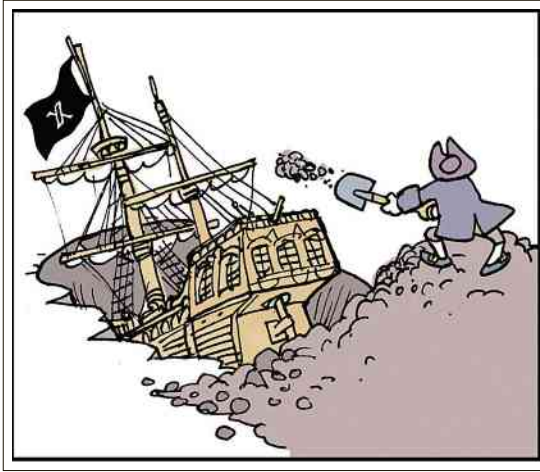
tosféricas: entre 2020 e 2022, contas dos envolvidos movimentaram nada menos que R\$ 732 milhões. A Justiça já determinou o bloqueio de R\$ 600 milhões em patrimônio.

Responsáveis por transportar cerca de 700 mil passageiros diariamente, apenas as duas empresas receberam mais de R\$ 800 milhões em subsídios da administração Ricardo Nunes (MDB) em 2023. A prefeitura interveio nas viações e já assumiu o controle das linhas.

A operação dos coletivos em São Paulo sempre esteve longe de ser sustentável, eficaz ou transparente. A tarifa está congelada artificialmente desde 2020, e o despejo de subsídios para bancar os custos cresce ano a ano (chegará a R\$ 5,3 bilhões neste 2024, um recorde).

Há distribuição desequilibrada das linhas, atrasos, veículos precários e perda significativa de passageiros após a pandemia; a contabilidade das viações é nebulosa e, pelas suspeitas, sujeita a fraudes.

Cabe a este e ao próximo prefeito, seja qual for, desenvolver um sistema funcional —eliminar brechas para atividades criminosas é somente um dos desafios.



Usuário não é criminoso, Pacheco

Thiago Amparo

Colapso social e econômico: é assim, sem eufemismos e floreios, que organizações da sociedade civil definem a PEC 45/2023, em debate no Senado Federal. Impulsionada pelo presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a medida populista propõe criminalizar a posse de “entorpecentes e similares”, não importa qual seja a quantidade de droga.

Segundo pesquisa Datafolha de setembro de 2023, 1 em cada 5 brasileiros diz já ter fumado maconha; o número chega a 33% entre os entrevistados com idade de 25 a 34 anos e a 27% entre os moradores de grandes centros urbanos. Ex-ministro da Justiça, José Carlos Dias definiu que a PEC altera a “espinha dorsal” do Estado democrático.

A PEC da Droga não foge à polissmia que a alcunha sugere: é uma droga. A emenda piora o soneto ao agravar justamente o mecanismo jurídico que, hoje, permite o encarceramento em massa de usuários como traficantes: a ausência de critérios objetivos de quantidade que diferenciariam os primeiros dos segundos.

Ao criminalizar a mera posse, independentemente do volume de entorpecente, Pacheco abre as portas para que o Judiciário, que solta dono de Porsche e prende ladrão de desodorante, continue a servir como departamento de recursos humanos das facções criminosas, alimentando as trincheiras destas com mais e mais pessoas presas que não deveriam ali estar.

Pacheco não precisa gostar de usuário de drogas. Precisa, de um lado, entender de direito —incluir uma criminalização ampla no artigo 5º da Constituição é um golpe contra o cerne da carta democrática— e, de outro, de segurança pública —criminalizar usuários não deixa ninguém mais seguro. Droga não é questão policial nem questão de liberdade individual: é matéria de justiça social; combater a criminalização implica lutar contra a matança de pessoas pretas e pobres.

Ao aprovar a PEC, Pacheco estaria confirmando que na guerra às drogas, custosa e sem sentido, são as drogas que estão ganhando.

O acordão do Brazão falhou

Bruno Boghossian

Grandes acordos de blindagem no Congresso costumavam nascer em reuniões secretas, ganhar corpo na madrugada e terminar em votações com pouco barulho. Os tempos mudaram. Deputados fizeram fila na quarta (10) para discursar pela soltura do colega Chiquinho Brazão. Perderam em duas votações.

Bolsonaristas e parte do centrão queriam explorar a prisão do deputado, apontado como mandante do assassinato de Marielle Franco, para dar um recado ao STF. Trataram o caso como uma ameaça ao Legislativo e defenderam a libertação de Brazão como uma questão técnica.

A prisão de um parlamentar é uma situação excepcional. Pela Constituição, só vale em flagrantes de crimes inafiançáveis. O STF ampliou sua interpretação com o precedente de Delcídio Amaral. O senador foi preso em 2015, sob acusação de preparar uma tentativa de fuga para Nestor Cerveró, ex-diretor da Petrobras.

O tribunal entendeu que uma associação para impedir investigações pode ser encaixada num flagrante.

Reforçou ainda que não cabe fiança para crimes que justificam prisão preventiva, como a obstrução.

Esse jeitinho precário embasou a prisão de Brazão. A PF apontou que os assassinos de Marielle agiram por anos para travar a investigação. Além disso, o mesmo mandato que blindaria o deputado também garantia o poder político usado para corromper autoridades que o protegiam.

Parlamentares que formaram a banca de defesa de Brazão na Câmara não quiseram mergulhar muito fundo. Ansiosos por um troco no STF, denunciaram a violação de garantias e apelaram para o espírito de corpo. “Esse justicamento uma hora vai chegar a cada um de nós”, disse o bolsonarista Carlos Jordy.

Um político acusado injustamente sabe que pode contar com esse compadrio a seu favor. Um miliciano instalado dentro da estrutura de poder também. Deputados têm o dever de defender suas prerrogativas e protestar contra abusos. No caso de Brazão, vale perguntar que prerrogativas eles queriam proteger.

A ameaça – ainda– sem nome

Ruy Castro

Nos anos 1930, o mundo tremia ao ouvir falar do Comintern, a Internacional Comunista. Hoje, sem nome, há uma Internacional da Extrema Direita, e o mundo ainda não se tocou. Ela já detém o governo na Itália, Polônia, Hungria e Holanda. Integra ou apoia o governo na Finlândia, Suécia e Grécia. Cresce a galope na França. Chegou perto nas eleições em Portugal e Espanha. Pândega ou trágica, venceu na Argentina. Promove o terror na Alemanha, no Canadá e na Nova Zelândia. E os EUA podem ter Trump de volta.

No Brasil, Bolsonaro tem processos e acusações suficientes para enjaulá-lo por 500 anos. Isso ainda não aconteceu porque a Justiça tem de seguir o seu curso “normal” —embora se trate de um anormal que, vitorioso na eleição ou no golpe, implantaria uma ditadura que nos faria sentir saudade dos militares. Daí, Bolsonaro continua à solta, arrotando ameaças e pautando a imprensa.

A extrema direita tem uma receita universal. Populismo, naciona-

lismo, discurso moral e religioso. Xenofobia, repúdio a imigrantes e racismo. Desprezo pelos partidos e pregação da antipolítica. Domes-ticação ou fechamento do Judiciário. População armada. Antiliberalismo. Negacionismo. Rejeição às teses identitárias e rancor contra artistas e intelectuais. E, com o apoio de seus zumbis nas redes sociais, disseminação de fake news, discurso de ódio com ameaças físicas e inversão de conceitos —falam de “liberdade”, “democracia” e “eleições limpas” e, quando no poder, esses valores são os primeiros a ser cancelados.

Elon Musk, o Führer das plataformas digitais, encarna esse programa. Seu desacato ao Brasil poderia ter sido ditado por Bolsonaro. Mais cedo do que pensamos, o mundo pagará caro por essa tecnologia sem pátria e sem freios.

O Comintern fracassou em tudo e acabou em 1943. A Internacional da Extrema Direita apenas começou e, aos poucos, vai ganhando todas.

O que nos faz menos dignos

Maria Hermínia Tavares

Professora emérita da FFLCH-USP, é pesquisadora do Cebrap. Escreve às quintas

Dignidade foi uma das palavras mais ouvidas no recente seminário “População em situação de rua”, no auditório da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo).

Entre diagnósticos, denúncias e propostas de políticas, o que uniu os participantes foi a constatação de que eficiência e respeito à dignidade das pessoas têm sido o bem mais escasso nas sucessivas tentativas de lidar com um problema tão descuidado pelos governos municipais e estaduais. Uns e outros, com frequência, os reduzem a uma questão de polícia —o controle do tráfico e do consumo de substâncias ilícitas— ou de zeladoria urbana —a limpeza matinal de praças e ruas que servem de desabrigo aos sem-teto.

Este o primeiro erro: simplificar o que é complexo por qualquer lado que se o focalize. Para a rua convergem pessoas levadas por amplo rol de tragédias, agravadas pela proximidade da pobreza extrema: perda de emprego ou trabalho ultraprecário, ruptura de laços familiares, uso de drogas, doenças, problemas psicológicos graves ou distúrbios mentais. Para a simplificação contribui a inexistência de um censo dessa população que a descreva em detalhe. A lacuna permite que se substitua conhecimento por estereótipos assentados em preconceitos.

O segundo erro decorre do primeiro. Não existe bala de prata para lidar com problemas complexos. Há muitas dimensões a considerar —e a assistência social, embora insubstituível, está longe de ser a única. São igualmente importantes programas de moradia, saúde, educação, trabalho e renda, destinados a segmentos específicos desse contingente. A multiplicidade de instrumentos requer dos governos municipais e estaduais capacidade de coordenação, atributo raramente encontrado no setor público.

O terceiro equívoco são as mudanças abruptas de orientação a cada troca de governo: produzem instabilidade institucional, descontinuidades de todo tipo, dificuldade de acumular experiências e aprender com elas, ruptura de vínculos de confiança particularmente importantes quando os beneficiários são pessoas que perderam ou estão por perder suas raízes.

Difícil acreditar que iniciativas para população de rua possam se firmar se não virarem políticas de Estado, capazes de sobreviver a mudanças das coalizões governantes, a exemplo de Bolsa Família, SUS ou Fundef. Essa transformação sempre requer programas bem concebidos e comunidades de especialistas que os defendam e logrem dar-lhes legitimidade social. Em suma, que sejam capazes de mostrar que a indignidade a que está condenada nossa população de rua torna menos dignos os que com ela convivemos.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Hora de pagar a dívida do clima

Melhor maneira é tirar dinheiro da economia fóssil e investir em energia limpa

Stela Herschmann

Assessora de Política Internacional do Observatório do Clima e cofacilitadora do Grupo de Trabalho de Meio Ambiente, Justiça Climática e Transição Energética Justa do C2o

Em novembro deste ano, as montanhas do Cáucaso e as praias do Brasil serão palco de um ajuste de contas crucial para o futuro da espécie humana. Em Baku, no Azerbaijão, a 29ª Conferência das Partes da Convenção do Clima da ONU (COP29) terá de aprovar uma nova e radical meta de financiamento do Acordo de Paris, sem a qual a transição energética necessária para nos salvar da crise climática não ocorrerá. Ao mesmo tempo, os líderes do G20, reunidos no Rio de Janeiro, precisarão chegar a um acordo político que garanta que o mundo terá instituições financeiras capazes de entregar essa nova meta.

Há mais de três décadas o financiamento é o elefante na sala do combate à crise do clima. Os países do Norte Global, causadores históricos do problema, cobram corte de emissões nos países do Sul, mas recusam-se a pagar por isso, o que trava as políticas de energia limpa e desestimula a ambição. No ano que vem, a COP30, no Brasil, deve marcar um novo ciclo de metas alinhadas à necessidade de estabilizar o aquecimento global em 1,5°C neste século. A chance de que isso ocorra sem dinheiro na mesa é zero.

Em Paris, em 2015, os ricos prometeram (e jamais entregaram) US\$ 100 bilhões por ano entre 2020 e 2025, uma fração do custo estimado da transição —US\$ 5,8 trilhões até 2030, pelo menos. Um novo objetivo de financiamento, adequado à realidade, deveria entrar em vigor a partir de 2025. Para isso, precisa ser aprovado na COP29. Mas o contexto institucional atual dificulta a tarefa.

As instituições financeiras criadas no pós-guerra, como o Banco Mundial e o FMI, reproduzem a lógica colonial que divide o mundo em norte e sul e aprisiona este último em

dívida e desigualdade. Segundo o FMI, apenas em 2022 o mundo em desenvolvimento pagou US\$ 443 bilhões em juros de dívida externa. O estoque total de dívida chega a US\$ 1,1 trilhão.

O aquecimento descontrolado da Terra adiciona uma camada de perversidade a essa situação: cada vez mais, países pobres e de renda média precisam recorrer a empréstimos para lidar com os impactos de eventos extremos. Quanto mais endividados, menos capazes de cortar emissões e de se adaptar eles se tornam.

Se são devedores no espaço fiscal, os países em desenvolvimento são credores no espaço atmosférico. Pelo menos uma estimativa do que as nações ricas devem por sua apropriação indevida do orçamento de carbono da humanidade du-

[...]

O aquecimento descontrolado da Terra adiciona uma camada de perversidade: cada vez mais, países pobres e de renda média precisam recorrer a empréstimos para lidar com os impactos de eventos extremos. Quanto mais endividados, menos capazes de cortar emissões

rante dois séculos põe a conta em US\$ 192 trilhões até 2050. Esse débito não é monetizado porque as regras do sistema foram escritas pelos ricos. Se quiser sobreviver à crise climática, a humanidade precisará reescrevê-las —e o G20 é um lugar para começar.

O comunicado dos líderes do bloco precisa reconhecer a dívida climática e demonstrar acordo sobre como pagá-la por meio de uma série de medidas, como: a reforma da governança dos bancos multilaterais e instituições financeiras globais, eliminando o viés colonial e garantindo representação adequada do Sul Global; cancelamento de dívidas externas e um financiamento ao desenvolvimento que não implique mais endividamento; uma reforma do sistema tributário, incluindo, urgentemente, impostos sobre grandes fortunas; e uma eliminação justa e acelerada do financiamento aos combustíveis fósseis, com a provisão de recursos adequados para o corte de emissões e a adaptação climática.

O mundo precisa eliminar os combustíveis fósseis do sistema energético a partir desta década, e o melhor jeito de fazê-lo é tirar dinheiro da economia fóssil e investi-lo em energia limpa —esperar que o mercado faça isso sozinho é apostar contra a humanidade.

Atuando nessas frentes, o G20 pode criar o ambiente político para um acordo forte na COP29, limpando o terreno para o sucesso da COP30, no Brasil. É impossível hoje lutar contra a desigualdade, precupação central da presidência brasileira do G20, sem resolver a emergência climática. E é impossível resolver a emergência climática sem garantir financiamento justo e acessível a bilhões de pessoas que necessitam dele no mundo inteiro.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br

Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço



O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, durante reunião na sede da empresa, no Rio de Janeiro, em 2023

Mauro Pimentel - 2.mar.23/AFP

Divergências

“Dirceu diz que fritura de presidente da Petrobras é desastre e ‘passa a’ impressão de que Rui derrubará Haddad” (Mônica Bergamo, 9/4). Com todas as ressalvas que tenho a Dirceu, ainda assim acho que ele está certo. Prates é gabaritado para o cargo, enquanto o Silveira não é especialista na área. Se eu fosse Lula, mantinha Prates.

Elena Claudia Castro Assunção (Belém, PA)

*

A gestão da Petrobras é um tema sensível e esse ambiente de futrica destrói a confiança e a estabilidade que a dobradinha Haddad e Tebet vem costurando. Essa fogueira das vaidades antes das eleições municipais terá seu preço. O perfil do Haddad soma, já os outros... Fabiana Menezes (Belo Horizonte, MG)

Tática ou auxílio

“Bondade de Lula com a conta de luz é populista” (Editoriais, 9/4). Infelizmente, era o que se podia esperar, desde que a ex-presidente Dilma Rousseff usou o mesmo artifício de reduzir as tarifas de energia elétrica para angariar popularidade.

Paulo Roberto Dufraayer de Oliveira (Rio de Janeiro, RJ)

*

Essa conta vai chegar, é só aguardar. Populismo é como uma festa... Muita música, bebida e comida. Só alegria, todo mundo adora. Quando acaba e chega a conta... Revolta, xingamentos e até agressões. Enfim, já vimos este filme. A existência de uma necessidade não dá a ninguém o direito de ser irresponsável.

Renato Dias (Vitória, ES)

*

Quando o governo socorre empresas privadas de falência, baixa decretos que isentam impostos para o setor privado, deixam de taxar grandes fortunas, são exemplos de um estadista, mas se baixar os impostos da cesta básica, subsidiar qualquer coisa que alivia o sofrimento da maioria da população, é considerado populista.

Sergio Aramis (Volta Redonda, RJ)

‘Consciência tranquila’

“Moro diz que julgamento no TRE foi impecável e preservou soberania do voto” (Política, 9/4). Sérgio Moro representou uma cara nova que poderia renovar a política de interesses que reina no Brasil, mas cometeu o crime de desafiar o PT. Nunca mais terá sossego.

Vicente Vieira (Brasília, DF)

*

Agora senti firmeza na Justiça paraense! Mas ainda falta muito! Espero que seja igual para todos que dela precisem da verdade!

Luiz Reichmann (Guarapuava, PR)

*

Menos Moro, menos... O TRE só evitou condenar apenas um por um crime que todos cometem.

Roberto Rangel (Juiz de Fora, MG)

Ausência

“Secretária do Ministério da Saúde tirou férias em meio ao aumento de dengue” (Saúde, 10/4). Este é o Brasil tradicional de membros que ocupam cargos por barganhas no governo sem competências e conhecimentos dos assuntos e não dão a mínima para suas obrigações com a sociedade, país do atraso eterno.

Paolo Valerio Caporuscio (São Paulo, SP)

Tecnologia sem freios

“A ameaça —ainda— sem nome” (Ruy Castro, 10/4). Tenho medo dessa gente e da porcaria de mundo que sobrarão para meu neto. Choro por dentro pelos sonhos perdidos.

Maria Isabel Castro Lima (Florianópolis, SC)

*

O artigo foi muito bem abordando um forte elemento de risco para o mundo. Mas, no geral, o que ocorre é mais do que isto, pois as pessoas no mundo vivem um momento de liberdade egoica, onde cada um fala o que quiser se for para seu benefício pessoal. Tanto esquerda como direita mentem, xingam, mostram só um lado e não há mais nada confiável, nem os poderes da nação, nem a mídia, nem seu vizinho, nem sua família. Bom senso zero.

Carlos Eduardo Cunha (São Paulo, SP)

Comunicação digital

“O ministro mordeu a isca lançada pelo lunático” (Mariliz Pereira Jorge, 9/4). O ministro Alexandre de Moraes deveria ler a coluna de Mariliz Pereira Jorge. É uma aula de como se comportar nas redes sociais. E ela pega no ponto: integrantes do STF não deveriam ter conta em rede social. Aliás, já está na hora de se criar uma rede social pública, com regras claras de funcionamento, para comunicação institucional. Não é possível a comunicação institucional ficar sujeita aos caprichos dos donos das redes.

Priscila de Azevedo Noronha (São Paulo, SP)

*

“Moraes cita má-fé e nega pedido do X no Brasil para se isentar de ordens judiciais” (Política, 9/4). Como cidadão, já deletei o X dos meus aplicativos. Simples assim.

Flavio Pedrett (Salvador, BA)

Rito e cuidados paliativos

“Hospital de Campo Grande instala piscina para batizar paciente” (Saúde, 8/4). O tanque e os apetrechos necessários para o batismo geralmente são disponibilizados pela própria igreja, inclusive pelos bombeiros civis. Geralmente temos resistência por parte da equipe de assistência. Parabéns à doutora pela sensibilidade e empatia.

Felipe Damascena (Botucatu, SP)

Sistema de saúde

“Com mais idosos, será preciso fortalecer o SUS” (Editoriais, 7/4). A sobrecarga do setor secundário de saúde, principalmente, se deve muito a cultura clientelista da saúde brasileira, onde se procura o serviço a partir do momento em que está estabelecida a enfermidade. Dessa maneira, são essenciais políticas de conscientização sobre enfoque em promoção e prevenção em saúde.

Augusto Marrafon (Poços de Caldas, MG)

*

A saída mais justa é cobrar mais de quem tem mais. O amparo social é uma das finalidades dos governos.

Petrônio Alves Corrêa Filho (Três Lagoas, MS)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

ILUSTRADA (10.ABR., PÁG. C8) A coluna de Wilson Gomes chamou incorretamente o marqueteiro Sidônio Palmeira de Sidônio Pereira.

Internação compulsória é saída simplista para problema complexo

Precisamos é de vontade política de verdade, com abordagem multidisciplinar

Ana Trigo

Jornalista, é mestra e doutora em ciência da religião (PUC-SP); pesquisadora acadêmica da racrolândia desde 2013, é autora da tese “Mulher é muito difícil – o (des)amparo público e religioso das dependentes químicas na racrolândia de São Paulo”

A racrolândia é o maior caso de fracasso do poder público. Desde os primeiros relatos de uso de crack na capital paulista até os dias de hoje, tudo o que foi feito resume-se à punição e ao encarceramento dos dependentes químicos, apesar dos inúmeros programas já apresentados. Em artigo nesta **Folha** (“Cracolândia, uma solução não utópica”, 8/4), o psiquiatra Guido Palomba trouxe mais uma solução que povoa o imaginário da população: a internação compulsória.

Justificar que esse é o único recurso para pessoas que “não têm capacidade de decisão” é apresentar uma saída simplista para um problema complexo. Até cair nas cracolândias, os dependentes químicos trilharam um longo caminho, às vezes de décadas, de uso abuso abusivo de substâncias. Mas, antes disso, essas pessoas foram levadas por suas famílias a vários tipos de atendimento. Só que não existe um protocolo de prevenção que trabalhe para evitar a piora do problema. É como um pronto-socorro que não tem a preocupação de fato com o problema.

O dispositivo da internação compulsória está previsto na lei 13.840/19, sancionada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), e prevê prazo máximo de 90 dias de permanência hospitalar. Será que esse período é de fato suficiente para tratar um paciente que tem anos de uso abusivo de

substâncias diversas? Ou a proposta é apenas para limpar a cidade?

A mesma lei prevê o fortalecimento da participação das comunidades terapêuticas de cunho religioso como forma de tratamento em detrimento dos CAPs (Centros de Atenção Psicossocial). Ainda que existam instituições religiosas que tenham um atendimento humanizado, a estadia nessas casas não deixa também de ser um encarceramento. Mesmo que a permanência seja voluntária, o modelo não permite que a pessoa acolhida tenha liberdade de ir e vir ou tenha qual-

[...]

Programas internacionais que tiveram sucesso na atenção à dependência química apresentam um leque de ações multidisciplinares em que o encarceramento em prisões, manicômios ou instituições religiosas basicamente não existe

quer contato com o mundo exterior à instituição.

Programas internacionais que tiveram sucesso na atenção à dependência química apresentam um leque de ações multidisciplinares em que o encarceramento em prisões, manicômios ou instituições religiosas basicamente não existe. Por aqui, é a única solução. Outras propostas nunca são apresentadas. Ou pior, são atacadas e criticadas.

Que o digam os coletivos “É de Lei” e “Craco Resiste”, que atuam na racrolândia com projetos de redução de danos e que sofrem sanções o tempo todo. Ou o psiquiatra Flavio Falcone, que faz trabalho de musicoterapia nos fluxos com os usuários de drogas e já foi preso por “perturbação da ordem”. A arteterapia é reconhecida mundialmente como uma ferramenta eficaz de redução de danos. Aqui, ela é criminalizada.

Todas as propostas apresentadas são sempre para punir ainda um grupo que está mais do que debilitado socialmente e fisicamente e que só chegou a esse estado porque foi ignorado pelos serviços públicos e abandonado à própria sorte.

O que precisamos é de vontade política de verdade, que apresente um programa realmente multidisciplinar e que entenda que o usuário de drogas ou o dependente químico são seres humanos. E não o lixo que deve ser retirado das ruas.

Presidente da CPI das Apostas no Senado, instalada nesta quarta (10), Jorge Kajuru (PSB-GO) é garoto-propaganda de uma “bet” em um programa de TV que apresenta. Ele faz merchandising para a BETesporte no intervalo do PodkLiberados, da Rede Meio, com sede no Piauí. “A BETesporte esquentou o jogo. Na BETesporte, você encontra as melhores cotações para esquentar a partida e tornar tudo mais emocionante”, disse ele em 6 de abril durante entrevista com o ministro Fernando Haddad (Fazenda).

DEU GREEN O senador diz que fez a propaganda porque a empresa anuncia na emissora. “Não é um patrocínio paramim, é para a TV”, diz. Kajuru afirma ainda que “puxou capivara” da “bet” e não encontrou irregularidades, mas assegura que ela será investigada na CPI se precisar. Também promete deixar de fazer propaganda agora que preside a comissão.

TOMOU DORIL Seis deputados federais do Rio, estado de Chiquinho Brazão (sem partido), não votaram na sessão da Câmara que confirmou sua prisão. Na prática, a ausência equivale a dar apoio velado ao parlamentar. Entre os que não apareceram estão o ex-prefeito da capital Marcelo Crivella (Republicanos) e o vice-presidente do PT, Washington Quaquá.

VOLTE AO INÍCIO Coordenadora do Comitê Gestor da Internet, Renata Mielli reprova a decisão do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de criar um novo grupo de trabalho para discutir o projeto de fake news e substituir Orlando Silva (PC do B-SP) como relator. “Tirando o setor que se beneficia da ausência da regulação, da desinformação e do discurso do ódio, havia um amplo acordo”, diz.

ALIADO Em reunião com Guilherme Boulos (PSOL) e deputados de esquerda nesta quarta (10), o ministro Alexandre Silveira (Minas e Energia) criticou o prefeito de SP, Ricardo Nunes (MDB), por causa da crise da Enel. O ministro disse que Nunes nunca o procurou para tratar do problema e joga a opinião pública contra ele, mesmo sabendo que a Aneel não está subordinada ao governo federal.

Com Guilherme Seto, Danielle Brant, Paulo Passos e Carolina Linhares

João Montanaro



GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★ ★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium	
PLANO MENSAL	R\$ 29,90	R\$ 44,90	
EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa	Assinatura semestral*	
MG, PR, RJ, SP DF, SC ES, GO, MT, MS, RS AL, BA, PE, SE, TO Outros estados	seg. a sáb.	dom.	Todos os dias
	R\$ 6,90	R\$ 9,90	R\$ 1.085,90
	R\$ 8	R\$ 11	R\$ 1.374,90
	R\$ 8,50	R\$ 12	R\$ 1.729,90
	R\$ 13	R\$ 15,50	R\$ 1.868,90
	R\$ 13,50	R\$ 16,50	R\$ 2.315,90
	*A vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%		

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
794.195 exemplares (fevereiro de 2024)



Deputados de esquerda celebram votação que manteve a prisão de Chiquinho Brazão Pedro Ladeira/Folhapress

Câmara mantém prisão de deputado suspeito de mandar matar Marielle

Placar foi de 277 a 129, apesar de resistências ao STF; Chiquinho Brazão está preso desde março por decisão de Alexandre de Moraes

Victoria Azevedo e Matheus Teixeira

BRASÍLIA O plenário da Câmara dos Deputados aprovou na noite desta quarta-feira (10), por 277 a 129 votos, a manutenção da prisão do deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), suspeito de ser um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ), em 2018. Foram 28 abstenções e 77 ausências.

Eram necessários 257 votos (do total de 513 deputados) para manter a prisão — não votam o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o próprio Brazão.

O PL, do ex-presidente Jair Bolsonaro, orientou sua bancada pela revogação da prisão. Assim que foi proclamado o resultado da votação, governistas aplaudiram e gritaram palavras de ordem como “justiça” e “Marielle, presente”.

A decisão dos parlamentares é uma vitória para a base do governo Lula (PT) e para o STF (Supremo Tribunal Federal), após dias de incerteza sobre qual seria o resultado da votação devido a articulações do centrão pela derubada da detenção.

Pouco antes de começar a votação no plenário, Lira convocou líderes partidários para uma reunião para explicar como se daria o processo. Ficou acordado que somente os partidos orientariam as bancadas, sem tempo de lideranças, e que o painel de votações ficaria aberto por 30 minutos. O governo Lula havia sinalizado que orientaria a favor da manutenção da prisão.

Mais cedo, a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Casa já havia dado aval à manutenção da prisão, por 39 a 25 votos — o resultado mostrou uma divisão entre os partidos do centrão e uma unidade do PL (para rejeitar o pedido de prisão) e de partidos da esquerda (para mantê-lo preso).

Até poucos minutos antes do início da votação no plenário havia dúvida, entre parlamentares governistas, se haveria votos suficientes para aprovar o relatório do deputado Darci de Matos (PSD-SC), que defendia a manutenção da prisão.

Isso porque, nos bastidores, deputados afirmavam que a decisão do ministro do Supremo Alexandre de Moraes de mandar prender o parlamentar, em março, violou a Constituição, que prevê que depu-

tados só podem ser detidos em flagrante por crime inafiançável. Membros do centrão e aliados do ex-presidente Bolsonaro defendiam usar o caso para dar um recado ao magistrado.

Outros pontos que eles citavam é que não haveria provas suficientes contra Brazão e que seria um equívoco respaldar uma prisão que tinha sido decretada apenas com base em delação premiada.

Além disso, havia um receio de que esse caso pudesse abrir um precedente para outros no futuro e, por isso, defendiam cautela sobre o tema.

O advogado Cleber Lopes, que atua na defesa de Brazão, criticou as condições da prisão do parlamentar e afirmou que ele não participaria da sessão porque não havia conexão de internet naquele momento no presidio.

“Estamos a viver a barbárie, tortura psicológica imposta a esse parlamentar. Meu cliente está preso por uma delação que eu não posso ter acesso. Não pode participar dessa sessão porque não tem conexão, está privado de participar desse ato”, afirmou.

Líder do PL na Câmara, Altineu Côrtes (RJ) disse em sua fala na sessão que Bolsonaro foi “injustiçado” por ter sido acusado de ter envolvimento com o assassinato e afirmou que, apesar de o Brasil esperar justiça para o caso, “esta noite não estamos tratando disso, mas sim da legalidade da prisão” do colega.

“Quero chamar os parlamentares aqui. Nós juramos à Constituição quando assumimos o mandato, e no nosso entendimento essa prisão é ilegal, fere a Constituição e, portanto o PL espera justiça nesse caso, mas orienta contrário”, disse Côrtes.

O deputado Alencar Santana (PT-SP), um dos vice-líderes do governo na Casa, afirmou que derrubar a prisão daria um recado de que outras pessoas poderão ser vítimas do mesmo crime que atingiu Marielle e seu motorista Anderson Gomes. “Quem será a vítima de 2024? Qual ato mais será praticado para obstruir investigação?”, disse.

Líder do PSOL, a deputada Erika Hilton (SP) enalteceu a vida da vereadora e criticou votos contrários à prisão. “Não é sobre Marielle, é sobre o Brasil injustiçado. Nós votamos por justiça, pela memória, pela vida e pela trajetória de Marielle e Anderson”, afirmou.

Uma das principais lideran-

COMO CADA BANCADA VOTOU

Avante
3 contra
1 abstenção

Cidadania
4 a favor

MDB
32 a favor
6 contra
3 abstenções

Novo
2 a favor
1 contra

PC do B
7 a favor

PDT
15 a favor
1 contra
2 abstenções

PL
7 favor
71 contra
5 abstenções

Podemos
10 a favor
1 contra
1 abstenção

PP
18 a favor
10 contra
12 abstenções

PRD
4 contra

PSB
14 a favor

PSD
35 a favor
2 contra
3 abstenções

PSDB
7 a favor
1 contra
1 abstenção

PSOL
13 a favor

PT
64 a favor

PV
4 a favor
2 contra

Rede
1 a favor

Republicanos
20 a favor
8 contra

Solidariedade
5 a favor

União Brasil
16 a favor
22 contra
2 abstenções

277
votos a favor
129
votos contra
28
total de abstenções

Sessão teve 77 ausentes

ças do centrão e líder da União Brasil (antigo partido de Brazão) na Câmara dos Deputados, Elmar Nascimento (BA) declarou voto contrário à manutenção da prisão, na última terça-feira (9), e passou a fazer um corpo a corpo com parlamentares defendendo sua posição. A interlocutores, ele afirmou que era preciso ter coragem para defender os deputados.

Nascimento é aliado próximo de Lira e um dos principais cotados para sucedê-lo no comando da Casa em 2025.

Outros nomes próximos a Lira, como o presidente do Avante, Luís Tibé, não participaram da votação para tentar evitar que fossem obtidos os 257 votos necessários para manter a detenção.

Parlamentares ponderam que a comoção social envolvida no assassinato da vereadora também pesou e que os deputados não votaram apenas com a ideia de dar ou não um recado ao Supremo e também sopesaram o desgaste que seria libertar Brazão.

Membros da base governista rebateram as críticas dos colegas e diziam que libertar Brazão representaria um sinal de impunidade. Eles apostavam que pelo fato de ser uma votação aberta (quando é registrado como votou cada parlamentar), os deputados ficariam constrangidos de se posicionar de modo contrário à prisão.

Também nesta quarta-feira, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara instaurou o processo de cassação de Brazão.

O procedimento foi aberto por decisão do presidente do colegiado, Leur Lomanto (União Brasil-BA). Os deputados Bruno Ganem (Podemos-SP), Ricardo Ayres (Republicanos-TO) e Gabriel Motta (Republicanos-RR) foram sorteados para relatar o procedimento.

Na próxima semana, o presidente do colegiado anunciará qual dos parlamentares escolheu para relatar o processo.

Chiquinho, o irmão, Domingos, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e o ex-chefe da Polícia Civil Rivaldo Barbosa, foram presos por ordem de Alexandre de Moraes no último dia 24.

A operação da PF ocorreu dias após o magistrado homologar a delação premiada do ex-policial Ronnie Lessa, suspeito de ser o executor do crime.

O teatro que você já ama, agora é

TEATRO
sabesp
FREI
CANECA

O Teatro que sempre ocupou
um lugar especial em nossos
corações agora embarca em
uma jornada transformadora.

Agora somos

Teatro Sabesp Frei Caneca

Um reflexo do nosso
compromisso com a arte, a
sustentabilidade e a cultura
vibrante que nos une.



Viva esse novo momento com a gente!



Para mais informações escaneie
o QR Code ou acesse
TEATROSABESPFREICANECA.COM

Musk alimenta ofensiva internacional de deputados bolsonaristas na Europa

Parlamentares estão em missão para denunciar o que entendem ser violação à liberdade de expressão

Carolina Linhares

SÃO PAULO O embate entre o bilionário Elon Musk e o ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), se tornou o tema da viagem de deputados federais bolsonaristas à Europa para denunciar o que consideram violações da liberdade de expressão e perseguição política no Brasil.

A missão desta semana ao Parlamento Europeu em Bruxelas, na Bélgica, e à Corte Internacional de Justiça (CIJ), mais conhecida como Corte de Haia, nos Países Baixos, dá continuidade à iniciativa de tentar emplacar no exterior uma denúncia de suposta perseguição, como os bolsonaristas fizeram nos Estados Unidos, no mês passado.

A viagem já estava marcada, quando no domingo (7), Musk, dono da rede social X (ex-Twitter), ameaçou desobedecer o STF e publicar tudo o que é exigido pelo ministro e “como essas solicitações violam a legislação brasileira”. Moraes, por sua vez, incluiu

o empresário como investigado no inquérito das milícias digitais.

O assunto foi tratado nas conversas entre os deputados brasileiros e os europeus. Segundo os bolsonaristas, os membros conservadores do Parlamento Europeu já estavam acompanhando o episódio, que serviu para unir e inflamar a direita brasileira.

Um dos deputados que integram a missão, Gustavo Gayer (PL-GO) publicou um vídeo de agradecimento a Musk. “Decidimos agradecer o Elon Musk por espalhar ao mundo e jogar luz ao que está acontecendo no Brasil, essa ditadura que estamos vivendo. Elon Musk, obrigado pelo que você tem feito, isso realmente nos ajudou em Bruxelas”, disse.

Eduardo Bolsonaro (PL-SP) emenda, no vídeo, que há “um grande apoio das pessoas que lutam por liberdade”. “Todo mundo no Parlamento está falando do Twitter Files Brasil”, disse, em referência a um conjunto de emails corporativos que tem sido divulgados por um ativista america-

no desde a semana passada.

Musk acusa Moraes de censura e de ser um ditador. As denúncias de bolsonaristas de que a liberdade de expressão está em risco no país levam em conta a ordem de Moraes para suspender perfis do X que, em sua visão, continham ataques à democracia, mas omitem que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e aliados próximos são investigados por suspeita de tentarem um golpe de Estado para impedir a posse de Lula (PT).

Fora os pontos na mira da Polícia Federal, Bolsonaro colecionou uma série de declarações e iniciativas de teor golpista quando estava na Presidência da República.

Nesta quarta-feira (10), Eduardo, Gayer, Ricardo Salles (PL-SP), Bia Kicis (PL-DF), Julia Zاناتa (PL-SC), Marcos Pollon (PL-MS) estiveram com deputados do grupo ECR (Conservadores e Reformistas Europeus), incluindo Hermann Tertsch, do partido espanhol de ultradireita Vox.

No X, o grupo ECR afirmou que Eduardo e Gayer relata-

“Decidimos agradecer o Elon Musk por espalhar ao mundo e jogar luz ao que está acontecendo no Brasil, essa ditadura que estamos vivendo. Elon Musk, obrigado pelo que você tem feito, isso realmente nos ajudou em Bruxelas

Gustavo Gayer
deputado Federal (PL-GO)

ram o cerco à liberdade de expressão no Brasil e que os fatos são assustadores. “Não podemos deixar o Brasil se transformar em uma ditadura”, completam.

Kicis afirmou à **Folha** que os parlamentares europeus ficaram “impressionados com o que ouviram”. “Nossa viagem tem o intuito de conversar, dialogar e levar essas denúncias”, disse a deputada, falando em censura e perseguição.

Ela rebate críticas de que, ao se aliar à direita em outros países, os deputados estejam comprometendo a soberania do Brasil.

“A vida inteira parlamentares da extrema esquerda viajaram para a Europa para fazer as suas denúncias contra qualquer governo que não fosse o deles. Mas a narrativa agora é que os parlamentares da direita que viajam para interagir com a direita de outros países estão atacando a soberania brasileira e participando de ataques orquestrados. Tomem vergonha! Vocês realmente odeiam a democracia!”, escreveu ela no X.

Em diversos vídeos publicado nas redes, Gayer afirma que vai levar “o que está acontecendo no Brasil” para a Europa e para o mundo, como fez nos Estados Unidos.

“A viagem para os EUA trouxe frutos e chamou atenção para o que está acontecendo no Brasil, agora ainda mais.”

“Mostramos os fatos que acontecem no Brasil, mostramos os atropelos constitucionais por parte do Alexandre de Moraes, isso já está mais que provado”, completa. Ele afirma ainda que, com Musk, o assunto vai tomar proporções internacionais.

Segundo os participantes da comitiva, mais de 50 deputados do Parlamento Europeu — de países como Portugal, Espanha, Alemanha, Hungria, Itália — participaram das reuniões com os brasileiros e demonstraram estar atentos ao conflito entre o bolsonarismo e o STF.

Ainda de acordo com os integrantes, a avaliação dos políticos europeus foi a de que a corte no Brasil não tem agido de forma imparcial. A respeito de Musk, os comentários foram de que a situação é absurda e que as decisões judiciais ultrapassaram o que a Constituição autoriza.

Em Haia (Holanda), os deputados bolsonaristas pretendem apontar o que consideram violações de direitos por parte de Moraes em relação aos presos por participação nos ataques do 8 de janeiro.



O presidente Lula (PT) discursa durante evento de lançamento de nova fase do programa Minha Casa, Minha Vida no Palácio do Planalto

Evaristo Sa/AFP

Lula defende Supremo e diz que bilionário nunca produziu um pé de capim no Brasil

Marianna Holanda

BRASÍLIA O presidente Lula (PT) disse nesta quarta (10) que Elon Musk nunca pro-

duziu “um pé de capim no Brasil” e defendeu o STF (Supremo Tribunal Federal) dos ataques do dono do X, antigo Twitter.

Foi mais um dia de reações de autoridades brasileiras às declarações do empresário. Houve manifestações também na corte. Alvos dos ataques de Musk, o ministro Alexandre de Moraes comentou o caso, afirmando que “liberdade de expressão não é liberdade de agressão”.

“Temos uma coisa muito séria nesse país e no mundo que é se a gente quer viver em um regime democrático ou não. Se a gente vai permitir que o mundo viva a xenofobia do extremismo. Que é o que está acontecendo”, disse.

“O crescimento do extremismo de extrema direita que se dá ao luxo de permitir que o empresário americano, que nunca produziu um pé de capim desse país, ouse falar mal da corte brasileira, dos ministros brasileiros e do povo brasileiro. Não é possível”, completou.

Musk vem recebendo apoio de bolsonaristas, desbloqueou contas de investigados por fake news, e agora também é investigado pela PF.

Na segunda (8), Musk subiu o tom dos ataques e chamou Moraes de ditador. “Como Alexandre de Moraes se tornou o ditador do Brasil? Ele tem Lula em uma coleira”, escreveu o empresário, na rede social, junto com um emoji de risada. Também disse que Moraes tirou “Lula da prisão” e influenciou na eleição, ecoando discurso de apoiadores de Jair Bolsonaro (PL), e que por isso o mandatário não se opõe ao magistrado.

Ele foi incluído no domingo (7) como investigado no inquérito das milícias digitais por ordem de Moraes, após uma série de declarações relacionadas ao Brasil. O empresário chegou a dizer que estava derrubando restrições de sua rede impostas por decisões judiciais, além de defender que Moraes deveria renunciar ou sofrer impeachment.

Manifestações em defesa de Moraes marcaram nesta quarta o início da sessão do STF. O decano da corte, Gilmar Mendes, disse que o Marco Civil da Internet é “muitas vezes inábil a impedir abusos”.

Segundo Gilmar, “por trás da retórica nefasta de que haveria uma liberdade ilimitada no ambiente virtual, o que existe é mero interesse escuso, voltado à obtenção de rendoso lucro às custas da divulgação de inverdades com propósitos políticos cada vez mais claros”.

O presidente do Supremo, Luís Roberto Barroso, por sua vez, reiterou os argumentos de que os ataques visam a obtenção de lucro e disse que “desafortunadamente o ódio, a mentira e os ataques às instituições” geram engajamento para as redes.

Moraes agradeceu aos colegas e afirmou que “o Supremo Tribunal Federal, a população brasileira e as pessoas de bem sabem que a liberdade de expressão não é liberdade de agressão” e nem “liberdade para a proliferação do ódio, do racismo, da misoginia, da homofobia [...] e da tirania”.

Em brincou: “talvez alguns alienígenas não saibam, mas


passaram a aprender, e tiveram conhecimento da coragem e da seriedade do Poder Judiciário brasileiro”, em uma referência aos projetos espaciais encampados por Musk.

O procurador de contas Lucas Furtado defendeu, em representação enviada ao TCU (Tribunal de Contas da União), que seja determinada a extinção de eventuais contratos mantidos pelo governo brasileiro com a Starlink, empresa do conglomerado de Elon Musk.

No documento, o procurador afirmou que a violação à soberania nacional defendida pelo dono da rede social X (antigo Twitter) seria razão suficiente para tal providência. Musk tem feito declarações em que prega desobediência a decisões judiciais preferidas no país.

Furtado afirmou ser “pertinente que a violação à possibilidade de essa rede flagrantemente antissocial ser proibida de atuar no país, haja vista seus usuários a utilizarem como meio de ataque à democracia brasileira”.

Ele pediu que o TCU solicite informações do governo federal sobre a existência ou não de contratos para a eventual tomada de decisão.



**CIDADE DE
SÃO PAULO**

Estúdio**FOLHA**

Prefeitura de SP amplia vacinação contra dengue a todas as crianças de 10 a 14 anos



Aponte a câmera de seu celular ou tablet e saiba mais

Empresário Elon Musk deu um baile no Brasil e venceu

País pode ser mais inteligente e estratégico do que foi no embate com bilionário

OPINIÃO

Ronaldo Lemos

Advogado, diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro. É colunista da Folha

Elon Musk jogou nos últimos dias uma casca de banana para os brasileiros. O Poder Judiciário, o Executivo, o Legislativo, a imprensa e a sociedade civil atravessaram a rua só para ir pisar e escorregar nela. Há uma regra fundamental da internet que diz: “Nunca brigue com um porco. Todos irão se sujar, mas o porco gosta”. Musk não só gostou da brincadeira, como graças a ela conseguiu politicamente tudo o que queria em prazo recorde.

Nossas instituições deveriam ter ignorado solenemente as ameaças de Musk no X. Se ele cruzasse a linha e de fato descumprisse ordens judiciais (o que não ocorreu), as consequências deveriam ser legais, dadas nos autos do processo. Ao respondermos a tuítes com ameaças hipotéticas, por meio de centenas de artigos na imprensa, declarações de autoridades, bravatas e movimentações processuais espetaculares, o Brasil transferiu o debate do STF (Supremo Tribunal Federal) para o tribunal da internet. E nesse tribunal Musk é rei.

Vejam os estragos. Em quatro dias, com seus tuítes, ele conseguiu a demissão do relator do projeto de lei das Fake News, deputado Orlando Silva, de forma sumária. Um movimento raro no Congresso, ainda mais de forma tão abrupta. Musk também conseguiu que o presidente da Câmara trabalhasse para ele, criando uma comissão especial para escrever uma nova lei para internet no país em 40 dias (o que poderia dar errado com tanta pressa?).

Também colocou o Supremo para trabalhar para ele. Com um punhado de tuítes fez o STF pautar ações de constitucionalidade sobre a regulação da internet que estavam paradas há meses. Conseguiu também que o Supremo incluísse Musk pessoalmente como

investigado no inquérito dos ataques à democracia. As luzes da ribalta brilharam forte sobre ele, do jeito que ele gosta. Por fim, conseguiu eletrizar toda uma corrente política que andava cabisbaixa nos últimos meses. Jogou como um mestre, como um “boss” de videogame.

Isso indica que a imprensa, a sociedade civil e as instituições do país não aprenderam nada nos últimos oito anos. Esse protocolo de ação política já aconteceu tantas vezes. Mesmo assim, quando Pedro gritou lobo pela milésima vez, saímos todos correndo de novo para ver se era verdade. Deu no que deu. Nos últimos quatro dias, Elon Musk reinou no país.

Especificamente com relação ao Judiciário, Musk foi mestre. No seu grande jogo, ele está construindo o caminho para a figura mais temida no campo do direito: a desconfirmação. O poder, para ser exercido, precisa manter sempre a aparência de eficácia. Quando ele passa a ser ignorado, termina por se tornar patético, deixando de ser poder.

Musk está construindo um aparato para conseguir ignorar ordens dos Estados nacionais. Esse aparato tem ao menos três elementos. O incentivo ao uso de VPNs, sistema que permite furar a capacidade da Anatel e das operadoras de bloquear sites e serviços no Brasil. Se um número significativo de pessoas passar a usar VPNs, o Judiciário perde a capacidade de fazer bloqueios. Será então tentado a bloquear as próprias VPNs, um passo que nenhum país democrático deveria dar.

Outro tijolo no muro da desconfirmação que Musk está construindo é a ameaça de encerrar o escritório do X (Twitter) do Brasil, colocando-o fora do alcance da jurisdição brasileira. Sem presença no país, seria preciso recorrer a tratados internacionais e à cooperação judicial de outros países, o que é não só demorado como improvável de ter qualquer eficácia.

Por fim, a grande cartada do pôquer da desconfirmação de Musk chama-se Starlink. O empresário é dono hoje do maior provedor de internet por satélite de baixa órbita do planeta. Basta viajar pelo interior do Brasil, incluindo a região amazônica, para ver como o Starlink já tem raízes profundas no Brasil. Sua próxima evolução tecnológica será se conectar diretamente aos celulares, sem precisar de um aparelho especial (a Anatel já está conduzindo testes sobre isso no país).

Como o Starlink é um provedor controlado por Musk, é possível imaginar que irá se recusar a cumprir ordens judiciais que seu dono ache descabidas, ainda mais com relação ao X, sua plataforma privada. Nesse caso, o Judiciário ficará tentado a querer bloquear o próprio Starlink. Outra linha que não deve ser cruzada e cujos efeitos colaterais seriam intoleráveis, dada a dependência e popularidade do serviço no país.

Celso Lafer diz que o exercício do direito é o exercício da prudência. O Judiciário brasileiro está lidando com um tipo novo de manipulação. Não deveria deixar a prudência de lado. Ao agir com o fígado, transfere poder para o tribunal da internet e ajuda na agenda da sua própria desconfirmação.

Afinal, Musk é muito mais influente sobre as big techs do que gostamos de perceber. Ele é o boiadeiro que ati-

ra à água os primeiros bois de piranha. Demitiu milhares de pessoas do Twitter. Deu certo. Todas as big techs fizeram o mesmo. Reduziu investimentos em segurança na plataforma. Deu certo. Todas as big techs fizeram o mesmo. Está agora construindo a teia para começar a ignorar ordens judiciais (e leis) que acha que

não são alinhadas à sua ideia particular de liberdade de expressão e aos interesses do seu negócio. Se der certo, outros irão atrás.

O Brasil pode ser mais inteligente e estratégico do que foi nos últimos quatro dias. Está na hora de enxergar as coisas como elas são. A começar pelas cascas de banana.



O empresário Elon Musk durante encontro com o primeiro ministro britânico Rishi Sunak Kirsty Wigglesworth - 2.nov.23/Pool/Reuters

CONTROLE A EXPOSIÇÃO

Poder ser livre, segundo Elon Musk

Congresso e STF tardam no antídoto contra o veneno das redes

Conrado Hübner Mendes

Professor de direito constitucional da USP, é doutor em direito e ciência política e membro do Observatório Pesquisa, Ciência e Liberdade - SBPC

Elon Musk está para a liberdade de expressão como Bolsonaro está para a democracia e Ives Gandra para a interpretação constitucional. Como Damares Alves está para o amor em Cristo, Sergio Moro para o combate à corrupção e gerais para a defesa da Constituição.

Esse autoapelidado “absolutista da liberdade de expressão” se deleita no seu poder de violar a lei sem consequência e de atijar a turba de extremistas que prestam serviços gratuitos aos seus negócios. Com o requinte de sequestrar o símbolo da liberdade e depositar sua delinquência na conta do nosso maior ideal emancipatório. Há um primeiro problema,

de ordem individual: a hipocrisia. Ao mesmo tempo que libera discurso ilegal em sua plataforma (e até paga advogado para pessoas processadas por esse discurso), reduziu transparência das regras e não economiza esforços em silenciar críticos e suspender contas de jornalistas. Sabe-se que objeções à guerra em Gaza, por exemplo, foram retiradas do ar e acordos de silêncio abusivos impostos a seus empregados.

Sua plataforma e sua conta estão bem mais próximas de incendiar a democracia e potencializar seus negócios do que de promover as condições da liberdade.

Há um segundo problema. A liberdade, na história, não tem si-

do invocada só como argumento jurídico de defesa contra a perseguição, o arbítrio e a tortura, mas como pretexto para perseguir e torturar. Recurso retórico de personalidades autoritárias e regimes autoritários, essa manipulação é capítulo obrigatório da cartilha bolsonarista.

Reflete a liberdade pré-civil e pré-jurídica de matar ou morrer, de expropriar com as próprias mãos, de obedecer apenas a instintos e ignorar limites coletivos. É a liberdade invocada pelo sonegador, abusador familiar, desmatador, garimpeiro em terra indígena e grileiro em terra pública.

A liberdade de Elon Musk ainda vai além. Dada a magnitude da riqueza que acumu-

la e a disparidade de poder que dispõe, consegue, ao contrário do capitão do mato, praticar a delinquência sem medo. Vale-se da lei do mais forte sem o risco da violência pelas costas. A liberdade de plutocratas num mundo de profunda desigualdade não é mais pré, mas pós-civil. Não surpreende que comecem a planejar bунkers do apocalipse, países flutuantes, moradias espaciais.

Um terceiro problema: na ausência de transparência, moderação, responsabilização por abusos e remuneração por conteúdos, e no vazio de regulação jurídica criteriosa, plataformas digitais estimulam uma tentadora ilusão de liberdade. Não sabemos

quando o algoritmo nos silencia ou vocaliza uma ideia, não sabemos quem escuta e quem é privado de escutar.

Sabemos que algoritmo rentável nesse modelo de negócios não admite pluralismo e equilíbrio. Dopamina, emoções primárias e notícia falsa dão mais lucro.

Promotores de ódio impulsionados por robôs da radicalização têm vitória garantida nesse espaço. Mas há os que acreditam estar numa praça pública digital com um microfone na mão.

Entendidos que valores Elon Musk pratica, que grupos alimenta e que riscos políticos semeia, STF e Congresso têm tardado em neutralizar o perigo e produzir um antídoto à altura do veneno.

Toffoli prometeu pautar processo sobre responsabilidade de plataformas. O caso dorme em sua gaveta desde 2017. Decidiu sozinho esperar o legislador. E o legislador até agora paralisado, menos por dúvidas existenciais do que pelo milionário lobby de plataformas. Arthur Lira retirou o de-

putado Orlando Silva da relatoria e jogou fora anos de trabalho. A omissão do Congresso deixa o STF vendido.

Toffoli até se deu o direito de encontrar Musk, num inusitado evento de bajulação promovido pelo ex-ministro Fábio Faria e Bolsonaro num condomínio privado paulista. Era maio de 2022. Meses antes, passava férias na casa de praia de Fábio Faria. Meses depois, anulava as provas de corrupção contra o pai de Fábio Faria. Goza da liberdade de ferir a credibilidade do STF.

Alexandre de Moraes deve saber que o cheque em branco que recebeu para enfrentar as ameaças e tentativas de ruptura em 2022 e 2023 traz uma armadilha. Não tem conseguido convencer, com argumentos públicos, que as medidas cautelares, as remoções de conta e os sigilos que impõe, até mesmo a advogados, são necessários e proporcionais.

Então o mantra “liberdade de expressão não é liberdade de agressão nem de destruição da democracia” já não basta.

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. Deborah Bizarria, Camila Rocha | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | **SEX. Marcos Augusto Gonçalves** | SÁB. Demétrio Magnoli



Prédio onde funciona a sede do X (ex-Twitter), no centro de San Francisco, nos Estados Unidos Carlos Barria - 30.jul.23/Reuters

X reduziu transparência sobre remoção de contas com Musk

Empresa, que antes divulgava relatórios sobre pedidos judiciais, não se manifesta

Angela Pinho

SÃO PAULO Na contramão de sua posição anterior sobre transparência, a plataforma X (ex-Twitter) deixou de divulgar relatórios sobre contas suspensas por decisão judicial desde que foi comprada por Elon Musk em 2022.

O empresário faz desde o final de semana uma série de críticas ao ministro Alexandre de Moraes, do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e do STF (Supremo Tribunal Federal), a quem acusa de praticar censura e ser um “ditador”.

Ainação da plataforma, junto ao sigilo de parte dos inquéritos relatados por Moraes, produziu uma espécie de apagão de informações sobre a dimensão da suspensão de perfis na rede social.

“Não sabemos se são 5, 10, centenas ou milhares”, diz Pablo Ortellado, professor da USP e integrante do grupo Monitor do Debate Político no meio digital.

De 2012 a 2022, o Twitter publicou dados semestrais detalhados por país sobre pedidos de informação por

parte de governo e exigências legais para remover ou reter conteúdo.

As informações incluíam número de contas especificadas nas solicitações e a taxa de resposta da plataforma.

O relatório mais recente foi divulgado em 28 de julho de 2022, com dados do segundo semestre do ano anterior. Naquele período, o Twitter registrou um recorde de demandas legais sobre contas no mundo (47.572 em 198.931 perfis). No Brasil, nove contas foram retidas no período. O maior número no país (27) havia sido registrado no segundo semestre de 2020, quando ocorreram as eleições municipais.

Ao publicar o último relatório, o Twitter ressaltou em comunicado a importância da transparência. Ela “ajuda as pessoas a compreender as regras dos serviços online e a tornar os governos responsáveis por suas ações”, disse.

Quatro meses após a divulgação desses dados, Musk comprou a plataforma. Nos meses seguintes, promoveu demissões em massa e mudou o nome dela para X.

Desde a aquisição, os relatórios de transparência por país deixaram de ser publicados. Com isso, não se sabe a extensão da suspensão de contas no Brasil e diversos países desde 2022, período que supostamente inclui as ordens criticadas por Musk.

Procurada para explicar a interrupção dos relatórios e se há previsão de retorno, a empresa não respondeu.

Em manifestações anteriores, o empresário afirmou que algumas das determinações de Moraes impediam que a decisão judicial fosse informada como motivo da suspensão da conta, como acontece hoje com perfis suspensos.

A conta do ex-deputado Daniel Silveira, por exemplo, consta até esta terça (9) como “retida no Brasil em resposta a uma demanda legal”.

Mesmo que exista, eventual veto à divulgação do motivo da suspensão de uma conta não impediria em tese sua contabilização no relatório de transparência, uma vez que o documento já não citava decisões judiciais específicas. Segundo Ortellado, não está



Senado vai ouvir ativista que precedeu ataque de bilionário

A Comissão de Comunicação do Senado deve ouvir nesta quinta (11) o jornalista Michael Shellenberger, responsável pelo chamado “Twitter Files Brazil”. As opiniões de Shellenberger, baseadas em trocas de e-mails de empregados do X (antigo Twitter) entre 2020 e 2022, antecederam o embate entre Elon Musk e Alexandre de Moraes. Shellenberger foi convidado pela comissão a pedido do bolsonarista Magno Malta (PL-ES) e já confirmou presença. David Ágape, correspondente pela divulgação, também deve participar. Shellenberger esteve no Senado nesta terça (9) ao lado do deputado federal Marcel Van Hatten (Novo-RS) — que intermediou a vinda do ativista ao Brasil — e conversou com senadores como o líder da oposição, Rogério Marinho (PL-RN).

claro se a não divulgação dos relatórios desde a aquisição de Musk decorre de uma decisão do empresário ou de outra razão, como a demissões no setor responsável.

Pesquisador sênior de Direito e Tecnologia do ITS (Instituto de Tecnologia e Sociedade) Rio, João Victor Archegas diz que a transparência do X piorou consideravelmente após a aquisição por Musk.

“Antes o Twitter era conhecido por ser uma das plataformas com mais transparência”, diz.

Segundo ele, pesquisadores podiam acessar em tempo real o API, ferramenta que permite a terceiros se conectar à plataforma e era muito usada em estudos sobre desinformação e discurso de ódio.

Depois da compra por Musk, o acesso passou a ser cobrado. Segundo reportagem da Wired do ano passado, o preço chega a US\$ 210 mil (cerca de R\$ 1 milhão) por mês.

A redução da transparência no X tem uma exceção: a União Europeia. Como o bloco tem regulação que obriga as plataformas a tornarem públicos dados detalhados, o Digital Services Act (DSA), a empresa divulga uma série de informações sobre medidas de moderação no bloco.

Sabe-se, por exemplo, quantos conteúdos foram removidos em cada país, por qual motivo, de que forma (se manual ou automatizada) e a língua nativa e tempo no posto dos moderadores — por exemplo, são 41 os que têm o português como primeiro idioma.

Coordenadora de pesquisa de liberdade de expressão do InternetLab, Iná Jost diz que a ameaça de Musk de descumprir decisões judiciais é lamentável por atentar à democracia e reforça a necessidade de regulamentar as redes.

Por outro lado, ela afirma que a legislação deve balizar tanto a atuação das plataformas como da Justiça.

A coordenadora manifesta preocupação com a derrubada de contas em inquéritos sigilosos. “Tirar um post é algo pontual, mas retirada de um perfil tira a possibilidade de uma pessoa falar, e isso pode ser muito prejudicial para a circulação de discurso”, diz.

Empresário ameaça, mas rede social diz que vai agir dentro da lei

O empresário Elon Musk voltou a ameaçar descumprir decisões judiciais no Brasil, citando manifestação da rede social X (ex-Twitter), de que

ele é dono. A empresa adotou tom mais ameno e pediu ao tribunal, sem especificar qual, que “levante as ordens de sigilo sem demora” e responda recursos da plataforma parados há um ano.

O pronunciamento do X foi feito em perfil da área de Global Government Affairs (assuntos governamentais globais) da plataforma.

Ao repostar a mensagem nesta quarta-feira (10), Musk afirmou que o X respeita as leis do Brasil e de todos os países onde opera, mas, “quando recebemos uma ordem para quebrar a lei, nós devemos recusar”.

A mensagem da área interna da empresa, porém, não fala em recusar o cumprimento de decisões judiciais.

Além de pedir resposta aos recursos, a plataforma pede que outros poderes façam esforços por transparência.

A área de assuntos governamentais globais do X já havia prometido no sábado contestar “legalmente as ordens no que for possível”.

Por ora, contas como as do ex-deputado Daniel Silveira e do jornalista bolsonarista Allan dos Santos no X seguem bloqueadas com a mensagem de que foram retidas por determinação judicial.

Santos fez lives no domingo (7) e na terça-feira (9), que podiam ser acessados a partir de um link de comunidade na descrição do perfil, ainda acessível para usuários de smartphones, mas não para outros de desktop.

Nesta terça (9), o ministro Alexandre de Moraes decidiu que os responsáveis pela empresa no Brasil podem responder por eventual infração à lei na plataforma.

A PGR (Procuradoria-Geral da República) enviou ofício ao X Brasil para saber se de fato algum perfil foi reativado.

Na postagem de sábado, a área de assuntos governamentais do X afirmou que a empresa foi forçada por decisões judiciais a bloquear determinadas contas populares no Brasil e que informou a essas contas que as medidas foram tomadas.

“Estamos proibidos de informar qual tribunal ou juiz emitiu a ordem, ou em qual contexto. Estamos proibidos de informar quais contas foram afetadas. Somos ameaçados com multas diárias se não cumprirmos a ordem”, diz a nota, publicada em inglês e português.

“Não acreditamos que tais ordens estejam de acordo com o Marco Civil da Internet ou com a Constituição Federal do Brasil”, diz o texto, citando a liberdade de expressão.

TJ de SP aprova por 16 a 8 promoção de 1ª juíza por regra de gênero

Maria de Fátima dos Santos Gomes foi promovida para o cargo de desembargadora de carreira nesta quarta-feira

Frederico Vasconcelos e Priscila Camazano

SÃO PAULO O TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo) decidiu nesta quarta-feira (10) por 16 a 8 votos promover a primeira juíza beneficiada por nova norma do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

Maria de Fátima dos Santos Gomes, que atuava como juíza substituta no TJSP, foi promovida para o cargo de desembargadora de carreira, no critério de merecimento, decorrente da aposentadoria do desembargador José Tarciso Beraldo.

A posse administrativa da nova desembargadora será às 10h30 desta quinta (11).

Em nota, o Coletivo Sankofa de Magistradas, da qual Maria de Fátima é integrante, disse que a juíza é “vacionada, admirada e querida por seus pares, cuja promoção honra e orgulha a todas as mulheres”.

A criação pelo CNJ de uma política de alternância de gênero no preenchimento de vagas para a segunda instância do Judiciário foi pautada por Rosa Weber, à época presidente do CNJ e do STF (Supremo Tribunal Federal), às vésperas da sua aposentadoria.

Em setembro, o conselho aprovou por maioria de votos a criação da norma, que passou a valer neste ano. A regra será mantida até que cada tribunal alcance a proporção entre 40% e 60% por gênero.

O ato normativo estabelece a intercalação de uma lista exclusiva de mulheres e outra tradicional mista conforme a abertura de vagas para magistrados de carreira por critério de merecimento.

A decisão desta quarta-feira pelo tribunal paulista ocorreu após um grupo de 20 juízes paulistas ter pedido a anulação do concurso voltado só para mulheres para a promoção de juízes de carreira de segunda instância.

O grupo havia solicitado um mandado de segurança, com pedido de liminar, questionando o ato do presidente do tribunal, Fernando Antonio Torres Garcia, que tinha determinado a abertura de concurso, apenas para mulheres, para o cargo de desembargador destinado à promoção por merecimento.

Entre as justificativas, os juízes afirmaram no pedido que o ato fere o direito de todos os

magistrados, independentemente do gênero, de concorrer a vaga. “Uma vez que pelo fato de ser do gênero masculino, está aliado do concurso de promoção, e impedido de exercer o que lhe assegura a Lei Orgânica da Magistratura e a própria Constituição Federal”, disseram os juízes.

“Deve ser indagado, com o devido respeito, se o Conselho Superior da Magistratura verificou onde estão e quais são as disposições no Estatuto da Magistratura, que trata da promoção dos Magistrados e que outorgaram ao CNJ competência para dispor sobre regras de promoção por gênero?”, concluíram.

O pedido de liminar havia sido negado pelo relator, Gastão de Campos Mello Filho, que não considerou no ato ilegalidade ou abuso de poder. Mas o caso ainda seria analisado internamente.

Na semana passada, o tribunal decidiu suspender a indicação da promoção de uma juíza até que houvesse uma decisão interna sobre o caso. Durante a votação, o Órgão Especial ficou dividido e com o voto de desempate de Torres Garcia decidiu-se por suspender a nomeação.

Nesta terça (9), o desembargador Campos Mello extinguiu o mandado de segurança. Segundo o magistrado, o presidente do tribunal praticou ato de simples execução. “Se o que pretendem os impetrantes é o reconhecimento da invalidade da resolução do CNJ, é inelutável a conclusão de que a demanda foi mal endereçada.”

Além de julgar extinto o mandado de segurança, o relator julgou prejudicada a apreciação do recurso apresentado contra a rejeição da liminar.

Na segunda-feira (8), um grupo de 35 magistradas inscritas no concurso afirmou que foram prejudicadas “por terem sido, contra suas vontades, arrastadas para uma disputa judicial com graves falhas processuais”. Criticaram também a paralisação do concurso que adotaria, pela primeira vez, a resolução aprovada pelo CNJ.

No recurso oferecido pelos autores do mandado de segurança, os juízes afirmaram que reconhecem que a ação criou um inesperado problema político para o tribunal paulista.

“Principalmente depois de ter sido o mesmo efusivamente cumprimentado por autoridades do Judiciário nacional, como divulgado no Diário Oficial, exatamente por ter aberto — e por ter sido o primeiro a fazê-lo — concurso de promoção apenas para mulheres”, disseram no recurso.

Eles lamentaram a situação, mas afirmaram que “sabem que não deram causa à mesma e tal circunstância não pode servir de norte para a decisão”.

As vésperas do julgamento desta quarta, a desembargadora Maria Lúcia Pizzotti afirmou que o debate sobre as regras da carreira de um dos poderes da República deveria ser feito pelo Legislativo, mas isso não ocorreu.

“Esse é um dos argumentos do mandado de segurança. É dever ser analisado e julgado pelos 25 desembargadores do Órgão Especial, de forma colegiada, e não só pelo relator”, afirmou.

Alvo de manifestações de machismo no TJSP, a desembargadora, que sempre foi contra a promoção por critério de gênero, já havia dito

que as próximas promoções seriam judicializadas.

“Os juízes foram prejudicados com a inusitada decisão que permitirá que as juízas furem a fila constitucional das promoções para o cargo de desembargador, para que se corrijam os erros do passado”, disse Pizzotti.

Antes da votação, a ministra aposentada do Superior Tribunal de Justiça Eliana Calmon, que é crítica a decisão do CNJ, assim como Maria Lúcia Pizzotti, afirmou que a resolução é um demérito para as mulheres.

“O Brasil com tanta coisa séria para resolver acha pouco e procurou mais um pé de briga. Essa resolução, segundo entendo, é um demérito para as mulheres”, disse à Folha.



Maria de Fátima dos Santos Gomes, primeira mulher promovida no TJ-SP por regra de gênero

Divulgação TJ-SP

CONTROLE A EXPOSIÇÃO

NIVEA SUN

política



Tabata Amaral (PSB), Guilherme Boulos (PSOL) e ministro Camilo Santana (Educação) durante evento em São Paulo Ana Gabriela Oliveira Lima - 3.abr.24/Folhapress

Ministros entram na eleição em São Paulo e acirram disputa

Nunes falou em uso político por Boulos, que participou de evento com Tabata

Joelmir Tavares

SÃO PAULO A participação de ministros do governo Lula (PT) na pré-campanha eleitoral em São Paulo abriu uma nova frente de disputa entre Guilherme Boulos (PSOL), pré-candidato apoiado pelo presidente, Tabata Amaral (PSB), que também está na órbita governista, e Ricardo Nunes (MDB), que postula a reeleição e tem colegas de partido na Esplanada dos Ministérios.

Boulos e Tabata chegaram a dividir espaço em um evento na semana passada com o titular da Educação, Camilo Santana —cada um ficou de um lado do ministro durante entrevista coletiva. Nunes já criticou o psolista por explorar a proximidade com auxiliares de Lula para fazer agendas casadas, mas diz que espera ter em seu palanque os três emedebistas que comandam pastas no governo.

A situação evidencia a dificuldade de Lula de conseguir unidade em torno de candida-

tos ligados ao governo e mostra que apelos do petista têm sido desrespeitados.

Tabata usa como chamariz o apoio dos pessebeistas Geraldo Alckmin, que além de vice-presidente é ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, e Márcio França, do Empreendedorismo, Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

A conexão de Boulos com a máquina federal motivou crítica de Nunes, conforme noticiou o Painei.

O prefeito se incomodou com a postura de Alexandre Silveira, ministro de Minas e Energia, que telefonou para Boulos, e não para o atual gestor da cidade, para tratar do processo que pode levar à cassação da concessão da distribuidora de eletricidade Enel na capital.

Nesta quarta-feira (10), o deputado teve reunião com Silveira em Brasília para debater os sucessivos apagões e voltou a provocar Nunes. “Falta comando, liderança, iniciativa e capacidade de diálogo

com concessionárias, por isso o governo federal está puxando para si [a responsabilidade]”, disse.

Boulos fez na terça-feira (9) aparição ao lado de Esther Dweck (Gestão) e também esteve, nas últimas semanas, com Sonia Guajajara (Povos Indígenas) e Marina Silva (Meio Ambiente), tanto em eventos oficiais quanto partidários. O deputado trata a relação com os ministros como um trunfo e estabeleceu como prioridade valorizar feitos do governo federal na cidade para reforçar o elo com o eleitorado de Lula.

Nunes tem afirmado que o adversário faz uso político da proximidade com o governo. A área de suporte jurídico ao prefeito monitora os episódios, mas não identificou até agora sinais de irregularidades. O acompanhamento deve ser intensificado quando começar oficialmente a campanha.

O emedebista, que em dezembro disse à Folha esperar contar com o apoio de qua-

Candidato do PSOL volta a se reunir com o governo Lula

O deputado federal Guilherme Boulos (PSOL-SP), pré-candidato à Prefeitura de São Paulo, voltou a se reunir com o ministro das Minas e Energia, Alexandre Silveira, para discutir a crise da Enel na capital paulista e criticou o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB). “Falta comando, liderança, iniciativa e capacidade de diálogo com concessionárias [a Nunes] e por isso o governo federal está puxando para si [a responsabilidade]”, disse Boulos, cuja interferência no tema tem sido criticada por Nunes e vista por aliados do prefeito como uma politização indevida da questão. Ele estava acompanhado por outros deputados federais por São Paulo, como Rui Falcão (PT-SP) e Nílto Tatto (PT-SP).

droso do MDB integrantes do governo federal, viu uma das aliadas ser alvo de fogo amigo na coalizão que está montando —e que inclui o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Após Simone Tebet (Planejamento) afirmar em entrevista à CNN Brasil que deverá apoiar Nunes, mas rejeita subir em palanque ao lado de Bolsonaro, o ex-secretário Fábio Wajngarten, braço direito do ex-mandatário, disse que a ministra é “sem votos” e “atrapalha uma eleição ganha”.

O prefeito, por sua vez, minimizou a restrição de Tebet e manteve o discurso de que todo apoio é importante.

Além dela, Jader Filho (Cidades) e Renan Filho (Transportes) são ministros do MDB na gestão Lula. Nunes busca emplacar a mensagem de que tem a seu lado uma frente ampla organizada para evitar uma vitória do que chama de representante da extrema esquerda —Boulos, seu principal adversário.

O psolista tem comparecido a compromissos oficiais de ministros em São Paulo. Outros parlamentares do estado, inclusive de partidos de fora da base, também costumam ser convidados.

A expectativa é a de associar seu nome ao de Lula, que tem a gestão considerada ótima ou boa por 38% da população paulistana, segundo pesquisa Datafolha de março. Outros 34% a avaliam como péssima —em agosto de 2023,

eram 25%. Apesar da tendência de deterioração no apoio, os percentuais no município são levemente mais favoráveis ao Planalto do que a média nacional.

A equipe de Boulos se apega aos índices e à memória de que Lula venceu Bolsonaro em 2022 na capital para reforçar a vinculação com o governo. A estratégia é ressaltar iniciativas federais que têm o apoio do deputado e colocá-lo como candidato de Lula, na primeira eleição em que o PT não tem cabeça de chapa na cidade.

Na terça, o psolista acompanhou Esther Dweck em agenda relacionada ao programa federal que destina para a habitação social imóveis da União sem uso. Boulos é entusiasta do projeto, que impulsiona a bandeira da moradia, cara ao líder do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto).

A pré-campanha do PSOL diz que a presença do deputado em atividades do governo ocorre dentro da lei e que encontros de teor partidário e eleitoral, como os com Marina e Guajajara, ocorrem preferencialmente aos fins de semana, para afastar o risco de questionamentos.

O engajamento de Lula na candidatura de Boulos inclui a determinação de que o governo turbine iniciativas na capital paulista e faça inaugurações. O psolista teve protagonismo, por exemplo, numa solenidade com o presidente em dezembro para anunciar obra do Minha Casa, Minha Vida na zona leste.

Apesar de seu partido fazer parte do governo, Tabata evita atrelar sua pré-campanha ao Planalto. Ela discursou no evento com Santana em que foi lançado o programa Pé de Meia por ter sido a autora do projeto de lei que culminou na medida do governo federal, que paga uma bolsa para manter estudantes no ensino médio. A participação na solenidade foi uma oportunidade para a parlamentar ter seu nome associado à iniciativa.

A pessebeista usou o tempo de fala para destacar a importância da educação em sua trajetória. Depois do evento, em entrevista, alfinetou Boulos ao dizer que é triste ver que “políticos que estiveram inertes ao longo de toda essa batalha agora quererem surfar a onda para colar sua imagem ao trabalho de centenas de pessoas”.

Tabata sempre ressaltou ter Alckmin como fiador, o que ganha ainda mais peso no momento em que ela articula o embarque em sua coligação do PSDB, partido ao qual o vice-presidente e ministro foi filiado por 33 anos.

Governo Lula vai gastar R\$ 769 mil em heliponto que recebe carro voador

Renato Machado

BRASÍLIA O governo Lula (PT) abriu uma licitação para a construção de um novo heliponto para o Palácio do Planalto, com uma estrutura que vai estar apta para receber não apenas helicópteros, mas também os chamados carros voadores e outras tendências de veículos aéreos.

O Palácio do Planalto vai gastar R\$ 769 mil com o novo heliponto, que vai substituir a estrutura já existente, nos fundos do complexo.

O aviso de abertura da licitação foi publicado nesta terça-feira (9) no Diário Oficial da União. Após a conclusão do processo e a contratação da empresa, as obras deverão ser concluídas em 180 dias.

O Palácio do Planalto já conta com um heliponto, que fica localizada nos fundos do complexo, perto da via chamada N2. Essa estrutura vai ser readequada, segundo a justificativa do governo, pa-

ra receber veículos maiores e mais modernos, incluindo os chamados carros voadores, que já começaram a ser fabricados em algumas partes do mundo.

A nova demanda foi descrita em um despacho do GSI (Gabinete de Segurança Institucional), que integra o estudo preliminar para a construção da nova estrutura.

“Sobre o assunto, participo que com a finalidade de adequar o heliponto não somente aos modelos de helicópteros disponíveis atualmente mas também aos futuros vetores que poderão ser utilizados para o transporte do senhor presidente da República seria necessário redefinir a capacidade anteriormente proposta”, diz o despacho, assinado pelo coronel aviador Sandro Bernardon, coordenador-geral de Transporte Aéreo do GSI. A nova estrutura deverá suportar vetores de até 5 toneladas e com comprimento total de 15 metros.



O Palácio do Planalto já tem um heliponto 1 que foi utilizado pelos últimos presidentes da República durante seus mandatos; caso do próprio Lula 2, em suas primeiras duas gestões, de Fernando Henrique Cardoso 3 e de Fernando Collor de Mello 4

Juízes do caso Moro evitam julgar Lava Jato, mas citam operação

Relator de ação no TRE-PR falou em ‘bilhões devolvidos’, e colega criticou atuação do senador como magistrado

Catarina Scortecchi

CURITIBA Juízes do TRE (Tribunal Regional Eleitoral) do Paraná disseram inicialmente que evitariam tratar, durante o julgamento do senador Sergio Moro (União Brasil), da Operação Lava Jato, na qual o parlamentar foi juiz e uma das mais conhecidas autoridades, antes de ingressar na política em 2018.

A operação, contudo, acabou sendo mencionada nos votos, inclusive quando se discutia o peso de uma pré-campanha de alguém que já carregava uma fama de outrora, como a do ex-juiz.

Moro se tornou alvo de uma ação judicial no TRE, movida pelo PT e pelo PL, por supostos abuso de poder econômico no período da pré-campanha e utilização indevida dos meios de comunicação. As teses foram rejeitadas ao final do julgamento, nesta terça-feira (10), pelo placar de 5 a 2. Os dois partidos anunciaram que vão recorrer ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral), que terá a palavra final sobre a cassação.

Já no primeiro dia de julgamento em Curitiba, o relator do caso, Luciano Carrasco Falavinha, prometeu que não iria julgar na ocasião “a Operação Lava Jato, seus personagens, acertos e erros”. “O que está em julgamento é a imputação de desvios na pré-campanha de um ex-juiz que se candidatou a senador”, continuou ele, que votou pela absolvição de Moro no processo.

A Operação Lava Jato, que completou dez anos da deflagração de sua primeira fase em março, costuma despertar intenso debate nos meios político e jurídico por causa dos métodos adotados. Críticos dizem que a investigação atropelou garantias dos réus em nome do combate à corrupção, versão rejeitada por apoiadores, que veem hoje uma reação política contra autoridades que conduziram os processos.

Moro, inclusive, afirma que a ação eleitoral representa uma iniciativa de perseguição.

No TRE paranaense, o relator Luciano Carrasco Falavinha, embora tenha sido o mais enfático entre os sete julgadores na tentativa de desvincular o elo entre o caso eleitoral e a discussão sobre a Lava Jato, defendeu que todo processo protocolado na Justiça Eleitoral “tem relação com a política”.

“É muita ingenuidade acreditar que, atuando como juiz em grande operação de combate a corrupção que afetou razoável parte do quadro político, ao sair da magistratura e ingressar no governo beneficiado eleitoralmente pela indicada operação, não seria atacado”, disse Falavinha, em referência à entrada de Moro no governo de Jair Bolsonaro.

Antes, Falavinha também aproveitou para citar o que considera erros e acertos da operação.

“Não se vai aqui dizer de seus acertos, ou seja, dos bilhões de reais devolvidos aos cofres públicos pela prática confessada de corrupção nunca vista antes na história desse país; muito menos seus erros, muitos deles já reconhecidos pelo STF, tais como arbitrária quebra de sigilo telefônico do então ex-

-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, familiares e até advogados; divulgação ilegal de áudios, ou do levantamento do sigilo na última semana antes do primeiro turno das eleições da delação premiada de Antonio Palocci”, disse Falavinha.

O julgamento de Moro no Paraná também teve uma outra discussão política como pano de fundo, já que o hoje presidente Lula (PT) foi quem nomeou dois advogados como juízes da corte — que acabariam participando da análise do caso de Moro. Lula foi o principal réu da Lava Jato e passou 580 dias na prisão, entre 2018 e 2019, em decorrência de sentença assinada por Moro, posteriormente anulada.

Um desses juízes foi José Rodrigo Sade, que votou a favor da cassação de Moro na semana passada. Sade refutou a tese de que “a grande fama” adquirida por Moro como juiz à frente da Lava Jato já teria rendido a ele capital político suficiente, a ponto de se poder ignorar o investimento financeiro dos partidos e o quanto isso teria “afetado a normalidade das eleições”.

Sade também pontuou que a fama na esteira da Lava Jato “pode ser boa e pode ser ruim”, em referência à onda de críticas à operação, daí os “altos investimentos em comunicação para convencer” os eleitores.

Em seu voto, ele cita que a notoriedade que já dispunha Moro ocorria “em razão da sua atuação na Operação Lava Jato, das circunstâncias em que teve o nome envolvido na Operação Spoofing, sua suposta antagonização em relação ao então ex-presidente Lula”.

A Spoofing, deflagrada pela PF, apurou o hackeamento de celulares de autoridades, e o material aprendido nela continha mensagens que mostraram colaboração entre Moro e os procuradores na época da Lava Jato, o que é ilegal.

Em outra alfinetada, o Sade disse: “Sua estreia no mundo político se dá assumindo o cargo de ministro da Justiça. Aqui, abra-se parênteses para dizer que nessa função no Executivo talvez o ex-juiz tenha tido sua maior legitimidade para combater a corrupção e criminalidade, funções essas que sabidamente não pertencem aos magistrados”.

Outro nomeado por Lula, o juiz Julio Jacob Junior, que também votou contra Moro, seguiu a mesma linha de Sade ao tratar da fama do ex-juiz em decorrência da Lava Jato e do impacto disso na eleição: “Se até as pedras sabiam quem era Sergio Moro, como aduziu o relator em seu voto, não precisaria de tamanha e intensa pré-campanha e campanha como foram feitas”.

Jacob argumentou que “é bem verdade que o investigado ganhou relevante fama pela sua atuação na Operação Lava Jato e à frente do Ministério da Justiça”, mas que “tanto a fama não era suficiente para uma candidatura que suas redes sociais foram profissionalizadas”.

Os outros cinco julgadores votaram a favor de Moro, definindo o resultado do processo na corte em Curitiba. Os autores da ação eleitoral,

contudo, apostam na discussão aberta pelos dois votos divergentes e avaliam que o resultado final pode ser diferente em Brasília.



Senador Sergio Moro fala com a imprensa, ao lado da esposa e deputada Rosângela Moro, após o resultado favorável em julgamento sobre sua cassação no TRE-PR

Gabriela Bilo - 9.abr.24/Folhapress

CONTROLE A EXPOSIÇÃO

NIVEA SUN

mundo



Policiais entram em confronto com manifestantes contrários ao governo de Javier Milei em Buenos Aires Luis Robayo/AFP

Milei apresenta versão desidratada da Lei Ônibus depois de negociações

Rascunho final contém 279 artigos, ante 660 do texto original; empresas privatizáveis vão de 40 a 18

Mayara Paixão

BUENOS AIRES O rascunho final e desidratado da chamada Lei Ônibus, a prioridade legislativa de Javier Milei neste início de mandato na Argentina, foi finalmente apresentado no final desta terça-feira (9) pelo governo do presidente ultraliberal após semanas de negociações.

Diante da derrota que colheu em fevereiro nos primeiros debates do pacote de leis que desregulam a economia, abrem o caminho para a privatização de estatais e concentram poderes nas mãos do presidente, Milei usou os últimos dois meses para receber bancadas legislativas e governadores para negociar item a item.

Da primeira vez que apresentou a Lei Ônibus, houve pouco ou nenhum diálogo. Os mais de 600 artigos da versão inicial do projeto, depois desidratado paulatinamente, caíram como verdadeira surpresa para a maioria das bancadas, inclusive as mais próximas ao governo.

Agora o governo apresentou o rascunho final da ampla lei às bancadas aliadas no Con-

gresso e aos governadores, que podem barganhar um ou outro ajuste. O objetivo é que o material seja debatido por comissões legislativas na próxima semana e entre em debate na Câmara no próximo dia 24, já prevendo uma pausa durante o 1º de maio, Dia do Trabalhador marcado historicamente por protestos no país.

A nova versão dá ao presidente poder para governar sem o Congresso e por um ano em quatro áreas: administrativa, econômica, financeira e energética. Entre as empresas total ou parcialmente privatizáveis, antes 40 e agora 18, estão o Banco da Nação Argentina e a Aerolíneas.

O pacote também prevê o desconto no salário de trabalhadores públicos que se ausentarem de seus postos para participar de protestos e derruba a chamada moratória previdenciária, que durante o governo anterior, de Alberto Fernández, permitiu que trabalhadores que ainda não tinham completado o tempo de serviço exigido se aposentassem.

Nestas últimas semanas, os corredores da Casa Rosada receberam diversos governado-

Chanceler argentina viaja ao Brasil em 1ª visita bilateral

A chanceler da Argentina, Diana Mondino, viaja ao Brasil no próximo domingo (14) para uma agenda que inclui um encontro em Brasília com o ministro Mauro Vieira e uma ida a São Paulo para reuniões com empresários no início da semana. Trata-se da primeira viagem bilateral feita por Mondino ao Brasil desde o início do governo de Javier Milei, em dezembro. O plano prioritário é abordar a situação da relação bilateral entre Brasília e Buenos Aires e, possivelmente, tratar temas de regionais comuns. A economista, uma das ministras mais importantes de Milei, já esteve duas vezes com o chanceler Mauro Vieira para conversas. Antes de ser empossada, escolheu o Brasil como primeiro país de destino para colocar panos quentes na relação entre os dois governos. Depois, Mondino esteve com Vieira durante a reunião do G20, realizada no Rio de Janeiro em fevereiro.

res (com exceção dos da ala mais opositora, como Axel Kicillof, de Buenos Aires) e blocos da Câmara.

As negociações correram especialmente com o Proposta Republicana (PRO; 37 deputados), o partido liderado pelo ex-presidente Mauricio Macri e o mais importante para o governo no Congresso; a União Cívica Radical (UCR), de 34 deputados, e o Fazemos a Coalizão Federal, de 22.

O partido governista, a Liberdade Avança, tem 41 deputados na Casa. São necessários no mínimo 129 votos para aprovar o projeto.

Já as tratativas com governadores se devem, entre outros pontos, ao peso que têm no Senado argentino, já que é das províncias que saem os membros da Casa, como ocorre no Brasil com os estados.

Um dos principais temas na mesa de negociação foi a pressão por parte de algumas bancadas para que o governo incluísse na repaginada Lei Ônibus a reforma trabalhista que a administração nacional já havia tentado aplicar, mas foi impedida pela Justiça. Inicialmente a reforma foi

vinculada a um megadecreto imposto pela Casa Rosada e visava facilitar demissões e torná-las menos custosas ao empregador. Uma corte local, porém, colocou freio no governo.

De acordo com o jornal local La Nación, a gestão de Milei propôs à UCR, partido mais vocal na defesa de incluir a questão trabalhista no novo pacote de leis, que proporia esse adendo uma vez que o material já estiver em debate entre os deputados.

Essa prioridade do presidente argentino para aprovar o mais rápido possível a Lei Ônibus também atende a um prazo de tempo específico. No próximo 25 de maio, Milei pretende assinar na província de Córdoba o chamado “Pacto de Maio”, conjunto de dez prioridades que se tornariam objetivo comum dos governos nacional e provinciais.

O plano foi apresentado por ele em março, no discurso na abertura das atividades legislativas. O convite, por sua vez, foi estendido aos chefes das 23 províncias argentinas, além da capital, a cidade de Buenos Aires. O presidente ultraliberal diz querer “refundar o país”.

Justiça bloqueia bens e quebra sigilo bancário de Alberto Fernández

A Justiça da Argentina determinou na noite desta terça-feira (9) o bloqueio de bens e a quebra do sigilo bancário do ex-presidente Alberto Fernández. O peronista foi acusado de desvio de verba pública. A decisão do juiz federal Julián Ercolini também inclui ao menos outras 32 pessoas que estão envolvidas no chamado escândalo dos seguros. Fernández foi acusado de desviar verba por meio da contratação irregular de seguros para empregados públicos. As suspeitas de atuações irregulares com participação do ex-presidente ganharam tração com um decreto de 2021 que obrigava o Estado a assinar contratos com uma empresa, a Nación Seguros, ligada ao marido da secretária particular de Fernández, María Cantero. Em fevereiro, Fernández disse que concordava que a investigação ocorresse para que prove sua inocência. “Não roubei nada nem participei de nenhum esquema, tampouco autorizei um”, disse ele.

A saber, algumas das principais medidas listadas no pacto são: que a propriedade privada é inviolável, que o equilíbrio fiscal é inegociável e que a redução dos gastos públicos em 25% do PIB é prioridade. Alguns governadores como Kicillof já disseram que não há conversa.

Na terça (9), o governo argentino apresentou um pacote fiscal que tem como marca principal a mudança na arrecadação do Imposto de Renda.

A proposta é que a faixa mínima a ser tributada seja a de 1,8 milhão de pesos (salário de cerca de US\$ 2.036, ou R\$ 10.180) para cidadãos solteiros e 2,2 milhões de pesos (salário de US\$ 2.488, ou R\$ 12.440) para aqueles que são casados e que têm filhos menores de 18 anos.

O modelo seria progressivo, com alíquotas que vão de 5% até 35%. Os valores são bem mais altos do que os ventilados pelo governo no início dos debates sobre a lei fiscal, ainda no início deste ano. Chegou-se a cogitar, por exemplo, que o valor mínimo fosse de um salário de 1,2 milhão de pesos.

Ainda nesta quarta, foram registrados confrontos entre manifestantes e a polícia na avenida 9 de Julho, uma das principais artérias da cidade. Entre outras coisas, eles pediam que haja investimento nos chamados “comedores populares”, os restaurantes públicos onde se oferece comida aos mais necessitados. Sob o governo Milei não foram enviados alimentos para esses projetos.

Ex-vice-presidente do Equador tentou suicídio após captura em embaixada, diz Rafael Correa

QUITO | REUTERS Capturado na embaixada do México em Quito numa ação repudiada por líderes de todo o mundo, o ex-vice-presidente do Equador Jorge Glas precisou ser levado ao hospital porque tentou se suicidar no começo da semana, disse nesta quarta-feira (10) o ex-presidente equatoriano Rafael Correa.

De acordo com Correa, advogados e filhos conseguiram conversar com Glas nesta quarta, via plataforma Zoom, pela primeira vez desde a prisão. “Confirmamos que a emergência médica foi uma tentativa de suicídio. Ele ainda não comeu e está em greve de fome”, escreveu o ex-presidente na rede X. “Responsabilizamos [o atual presidente] Daniel Noboa pela integridade física e emocional de Jorge.”

Autoridades já haviam informado que Glas teve de ser hos-

pitalizado na segunda-feira (8) por se recusar a se alimentar na prisão de segurança máxima La Roca, em Guayaquil, para onde fora transferido.

Na ocasião, o serviço penitenciário equatoriano divulgou comunicado no qual relatava que o ex-vice sofreu uma “possível descompensação por sua recusa em consumir os alimentos” e que o estado de saúde dele era estável. A nota, porém, não fez menção à tentativa de suicídio.

Já a imprensa local, mencionando um relatório da polícia, divulgou no começo da semana que Glas sofrera um “coma profundo autoinduzido” pelo consumo de medicamentos antidepressivos. Não está claro a qual emergência médica Correa se referiu na publicação da rede social.

Glas recebeu alta do hospital na terça (9) e retornou à

prisão. Segundo sua advogada, ele agradeceu ao governo mexicano e disse que o asilo “não lhe deu liberdade, mas a dignidade de ser uma pessoa perseguida politicamente”.

O ex-vice-presidente, que já foi um dos políticos mais importantes do Equador, refugiava-se na embaixada mexicana em Quito desde dezembro, mas foi capturado na última sexta, quando agentes encapuzados a bordo de carros blindados invadiram o local.

A ação foi criticada por vários países, inclusive o Brasil. A Convenção de Viena, assinada pelo Equador em 1961, determina que Estados signatários devem tomar todas as medidas para proteger a missão diplomática de outras nações em seu território e que seus prédios e propriedades são imunes a buscas e apreensões.

A OEA (Organização dos

Estados Americanos) condenou “energicamente” nesta quarta a invasão da embaixada do México. Reunidos na sede da organização em Washington, representantes de todos os países do continente votaram a favor da resolução, com exceção do Equador, que votou contra, e El Salvador, que se absteve. O México, convocado pelo Equador para apresentar seu ponto de vista sobre a operação, não participou da reunião do Conselho Permanente da entidade.

No fim de semana, a OEA já havia denunciado “qualquer ação” que colocasse em risco a inviolabilidade desses espaços. O texto debatido nesta quarta é mais categórico ao “condenar energeticamente a invasão”, bem como “os atos de violência perpetrados contra a integridade e a dignidade do pessoal diplomático da missão”.

Ex-líder da Colômbia, Uribe vira réu por suborno de testemunhas

BOGOTÁ | AFP O ex-presidente da Colômbia Álvaro Uribe, um dos políticos mais influentes do país sul-americano, virou réu na terça (9) por suposta manipulação de testemunhas e fraude processual em um caso que investiga sua eventual participação em grupos paramilitares.

Em nota, o Ministério Público afirmou que um promotor havia acusado Uribe de ser o mandante de um de suborno de testemunhas. O comunicado não detalha quando começaria o julgamento.

Uribe, popular pela política de linha dura de seu governo para enfraquecer as guerrilhas colombianas, pode pegar pena de até oito anos de prisão. Nesta quarta (10), ele afirmou que a investigação é motivada por “vinganças políticas” e disse ser acusado “sem provas”, em uma mensagem na rede social X. O caso começou em 2012,

quando, então senador, Uribe apresentou denúncia contra o congressista de esquerda Iván Cepeda. O ex-presidente acusava o opositor de um suposto complô, produzido com testemunhas falsas, para associá-lo a grupos paramilitares de extrema direita.

A Suprema Corte da Colômbia, no entanto, não só se absteve de julgar Cepeda como começou a investigar o ex-presidente em 2018 sob a mesma suspeita: manipulação de testemunhas contra seu opositor.

Esse não é o único caso que Uribe enfrenta na Justiça. Ele também foi denunciado perante um tribunal argentino por supostamente ter envolvimento com mais de 6.000 execuções e desaparecimentos forçados de civis cometidos entre 2002 e 2008, durante seu governo, um caso conhecido como “falsos positivos”.

Trump e as Forças Armadas

Militares da reserva apelam à Suprema Corte para negar imunidade a republicano

Lúcia Guimarães

É jornalista e vive em Nova York desde 1985. Foi correspondente da TV Globo, da TV Cultura e do canal GNT, além de colunista dos jornais O Estado de S. Paulo e O Globo

Um apelo inédito foi enviado à Suprema Corte dos EUA nesta semana: recusem o pedido de imunidade feito por Donald Trump. Trata-se de um “amicus brief” (documento usado por terceiros para intervir em uma ação legal) e foi assinado por 19 generais e almirantes da reserva, além de civis que ocuparam o alto escalão do Pentágono. No documento de 38 páginas, os assinantes alegam que tornar Trump, alvo de 88 acusações criminais, imune diante da Justiça

será uma ameaça à segurança nacional, à estabilidade de democracia global e terá impacto profundamente negativo sobre a capacidade das Forças Armadas de cumprir ordens do Executivo sem violar as leis vigentes. No final de julho de 1974, o primeiro passo para o provável impeachment de Richard Nixon completou-se na Câmara dos Deputados. O voto para retirar Nixon da Presidência não aconteceu no Senado porque Nixon renunciou em 9 de agosto, após

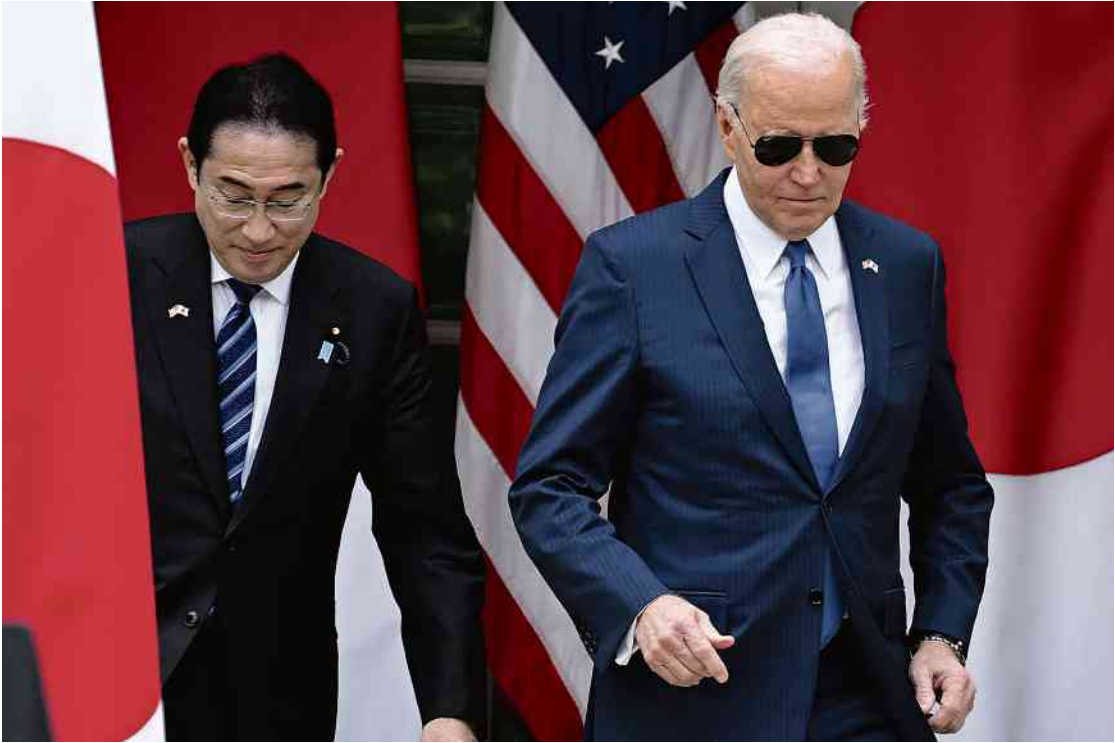
o senador Barry Goldwater ir à Casa Branca avisar ao chefe de Estado implicado no escândalo Watergate que o Partido Republicano não o apoiava mais. Dias depois, foi revelado ao público um drama de bastidores excepcional na história da República. Quando o impeachment se tornou inevitável, o alarmado secretário de Defesa James Schlesinger, um civil, combinou com o general Michael Brown, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, de monitorar de

talhadamente ordens para comandantes militares. Schlesinger temia que Nixon, àquela altura constantemente bêbado e esbravejando para os retratos de antecessores na Casa Branca, tentasse emitir uma ordem direta para algum oficial das três forças. O ineditismo deste acordo verbal se explica porque ele revelava um potencial crime contra a Constituição, que define o presidente como chefe das Forças Armadas. Do sargento ao general

estrelado, todos juram acatar ordens do chefe do Executivo. Ao contrário da esbórnia pornográfica promovida por Walter Braga Netto, os comandantes militares americanos tendem a polir, em ações e palavras, a imagem apolítica das forças. O filho de um oficial da ativa durante o governo Nixon confirmou a esta colunista que o dilema de cumprir ordens do presidente era francamente discutido na caserna. E um historiador da relação entre civis e militares nos EUA sugeriu, numa conversa já no primeiro ano de mandato de Trump, que a mesma angústia era notada entre oficiais. Afinal, o gângster delirando no Salão Oval chegou, em 2017, a mandar seu secretário de Defesa James Mattis assassinar o ditador da Síria, Bashar al-Assad, como quem encomenda uma pizza. (“Não vamos fa-

zer nada disso,” avisou Mattis a quem testemunhou a conversa por telefone com Trump). O risco real de Trump voltar à Casa Branca tem aumentado o debate sobre “o dever de desobedecer” incluído no código da Justiça militar americana. O conceito emergiu depois da Segunda Guerra, quando os réus nazistas do Tribunal de Nuremberg alegaram que estavam apenas cumprindo ordens. Trump tem prometido em comícios que seu segundo mandato vai ser usado para aplicar vinganças. Seus advogados sugeriram num tribunal, em janeiro, que, como presidente, ele teria imunidade para encomendar o assassinato de adversários aos Seals, tropa de elite da Marinha. Como explicar que a candidatura de Trump continue a ser coberta na imprensa como uma campanha política habitual?

| DOM. Sylvia Colombo | TER. Mundo Leu | QUI. Lúcia Guimarães | SÁB. Igor Patrick



O presidente dos EUA, Joe Biden, recebe o premiê do Japão, Fumio Kishida, na Casa Branca Andrew Caballero-Reynolds/AFP

EUA e Japão selam aliança com foco militar contra China

Joe Biden e Fumio Kishida se reúnem na Casa Branca e renovam unidade com anúncio de nova missão à Lua

Fernanda Perrin

WASHINGTON Joe Biden investiu no Japão como um dos principais aliados dos Estados Unidos em seu mandato. Nesta quarta-feira (10), ao lado do primeiro-ministro Fumio Kishida, ele anunciou os principais resultados dessa estratégia: aprofundamento da integração militar, cooperação em inteligência artificial, uma missão lunar conjunta e, de bônus, novas cerejeiras para Washington. Os dois líderes se reuniram na Casa Branca durante a manhã. É a 12ª vez que Biden e Kishida se encontram desde a posse do democrata, em 2021. A frequência reflete a prioridade dada pela Casa Branca ao país, seu maior aliado na vizinhança da China, potência vista por ambos como uma ameaça. O principal anúncio feito nesta quarta foi o aprofundamento da integração militar. Aproveitando a suspensão

“Nós concordamos que nossos países continuarão a responder aos desafios relacionados à China por meio de uma estreita coordenação. Também reafirmamos a importância de continuar nosso diálogo com a China e cooperar com ela em desafios comuns”

Fumio Kishida primeiro-ministro do Japão

do limite para exportações ligadas à defesa, os países formarão um conselho industrial militar que vai gerenciar a produção conjunta de armamentos, como mísseis. Segundo integrantes da Casa Branca, a medida permitirá que os EUA usem a força industrial japonesa para preencher um dos pontos fracos americanos: a falta de capacidade de produção de itens estratégicos de defesa. No rol de ativos japoneses, está também a energia nuclear. Outro anúncio significativo foi a criação, junto com a Austrália, de uma rede de sistemas contra mísseis aéreos. Falando a jornalistas após a reunião, Biden afirmou que os avanços são os mais significativos em toda a história da relação com o Japão. “Nós concordamos que nossos países continuarão a responder aos desafios relacionados à China por meio de uma estreita coordenação”, disse Kishida a jornalistas. “Também reafirmamos a importância de continuar nosso diálogo com a China e cooperar com ela em desafios comuns.” Em inteligência artificial, foi anunciada uma parceria de pesquisa entre as universidades Carnegie Mellon e Keio financiada pela Microsoft e por empresas japonesas. Uma segunda parceria foi acertada entre as universidades de Washington e Tsukuba apoiada pela Amazon e pela Nvidia. O terceiro eixo da aliança entre os países mira o espaço. EUA e Japão fecharam um acordo para que Tóquio se torne um membro integral da missão de exploração lunar Artemis liderada pela Nasa, prevista para 2026. Será a primeira vez que um não americano

pisará na Lua, destacou Biden. Em um gesto simbólico, Kishida se comprometeu a enviar a Washington novas cerejeiras, para substituir as que foram cortadas recentemente na capital americana em razão de um projeto de renovação urbana. As árvores foram apresentadas pelo Japão há 110 anos e plantadas ao longo de uma enseada. Turistas invadem a cidade todo ano para vê-las em flor. O primeiro-ministro japonês disse que as cerejeiras são símbolos da relação entre os países, hoje estendida do “espaço ao oceano profundo”, e que, como as árvores, continuará a crescer e florescer. Sob Kishida, o papel geopolítico do Japão ganhou musculatura. Integrantes da Casa Branca destacam a pronta resposta do aliado à invasão da Ucrânia pela Rússia, adotando sanções. Biden afirmou que o primeiro-ministro vai participar de seus esforços para negociar um cessar-fogo entre Israel e Hamas na Faixa de Gaza e a libertação dos reféns. Um tema em que Japão e EUA não estão na mesma página não foi abordado pelos líderes: a aquisição da U.S. Steel pela Nippon Steel, um negócio de US\$ 15 bilhões. Biden se opõe ao negócio e já afirmou que está do lado do sindicato de trabalhadores americanos, que também rejeita o acordo. Questionado por jornalistas sobre a negociação, Kishida disse que espera que a conversa avance “de modo positivo para ambas as partes”. Ele destacou que o Japão é o maior investidor estrangeiro nos EUA. Biden, por sua vez, reafirmou que está “do lado dos trabalhadores”.

Xi encontra ex-líder de Taiwan e cita ‘reunião histórica de família’

Nelson de Sá

PEQUIM O líder chinês, Xi Jinping, e o ex-presidente taiwanês Ma Ying-jeou se encontraram nesta quarta-feira (10) em Pequim, num momento de tensão na relação entre a China e a ilha considerada uma província rebelde. Vídeos de Xi e Ma se cumprimentando sorridentes e conversando durante o encontro no Grande Salão do Povo espalharam-se pelas plataformas de mídia social na China e em Taiwan. A agência de notícias Xinhua e a rede CCTV, ligadas a Pequim, noticiaram com rapidez. Também os jornais de Taipé, capital de Taiwan. “As pessoas dos dois lados do estreito de Taiwan são todas chinesas”, falou Xi a Ma, segundo a Xinhua. “Não existem nós que não possam ser desatados, não há questões que não possam ser discutidas e nenhuma força que possa nos separar”. Segundo a agência CNA, ligada a Taipé, Xi elogiou o “senhor Ma”, sem se referir a ele como ex-presidente, por defender o chamado “consenso de 1992”, quando os governantes dos dois lados na época teriam concordado em ser “uma só China”, e por promover o desenvolvimento pacífico das relações e trocas. “Tenho grande estima por tudo isso”, afirmou Xi. Ele declarou que “interferências externas não podem impedir a reunião histórica da família e do país”. Ma, segundo a CNA, agradeceu pela recepção à sua delegação, formada por 20 estudantes taiwaneses, que teriam aprofundado sua compreensão da cultura chinesa

e mostrado que “o sangue é mais espesso do que a água”. “O povo chinês passou por cem anos de humilhação”, disse Ma. “Nos últimos 30 anos, através dos esforços do povo chinês de ambos os lados do estreito, foram dados passos, juntos, em direção à revitalização chinesa.” Se acontecer uma guerra, as consequências seriam “insuportavelmente pesadas”, afirmou o taiwanês, acrescentando que “o povo chinês de ambos os lados do estreito” tem sabedoria o bastante para lidar com as diferenças e evitar uma escalada. Xi e Ma já haviam se encontrado em Singapura, em 2015, também entre sorrisos. Ma foi presidente de Taiwan até 2016, cumprindo dois mandatos de quatro anos. Ele atravessou os últimos dez dias em um giro por cidades da China, com os estudantes, defendendo o vínculo histórico e familiar da ilha com o continente. Seu partido, o tradicional Kuomintang (KMT), está na oposição há oito anos e perdeu a última eleição para presidente, mas voltou a controlar o Legislativo da ilha. Durante a campanha, Ma defendeu que o governo taiwanês deveria negociar com Xi, no qual disse confiar. A República Popular da China considera Taiwan parte do país e defende a reunificação, não descartando o uso de força, enquanto o atual governo da República da China, nome da ilha, não aceita que os dois lados sejam “uma só China”. A divisão ocorreu no final da guerra civil, em dezembro de 1949, após meio século de controle da ilha pelo Japão.

Oposição vence pleito legislativo na Coreia do Sul e desafia Yoon

SEUL | AFP E REUTERS A oposição da Coreia do Sul venceu as eleições legislativas realizadas na quarta (10) e aumentou seu número de deputados, segundo pesquisas de boca de urna. O cenário cai como uma bomba para o presidente do país asiático, o conservador Yoon Suk-yeol. O Partido Democrático (PD), principal legenda de oposição, e seus aliados conquistariam, segundo as projeções, entre 184 e 197 cadeiras de um total de 300 na unicameral Assembleia Nacional, contra 156 atualmente. O Partido Poder Popular, de Yoon, e um grupo aliado conquistariam de 85 a 99 cadeiras, abaixo das 114 na legis-

latura em fim de mandato. Ainda segundo a pesquisa, o partido Reconstruindo a Coreia, fundado recentemente e liderado pelo ex-ministro da Justiça Cho Kuk, conseguiria entre 12 e 14 cadeiras. Esse grupo poderia estabelecer uma aliança com o PD, o que daria à oposição a maioria absoluta de mais de 200 cadeiras. O resultado é considerado um golpe duro para o presidente. Com 200 votos, a oposição poderia anular vetos, alterar a Constituição ou tentar destituir o presidente. O atual líder saiu enfraquecido para os últimos dois anos de mandato. Yoon foi eleito em 2022 por margem estreita.

Parlamento Europeu aprova reforma de leis migratórias

Criticado pela esquerda e pela ultradireita, pacto ainda precisa de aval de países

Ivan Finotti

MADRI O Parlamento Europeu aprovou nesta quarta-feira (10) um novo pacto de migração e asilo para a União Europeia. Trata-se de uma reforma abrangente que estava sendo preparada há quase uma década. O projeto, que agora deverá ser aprovado pelos Estados-membros nos Paramentos locais, põe fim a oito anos de impasse em relação à gestão das fronteiras e aos processos de asilo no bloco de 27 membros. Dez peças legislativas na revisão foram aprovadas, com 322 votos a favor, 266 contra e 31 abstenções. As mudanças pretendem acelerar os procedimentos de asilo nas fronteiras da UE, impor novos sistemas de rastreio rigorosos, construir novos centros fronteiriços para acolher requerentes de asilo e enviar aqueles que não se qualificam para proteção internacional para países externos considerados “seguros”.

O novo pacto prevê regras coletivas e previsíveis para gerir a recepção e realocação de requerentes de asilo —uma questão politicamente explosiva que tem sido uma fonte recorrente de tensão desde a crise migratória de 2015-2016, frustrando as tentativas contínuas de alcançar um entendimento comum a nível europeu. Uma novidade é um sistema de “solidariedade obrigatória” para garantir que todos os países, independentemente de sua dimensão e localização, contribuam para aliviar a pressão sobre o sul da Europa. “História feita. Apresentamos um quadro legislativo robusto sobre como lidar com a migração e o asilo na UE. Foram mais de 10 anos de elaboração. Mas mantivemos a nossa palavra. Um equilíbrio entre solidariedade e responsabilidade. Esse é o caminho europeu”, escreveu a presidente do Parlamento Europeu, a maltesa Roberta Metsola. Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia,

disse que a adoção da reforma foi uma “grande conquista para a Europa”. O primeiro-ministro da Alemanha, Olaf Scholz, definiu a votação como “um passo histórico e indispensável” para a União Europeia. Dimitris Kairidis, ministro da Migração da Grécia, um dos países mais afetados pela chegada de migrantes sem documentos, fez eco. “Esse é um grande avanço e um passo muito importante para uma gestão comum e, portanto, mais eficaz, dos desafios migratórios do nosso tempo”, escreveu no X. A votação chegou a ser interrompida por manifestantes vestidos com camisetas brancas na galeria pública, que gritaram aos eurodeputados: “Este pacto mata! Vote ‘não!’”, enquanto jogavam aviões de papel na câmara. Do lado de fora do edifício do Parlamento, em Bruxelas, na Bélgica, dezenas de manifestantes protestaram contra a votação, ecoando as

- +
- Principais medidas aprovadas pelo Legislativo da UE
- Os pedidos de asilo devem ser examinados mais rapidamente, inclusive nas fronteiras da UE
 - Os regressos devem ser mais eficazes
 - Melhor identificação na chegada
 - Verificações obrigatórias de segurança, vulnerabilidade e saúde para pessoas que entram irregularmente na UE
 - Países da UE podem escolher entre assumir a responsabilidade pelos requerentes de asilo, fazer contribuições financeiras ou fornecer apoio operacional
 - Melhor resposta em situações de crise
 - Novo regime voluntário para a realocação de refugiados de países terceiros

críticas de mais de 160 instituições de caridade para migrantes e organizações não governamentais que a consideram uma traição aos valores da União Europeia. Grupos da sociedade civil, como a Anistia Internacional, chamaram de a votação de “fracasso na demonstração de liderança global”. “Depois de anos de negociações, as instituições da UE estão agora vergonhosamente assinando um acordo que sabem que conduzirá a maior sofrimento humano”, disse uma das diretoras da Anistia Internacional, Eve Geddie. “Para as pessoas que escapam de conflitos, perseguições ou insegurança econômica, estas reformas significarão menos proteção e um maior risco de enfrentar violações dos direitos humanos em toda a Europa —incluindo expulsões ilegais e violentas, detenções arbitrárias e policiamento discriminatório.” A ONG internacional Oxfam, que atua contra pobreza, desigualdade e injustiça social, já tinha denunciado o pacto como uma receita para “dissuasão, detenção e deportação”, em vez de proteção dos direitos humanos. Para a ala mais à esquerda, as reformas são incompatíveis com o compromisso da Europa de defender os direitos humanos. Foi “um pacto com o diabo”, disse Damien Careme, legislador do grupo

dos Verdes. Os eurodeputados desse espectro político votaram contra oito das dez propostas legislativas em debate e também criticaram o projeto de lei por não dar prioridade às garantias dos direitos humanos. Já os políticos mais à direita queixaram-se de que a reforma não foi suficientemente longe para bloquear o acesso aos migrantes em situação irregular, a quem acusam de espalhar a insegurança e de ameaçar “submergir” a identidade europeia. “Não permitiremos que sejamos substituídos ou submersos”, disse no debate pré-votação Jordan Bardella, legislador que lidera o partido de ultradireita Reunião Nacional, da França. O primeiro-ministro da Polônia, Donald Tusk, afirmou que se oporá às novas regras. “Mesmo que o pacto de migração entre em vigor de forma praticamente inalterada, encontraremos formas para proteger a Polónia”, disse o político, sublinhando o argumento do seu país de que já acolhe cerca de 1 milhão de refugiados ucranianos. Fontes que trabalharam na legislação disseram que todos os Estados-membros poderiam optar por não participar na recepção de migrantes com medidas que lhes permitissem contribuir “em espécie, com equipamento, ou especialistas como advogados”.



Palestinos próximos de destroços de carro que transportava familiares de Ismail Haniyeh e foi atingido por drone no campo de refugiados Al-Shati, no norte da Faixa de Gaza AFP

Israel mata 3 filhos e 4 netos de líder político do Hamas em Gaza

GUERRA ISRAEL-HAMAS SÃO PAULO As forças militares de Israel mataram, na Faixa de Gaza, três filhos e quatro netos de Ismail Haniyeh, líder político do Hamas que atualmente mora no Qatar. O ataque, admitido por Tel Aviv, ocorreu num momento em que o alto escalão do grupo terrorista analisa uma nova proposta de trégua e sultura de reféns — não está claro como as mortes podem impactar as negociações. Haniyeh é a autoridade da facção mais conhecida no exterior durante a guerra com Israel. Ele tem voz ativa nas negociações sobre os reféns e os rumos do conflito e, segundo Tel Aviv, teria planejado ataques contra civis. Em novembro, outra ofensiva de Israel já havia destruído a casa da família do líder. Os filhos e netos foram mortos em uma ação com drone enquanto se deslocavam de carro no campo de refugiados Al-Shati, no norte do territó-

rio. Segundo o Hamas, eles visitavam familiares no primeiro dia do feriado muçulmano Eid al-Fitr, que marca o fim do Ramadã e costuma ser celebrado com comidas típicas e reuniões entre amigos. O líder Haniyeh acusou Israel de agir com “espírito de vingança e assassinato” e afirmou que o ataque não vai forçar o grupo islâmico a negociar uma trégua. Líderes do Hamas disseram na terça (9) que estavam avaliando uma nova proposta de cessar-fogo, embora tenham se referido às condições impostas por Tel Aviv como “intransigentes” e dito que elas não satisfaziam as exigências palestinas. “O sangue dos meus filhos não é mais caro do que o sangue do nosso povo”, disse nesta quarta (10) Haniyeh, 61, que tem 13 filhos e filhas no total, segundo pessoas próximas do Hamas. “Nossas exigências são claras, específicas, e não faremos concessões. O inimigo se ilude se

achar que alvejar meus filhos, no clímax das negociações e antes que o movimento envie resposta, levará o Hamas a mudar o posicionamento.” Após seis meses de guerra, o Hamas quer o fim das ações militares de Israel em Gaza, a retirada completa das tropas do território, além da autorização para que os palestinos forçados a se deslocar voltem aos seus lares. De acordo com a imprensa israelense, o ataque não foi discutido pelo gabinete de guerra do país. Uma autoridade de Tel Aviv disse ao jornal The Times of Israel que o premiê Binyamin Netanyahu e o ministro da Defesa, Yoav Gallant, não foram informados da ação de forma antecipada. Já a emissora Kan News disse que o ataque poderia comprometer as negociações em andamento. Nomeado para o cargo mais alto do grupo terrorista em 2017, Haniyeh se mudou para a capital do Qatar, Doha,

evitando assim as restrições de viagem impostas por Israel em Gaza. Do exterior, o líder se comunica com aliados do Hamas, incluindo membros da Guarda Revolucionária iraniana, além de atuar como negociador nos diálogos sobre cessar-fogo.

Biden diz que Bibi erra e não libera ‘ajuda suficiente’

WASHINGTON | REUTERS E AFP O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, afirmou na terça-feira (9) que o primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, comete “um erro” na guerra que se desenrola na Faixa de Gaza e fez um apelo a Tel Aviv por um cessar-fogo. Em tom de crítica, voltou ao tema nesta quarta (10) e afirmou que a quantidade de ajuda que chega a Gaza “não é suficiente”.

“O que ele está fazendo é um erro. Não concordo com a abordagem dele”, disse o americano ao responder uma pergunta sobre Bibi, como o premiê é chamado, à Univision, emissora em espanhol dos EUA. “Peço simplesmente que os israelenses cessem fogo, que permitam, nas próximas seis, oito semanas, o acesso total a todos os alimentos e medicamentos que entram em Gaza.” Questionado durante uma entrevista coletiva na Casa Branca nesta quarta, Biden afirmou que Israel não tem deixado entrar a ajuda humanitária necessária para cuidar da população palestina durante o conflito. Ressaltou ainda que Arábia Saudita, Jordânia e Egito estão “prontos para fazer alimentos entrarem” no território palestino. “Não há desculpa para não atender às necessidades médicas e alimentares dessas pessoas. Isso precisa ser feito agora”, disse o americano. Washington passou a au-

mentar a pressão sobre seu aliado histórico do Oriente Médio após Israel matar sete trabalhadores humanitários da WCK (World Central Kitchen) em um bombardeio —ação que o presidente americano classificou de “indignante” nesta terça. Após o ataque, que Netanyahu chamou de “não intencional”, Biden ameaçou condicionar seu apoio a Tel Aviv a medidas concretas para proteger civis. Nas últimas semanas, o democrata já havia chamado os bombardeios de Israel no território palestino de “indiscriminados” e suas ações militares de “exageradas”. Internamente, Biden enfrenta meses de protestos em todo o país que exigem um cessar-fogo permanente em Gaza e restrições à assistência militar dos EUA a Israel. As manifestações acontecem antes das eleições de novembro, nas quais o democrata deve enfrentar Donald Trump.

Dinheiro do PCC foi usado para vencer licitação de ônibus, afirma Promotoria

Investigação levou à prisão de quatro pessoas; empresas suspeitas de participação não responderam

Mariana Zylberkan e Paulo Eduardo Dias

SÃO PAULO Dinheiro obtido por meio de tráfico de drogas e outros crimes atribuídos ao PCC (Primeiro Comando da Capital) foram usados por duas empresas de ônibus para vencer licitações de transporte público na cidade de São Paulo e para a compra de ao menos 50 coletivos, de acordo com o Ministério Público.

As ilegalidades foram detalhadas em denúncia elaborada pelo Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado de São Paulo) contra as empresas Transwölff e UPBus, que transportam cerca de 700 mil passageiros por dia e receberam mais de R\$ 800 milhões da Prefeitura de São Paulo em 2023.

Em operação deflagrada na terça-feira (9), foram denunciadas 26 pessoas pelos crimes de organização criminosa, lavagem de capitais, extorsão e apropriação indébita. Ao menos quatro acusados foram presos, entre eles, Luiz Carlos Efigênio Pacheco, o Pandora, dono da Transwölff, além de outras três pessoas ligadas à empresa.

O envolvimento de dinheiro do crime organizado com o sistema de transporte público paulistano foi apontado pelos promotores em transação ocorrida em 2015, quando a Transwölff precisou de um grande aporte financeiro para participar de uma licitação municipal.

Na então gestão do prefeito Fernando Haddad (PT), o certame exigia comprovação de capital mínimo de R\$ 25 milhões para as empresas se tornarem aptas a concorrer.

Para se adequar à exigência, a Transwölff, que, até então, operava na zona sul da cidade por meio de contratos emergenciais, se associou à empresa MJS Participações Ltda.

As investigações mostram que a MJS foi usada para ocultar a injeção milionária de dinheiro na Transwölff, que teve salto no capital social de R\$ 1 milhão para R\$ 55 milhões em 2015. Os valores foram obtidos por meio de depósitos em dinheiro fracionados e sem origem demonstrada, segundo denúncia do Gaeco.

Parte dos depósitos incorporados ao capital social da Transwölff foram feitos via financiamentos de baixos valores em um pequeno banco da zona sul de São Paulo, do qual os sócios da empresa de ônibus também eram correntistas.

Outra parte veio de empréstimos feitos por 88 pessoas físicas e empresas individuais,

sem qualquer capacidade econômica, das quais 39 eram ou se tornaram funcionários da Transwölff. “Tudo a evidenciar o propósito de dissimular e ocultar a origem ilícita do dinheiro”, diz trecho da denúncia do Gaeco.

Auditor da Receita Federal identificaram que a MJS Participações “não desempenhou nenhuma atividade operacional, não teve funcionários, não adquiriu nem alienou nenhum bem imóvel, não possuiu ônibus e não figurou como emitente ou destinatária de nenhuma NF [nota fiscal]”, segundo trecho da denúncia. A empresa foi extinta em 2019 e teve como sócios Pandora e Moisés Gomes Pinto.

Logo após a entrada da MJS, a Transwölff assinou um contrato emergencial com a SPTrans para explorar duas linhas de ônibus na zona sul da cidade.

Entre 2015 e 2022, após o aporte milionário da MJS, a empresa de ônibus incluiu 397 pessoas como cooperados, “algumas delas indicadas pelo PCC”, que passaram a receber repasses, de acordo com os promotores.

A MJS fez depósitos regulares a Robson Flares Lopes Pontes, integrante do PCC, segundo o Gaeco. Ele é irmão de Gilberto Flares Lopes Pontes, o Tobé, um dos líderes da facção criminosa morto em 2021.

Um restaurante localizado no bairro de Socorro, na zona sul, foi usado no esquema de lavagem de dinheiro de Transwölff, segundo os promotores. A pessoa jurídica era responsável por emitir notas fiscais frias para justificar a contabilidade de parte das movimentações da empresa de ônibus.

O restaurante tinha contrato fictício de fornecimento de refeições a funcionários da Transwölff, diz a denúncia.

Entre 2015 e 2019, o comércio movimentou R\$ 11,2 milhões em notas fiscais. Entre os produtos adquiridos, porém, os auditores da Receita encontraram alimentos em quantidades insuficientes para todas as refeições supostamente vendidas. Além disso, notas fiscais de compras de sacos de arroz e de feijão só foram emitidas ao longo de 2016, e não houve novas compras nos anos seguintes.

No mesmo período de quatro anos, o restaurante comprou 41,5 mil embalagens de marmitta, sendo que as movimentações financeiras foram referentes à venda de 358 mil refeições.

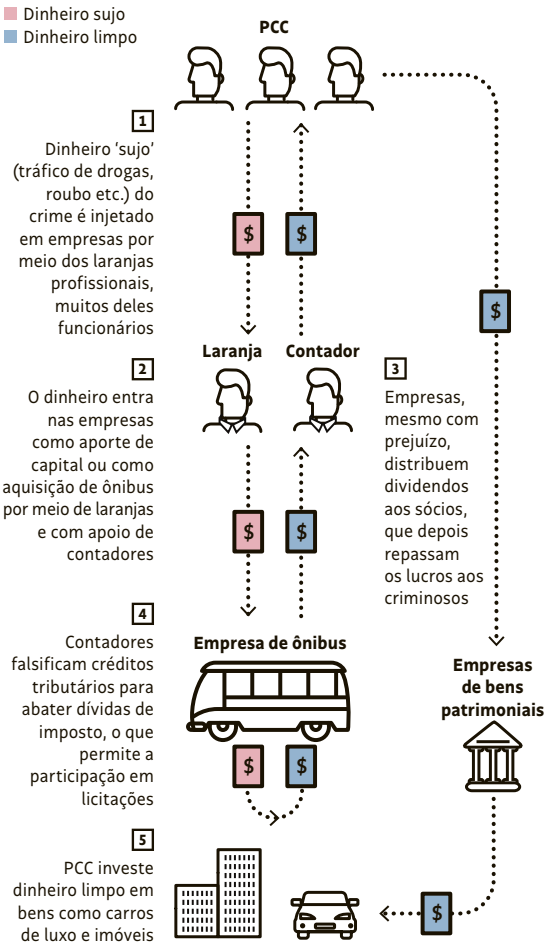
Cheques enviados pela MJS à Transwölff no valor total de R\$ 26.285.000 foram usados para a compra de 50 ônibus, em 2015. Os promotores afir-



Armas encontradas em casa de um dos investigados na operação Divulgação/Ministério Público

Como funciona esquema ligado ao PCC nas empresas de ônibus, segundo a operação Fim da Linha

Como o dinheiro era lavado



A operação do transporte

UPBus • Zona norte e zona leste	Transwölff • Zona sul
Patrimônio de investigados: R\$ 148 milhões	Movimentação no esquema: R\$ 732 mi entre 2020 e 2022
1.500 ônibus	700 mil passageiros por dia

Suspeito em esquema de ônibus cuidava de fábrica da facção

Tulio Kruse

SÃO PAULO Único alvo da Operação Fim da Linha que não foi preso nesta terça-feira (9), Silvio Luiz Ferreira, 46, já foi flagrado com mais de meia tonelada de maconha numa garagem de uma cooperativa de ônibus, há 12 anos. Ele é apontado em uma denúncia do Ministério Público de São Paulo como “notória liderança” da facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital) e está desaparecido há dez anos.

A Fim da Linha mirou dirigentes de duas empresas de ônibus que atuam no transporte municipal de São Paulo, a Transwölff e a UPBus.

Segundo a Promotoria, as empresas estariam lavando

dinheiro proveniente do tráfico de drogas, roubos e outros crimes. Procuradas na manhã desta terça, as empresas não responderam.

Ferreira, que usa Cebola como um de seus codinomes, tem uma ligação conhecida há anos com a empresa Upbus. A apreensão de maconha, em 2012, ocorreu num endereço da cooperativa Paulistana G2, na Vila Jacuí, na zona leste da capital. A mesma associação, na mesma garagem, daria origem à Qualibus, que mudou de nome para Upbus.

No flagrante, Cebola teria admitido que a droga e o dinheiro encontrados pela polícia eram seus. Relatórios do Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado) do Ministério Pú-

blico registram que a companhia de Cebola era acionista da Upbus em 2020.

Documentos apresentados por promotores à Justiça também mostram que o investigado usa emails e endereços de funcionários das empresas de ônibus para “camuflar” sua identidade, “valendo-se de dados falsos em nome de terceiros, até mesmo nos endereços eletrônicos e no icloud de cadastro do seu iPhone”, diz um relatório.

No entanto, o principal motivo para que Cebola seja um alvo tão procurado é seu papel na “sintonia do progresso”, setor do PCC responsável pelo comércio de drogas. Segundo o Gaeco, ele era encarregado da compra de produtos utilizados para a

preparação da cocaína.

Os investigadores concluíram que ele tinha papel preponderante na fabricação de drogas após analisar mensagens de um celular apreendido com outro investigado —Robson Sampaio de Lima, vulgo “Tubarão”.

O Gaeco afirma que informações do núcleo de inteligência da SAP (Secretaria de Administração Penitenciária) confirmam essa suspeita. “Silvio estava subordinado ao corrêu Marcos Roberto [de Almeida, o Tuta], que ocupava a função de sintonia final da rua, sendo certo que exercia controle sobre todos os setores da organização criminosa relacionados às atividades de tráfico de drogas”, afirma uma petição da Promotoria.

Os promotores dizem que conversas em telefones apreendidos mostram “sua intensa atuação na sintonia final do progresso, diretamente na preparação das drogas e sua posterior distribuição para a organização criminosa”, e que Cebola “chega a discutir, inclusive, a ‘receita’ para o preparo do entorpecente e o lucro que essa mudança pode representar para o PCC”.

Os diálogos mencionam, ainda segundo o Gaeco, dinheiro enviado ao suspeito para pagamento de funcionários que trabalhavam em laboratórios de drogas, frete referente ao transporte de cocaína, compra de caminhão, material para embalagem da droga, ampolas,

mam que a transação foi feita para lavar dinheiro do crime. Posteriormente, em 2019 a mesma empresa doou 45 desses veículos como pagamento de supostos empréstimos feitos por empresas individuais de pessoas ligadas à própria Transwölff.

Em apenas um ano, de 2017 a 2018, o patrimônio de Pandora saltou de R\$ 15 para R\$ 80 milhões, segundo informações obtidas via quebra de sigilo bancário. A movimentação foi alvo de alerta do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) já que os valores eram inconcidentes com sua ocupação.

Pandora foi indiciado em 2006 por formação de quadrilha sob a acusação de ter financiado o resgate do preso Nivaldo Eli Flausino Alves, o Branco, apontado como líder do PCC na época. Acionistas teriam usado veículos antigos para entrar em empresa.

Também em 2015 a UPBus, outra empresa de ônibus investigada no esquema, teve aumento de capital social de R\$ 1 milhão para R\$ 20,4 milhões, segundo registro na Junta Comercial. Com isso, ela conseguiu se habilitar para participar de uma licitação da prefeitura para transporte na zona leste que exigia capital mínimo de R\$ 19 milhões.

A denúncia do Ministério Público aponta que os novos sócios pagaram a entrada na empresa com veículos usados.

“A admissão de uma grande quantidade de pessoas físicas, cada uma delas individualmente proprietária de um veículo, sem qualquer valor agregado para a companhia, constituiu operação no mínimo atípica para os parâmetros de mercado, visto que cada uma dessas pessoas passou a exercer papel relevante no quadro societário da empresa entregando veículos que, em sua maioria eram usados e contavam, com muitos anos de uso”, afirma a investigação.

Ainda de acordo com a denúncia, a viação possui diversos acionistas com envolvimento direto com a cúpula do PCC ou com suspeitos de crimes. Entre os citados nominalmente está Anselmo Becheli Santa Fausta, o Cara Preta, apontado como um líder da facção criminosa, assassinado a tiros em dezembro de 2021.

A denúncia aponta Silvio Luiz Ferreira, 46, o Cebola, como um dos dirigentes da UPBus. Ele não foi encontrado pela polícia durante a operação de terça e é considerado foragido.

A Receita Federal também encontrou indícios de que os veículos não foram declarados pelos três sócios iniciais.

Em um dos casos, um dos sócios declarou ter um único automóvel, mas teria integralizado cinquenta e três ônibus. Um outro sócio deixou de declarar dez coletivos. Um outro declarou dois, dos três ônibus pertencentes a ele.

As duas empresas foram procuradas pela reportagem, mas não responderam.

entre outras despesas.

Após do flagrante em 2012, Cebola chegou a ser levado para a Penitenciária I2 de Presidente Venceslau, no interior paulista. Ele ficou preso até 31 de março de 2014, quando foi beneficiado por alvará de soltura expedido pela Justiça. Foi condenado a 14 anos de prisão em outubro do mesmo ano, mas nunca mais foi localizado.

“Ostentando a situação de foragido, que perdura por anos, Silvio utiliza várias manobras para a ocultação de sua verdadeira identidade, o que contribui para mantê-lo distante do cárcere, mas não impede o desfrute da liberdade em elevado padrão patrimonial”, afirma relatório do Gaeco.

cotidiano



Autoridades durante entrevista coletiva no Ministério Público de São Paulo sobre a operação envolvendo empresas de transporte coletivo Paulo Pinto - 9.abr.24/Agência Brasil

Empresa suspeita de elo com PCC recebeu R\$ 4,8 bi da prefeitura

Transwolff foi escolhida para operar sistema de transporte aquático e é a que mais tem veículos elétricos na cidade

Carlos Petrocilo

SÃO PAULO Envolvida na Operação Fim da Linha, a empresa Transwolff detém a segunda maior frota de ônibus de São Paulo, com 1.206 veículos (9% dos 13.289 ônibus da frota). A concessionária fica atrás apenas da Metrôpole Paulista, que tem 1.443 ônibus (10,8%), de acordo com a SPTrans. Dos 313 milhões de passa-

geiros transportados na capital em janeiro e fevereiro deste ano —dados mais recentes—, a Transwolff foi responsável por atender 27 milhões (8,6%). Sediada na zona sul, a empresa que tem 4.049 funcionários assumiu a dianteira no processo de substituir a frota de ônibus a diesel por veículos elétricos e também firmou compromisso com a

Prefeitura de São Paulo para operar o “ônibus aquático”, transporte hidroviário na represa Billings. A parceria para operar o sistema aquático foi feita por meio de um aditivo, sem licitação. Tanto o transporte aquático como a troca de ônibus a diesel pelos elétricos são apostas do prefeito Ricardo Nunes (MDB) para seus planos de reeleição.

A empresa nasceu como uma cooperativa de vans, a CooperPam, com 1.200 cooperados na década de 2000. Em 2015, passou a se chamar Transwolff. De acordo com o Ministério Público, dirigentes da cooperativa chegaram a ameaçar os cooperados para transferir o controle da CooperPam para a Transwolff —ou TW, na época. A reportagem ouviu um desses cooperados. Sob condição de anonimato por medo de represálias, ele disse que foi expulso com a chegada da Transwolff e que perdeu dois micro-ônibus que lhe garantiam o sustento. Sentindo-se lesado, contou ter comemorado o resultado da Operação Fim da Linha. Desde fevereiro de 2015, a Transwolff recebeu R\$ 4,8 bilhões da prefeitura a título de remuneração, o que inclui subsídios e tarifas pagas em dinheiro e com o Bilhete Único. Foram R\$ 2 bilhões somente na atual gestão, a de Bruno Covas (1980-2021) e Nunes —de janeiro de 2021 a fevereiro deste ano, dados mais recente da SPTrans. De acordo com o portal da Receita Federal, a Transwolff detém um capital social de R\$ 30,8 milhões.

Em meio à investigação do Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado), que durou cinco anos, a Transwolff expandiu a frota de ônibus elétricos com a compra de 78 desses veículos, que em média custam R\$ 2,5 milhões cada um. Outras seis empresas, juntas, conseguiram adquirir no máximo 40 modelos. Na terça-feira (9) foram presos Luiz Carlos Efigênio Pacheco, o Pandora, apontado como dono da empresa, e o diretor Robson Flares Lopes Pontes, por decisão judicial. A Transwolff também foi escolhida pela prefeitura para operar o transporte hidroviário. A Justiça de São Paulo, no entanto, suspendeu a inau-

ração do sistema, que estava prevista para 27 de março. O Judiciário determinou que a gestão Nunes apresente mais estudos sobre o impacto ambiental do projeto. Nesse modelo, a Traswolff deveria operar com dois barcos, com capacidade para 60 passageiros cada um. O percurso idealizado conecta os bairros Cantinho do Céu, na região do Grajaú, e Parque Mar Paulista, em Pedreira. O pagamento poderia ser feito com Bilhete Único, e a Transwolff receberia subsídios pela operação. Pelo projeto, a prefeitura deverá desembolsar R\$ 160,2 milhões, o que inclui a construção de estaleiro, terminais e atracadouros. A conta não considera a remuneração paga pela operação. Para Rafael Drummond, planejador urbano e de transporte, a ascensão de uma empresa ligada ao crime organizado gera preocupação. “São parcerias relevantes. Ela é a maior empresa do sistema de distribuição local, fez projetos-piloto para os ônibus elétricos a bateria e ganhou a operação do sistema aquático sem nunca ter tido qualquer experiên-

cia com a operação das embarcações adquiridas”, afirmou. Apesar de a Transwolff ser alvo da Operação Fim da Linha, a gestão Nunes afasta a possibilidade de prejuízos nos projetos de expansão da frota de ônibus elétricos e de transporte aquático. Em nota, a SPTrans disse que assumiu a gestão e a operação da Transwolff e que os contratos com fornecedores também serão mantidos. “A SPTrans segue trabalhando junto a todos os envolvidos na implantação da infraestrutura para a eletrificação da frota de ônibus da cidade”, diz. O prefeito ficou bastante desconfortável com a situação e, logo após a prisão dos dirigentes da empresa, nomeou Valdemar Gomes de Melo, diretor de planejamento de transporte da SPTrans, como interventor na Transwolff. Com isso, Nunes tem dito que a circulação dos ônibus não será afetada. “Não haverá nenhuma paralisação no transporte público da cidade de São Paulo, em especial por essas duas empresas [Transwolff e UP-Buss] que hoje sofreram as investigações, os mandados e a intervenção”, disse o prefeito, nesta terça. A reportagem procurou a assessoria de imprensa da Transwolff nesta quarta, mas, por causa da intervenção, foi orientada a entrar em contato com a SPTrans. No mês passado, a prefeitura já havia retirado seis linhas da Transwolff após um passageiro promover um quebra-quebra no terminal Varginha em protesto contra a demora para embarcar. As cenas foram gravadas, e no vídeo é possível ver que o homem é aplaudido por demais passageiros no local. Notificada pela SPTrans, a empresa disse, na ocasião, que a operação não estava no “padrão Transwolff”. O prefeito chegou a se desculpar pelo atraso.

“Ela [Transwolff] é a maior empresa do sistema de distribuição local, fez projetos-piloto para os ônibus elétricos a bateria e ganhou a operação do sistema aquático

Rafael Drummond planejador urbano e de transporte

Ex-perueiro virou dono de empresa de ônibus e suspeito de aliança com facção

Claudinei Queiroz

SÃO PAULO Em março de 2000, Luiz Carlos Efigênio Pacheco, o Pandora, estava entre os perueiros que jogaram o então prefeito de São Paulo Celso Pitta (1946-2009) para o alto para comemorar o alvará temporário que autorizava o até então transporte clandestino na cidade. Naquela época, ele tinha apenas detenções por dirigir Kombis abarrotadas de passageiros pelas ruas da cidade. Depois de 24 anos, Pandora foi uma das quatro pessoas ligadas a duas empresas de ônibus presas durante a Operação Fim da Linha do Ministério Público paulista que investiga esquema de lavagem de dinheiro da facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital).

Dono da Transwolff, responsável pelo transporte de 700 mil passageiros em 90 linhas que circulam pela zona sul de São Paulo, ele trabalha na empresa há quase dez anos. Antes disso, ele atuou por 13 anos na CooperPam, uma cooperativa de transporte urbano com 1.350 filiados que foi incorporada a Transwolff em 2015. A cooperativa era formada por ex-perueiros, como eram chamados os operadores do transporte clandestino na capital paulista, até 2003, quando foi criado o Sistema Integrado e os cooperados saíram da clandestinidade. O sistema dividiu o município em oito áreas que passaram a ser servidas por ônibus de diferentes cores, de acordo com a região. De acordo com o Ministério Público, dirigentes da cooperativa chegaram a ameaçar os cooperados para transferir o controle da CooperPam para



Luiz Carlos Efigênio Pacheco, o Pandora Reprodução

a Transwolff, ou TW. A Transwolff Transportes e Turismo Ltda foi aberta em 1987 pela mulher de Pandora, Helena Cristina Reis Magela. Três anos depois, ela transferiu o controle para o marido. A partir de então, segundo a investigação do Ministério Público, Pandora se tornou um dos principais aliados do PCC, tanto para lavar dinheiro por meio de sua empresa quanto para agir nos bastidores para libertar um preso da facção criminosa. Em 2006, então presidente da CooperPam, Pandora foi preso sob a acusação de ter financiado a tentativa frustrada de resgate de Nivaldo Eli Flausino Alves, irmão de Branco, líder do PCC à época, na Cadeia Pública de Santo André. Em depoimento, ele negou participação na ação, mas admitiu que a facção criminosa estava infiltrada entre os pe-

rueiros. A Justiça, então, concluiu não haver provas e o inquérito foi arquivado. Nos anos seguintes, segundo as investigações do Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado), que duraram cinco anos e foram incluídas no relatório da Promotoria, Pandora atuou de forma fraudulenta para aumentar o capital social da Transwolff. Procurada sobre as novas acusações, a empresa não respondeu. A reportagem não conseguiu contato com a defesa de Pandora. O Ministério Público aponta que em 8 de dezembro de 2014 o capital da Transwolff era de R\$ 1 milhão, sendo R\$ 900 mil de Pandora e R\$ 100 mil do sócio, Moisés Gomes Pinto. Em 2015, uma alteração contratual incluiu a empresa MJS participações Ltda —criada no ano anterior— como sócia ao la-

do dos dois. Mas em janeiro de 2019 a MJS foi encerrada. Nesse período, o capital social da Transwolff foi alavancado para R\$ 55 milhões, capacitando-a para concorrer na licitação para o transporte público aberta pela SPTrans naquele ano. O problema, que levantou suspeita dos investigadores, foi a origem dos R\$ 54 milhões incorporados pela MJS. O Gaeco confirmou que o montante de R\$ 22.952.000 surgiu por meio de pequenos depósitos em dinheiro vivo e sem origem declarada, crime conhecido como “smurfing”. Além disso, supostos empréstimos no valor de R\$ 3.994.000 teriam sido contraídos num mesmo dia por 88 pessoas físicas e jurídicas ligadas ao mesmo grupo econômico comandado pela Transwolff, das quais 39 eram ou se tornaram funcionárias da empresa. “Em conclusão, o denunciado Luiz Carlos Efigênio Pacheco, com o concurso dos demais denunciados, usava a Transwolff, empresas individuais abertas por seus funcionários e a MJS participações Ltda para dissimular a origem do dinheiro do crime de organização criminosa na compra dos ônibus e na capacitação da TW para a licitação”, afirma a denúncia. Outro detalhe que chamou a atenção dos investigadores foi que Pandora, apesar de gerir uma empresa de R\$ 55 milhões, possuía muitas dividas com impostos, taxas atrasadas de condomínio, mensalidades escolares, salários de funcionários e outras dividas financeiras. “Ou seja, uma situação fática que evidenciava a total indisponibilidade financeira do denunciado para a realização de investimentos multimilionários na Transwolff ou mesmo em sua sociedade holding”, argumentou o Ministério Público.

Namorada nega que motorista de Porsche tenha ingerido bebida

Francisco Lima Neto

SÃO PAULO A namorada do empresário Fernando Sastre de Andrade Filho, 24, condutor do Porsche que bateu na traseira do Renault Sandero e causou a morte do motorista de aplicativo Orinaldo da Silva Viana, 52, na madrugada do dia 31 de março, negou em depoimento na terça-feira (9) que ele tenha ingerido bebida alcoólica antes do acidente. O depoimento dela contrariaria o que disse outra testemunha, namorada de Marcus Vinicius Machado Rocha, 22, passageiro do Porsche e que está internado. A namorada de Rocha, Juliana de Toledo Simões, afirmou que eles beberam drinques durante o jantar. Giovanna Pinheiro Silva, a namorada de Sastre, foi deporacompanhada de seu advogado e da advogada que defende o empresário. Ela confirmou ao delegado Nelson Vinicius Alves que os dois casais saíram para jantar, mas disse que apenas ela e Rocha beberam drinques — Sastre e a namorada de Rocha não teriam bebido porque estavam dirigindo. Outra testemunha, de um grupo que passava de carro pelo local e parou para prestar ajuda, declarou no dia 3 que Sastre apresentava sinais de embriaguez, camaleava e tinha fala pastosa. No depoimento desta terça-feira, Giovanna Silva disse que os dois namoram há oito anos e têm um combinado de que quando um bebe o outro não ingere bebida alcoólica. Ela afirmou que o namorado não bebeu nenhum tipo de bebida alcoólica enquanto estava na casa de pôquer para onde foram após o jan-

tar porque ele não gosta de beber enquanto joga para não perder a atenção. A namorada de Sastre disse que começou a pedir para ir embora, mas ele não queria porque estava ganhando. Ela passou a insistir até que ele decidisse ir embora, ficando “bastante alterado e irritado, iniciando uma forte discussão, por também se irritar com facilidade”, segundo trecho do depoimento. Após a discussão, segundo o depoimento, ficou combinado que Sastre iria no carro com Rocha e ela iria no outro veículo com a amiga. Giovanna Silva disse que após o acidente tanto Sastre quando Rocha estavam em estado de choque e não sabiam dizer o que estava acontecendo. Afirmou que depois de um tempo, Daniela Cristina de Medeiros Andrade, mãe do empresário, chegou muito nervosa. A sogra, segundo ela, perguntou aos policiais se não iriam socorrer Sastre, mas recebeu como resposta a informação de que já não tinha mais equipes de resgate no local. Daniela, então, perguntou se poderia levá-lo ao hospital pois não sabia se havia ocorrido algo grave. Os policiais pegaram os dados dos dois e permitiram que fossem embora. A namorada foi junto com Sastre e mãe para a casa deles. Sastre foi tomar banho porque estava ensanguentado. A mãe dele estava muito nervosa e tomou um remédio. Disse que, antes de “apagar”, Daniela ligou duas vezes para o telefone que o policial havia informado, para saber o que poderia fazer pois estava nervosa com a situação, mas não foi atendida e dormiu com o efeito do remédio.

Podólatras da letra perdem todas

Metáfora e metonímia são a força mais poderosa em ação na linguagem

Sérgio Rodrigues

Escritor e jornalista, autor de "A Vida Futura" e "Viva a Língua Brasileira"

Na última coluna falei dos literalistas e sua condenação —inútil, mas semeadora de confusão na cabeça dos incautos— do uso consagrado de “através” com o sentido de “por meio”. Esse é só um dos erros cometidos pelos podólatras da letra, e todos são provocados pelo ódio à linguagem figurada.

Talvez por culpa de velhas cartilhas escolares cheias de bolor, muita gente acha que usar metáfora e metonímia é chamar as coisas por nomes deslocados, “poéticos”, trocan-

do as bolas só por boniteza. No caso da metonímia, dizemos que fulano fez “quarenta primaveras”, por exemplo. No da metáfora, podemos chamar o deserto de oceano, o oceano de lençol e o lençol de jardim das delícias. Mas quem fala assim na vida real, não é?

Se fosse só isso, o poder de metáforas e metonímias não seria pequeno, mas eu compreenderia melhor a luta dos literalistas e seus manuais de estilo por uma linguagem direta, sóbria, purgada daquilo que mentes exatas

veem como “frescura”.

Ocorre que não é só isso. Estamos falando da força mais poderosa em ação na linguagem, de ponta a ponta, do começo ao fim, tão prolífica e onipresente que na maioria dos casos nem se deixa ver.

Tome-se a insuspeita palavra “regra”, de credenciais exatíssimas. Muito apreciada pelos literalistas em sua cruzada contra a linguagem figurada, é figurada em si mesma. Trata-se de uma das descendentes do latim “regula”, que na origem queria di-

zer “régua”, ripa usada para traçar linhas retas.

Mas o que um pedaço de pau tem a ver com uma regra? Literalmente, nada. Uma metonímia deu início ao processo de expansão de sentido. Nesta, como se sabe, chamamos uma coisa pelo nome de outra, mas há entre elas um elo concreto, uma vizinhança funcional. De uma régua se tira por exemplo uma linha —de conduta.

Mas o desdobramento dos sentidos raramente se contenta com pouco. Quando a carga semântica de regra se

avoluma a ponto de fazer a palavra significar lei, norma, preceito, a tira de madeira já está tão enterrada na história que acreditamos nos ater ao pé da letra.

Vale observar que o próprio pé da letra ao qual se agarram os podólatras é figurado à beça. Letra é metonímia de palavra e tem pé metafórico. Expansões semânticas como essa são mato na história das línguas. Lutar contra elas não passa de uma tentativa de aprisionar vento em rede —repararam nas metáforas?

Talvez o buraco (mais uma!) fique ainda mais embaixo. No clássico “Metáforas da Vida Cotidiana” (Educ), de 1980, os linguistas George Lakoff e Mark Johnson defendem a tese de que a metáfora transborda da linguagem para moldar nossos pensamentos e condutas sociais.

“Com base em primeiro lu-

gar em evidências linguísticas”, escrevem, “descobrimos que a maior parte de nosso sistema conceitual tem natureza metafórica.” Talvez nem precisassem acrescentar que esse sistema, esse modo de compreender o mundo, determina nossas ações.

O primeiro exemplo que Lakoff e Johnson fornecem de conceito de base metafórica tem relevância especial em nossos tempos de redes sociais: “Debate é guerra”. Isso se evidenciaria em frases como “Ele atacou os pontos fracos da minha argumentação” e “O que você diz é indefensável”, entre outras igualmente bélicas.

Acreditando que debate é guerra, ao entrar nele nos comportamos como guerreiros. A metáfora costuma vencer. Em geral, o melhor que podemos fazer é tomar consciência disso e negociar com ela uma paz digna.

Todo dia matam uma Marielle no Rio, diz ex-chefe da polícia

Ex-deputado do PT questiona falta de provas contra delegado suspeito do crime

ENTREVISTA
HÉLIO TAVARES LUZ

Fernanda Canofre

PORTO ALEGRE “A polícia é corrupta. É uma instituição que foi criada para ser violenta e corrupta”. A afirmação feita no documentário ‘Notícias de uma Guerra Particular’ (1999) veio do então chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro, o delegado Hélio Tavares Luz, hoje com 78 anos.

Passados quase 30 anos e um mandato de deputado estadual pelo PT (1999-2002), Luz vive hoje em Porto Alegre, mas mantém sotaque carioca, contatos com colegas da polícia no Rio e a mesma visão. É a partir deles que avalia a investigação dos assassinatos da vereadora Marielle Franco (PSOL) e do motorista Anderson Gomes.

No último dia 24, a Polícia Federal prendeu três suspeitos de serem mandantes do crime, depois de acordo de delação com Ronnie Lessa, apontado como executor —o conselheiro do TCE (Tribunal de Contas do Estado), Domingos Brazão, seu irmão, o deputado federal Chiquinho Brazão (sem partido) e o delegado Rivaldo Barbosa, recém-nomeado chefe da Polícia Civil na época do crime. As defesas de todos eles negam envolvimento de seus clientes com o caso.

✱

Entre os supostos mandantes, a família de Marielle e o ex-deputado Marcelo Freixo se disseram surpresos com o



Juca Varella - 21.fev.02/Folhapress

nome de Rivaldo Barbosa. E o sr.? Polícia não fica surpresa com nada, tudo pode acontecer. Essa história que surge com a delação do Lessa... O Lessa integra o jogo do bicho. Ele é colado com o Rogério Andrade, um dos chefes, não do jogo do bicho no Rio de Janeiro, mas no Brasil. Os banqueiros do bicho no Rio têm controle do jogo no Brasil inteiro. Pega uma descarga, que é como se fosse um resseguro, e cada um faz de um estado: um da Bahia, outro do Acre, por aí vai.

Quando o sr. diz ‘descarga’ quer dizer o quê? Fazem um jogo, vamos supor, R\$ 10 mil, o banqueiro que está no

Acre segura R\$ 2.000 e repassa R\$ 8.000 para a descarga, por que não pode bancar sozinho. Ser nível nacional é um dos requisitos para crime organizado: nível nacional, área determinada, e inserido nas instituições nacionais. Crime organizado neste país é o jogo do bicho do Rio de Janeiro. Estou colocando isso para saber onde estamos pisando. O Lessa é um fio desencapado, de alta voltagem. O cara foi do Bope, é profissional. O outro é o Domingos Brazão. O avô dele tinha controle de Jacarepaguá, não chegou ontem. São figuras que podem fazer algo.

A PF diz que [o delegado] é corrupto. É possível. Mais

Hélio Tavares Luz, 78

Foi bancário do Banco do Brasil, delegado e chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro, e deputado estadual na Assembleia Legislativa do Rio (1999-2002) pelo PT. Deixou a política em 2002. Vive na capital gaúcha.

“

Não há homicídio sem motivo. Pode ser motivo fútil, mas é motivo. Marielle era uma mulher negra, da Maré, favelada, isso é a motivação para mim. No Rio de Janeiro, todo dia matam uma Marielle, temos que levar às últimas consequências essa investigação

do que isso, tem que ter prova. Está bem escrito o relatório? Está, dá para fazer um livro, mas cadê a prova?

Algo poderia ter sido diferente para se chegar a respostas antes? Não sei. Investigação quando você começa e diz ‘vai sair um tigre’, já está furada. Você não sabe a figura que vai aparecer, vai juntando as peças [do quebra-cabeça]. Na última, você diz se é um tigre. Fora isso, é chute.

O sr. acha que a figura não está clara? De repente, pode ter uma tromba. Hoje em dia a ciência está evoluída (risos). Eu vejo com reservas. A autoria está determinada, sobre ela não há dúvida.

E a motivação? Não há homicídio sem motivo. Pode ser motivo fútil, mas é motivo. Marielle era uma mulher negra, da Maré, favelada, isso é a motivação para mim. No Rio de Janeiro, todo dia matam uma Marielle, temos que levar às últimas consequências essa investigação. Não pode ficar pelo meio. Marielle é um símbolo. 60% dos brasileiros vivem com até um salário mínimo, ou seja, 129 milhões de pessoas, 20 milhões têm renda mensal de até R\$ 300. E o outro lado? São 17,4 milhões que ganham acima de três salários mínimos. Esse é o motivo de a Marielle estar morta, essa desigualdade seríssima que temos. Quem segura isso? A origem desse país é a escravidão. É um país construído por escravos.

Essa sua fala ecoa a de ‘Notícias de uma guerra particular’, quando era chefe da Polícia Civil. O que mudou desde então? De 1997 para cá não mudou nada. Tem uma classe média branca que quer criar uma ilusão. Acha que são 129 milhões de idiotas [esse é o número da população que vive com até um salário mínimo, de acordo com o IBGE]? Não, e quem segura? O siste-

ma de segurança —polícias e Forças Armadas. Esse é o jogo.

E onde entra a corrupção? Aí não é voltar a 1997, é 1808. Desde que dom João 6º chegou aqui, e criou a Intendência de Polícia aos moldes do que tinha em Portugal. Criou o controle social feito pela polícia, pelo Judiciário e pelo sistema penitenciário. Esses três são encarregados de manter o controle. Onde está a corrupção? Sem corrupção, isso não existe. A corrupção está dentro da estrutura do Estado. Se não houver corrupção, a estrutura do Estado brasileiro não funciona.

A questão da Marielle é cidadania, que 20% da população tem e 80%, não. É direito à alimentação, moradia, saúde, educação, lazer. Marielle estava à margem e conseguiu ser eleita, por isso, ela é símbolo.

Em 2018, o sr. disse em entrevista que o problema do Rio, então sob intervenção federal, não eram os bandidos, mas os mocinhos. Segue assim? As revelações são isso. São todos mocinhos, como não? Mocinhos são os poderes constituídos —Executivo, Legislativo e Judiciário. Pode colocar Ministério Público e Tribunal de Contas. Está aí a estrutura do Estado brasileiro.

Desde que o sr. deixou a polícia, tivemos UPPs, intervenção federal, o que falhou? Não é que falhou, é porque vem para fazer o remendo. O sistema de segurança do Brasil foi feito para fazer a manutenção da ordem injusta. A milícia é um dos mecanismos, ela surge dentro da estrutura do Estado. Não existe crime no Rio de Janeiro sem um agente público junto. Agora temos milícia, antes era grupo de extermínio. E a gente vai sobrevivendo com essa estrutura montada para ser desigual. A causa da morte de Marielle é a desigualdade, é a estrutura do Estado que é perversa.

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Advogado foi referência no direito educacional do Brasil

JOSÉ ROBERTO COVAC (1960 - 2024)

Isabela Palhares

SÃO PAULO Com 15 anos, José Roberto Covac fez sua primeira empreitada para garantir o acesso de jovens à educação. Ele mais tarde se tornaria advogado e atuaria por quase 30 anos como diretor jurídico da principal entidade das faculdades particulares do país.

De família católica, começou ainda adolescente a parti-

cipar de ações sociais da igreja que frequentava. A atividade tinha como finalidade dar formação espiritual para as crianças, mas Covac descobriu que os meninos e meninas do Jardim Rosana, em Ferraz Vasconcelos (Grande SP), não tinham acesso à escola pública naquele momento.

Como a prefeitura da cidade alegou não ter recursos para construir uma nova unida-

de, Covac procurou Lila Byington, mulher do então governador Paulo Egydio Martins, e conseguiu a instalação de uma escola no bairro.

Foi no mesmo grupo de ações sociais católicas que ele conheceu sua mulher, a também advogada Iara Lucas de Sá Covac, com quem teve três filhos.

Mesmo depois de ter decidido cursar direito, Covac continuou motivado a levar educação para aqueles que não tinham acesso, trabalhando de forma voluntária para alfabetizar pessoas presas.

Após se formar, decidiu se especializar em direito edu-

cacional e se tornou um dos nomes de referência na legislação sobre o ensino superior do país. Em 1995, ele criou a assessoria jurídica do Semesp (Sindicato das Entidades Mantenedoras de Ensino Superior Particular).

Em seu livro autobiográfico “A Educação como Vocação e o Direito como Expressão”, o advogado atribuiu as três décadas em que se dedicou ao setor do ensino superior brasileiro a uma vocação impulsinada por essa série de episódios ligados à educação.

Ele também foi coordenador e professor do curso de direito educacional em um

centro universitário, consultor jurídico da Abmes (Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior) e da Abrafi (Associação Brasileira das Mantenedoras de Faculdade) e presidente da Abrade (Associação Brasileira de Direito Educacional).

Além da trajetória profissional de sucesso, os amigos e colegas de trabalho tinham Covac como uma referência

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (9h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

cotidiano



Elevado Presidente João Goulart, na região central de São Paulo, onde há novos empreendimentos Eduardo Knapp - 4.mar.24/Folhapress

Câmara de SP mantém veto de Nunes a prédios mais altos

Revisão da Lei de Zoneamento publicada em janeiro barrava mais de 50 medidas

Clayton Castelani

SÃO PAULO A Câmara Municipal manteve nesta quarta-feira (19) vetos do prefeito Ricardo Nunes (MDB) a trechos da revisão da Lei de Zoneamento de São Paulo que poderiam permitir flexibilização da análise de tombamentos de edifícios históricos e o aumento da altura de prédios nas ZM (Zonas Mistas) e ZC (Zonas de Centralidade).

O desfecho da discussão pode ser compreendido como uma vitória de grupos organizados de moradores contra o avanço da verticalização nos miolos dos bairros mais valorizados da cidade. Representantes do mercado imobiliário defendiam o aumento dos gabaritos como forma de ampliar a oferta de habitação. Edifícios mais altos são vantajosos para quem os constrói porque multiplicam os ganhos com as vendas de apartamentos.

Do total de 58 vetos de Nunes que barravam 78 medidas inseridas no Zoneamento pela

Câmara, os vereadores mantiveram 41 e derrubaram 17.

A divulgação sobre a inclusão do tema na pauta de votações ocorreu momentos antes do início da sessão, provocando protestos da oposição. Apesar disso, houve unanimidade quanto à decisão sobre a manutenção de 41 vetos.

Zonas Mistas e de Centralidade são áreas onde o município permite a construção de edifícios medianos, menores do que os autorizados nas ZEUs (Zonas Eixo de Estruturação da Transformação Urbana) —localizadas num raio de 700 metros das estações metroviárias e ferroviárias ou numa faixa de 400 metros com corredores de ônibus ao centro.

De acordo com a proposta aprovada pela Câmara e vetada por Nunes, a altura máxima dos prédios nas Zonas Mistas poderia subir de 28 metros (9 andares) para 42 metros (14 andares). Nas Zonas de Centralidade, o limite iria de 48 para 60 metros (20 andares). Os exemplos conside-

“Nós precisávamos estudar os artigos, acho uma irresponsabilidade a Casa de Leis da maior cidade do país votar uma lei sem tempo hábil para análise

Toninho Vespoli
vereador de São Paulo (Psol)

ram o térreo como um andar.

A principal regra urbanística paulistana, o Plano Diretor Estratégico de 2014, oferece incentivos para que o mercado prefira erguer grandes edifícios perto do transporte coletivo. É por isso que nas zonas de eixo não há limite para o gabarito. A ideia é colocar mais moradores em territórios com ampla infraestrutura urbana, embora esse plano ainda não tenha atingido esse resultado, conforme revelou levantamento da Folha com base em dados do Censo 2022 do IBGE.

Plano Diretor e Zoneamento são leis que se completam. Enquanto a primeira estabelece áreas prioritárias para o desenvolvimento da cidade, a segunda define como isso deve ser aplicado quadra a quadra. Ambas foram revisadas em 2023.

Outro veto do prefeito que contraria interesses do mercado barrou a decisão da Câmara de trazer para si a função de participar das decisões do Conpresp, o conselho mu-

nicipal de preservação do patrimônio, sobre a formulação de projetos de tombamentos.

Além disso, a Câmara havia criado prazo de 180 dias para que áreas no entorno de prédios alvo de tombamento ficassem preservadas. Se esse prazo acabasse antes da aprovação do tombamento, o entorno perderia a proteção contra novas construções.

Tombamentos são atualmente a principal ferramenta de grupos organizados de moradores para impedir a demolição de casas para a construção de prédios. Em São Paulo, os imóveis tombados estão concentrados em bairros de maior renda, justamente aqueles que mais interessam ao mercado imobiliário.

Terceiro ponto polêmico inserido pela Câmara no Zoneamento, o veto à liberação da construção de habitações de interesse social em Zepam (Zona Especial de Proteção Ambiental) foi mantido.

A discussão sobre os vetos foi anunciada momentos antes do início da sessão desta quarta, gerando protestos de vereadores de oposição.

“Nós precisávamos estudar os artigos, acho uma irresponsabilidade a Casa de Leis da maior cidade do país votar uma lei sem tempo hábil para análise”, reclamou Toninho Vespoli (Psol).

A oposição ainda chamou de incoerente a decisão da base governista quanto à derrubada de 17 vetos do prefeito.

O vereador Rubinho Nunes (União Brasil), presidente da Comissão de Política Urbana responsável pela Revisão do Plano Diretor e do Zoneamento, rebateu as críticas. “Estamos derrubando vetos do prefeito para fazer valer o que foi discutido [nas audiências públicas] pela sociedade”, disse.

Entre os vetos derrubados pela Câmara está o que obrigava o pagamento de outorga onerosa (taxa de construção) para retrofits. Com a decisão do Legislativo, a cobrança só poderá ser aplicada nos casos em que as renovações de prédios antigos aumentarem a área construída.

A Câmara também derrubou o veto de Nunes à concessão de incentivos financeiros aos edifícios conceito, como foram chamados no projeto os prédios com jardins e arborização nas fachadas.

“Com o fim das discussões sobre os vetos, a Câmara reforça seu compromisso com a sustentabilidade e melhora da qualidade de vida na cidade”, afirmou o vereador Rodrigo Goulart (PSD), relator da revisão da Lei de Zoneamento.

Deputados aprovam a recriação do seguro veicular obrigatório

Victoria Azevedo

BRASÍLIA O plenário da Câmara dos Deputados aprovou na noite de terça-feira (9) um projeto de lei complementar de autoria do Executivo que recria o DPVAT, seguro que indeniza vítimas de acidente de trânsito, que teve o pagamento (até então obrigatório para proprietários de veículos) extinto durante o governo de Jair Bolsonaro (PL).

Apesar disso, a cobertura aos usuários continuava sendo feita, até que se esgotaram os recursos do fundo administrado pela Caixa Econômica Federal no ano passado.

Nesta terça, foram 304 votos favoráveis e 136 contrários. Parlamentares da oposição criticaram a matéria. Por se tratar de um PLP (projeto de lei complementar), era necessário maioria absoluta de votos (257 dos 513 deputados). O texto, agora, vai para o Senado.

A matéria aprovada determina que caberá à Caixa Econômica Federal ser o agente operador do seguro. A entidade deverá criar e gerir um fundo de natureza privada destinado a assegurar o pagamento das indenizações.

O texto determina que o seguro será anual e sua cobertura compreenderá indenização por morte e indenização por invalidez permanente (total ou parcial), cujos valores serão estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

A proposta não estabelece o valor das taxas e indenizações pagas—caberá ao conselho dispor sobre “os valores máximos e as despesas reembolsáveis”.

A matéria sofreu uma série de alterações pelo relator, deputado Carlos Zarattini (PT-SP). Entre elas um dispositivo que foi incluído e que permite ao governo antecipar a expansão do limite de gastos de 2024 e, na prática, liberar uma despesa extra calculada em cerca de R\$ 15 bilhões.

Zarattini incluiu em seu parecer a possibilidade de cobertura de reembolso de despesas com assistências médicas e suplementares que não são efetuadas pelo SUS (Sistema Único de Saúde), como fisioterapia, medicamentos e próteses.

Ele também incluiu regra que prevê repasse a municípios e estados, “onde houver serviço municipal ou metropolitano de transporte público coletivo”, de 35% a 40% do valor arrecadado do fundo do DPVAT.

Além disso, determinou que as vítimas de acidentes ocorridos entre 1º de janeiro de 2024 e a entrada em vigor da lei sejam cobertos pela indenização paga neste ano.

No fim de março, os deputados aprovaram o requerimento de urgência do projeto, permitindo que ele fosse analisado diretamente em plenário —sem passar pelas comissões temáticas.

A matéria chegou a ser discutida pelos parlamentares, mas diante do baixo quórum por causa da proximidade com o feriado da Páscoa, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), sugeriu que ela fosse apreciada em outro momento.

Ministério da Educação atrasa pagamentos do programa de transporte escolar para todo o país

Paulo Saldaña

BRASÍLIA O Ministério da Educação do governo Lula (PT), comandado por Camilo Santana, atrasa desde fevereiro para todo Brasil o dinheiro federal para transporte escolar. A primeira de dez parcelas era para ser paga no início das aulas, mas nem um centavo chegou às redes até agora.

O programa tem orçamento de R\$ 872 milhões neste ano. Assim, era esperado que as prefeituras e estados já tivessem recebido ao menos cerca de R\$ 174 milhões, referente a parcelas de fevereiro e março.

O dinheiro do PNATE (Programa Nacional de Transporte Escolar) tem a finalidade de apoiar as redes de ensino da educação básica no acesso e permanência de alunos, sobretudo nas áreas rurais. O programa é voltado para custear despesas com manutenção, que vão de combustível a compra de pneus, seguros ou taxas.

A verba cobre uma parte dos custos de transporte escolar das redes e é tão essencial sobretudo para as cidades mais

pobres no dia a dia das aulas.

No ano passado, 5.302 municípios e 13 estados receberam os recursos ao longo do ano. Dos municípios afetados com o atraso, 40% são das regiões Norte e Nordeste. Mas o programa atinge todo o país.

Para o exercício de 2024, serão 18 estados e 5.325 municípios atendidos pelo PNATE, segundo o governo.

Os recursos são operados pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), que é ligado ao MEC (Ministério da Educação). O órgão é presidido por Fernanda Pacobahyba, indicada de Camilo e de quem foi secretária da Fazenda do estado do Ceará quando o ministro era governador.

Sob Lula, o MEC e o FNDE tiveram aumentos de orçamento, mas têm enfrentado problemas com a execução orçamentária de várias ações, inclusive de bandeiras do governo.

Isso ocorreu no ano passado com o novo projeto de alfabetização do governo, por exemplo. O MEC fechou o ano de 2023 com R\$ 318,7 mi-

lhões pagos, o equivalente a 45% da dotação.

O atraso no repasse do PNATE se deu porque, segundo relatos obtidos pela reportagem, o MEC planejava alterar o cronograma de repasses, mas atrasou para definir uma nova resolução sobre o tema. Ao invés de dez parcelas, o programa será executado em duas.

De toda forma, a primeira dessas duas parcelas deveria ter saído em março, o que não ocorreu.

R\$ 872 milhões
é o orçamento do programa de transporte escolar para todo o ano

R\$ 174 milhões
era o valor que as prefeituras e estados já deveriam ter recebido

Segundo integrantes do alto escalão da pasta, a resolução esperada atrasou também por causa do investimento de tempo do ministro em relançar em vários estados o mesmo programa de bolsas para estudantes do ensino médio anunciado no início do ano, o Pé-de-Meia.

A Folha questionou o Ministério na manhã de terça-feira (9). Horas depois, Camilo publicou vídeo nas redes sociais, ao lado de Pacobahyba, no qual ele não apenas ignora o atraso, mas diz o contrário: “Dinheiro para transporte escolar chegando mais rápido”, diz a legenda da publicação.

O próprio ministro diz que só assinou a resolução na terça-feira —com atraso de mais de dois meses, portanto, do que exige a legislação vigente até então sobre os pagamentos.

“Nós vamos estar assinando uma resolução hoje mudando a forma de pagamento de transferência do programa nacional de transporte escolar”, diz o ministro.

Pacobahyba, ao lado de Camilo, fala sobre a impor-

saúde



A secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde, Ethel Maciel Pedro Ladeira - 3. jan. 2023/ Folhapress

Secretária da Saúde tirou férias após alta de casos de dengue

Ethel Maciel, responsável por gerir programa nacional contra a doença, se afastou do ministério em janeiro

SAÚDE PÚBLICA

BRASÍLIA A secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente, Ethel Maciel, responsável por gerir, entre outros programas, o de combate à dengue, saiu de férias no fim de dezembro e se afastou das atividades do Ministério da Saúde. A saída temporária ocorreu quando o ministério já havia

criado uma Sala Nacional de Arboviroses para acompanhar o cenário epidemiológico da doença. Em nota, a Saúde disse que quase todos os departamentos da secretaria atuam no combate à dengue e que Ethel foi devidamente substituída durante as férias. O afastamento durante o mês de janeiro da secretá-

ria foi noticiado pelo jornal O Estado de S. Paulo. “São 407 profissionais atuando intensamente no planejamento, organização, coordenação e controle das medidas contra a dengue nos departamentos de Emergências, de Imunizações e de Doenças Transmissíveis. Durante seu afastamento, a secretária Ethel Maciel foi devida-

“ Durante seu afastamento, a secretária Ethel Maciel foi devidamente substituída pela dra. Angélica Espinosa, tendo sido garantidos a continuidade e o monitoramento das ações planejadas

Ministério da Saúde em nota

mente substituída pela dra. Angélica Espinosa — médica, com mestrado e doutorado em Doenças Infecciosas e Saúde Pública— tendo sido garantidos a continuidade e o monitoramento das ações planejadas”, disse a Saúde. A agenda pública de Ethel mostra que ela foi substituída de 26 de dezembro a 24 de janeiro. Em 1º de janeiro, a secretária fez uma postagem em Varanasi, na Índia, a cidade sagrada do hinduísmo. “Despeço de 2023 com gratidão. Com as energias do hinduísmo e do budismo abraço 2024 e desejo muita sabedoria para atravessarmos os desafios que nos esperam. Que possamos saber viver todas as pequenas alegrias! Um excelente ano para vocês!”, disse. O Brasil iniciou 2024 com explosão no número de casos de dengue em diversos estados. Ao fim de janeiro, o país já marcava aumento expressivo nos registros da doença em relação ao ano anterior. Segundo o Painel de Monitoramento de Arboviroses do Ministério da Saúde, nas cinco primeiras semanas epidemiológicas de 2024 (de 31 de dezembro de 2023 a 3 de fevereiro de 2024) foram registrados 156.871 casos confirmados da doença. No mesmo período de 2023, foram 82.840 registros. Antes de a secretária tirar férias, foi lançado em 8 de dezembro a Sala Nacional de Arboviroses, espaço que permite o monitoramento em tempo real dos locais com maior incidência de dengue, chikungunya e zika. Já em 2 de fevereiro de 2024, foi criado o Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública para Dengue e outras Arboviroses. No ano passado, o Ministério da Saúde e especialistas já alertavam para um cenário preocupante da dengue. Em 6 de fevereiro, a ministra da Saúde, Nísia Trindade, fez um alerta sobre o aumento de casos de dengue no país. Em pronunciamento, ela afirmou que a situação exigia uma mobilização da população, além de governo federal, governadores e prefeitos.

São Paulo expande vacinação para toda a cidade

SÃO PAULO A partir desta quinta (11), a vacinação contra a dengue será ampliada para toda a cidade de São Paulo. Crianças e adolescentes de 10 a 14 anos, que moram ou estudam em qualquer bairro, poderão ser vacinados em uma das 471 UBSs (Unidades Básicas de Saúde) da cidade. No município, a vacinação começou no dia 4 de abril, mas apenas em Itaquera, zona leste —por ser a região onde, naquela semana, se concentrava o maior número de casos absolutos da doença— e Vila Jaguara, zona oeste, que ainda possui a maior incidência de dengue por 100 mil habitantes. Na ocasião, a cidade tinha 8.310 doses que não haviam sido utilizadas pelos municípios do Alto Tietê. Para a etapa que começará na quinta, o PNI (Programa Nacional de Imunizações) disponibilizou 177.679 doses. Jovens de 10 a 14 anos deverão comparecer com um responsável a uma UBS, de segunda a sexta-feira, das 7h às 19h, e aos sábados, nas AMAs/UBSs integradas, no mesmo horário. É preciso levar o documento de identidade, cartão de vacina e comprovante de residência ou escolar. A criança ou o adolescente não pode ter sido diagnosticado com dengue nos últimos seis meses. As informações sobre a vacinação contra a dengue estão disponíveis na página De Olho na Carteirinha. De 1º de janeiro a 3 de abril, a cidade contabilizou 114.314 casos e 39 mortes por dengue, segundo o último boletim epidemiológico.

Parelheiros e Marsilac, em SP, têm epidemia do vírus pela 1ª vez

Patrícia Pasquini

SÃO PAULO De 2015 a 2023, os distritos de Marsilac e Parelheiros, o extremo sul da cidade de São Paulo, não apontaram alta incidência de dengue e nem chegaram a um nível epidêmico —acima de 300 casos por 100 mil habitantes. É o que mostra uma série histórica de casos e incidência da doença presente nos boletins epidemiológicos de arboviroses (doenças transmitidas por mosquitos) da Secretaria Municipal de Saúde. Em 2024, a intensidade da doença mudou a história epidemiológica destes distritos. O último boletim da Secretaria Municipal de Saúde —com dados contabilizados até 3 de abril— aponta para epidemia de dengue em Marsilac (316,3) e Parelheiros (544,4). Na semana de 20 a 27 de março, Parelheiros já havia alcançado esta condição, quando chegou a uma incidência de 405. Em 2015, ano em que a capital paulista confirmou 103.186 casos de dengue, a transmissão da doença se manteve baixa em Marsilac, com coeficiente de incidência de 12,1, e média em Parelheiros, cuja taxa foi de 152,2. Em 2024, até 3 de abril, o município contabilizou 114.314 casos e 39 mortes por dengue. Marsilac e Parelheiros abrangem a Área de Proteção Ambiental Capivari-Monos. Os distritos possuem as menores temperaturas mínimas e máximas da capital. O clima é mais ameno no verão. Os locais são cercados por trilhas e cachoeiras. Segundo o secretário mu-

nicipal de Saúde de São Paulo, Luiz Carlos Zamarco, o que explica a incidência acima do nível epidêmico nos dois distritos em 2024 foi a maior identificação de casos devido à oferta de testes de dengue. “São Paulo, é a única cidade no Brasil onde você tem a realidade do que está acontecendo com a dengue”, afirma Zamarco. “Nos outros locais, as pessoas chegam com sintomas (doenças transmitidas por mosquitos) da Secretaria Municipal de Saúde. Em 2024, a intensidade da doença mudou a história epidemiológica destes distritos. O último boletim da Secretaria Municipal de Saúde —com dados contabilizados até 3 de abril— aponta para epidemia de dengue em Marsilac (316,3) e Parelheiros (544,4). Na semana de 20 a 27 de março, Parelheiros já havia alcançado esta condição, quando chegou a uma incidência de 405. Em 2015, ano em que a capital paulista confirmou 103.186 casos de dengue, a transmissão da doença se manteve baixa em Marsilac, com coeficiente de incidência de 12,1, e média em Parelheiros, cuja taxa foi de 152,2. Em 2024, até 3 de abril, o município contabilizou 114.314 casos e 39 mortes por dengue. Marsilac e Parelheiros abrangem a Área de Proteção Ambiental Capivari-Monos. Os distritos possuem as menores temperaturas mínimas e máximas da capital. O clima é mais ameno no verão. Os locais são cercados por trilhas e cachoeiras. Segundo o secretário mu-

Zamarco também aponta como motivo a possibilidade da infecção em moradores em Marsilac e Parelheiros ter ocorrido em outros bairros. Segundo ele, a pasta da Saúde monitora os dois distritos. “Em geral, o morador de Marsilac ou Parelheiros vai trabalhar em outras regiões da cidade, às vezes, onde tem uma incidência maior de dengue, e essa pessoa acaba se infectando em outros locais. Mas a notificação é feita pelo local da residência daquela pessoa”, explica. Para Maria Anice Mureb Sallum, professora do departamento de Epidemiologia da Faculdade de Saúde Pública da USP (Universidade de São Paulo) e coordenadora do mestrado profissional em entomologia, vários fatores explicam a alta incidência de dengue em Marsilac e Parelheiros. “Este ano a transmissão está mais elevada, mais intensa e longa do que nos anos anteriores. Nós temos vários meses com transmissão. Tinha uma grande parcela da população suscetível a adquirir a infecção pelo vírus da dengue porque nunca havia tido dengue, tanto que você viu que nos anos anteriores eram poucos casos”, explica Sallum. “Uma vez que o vírus chega até o lugar, já que o mosquito sempre esteve circulando, ele é introduzido no local onde tem o mosquito Aedes aegypti e pessoas suscetíveis começam a se infectar e desencadeia a transmissão. Muitas podem ter se infectado em outras áreas da cidade e levado o vírus para estes locais”, diz a professora.

A epidemiologista também observa que os quatro sorotipos da dengue estão em circulação no estado de São Paulo, e que há um fato novo no histórico da doença na capital. “Antes, os casos estavam mais localizados, em alguns bairros, algumas regiões de São Paulo. Este ano, não. A transmissão está mais intensa, ou seja, tem mais casos na cidade inteira. E está mais dispersa. A dengue chegou em áreas que não tinha antes”, explica Sallum. Além disso, as mudanças climáticas intensificam a transmissão e aumentam a ocorrência de casos em toda a cidade. E, por fim, Marsilac e Parelheiros são áreas pobres e com infraestrutura urbana mais caótica, o que favorece a proliferação do mosquito, diz a professora. “Há casas com caixa d’água em cima da laje, casas com laje sem telhado, não há coleta regular de lixo. Nas lajes você pode ter acúmulo de água e também tem pessoas que guardam água em casa. Mesmo que tenha menos pessoas e menos mosquitos, há o suficiente para manter a transmissão do vírus da dengue.” Na opinião da pesquisadora, a tendência é que os casos comecem a diminuir, tanto devido à imunidade natural, ou seja, reduz o número de pessoas suscetíveis, e também pela diminuição da temperatura. “O vírus da dengue, para se desenvolver no organismo do mosquito, tem que sofrer replicação. Em temperaturas mais baixas, esse processo se torna um pouco mais lento”, afirma.



saúde

Câncer de pênis causa 600 amputações ao ano

Parte considerável dos casos pode ser evitada com higiene e vacinação, segundo a Sociedade Brasileira de Urologia

SAÚDE PÚBLICA

Leonardo Zvarick

SÃO PAULO O câncer de pênis é uma doença rara, mas que nos últimos dez anos provocou cerca de 6,5 mil amputações genitais no Brasil. De 2012 a 2022 foram registrados 21 mil casos do tumor e mais de 4 mil pessoas morreram devido à doença em período similar, segundo dados do Ministério da Saúde.

O Brasil está entre os países com maior incidência desse tipo de câncer no mundo, de acordo com a SBU (Sociedade Brasileira de Urologia).

“Se a gente for ver em outros países, é uma doença que praticamente não existe. Seria o equivalente ao câncer de colo de útero na mulher, que é prevalente no Brasil mas praticamente não existe em países onde a vacinação contra o HPV ocorre em massa”, afirma Maurício Dener Cordeiro, coordenador do departamento de uro-oncologia da entidade.

Segundo o especialista, o principal fator de risco pa-

ra a doença é a infecção pelo HPV. A vacina quadrivalente contra o vírus está disponível no SUS (Sistema Único de Saúde) para a população de 9 a 14 anos e para imunossuprimidos até os 45 anos.

Porém, parte considerável dos casos está associada à falta de higiene da região íntima, o que torna o câncer de pênis altamente prevenível. Médicos recomendam lavagem do pênis com água e sabão todos os dias e após relações sexuais.

“Quando você não expõe a glânde e não lava direito o prepúcio, a região produz uma secreção que fica acumulada. Este se torna um ambiente totalmente favorável a infecções por bactérias”, explica o Cordeiro. “Se isso acontece de forma repetida é um fator de risco para o carcinoma epidermoide”, acrescenta o médico.

Por esse motivo, o uso de preservativos ajuda a prevenir a doença, assim como cirurgia para retirada do prepúcio em casos de fimose (estreitamento da pele que re-



Câncer de pênis pode ser prevenido com higiene e vacinação contra o HPV

Staras/AdobeStock

cobre o pênis). Tabagismo e idade acima dos 50 anos também são fatores de risco.

A doença é caracterizada por uma úlcera que não cicatriza e por secreções com

odor forte no pênis. “Esse tipo de lesão é a principal suspeita, e o paciente deve rapidamente buscar um urologista para fazer uma biópsia e iniciar tratamento”,

alerta Cordeiro, da SBU.

Quando descoberta em estágio inicial, a doença tem alta chance de cura. O tratamento consiste na retirada da lesão com cirurgia, ra-

dioterapia e quimioterapia, dependendo do caso.

Se a lesão for mais invasiva, pode haver necessidade de amputação parcial ou total do pênis e até de outros órgãos genitais próximos, como testículos.

Segundo Cordeiro, os casos metastáticos costumam se manifestar por por lesões grandes e verrucosas a presença de ínguas na região da virilha.

Os casos de câncer no mundo devem aumentar 77% até 2050, de acordo com um relatório publicado na última quinta-feira (4) no periódico científico CA: A Cancer Journal for Clinicians. A principal causa associada ao aumento de tumores é o envelhecimento da população, conforme o texto.

Os novos casos de tumores da próstata também devem ser puxados por essa alta: é esperado que os novos diagnósticos da doença saltem de 1,4 milhão, em 2020, para 2,9 milhões, até 2040.

Muitos dos novos tumores podem estar associados a fatores de risco para câncer, como obesidade, tabagismo, diabetes e doenças metabólicas.

Esses fatores, entretanto, podem ser modificados por meio de mudanças no hábito de vida.

Dentre outras medidas que ajudam a reduzir a mortalidade e a pressão do câncer nos sistemas de saúde estão a detecção precoce, além dos programas de educação para atenuar os impactos da doença.

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES - ONLINE
DATA: 1º Público Leilão 16/04/2024 às 14h15 | 2º Público Leilão 18/04/2024 às 14h15

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, Matrícula Juceesp nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **AGRE ARARAQUARA URBANISMO SPE LTDA.** - CNPJ nº 09.942.289/0001-32, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos. 26, 27 e parágrafos da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: LOTE Nº 03, QUADRA D, DO LOTEAMENTO "RESIDENCIAL E COMERCIAL AGRE ARARAQUARA"**, Araraquara/SP. Medidas e confrontações: 12,30m em curva com ralo de 696,00m, de frente para a Rua 03; do lado esquerdo de quem da Rua 03 olha para o imóvel mede 30,00m, confrontando com o Lote nº 04; do lado direito mede 30,00m, confrontando com os Lotes nºs 35 e 36, mede 11,77m em curva com ralo de 666,00m, perfazendo uma área de 361,03m². Matrícula nº 115.341 do 1º CRI de Araraquara/SP. Cadastro Municipal nº 23.192.003. Consolidação da Propriedade em 05/03/2024. **VALORES: 1º PÚBLICO LEILÃO: R\$ 247.881,68. Ônus do Arrematante:** i) pago à vista do valor do arremate e 5% da leiloeira; ii) custas cartoriais, impostos e taxas para lavratura/registro da escritura, certidões (inclusive da vendedora); iii) quitação dos débitos de IPTU e Condomínio vendidos antes e após os leilões; iv) observar as restrições urbanísticas e construtivas do loteamento; v) custas e despesas para regularização de eventual benfeitoria/construção; vi) custas e despesas com eventual descaptação. Venda **ad corpus**. Imóvel entregue no estado em que se encontra. Ficam os Devedores Fiduciários **SERGIO VIEIRA GÓE** – CPF nº 178.743.708-64, e **CIBELE FERNANDES GÓE** – CPF nº 152.924.658-01, comunicados e intimados das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. Os interessados deverão, obrigatoriamente, tomar conhecimento do Edital Completo com as regras dos leilões, disponíveis no portal da Pecini Leilões, não podendo alegar desconhecimento. Informações: www.pecinilleiloes.com.br. E-mail: contato@pecinilleiloes.com.br Whatsapp: (11) 97577-0485. Fone: (19) 3295-9777. Av. Rotary nº 187, Jd. das Paineiras, Campinas/SP.

CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DE SÃO PAULO ESCOLA SUPERIOR DE BOMBEIROS
ATO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 90001/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2024022656-5 LOCAL DO PROCESSO PARA VISTAS AOS AUTOS: UGE 180202 Seção de Finanças da Escola Superior de Bombeiros, sito na Rodovia Prefeito Luiz Salomão Chamma (SP-23), Km 46,5, Vila Ramos – Franco da Rocha/SP. OBJETO: Aquisição de 1.000 (um mil) unidades de compensados de madeira, do tipo OSB, para o Departamento de Incêndio da Escola Superior de Bombeiros “Cel PM Paulo Marques Pereira”. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: às 09h00 do dia 24/04/2024, no meio eletrônico através do site www.gov.br/compras. EDITAL: As empresas interessadas em participar do certame poderão acessar o edital pelo site www.gov.br/compras ou www.corpodeobombeiros.sp.gov.br. Demais esclarecimentos na Escola Superior de Bombeiros, de segunda à sexta-feira das 08:00h às 17:00h ou pelo Tel: (11) 4819-5234, com Cap PM Renan, 1º Ten Felipe Flora, 1º Sgt PM Luvizotto, 3º Sgt PM Shintani, Cb PM Gilson, Cb PM Muniz e Cb PM Jefferson.

COMPLEXO HOSPITALAR DO JUQUERY
AVISO DE LICITAÇÃO
ENCONTRA-SE ABERTO NO COMPLEXO HOSPITALAR DO JUQUERY, EM FRANCO DA ROCHA, O PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90011/2024 – PROCESSO N.º 024.00045140/2024-13 – CÓDIGO ÚNICO: 20240337223 – SERVIÇO DE CONTROLE DE QUALIDADE - APARELHO DE RAO X MÓVEL, A REALIZAÇÃO SERÁ NA DATA DE 26/04/2024 ÀS 10:00 HORAS, NO SITE WWW.GOV.BR/COMPRAS

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE
1º LEILÃO: 24 de abril de 2024, a partir das 09h40min
2º LEILÃO: 21 de abril de 2024, a partir das 13h40min (Horário de Brasília)

Alvares Travenço, Leiloeiro(a) Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Rua Sebastião Américo de Jesus Lima, 1177 – Jardim Elza – Embu das Artes/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL, vem ao dele conhecimento ter, que breve a **PÚBLICO LEILÃO** de modo presencial e online, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27, parágrafo, autorizada pelo Credor Fiduciário **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 00.400.968/0001-42, nos termos do instrumento particular com efeitos de escritura pública nº 07000203010546, firmado em 19/05/2015, com o(s) Fidejuntante(s) **BONIA FABIANO FERREIRA GILBERTO DONIZETI OL**, matriculado no CPF nº 286.360.238-39 e 061.628.509-06, na data de 22 de abril de 2024, a partir das 09h40min em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ao superior a R\$ 779.935,89 (setecentos e setenta e cinco mil, novecentos e trinta e cinco reais e oitenta e nove centavos), o imóvel matriculado sob nº 42.119 do Oficial de Registro de Imóveis de Penápolis/SP, constituído por Rua Antônio Gaspar da Mota, nº 458, Residencial Jardim do Lago IV, em Penápolis/SP, com área de terreno de 312,50m² e área construída de 200,24m². Cadastro Municipal 940.290.044.0322-001. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.O.3 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A, Imóvel Ocupado. Rascão sobre o imóvel após o nº 1007174.20.019.8.26.0438. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia 24 de abril de 2024, a partir das 13h40min, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ao superior a R\$ 575.074,87 (quinhentos e setenta e cinco mil, setenta e quatro reais e oitenta e sete centavos), nos termos do 27, 2º da Lei nº 9.514/97). O leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro(a). Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site na Lei www.soldleiloes.com.br ou no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net), e solicitar habilitação até 01 (uma) hora do início do leilão. Outras informações no site do leiloeiro(a). **LEI SÓLID LEILÕES** (www.solidleiloes.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net) ou telefone (11) 4550.0600 ou e-mail movens@solidleiloes.net (Dissol 02.71.260).

DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO SEI Nº 6074.2024/00025174 (compras.gov.br 90005/2024)
- Objeto: Prestação de Serviços de RECEPÇÃO para as sedes dos 52 (cinquenta e dois) Conselhos Tutelares do Município de São Paulo. Data/hora da sessão pública: 29/04/2024 às 10:00 horas. O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos pelas interessadas no horário das 9h30 às 15h30, até o último dia útil que anteceder a abertura, mediante o recolhimento aos cofres públicos da importância de R\$ 0,30 (trinta centavos) por folha, por meio da DAMSP que será fornecida pela Divisão de Licitações e Contratos, na Rua Libero Badur, 119 - 4º andar, Centro - São Paulo/SP, ou através da Internet, pelo site https://diaridoficial.prefeitura.sp.gov.br/rdm_epubl_controlador.php?acao=negocios_pesquisar (opção negócios) - UASG nº 925062.

EDITAL DE 1º e 2º PÚBLICOS LEILÕES DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º Público Leilão: 07/05/2024 às 10:20h | 2º Público Leilão: 08/05/2024 às 10:20h

FERNANDA DE MELLO FRANCO, Leiloeira Oficial, Matrículas JUCEMG nº 1030 e JUCESP nº 1281, com escritório na Av. Barão Homem de Melo, 2222 – Sala 402 – Edifício – CEP 30049-080 – Belo Horizonte/MG, autorizado por BANCO INTER S/A, CNPJ sob nº 00.416.968/0001-01, venderá em 1º ou 2º Leilão Público Extrajudicial, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514/97 e regulamentação complementar com Sistema de Financiamento Imobiliário, o seguinte: Lote nº 13 da quadra E, do loteamento denominado Terra Nobre Bussocaba, com área superficial de 130,00m², onde foi edificada uma residência, de nº 70 na Alameda dos Jurupis, Osasco/SP, com 122,35m² de área construída. Imóvel objeto da Matrícula nº 84.452 do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Osasco/SP. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do Art. 3º do Decreto nº 7.439/93. O imóvel será entregue no estado em que se encontra. Venda ad corpus. Imóvel ocupado, descaptação a cargo do arrematante, nos termos do Art. 30 da Lei 9.514/97. Ficam os Fidejuntantes: **MARIANE CARVALHO DOS SANTOS**, brasileira, empresária, solteira, nascida em 02/10/1994, RG 448431991 SSP/SP, CPF: 435.187.19890, residente e domiciliada na Rua Doutor Bento Vidal, nº 546, bairro Novo Osasco, Osasco/SP, CEP: 06142-100, intimado(s) da data dos leilões pelo presente edital. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) no termo do parágrafo 2º-A do art. 27 da Lei 9.514/97, incluindo pela lei 13.465/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) readquirir(em) o imóvel entregue em garantia fiduciária, sem concorrência de terceiros, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos, despesas e comissão de 5% do Leiloeiro, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei 9.514/97, ainda que outros interessados já tenham efetuado lances para o respectivo lote do leilão. Leilão online, os interessados deverão obrigatoriamente, tomar conhecimento do edital completo através do site www.francolleiloes.com.br.

Arteris S.A.
CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67 – NIRE 35.300.322.746 – Companhia Aberta de Categoria “B”
Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total Endeorado aos Debituristas da Segunda Série da 9ª (Nona) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da espécie Quirógrafo, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Arteris S.A.

Para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Arteris S.A.
A Arteris S.A. (“Companhia”), vem, no âmbito da sua 9ª (nona) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirógrafo, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição (“Debêntures” e “Emissão”, respectivamente), comunicar aos titulares das Debêntures da Segunda Série (“Debênturistas da Segunda Série”) que realizará, nos termos da Cláusula 5.1 e seguintes do “Instrumento Particular de Escritura da 9ª (Nona) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações em Duas Séries, da Espécie Quirógrafo, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, do Arteris S.A.”, celebrado em 22 de setembro de 2020, conforme aditado de tempos em tempos (“Escritura de Emissão”), o resgate antecipado facultativo total Debêntures da Segunda Série, com o consequente cancelamento da totalidade das Debêntures da Segunda Série (“Resgate Antecipado Facultativo Total”), de acordo com os termos e condições abaixo previstos: Os termos com iniciais maiúsculas empregados e que não estejam de outra forma definidos neste edital são aqui utilizados com os significados correspondentes a eles atribuídos na Escritura de Emissão. Para fins da Cláusula 5.1 da Escritura de Emissão, a Companhia informa aos Debênturistas da Segunda Série que o Resgate Antecipado Facultativo Total terá as seguintes condições: I. o Resgate Antecipado Facultativo Total será aplicado a totalidade das Debêntures da Segunda Série, ou seja, 1.004.000 (um milhão e quatro mil) Debêntures da Segunda Série, sendo assegurada igualdade de condições a todos os Debênturistas da Segunda Série, sem distinção; II. o valor a ser pago aos Debênturistas da Segunda Série corresponderá (a) ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série; (b) aos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis* desde a Data de Pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Facultativo, sendo (a) e (b) equivalentes ao montante de R\$ 676.441.201,274 (seiscentos e setenta e seis milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, duzentos e um real e setenta e quatro centavos); (c) prêmio de resgate correspondente a 0,40% (quarenta centésimos por cento) ao ano, *pro rata temporis*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculado nos termos previstos na Cláusula 5.1.4 da Escritura de Emissão, equivalente ao montante de R\$ 3.836.358,63 (três milhões, oitocentos e trinta e seis mil, trezentos e cinquenta e oito reais e sessenta e três centavos) (“Valor de Resgate Antecipado Facultativo Total”); III. a data para o efetivo resgate das Debêntures da Segunda Série e pagamento aos Debênturistas da Segunda Série será o dia 16 de abril de 2024, e o pagamento das Debêntures da Segunda Série a serem resgatadas antecipadamente será realizado pela Companhia por meio dos procedimentos adotados pela B3, considerando que as Debêntures da Segunda Série estão custodiadas eletronicamente na B3; e IV. as Debêntures da Segunda Série, uma vez resgatadas antecipadamente nos termos deste Resgate Antecipado Facultativo Total, serão necessariamente canceladas pela Companhia. São Paulo/SP, 08 de abril de 2024. **Arteris S.A.**

GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA FAZENDA
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE VENDA
Leilão Público nº 0094/2024/31.0340-SP
A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da CEPAT- CN Patrimônio e Bens de Terceiros, torna público aos interessados que licitará pela maior oferta e por meio de propostas, lances dados em garantia de contratos de Penhor, podendo conter, em conjunto ou isoladamente, joias, relógios, canetas, moedas, barras de ouro e demais objetos, vinculados a contratos de Penhor emitidos na(s) agência(s) ARARAQUARA, SP, BARRETOS, SP, BEBEDOURO, SP, CATANDUVA, SP, CIDADE DE MOCOCA, SP, ORLANDIA, SP, RIBEIRÃO PRETO, SP, SÃO CARLOS, SP, SÃO JOSE DO RIO PRETO, SP, SERTÃOZINHO, SP, AVENIDA MAJOR NICAÇO, SP, AV. BAY BASSITT, SP, JARDIM MOSTEIRO, SP, vendidos há mais de 30 dias. O Edital de Leilão, contendo as condições para habilitação, valores, prazos e demais disposições regulamentares do qual é parte integrante o presente Aviso de Venda, estará à disposição dos interessados de 15/04/2024 a 02/05/2024, em horário bancário, na(s) a página da CAIXA na Internet <https://vitrinenedojias.caixa.gov.br>. A exibição das imagens dos lances ocorrerá no(s) dia(s) 26/04/2024 a 02/05/2024, no site da CAIXA na internet, no endereço <https://vitrinenedojias.caixa.gov.br>. As propostas são efetuadas nos terminais de autotendimento localizados em qualquer agência da CAIXA, no(s) dia(s) 02/05/2024, horário de funcionamento das agências. A divulgação do resultado da Leilão será efetuada no dia 09/05/2024, em primeira chamada, e no(s) dia(s) 14/05/2024, para as demais convocações, nos mesmos locais onde foi divulgado o Edital de Leilão e na página da CAIXA na Internet, no endereço <https://vitrinenedojias.caixa.gov.br>, - opção Resultados. São Paulo, - A COMISSÃO

SINDICATO DOS TRABALHADORES PROMOTORES, REPOSITORES E DEMONSTRADORES DE MERCHANDISING E VENDAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - DATA BASE 2024
O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Promotores, Repositores e Demonstradores de Merchandising e vendas do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela CLT, Estatuto Social da Entidade (Art. 43) e demais Legislações pertinentes à espécie, CONVOCA todos os trabalhadores Promotores, Repositores, Demonstradores de Merchandising - promotor(a) de vendas, promotor(a) de crédito, promotor(a) de merchandising, orientador(a) de crédito, orientador(a) de vendas, demonstrador(a) de vendas, degustador(a), democonsultor(a), consultor(a) de vendas, agente de vendas, agente de crédito, agente de microcrédito, administrador(a) de Ponto de Vendas, do Estado de São Paulo, ligados a atividade específica, promovendo produtos específicos, não vinculados diretamente a supermercados, lojas ou boutiques em contratos determinados, indeterminados ou temporários, para a ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, que será realizada no próximo dia 17 de abril de 2024 às 15h30min, em primeira convocação, se atingido o quórum estatutário, ou às 17h00min, em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes, à Rua Largo São Francisco, 181, 4º andar, Sala 42, Centro, São Paulo, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. Discussão e aprovação da Pauta de Reivindicações referente às negociações Coletivas de Trabalho 2024, que será encaminhada ao SIMPI, SINDEPRESTEM, FIESP, FIECOMERCIO, ANESP e outros sindicatos e federações patronais. 2. Autorização à Diretoria do Sindicato para celebrar Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho com Entidade Patronal e/ou com as empresas ou, na hipótese de inssucesso das negociações, instaurar o Dissídio Coletivo de Trabalho, com base na Legislação Consolidada; 3. Autorização prévia e expressa do desconto da Taxa Assistencial no percentual de 1% (Um por cento ao mês) da remuneração, e Taxa Negocial no percentual de 1% (Um por cento em meses de setembro e novembro) da remuneração para desconto de todos os trabalhadores abrangidos pela Convenção Coletiva, e revertida ao sindicato profissional. Deliberação acerca do exercício do direito de oposição ao desconto das contribuições; 4. Aprovação para que a assembleia geral se torne permanente até o final das negociações e realização de sessões de assembleias específicas de modo a atender diversos horários e locais, a fim de facilitar a participação dos trabalhadores interessados. 5. Assuntos Gerais. São Paulo, SP, 11 de abril de 2024. Luiz Santos Souza - Presidente

PRÓ SANGUE
HEMOCENTRO DE SÃO PAULO

AGENDE SUA DOAÇÃO DE SANGUE ONLINE:
prosangue.hubglobe.com

SAÚDE

AVISO DE ABERTURA DE PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2024/GRSN - Processo SEI 6018.2024/0006980-0
Objeto: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS II, para atender as necessidades da Coordenadoria Regional de Saúde Norte - Data/hora da sessão pública: 09:00 horas do dia 25/04/2024 - Local: <https://www.gov.br/compras> - Download do edital: https://diaridoficial.prefeitura.sp.gov.br/rdm_epubl_controlador.php?acao=negocios_pesquisar ou poderá ser adquirido mediante o recolhimento de taxa referente aos custos de reprografia do edital, através do DAMSP, Documento de Arrecadação do Município de São Paulo, nos termos da legislação vigente, junto ao Setor de Compras/Licitações da Coordenadoria Regional de Saúde Norte, local de realização do pregão, sito à Rua Paineira do Campo, 902 - Santana - CEP 02012-040.

FAZENDA

COMUNICADO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2024 - PROCESSO SEI Nº 6017.2024/0001352-3
OBJETO: Contratação de serviços de links de comunicação por cabos de fibra óptica, conforme condições e exigências constantes do Termo de Referência - Local: <https://www.gov.br/compras/pt-br> - UASG: 925011 - Data/hora da sessão pública: 25/04/2024 às 10h00 - Modo de Disputa: Aberto e Fechado - CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Total por Lote. Download do edital: <https://www.gov.br/compras/pt-br> SEI 101226438

SOFAPE FABRICANTE DE FILTROS S.A.
Companhia Fechada
CNPJ nº 04.155.026/0001-60 - NIRE 35.300.328.663

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
Ficam convidados os senhores acionistas da **Sofape Fabricante de Filtros S.A.** para se reunirem em AGO ("Assembleia Geral") a se realizar às 9h do dia 19/04/24, na sede da Companhia, localizada na Rodovia Presidente Dutra, Km 213,8, Jardim Cubica, CEP 07183-904, Guarulhos/SP, para deliberar sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: (i) as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31/12/23, e a destinação do lucro do exercício; e (ii) a fixação da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024. Para a realização da Assembleia Geral, os senhores acionistas deverão apresentar originais ou cópias autenticadas dos seguintes documentos: (i) documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante; e (ii) instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista. Para fins de melhor organização da Assembleia Geral, a Companhia recomenda o depósito na Companhia, com antecedência de 72h contadas da data da realização da Assembleia Geral, de cópias simples dos documentos acima referidos. Os documentos relativos às matérias a serem discutidas na Assembleia Geral, contendo as propostas dos administradores para a Assembleia Geral, encontram-se à disposição dos acionistas para consulta na sede da Companhia, Guarulhos, 10/04/24. **Thiago Sguerra Miskulin** - Presidente do Conselho de Administração.

PREFEITURA DE Guararema

AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO/ 24/2024, PROCESSO: 90/2024, OBJETO RESUMIDO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE CESTAS BÁSICAS COMPOSTAS POR 15 ITENS.
• Recebimento das Propostas: até as 8 horas do dia 24/04/2024
• Início da sessão de disputa: 9 horas do dia 24/04/2024
• LOCAL: site www.bll.org.br.
• Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). Os interessados poderão obter o Edital por e-mail, enviando mensagem eletrônica para o endereço licitacao@guararema.sp.gov.br, informando os dados da empresa, a modalidade e o número da licitação, ou através do site www.guararema.sp.gov.br, ou ainda, no endereço www.bll.org.br. Outras informações podem ser obtidas pelo telefone (11) 4693-8000 Ramal 8014. **JOSÉ LUIZ EROLES FREIRE**, Prefeito Municipal.

SAÚDE

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÕES
A SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE torna públicas as licitações abaixo. Os pregões serão realizados pela plataforma COMPRAS.GOV. Os editais poderão ser consultados e/ou obtidos pelo WWW.COMPRAS.GOV.BR ou pelo Painel de Negócios da PMSP, endereço https://diaridoficial.prefeitura.sp.gov.br/rdm_epubl_controlador.php?acao=negocios_pesquisar.
PROCESSO: 6018.2024/001354-5 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90238/2024-SMS-G
Tipo menor preço - Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE FIO CIRÚRGICO POLIDIOXANONA, FIO CIRÚRGICO POLIPROPILENO E FIO CIRÚRGICO POLIÉSTER E ALGODÃO. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das 09h00min, do dia 23 de abril de 2024, a cargo de 2º CPLMS.
PROCESSO: 6018.2024/0001355-3 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90245/2024-SMS-G
Tipo menor preço - Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE CATETERES DE PICC. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das 10h00h do dia 24 de abril de 2024, a cargo da 1ª CPLMS.
PROCESSO: 6110.2024/0003358-9 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90244/2024-SMS-G
Tipo menor preço - Objeto: REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE OPME TRAUMA- HASTES ORTOPÉDICAS COM ENTREGA EM CONSIGNAÇÃO COM COMODATO DE INSTRUMENTAIS E EQUIPAMENTOS, NECESSÁRIOS PARA O ATENDIMENTO DE CIRURGIAS NA ESPECIALIDADE DE ORTOPEDIA, A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES HOSPITALARES PERTENCENTES À SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE SP, PARA O PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das 09h00min do dia 24 de abril de 2024, a cargo da 1ª CPLMS.
PROCESSO: 6018.2024/0001355-3 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90246/2024-SMS-G
Tipo menor preço e Sonda de Alimentação Enteral NR 6FR, 51CM de Comprimento. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das 09h30min do dia 25 de abril de 2024, a cargo da 4ª CPLMS.

ciência

Pegadas de dinossauro e gravuras são achadas próximas pela 1ª vez

Segundo os pesquisadores que identificaram local no sertão da Paraíba, conjuntos inéditos mostram marcas lado a lado

Giuliana Miranda

SÃO PAULO Pesquisadores brasileiros identificaram, no sertão da Paraíba, um local com características até agora inéditas no mundo: a presença conjunta de pegadas de dinossauro e de arte rupestre. As gravuras foram feitas por povos originários que habitaram a região muito antes da chegada dos europeus. Para os cientistas, o fato de as gravuras estarem próximas, mas jamais sobrepostas aos registros fósseis, indicam que essas populações já valorizavam e interagiam com os vestígios pré-históricos.

O trabalho, publicado na revista especializada Scientific Reports, foi liderado pelo arqueólogo Leonardo Troiano, que é vinculado ao Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), mas participou do projeto de forma independente.

“É realmente algo único no mundo. Nós fizemos muita pesquisa para poder fazer essa afirmação. Encontramos vários sítios onde há coincidências, onde numa parede há arte rupestre e, mais para a frente, descendo uma colina, temos pegadas de dinossauro. Mas nunca houve registros dessas ocorrências lado a lado”, disse o pesquisador. O município de Sousa, no sertão paraibano, é bastante conhecido pela abundância de de vestígios pré-históricos. A cidade tem até um parque, batizado como Vale dos Dinossauros, onde é possível seguir algumas trilhas com pegadas desses animais.

Embora a presença de petróglifos —gravações nas pedras ou rochas— seja comum na região, esse material historicamente recebeu menos atenção em comparação aos registros paleontológicos.

A descoberta foi feita em um local chamado Serrote do Letreiro, que recebeu esse nome precisamente por causa da grande presença de arte rupestre, apelidada de “letra de índio” pelos sertanejos.

O sítio foi descrito formalmente em 1979 pelo italiano

Giuseppe Leonardi, que mencionou a existência dos petróglifos como “entalhes de indígenas do Cariri”, sem se aprofundar sobre as gravuras. Para o arqueólogo Leonardo Troiano, a ciência europeia muitas vezes menosprezou as realizações dos povos originários do Brasil. “Instalou-se esse paradigma de que essas populações que viveram aqui durante milhares de anos eram completamente obtusas a esse patrimônio, de que elas viam, mas não sabiam o que era. Pensava-se que eram uns ignorantes.”

A pesquisa dos brasileiros revela uma “ligação próxima” entre as pegadas de dinossauro e a arte rupestre, composta principalmente de motivos circulares e desenhos abstratos.

“Eles podiam não saber que eram especificamente dinossauros, mas eles olhavam para os vestígios e entendiam isso como parte da sua cultura”, disse o arqueólogo.

Troiano explica que a dificuldade para acessar o sítio e realizar a empreitada artística reforça a intencionalidade das gravuras.

“Não é fácil fazer uma gravura rupestre. Não é fácil ficar batendo em uma pedra debaixo do sol no sertão paraibano. Você passa mal. Eu passei mal várias vezes, tive um colega que desmaiou, é duro. Tem planta venenosa, tem planta alucinógena”, detalha. “Você ir até lá é um esforço, é um gasto energético grande.”

Uma das relações identificadas pelos cientistas foi entre os petróglifos e as pegadas de saurópodes, os gigantes herbívoros com pescoços extremamente longos. As pessoas que deixaram os registros na pedras provavelmente reconheceram as marcas grandes e redondas deixas pelos bichos e escolheram deliberadamente deixar os grafismos na sua proximidade.

Outra evidência da assimilação das pegadas por essas comunidades são as artes cujo formato tridático reproduz graficamente o formato das pegadas de dinossauros.

Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a paleontóloga Aline Ghilardi, que também participou do estudo, ressaltou que, além do valor científico, os fósseis também têm importância cultural. “Trata-se de um sítio que dialoga profundamente conosco. É fácil se conectar com o passado e entender por que povos antigos se maravilharam com as pegadas nas rochas”.

O estudo reconhece que estabelecer com precisão a data em que as gravuras foram realizadas ainda é um desafio. Análises feitas em sepulturas localizadas dentro da área de ocupação mostram que elas datam de um período entre 2.600 e 9.400 anos atrás, o que permite estimar a época das produções.

O artigo do grupo brasileiro vem recebendo destaque internacional. Os pesquisadores afirmam, porém, que a descrição da presença dos petróglifos e de sua relação com os povos originários é apenas o começo. O grupo já prepara outras publicações.


O significado do que os povos originários quiseram expressar nos desenhos, contudo, dificilmente será interpretado.

“Conceitualmente, eu acho impossível que venhamos a saber. Essas pessoas morreram há muito tempo. Não tem como fazer um experimento antropológico, conversar com elas e entender o significado”, afirmou.



Pegada de dinossauro em sítio na cidade de Sousa, no Sertão da Paraíba

Divulgação




LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES

DATA: 1º Público Leilão: 16/04/2024, às 14h30 | 2º Público Leilão: 18/04/2024, às 14h30

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **LOTEAMENTO BELLA CRAVINHOS I LTDA.**, CNPJ nº 17.191.037/0001-47, **VENDERÁ**, em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos art. 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: LOTE Nº 11 DA QUADRA Nº 05, DO LOTEAMENTO “BELLA CRAVINHOS”**, situado à Rua Maria Aparecida Thomazini Orteiro, Município de Cravinhos/SP, **ÁREA TOTAL DE 200,00m²**. Medidas e confrontações: 63,30m da esquina da Rua Maria Aparecida Thomazini Orteiro com a Rua João Euclides Castilho de Moraes, na quadra completada pela Rua Mauro Alves, Rua Valentin Damião e Estrada Municipal CRV – 010, com frente para o lado par da Rua Maria Aparecida Thomazini Orteiro; 20,00m do lado esquerdo, confrontando com o Lote nº 12; 20,00m do lado direito, confrontando com o Lote nº 10; 10,00m nos fundos, confrontando com o Lote nº 25. Matrícula nº 20.220 do CRI de Cravinhos/SP. Contribuinte nº 12-00-05-1-0000-011. **Lances Mínimos: 1º Leilão: R\$ 185.342,81. 2º Leilão: R\$ 110.772,67. Regras, Condições e Informações:** 1. **Cabe ao Interessado:** i) verificar o imóvel, seu estado de conservação, a área informada, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento; ii) Tomar conhecimento do **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível no Portal WWW.PECINILEILÕES.COM.BR. 2. **Cabe ao Arrematante:** i) Pagamento à vista do valor da arrematação e 5,00% de comissão; ii) Custas, despesas, taxas, impostos, ITBI, para a lavratura e registro da escritura; iii) Despesas a partir das datas dos leilões, inclusive IPTU; iv) Débitos de água, energia e outras utilidades vencidas antes e após os leilões; v) Custas, despesas e impostos para a regularização de eventual construção e benfeitorias junto a todos os órgãos competentes, devendo observar as restrições urbanísticas e construtivas; vi) Custas e despesas com eventual descaptação. A venda **ad corpus** - Imóvel no estado em que se encontra. Ficam os Devedores Fiduciários **DAGMAR HELENA DA SILVA VASCONCELOS**, CPF nº 099.559.968-89, e **JOSÉ RICARDO SARTORI VASCONCELOS**, CPF nº 087.635.798-20, devidamente comunicados das datas dos leilões também pelo presente edital. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.



LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES

DATA: 1º Público Leilão: 16/04/2024, às 14h45 | 2º Público Leilão: 18/04/2024, às 14h45

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **LOTEAMENTO BELLA CRAVINHOS I LTDA.**, CNPJ nº 17.191.037/0001-47, **VENDERÁ**, em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos art. 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: LOTE Nº 14 DA QUADRA Nº 05, DO LOTEAMENTO “BELLA CRAVINHOS”**, situado à Rua Maria Aparecida Thomazini Orteiro, Município de Cravinhos/SP, **ÁREA TOTAL DE 200,00m²**. Medidas e confrontações: 33,30m da esquina da Rua Maria Aparecida Thomazini Orteiro com a Rua João Euclides Castilho de Moraes, na quadra completada pela Rua Mauro Alves, Rua Valentin Damião e Estrada Municipal CRV – 010, com frente para o lado par da Rua Maria Aparecida Thomazini Orteiro; no sentido de quem da Rua Maria Aparecida Thomazini Orteiro olha para o imóvel, mede 10,00m de frente para a Rua Maria Aparecida Thomazini Orteiro; 20,00m do lado esquerdo, confrontando com o Lote nº 15; 20,00m do lado direito, confrontando com o Lote nº 13; 10,00m nos fundos, confrontando com o Lote nº 22. Matrícula nº 20.223 do CRI de Cravinhos/SP. Contribuinte nº 12-00-05-1-0000-014. **Lances Mínimos: 1º Leilão: R\$ 201.010,39. 2º Leilão: R\$ 108.063,91. Regras, Condições e Informações:** 1. **Cabe ao Interessado:** i) verificar o imóvel, seu estado de conservação, a área informada, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento; ii) Tomar conhecimento do **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível no Portal WWW.PECINILEILÕES.COM.BR. 2. **Cabe ao Arrematante:** i) Pagamento à vista do valor da arrematação e 5,00% de comissão; ii) Custas, despesas, taxas, impostos, ITBI, para a lavratura e registro da escritura; iii) Despesas a partir das datas dos leilões, inclusive IPTU; iv) Débitos de água, energia e outras utilidades vencidas antes e após os leilões; v) Custas, despesas e impostos para a regularização de eventual construção e benfeitorias junto a todos os órgãos competentes, devendo observar as restrições urbanísticas e construtivas; vi) Custas e despesas com eventual descaptação. A venda **ad corpus** - Imóvel no estado em que se encontra. Ficam os Devedores Fiduciários **PAULO SERGIO MERCHAN TRISTÃO**, CPF nº 100.312.158-66, e **SILVIA APARECIDA GELOINI TRISTÃO**, CPF nº 265.885.998-89, devidamente comunicados das datas dos leilões também pelo presente edital. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.




LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES

DATA: 1º Público Leilão: 16/04/2024, às 15h00 | 2º Público Leilão: 18/04/2024, às 15h00

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **LOTEAMENTO BELLA CRAVINHOS I LTDA.**, CNPJ nº 17.191.037/0001-47, **VENDERÁ**, em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos art. 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: LOTE Nº 18 DA QUADRA Nº 05, DO LOTEAMENTO “BELLA CRAVINHOS”**, situado à Rua Maria Aparecida Thomazini Orteiro, Município de Cravinhos/SP, **ÁREA TOTAL DE 253,33m²**. Medidas e confrontações: 23,00m da esquina da Rua Maria Aparecida Thomazini Orteiro com a Rua João Euclides Castilho de Moraes, na quadra completada pela Rua Valentin Damião, Rua Mauro Alves e Estrada Municipal CRV – 010, com frente para o lado par da Rua Maria Aparecida Thomazini Orteiro; no sentido de quem da Rua Maria Aparecida Thomazini Orteiro olha para o imóvel, mede 3,30m mais 6,30m em curva, com desenvolvimento de raio de 9,00m de frente para a Rua Maria Aparecida Thomazini Orteiro; 3,41m de frente para a Rua João Euclides Castilho de Moraes; do lado esquerdo mede 14,13m de frente para a esquina da Rua João Euclides Castilho de Moraes com a Rua Valentin Damião, com desenvolvimento de raio 9,00m mais 3,93m confrontando com a Rua Valentin Damião; 20,00m, do lado direito, confrontando com o Lote nº 17; 10,26m nos fundos, confrontando com o Lote nº 19. Matrícula nº 20.227 do CRI de Cravinhos/SP. Contribuinte nº 12-00-05-1-0000-018. **Lances Mínimos: 1º Leilão: R\$ 257.041,49. 2º Leilão: R\$ 157.785,12. Regras, Condições e Informações:** 1. **Cabe ao Interessado:** i) verificar o imóvel, seu estado de conservação, a área informada, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento; ii) Tomar conhecimento do **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível no Portal WWW.PECINILEILÕES.COM.BR. 2. **Cabe ao Arrematante:** i) Pagamento à vista do valor da arrematação e 5,00% de comissão; ii) Custas, despesas, taxas, impostos, ITBI, para a lavratura e registro da escritura; iii) Despesas a partir das datas dos leilões, inclusive IPTU; iv) Débitos de água, energia e outras utilidades vencidas antes e após os leilões; v) Custas, despesas e impostos para a regularização de eventual construção e benfeitorias junto a todos os órgãos competentes, devendo observar as restrições urbanísticas e construtivas; vi) Custas e despesas com eventual descaptação. A venda **ad corpus** - Imóvel no estado em que se encontra. Ficam os Devedores Fiduciários **ODILIA ROQUE**, CPF nº 156.252.468-23, devidamente comunicada das datas dos leilões também pelo presente edital. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.



LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES

DATA: 1º Público Leilão: 16/04/2024, às 15h15 | 2º Público Leilão: 18/04/2024, às 15h15

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **LOTEAMENTO BELLA CRAVINHOS I LTDA.**, CNPJ nº 17.191.037/0001-47, **VENDERÁ**, em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos art. 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: LOTE Nº 20 DA QUADRA Nº 27, DO LOTEAMENTO “BELLA CRAVINHOS”**, situado à Rua Luis Henrique Vigo Figueiredo, Município de Cravinhos/SP, **ÁREA TOTAL DE 200,00m²**. Medidas e confrontações: 23,00m da esquina da Rua Luis Henrique Vigo Figueiredo com a Rua Mauro Alves, na quadra completada pela Rua Aparecido Marcelino - Piriquito e pela Avenida Lucílio Campioni; com frente para o lado ímpar da Rua Luis Henrique Vigo Figueiredo; no sentido de quem da Rua Luis Henrique Vigo Figueiredo olha para o imóvel, mede 10,00m de frente para a Rua Luis Henrique Vigo Figueiredo; 20,00m do lado esquerdo, confrontando com o Lote nº 21; 20,00m do lado direito, confrontando com o Lote nº 19; 10,00m nos fundos, confrontando com o Lote nº 13. Matrícula nº 20.922 do CRI de Cravinhos/SP. Contribuinte nº 12-00-27-1-0000-020. **Lances Mínimos: 1º Leilão: R\$ 187.024,06. 2º Leilão: R\$ 112.047,26. Regras, Condições e Informações:** 1. **Cabe ao Interessado:** i) verificar o imóvel, seu estado de conservação, a área informada, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento; ii) Tomar conhecimento do **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível no Portal WWW.PECINILEILÕES.COM.BR. 2. **Cabe ao Arrematante:** i) Pagamento à vista do valor da arrematação e 5,00% de comissão; ii) Custas, despesas, taxas, impostos, ITBI, para a lavratura e registro da escritura; iii) Despesas a partir das datas dos leilões, inclusive IPTU; iv) Débitos de água, energia e outras utilidades vencidas antes e após os leilões; v) Custas, despesas e impostos para a regularização de eventual construção e benfeitorias junto a todos os órgãos competentes, devendo observar as restrições urbanísticas e construtivas; vi) Custas e despesas com eventual descaptação. A venda **ad corpus** - Imóvel no estado em que se encontra. Ficam os Devedores Fiduciários **MAURÍLIO DO NASCIMENTO COSTA**, CPF nº 067.813.868-08, e **MARIA APARECIDA DOS SANTOS COSTA**, CPF nº 788.708.529-20, devidamente comunicados das datas dos leilões também pelo presente edital. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

classificados

Para anunciar ou ver mais ofertas acesse
folha.com/classificados

11 3224-4000

FORMAS DE PAGAMENTO Cartão de crédito, débito em conta, boleto bancário ou pagamento à vista



EMPREGOS



EMPREGADOS PROCURADOS



ASSISTENTE DE COMPRAS

P

PCD - ÁREAS DIVERSAS

M/F DEMOP PARTICIPAÇÕES

contra pessoas com deficiência para áreas diversas, enviar currículo para recrutamento@escritorioinovotoporanga.com.br

T

TÉCNICO DE ELETROCARDIOGRAMA - 180 HORAS

M/F FASE 2 - Processo Seletivo

As normas de participação estão descritas no Edital de Abertura de Processo Seletivo no site: www.fundacaodibjate.com.br/selecao122024. As inscrições devem ser efetuadas somente via internet no período das 15 horas do dia 11/04/2024 às 15 horas do dia 18/04/2024.

A

ASSISTENTE DE COMPRAS

M/F FASE 2 - Processo Seletivo

As normas de participação estão descritas no Edital de Abertura de Processo Seletivo no site: www.fundacaodibjate.com.br/selecao082024. As inscrições devem ser efetuadas somente via internet no período das 15 horas do dia 11/04/2024 às 15 horas do dia 18/04/2024.

PARA ANUNCIAR NOS CLASSIFICADOS FOLHA LIGUE AGORA 11/3224-4000

A Fundação Faculdade de Medicina, entidade sem fins lucrativos, seleciona profissionais para exercer os cargos de:

Médico (Ginecologista) Requisitos: Graduação em Medicina; Especialização em Ginecologia; CRM Ativo. Conhec. na área de ginecologia, tratamentos integrados com equipes multiprofissionais, programas de qualidade de vida, rastreamento de doenças oncológicas ginecológicas. Desejável conhec. em patologia cervical e habilitação para realização de colposcopia.

Os candidatos interessados deverão inscrever-se de 11/04/2024 a 17/04/2024 no site www.fim.br, no link Trabalhe Conosco.

SENAR AR/SP ADMITE: ADVOGADO(A)

Graduação em Direito, OAB ativo, conhecimentos em Direito Administrativo, Licitações e Contratos. Conhecimento em pacote Office. Carga horária: 40h semanais.

Enviar currículo para: recrutamento@faepspsenar.com.br

Assunto: Advogado(a)

SENAR AR/SP ADMITE: PROGRAMADOR

om formação em Ciência da Computação/ Sistemas de Informação/Tecnologia da Informação com conhecimento em desenvolvimento, implantação e manutenção de sistemas na linguagem Java, Html 5, CSS, Delphi. Carga horária: 40h semanais.

Enviar currículo para: recrutamento@faepspsenar.com.br

Assunto: Programador

NEGÓCIOS

COMUNICADOS

COMUNICADO

Solicitamos o comparecimento do Sr. RODRIGO LUIZ DE OLIVEIRA ARAUJO CTPS-04052 SÉRIE 438 SP/SP em nossa empresa no prazo de 3 dias. O não comparecimento caracterizará o Abandono de Emprego, conf. Art. 482 Letra I da CLT. Tecnoserv Exc. em Serviços Ltda.

BRUNO DE MENDONÇA OLIVEIRA - Jucesp 1322

LEILÃO DA CANVAS GALERIA

16/04/2024 e 17/04/2024

R. Groenlandia, 1717 | Jardim América - SP - 01434-100

CLASSIFICADOS FOLHA 11/3224-4000

LEILÕES

ACOMPANHANTES

AMANDA

Equipe nova tx 40 Av Jabaquara 2604 MT. S. Judas ac cartões seg/ sab. F:(11)2362-8122


HÉRCULES 11 5575-4052

22CM Ativo.


CLÍNICAS E MASSAGENS

MASSAG. TERAPÊUTICA

Relaxante, do-in, Shiatsu, stress, ansiedade, dores em geral: c/ cal, lombar, cático e depilação. (11) 9.9930-9456 - Paula



LEILÕES



bradesco

Lilimar Pestana Gomes, Leiloeira Oficial, JUCISRS 168/00, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizada pelo Banco Bradesco S/A, sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá, na forma da Lei 9.514/97, nas datas de 30/04/24 (1º leilão) e 02/05/24 (2º leilão), ambas às 09h15, o leilão dos seguintes imóveis: **LOTE 03 - São Paulo/SP, 30º Substr. Bairro Vila Damásio. Rua Prof. Dr. José Marques da Cruz, 148. Cond. Hous Mitre Brooklyn. Studio 607(6º pav.). Áreas: priv. 35,480m² e fração ideal de 0,0020314. Mat. 258.198 do 15º RI local. Obs: Constituição de condomínio pendente averbação no RI. Regularizações e encargos perante os órgãos competentes de eventual divergência do bairro de localização do imóvel que vier a ser apurado no local (Jardim das Acácias) com a averbada no RI, correrão por conta do(a) comprador(a). Ocupado. (AF). Lance mínimo: 1º Leilão R\$ 564.430,78. 2º Leilão R\$ 414.473,44. LOTE 04 - Brodowski/SP. Bairro Walter Possos(lançado em cadastro imobiliário). Via Expressa Jair Felipe 690. Casa 30. Cond. Walter Possos. Áreas priv.: constr. 50,880m², terr. 148,13m² e fração ideal de 1,0224409%. Mat. 6.649 do RI local. Obs.: Bairro de localização do imóvel pendente de averbação no RI. Regularizações e encargos perante os órgãos competentes, inclusive quanto a eventual divergência de bairro de localização do imóvel e área privativa do terreno apurados no local com os lançados em cadastro imobiliário e averbados no RI, correrão por conta do(a) comprador(a). Ocupada. (AF). Lance mínimo: 1º Leilão R\$ 196.856,36. 2º Leilão R\$ 158.252,34. LOTE 05 - Hortolândia/SP. Bairro Vila Inema(in loco). Rua Manoel João da Silva, 155. Cond. Res. Hortolândia III. Bl. 06. Ap. 42(4º pav.) c/ vaga de garagem descoberta. Área priv. 48,790m², fração ideal de 0,1980%. Mat. 150.613 do RI de Sumaré/SP. Obs.: Bairro de localização do imóvel pendente de averbação no RI. Regularizações e encargos perante os órgãos competentes, inclusive quanto a eventual divergência da de bairro de localização do imóvel apurado no local, correrão por conta do(a) comprador(a). Caberá (à)ao comprador(a) a apuração de eventual condição de imóvel foreiro/marinha, inclusive débitos e regularizações. Ocupado. (AF). Lance mínimo: 1º Leilão R\$ 243.921,74. 2º Leilão R\$ 198.460,87 (caso não seja arrematado no 1º leilão). COND. DE PGTO.: à vista, mais comissão de 5% à Leiloeira. DA PARTICIPAÇÃO ON-LINE: mediante cadastro prévio no site da Leiloeira. OBS.: O Fiduciante possui direito de preferência de compra, nos termos da lei.**

Consulte condições de Venda e Pagamento: banco.bradesco/leiloes e pestanaleiloes.com.br | 51 3535.1000

★ ★ ★

ASSINE A

FOLHA

folha.com/assine

Green Bay Packers enfrentará Philadelphia Eagles no Brasil

Primeira partida da NFL no país será em 6 de setembro no estádio do Corinthians

Lucas Bombana

SÃO PAULO O Green Bay Packers será o time de futebol americano que vai enfrentar o Philadelphia Eagles na primeira partida da NFL (liga profissional de futebol americano dos Estados Unidos) no Brasil. O anúncio foi feito nesta quarta-feira (10) pela liga em parceria com a Prefeitura de São Paulo.

A partida será realizada no dia 6 de setembro de 2024 na Neo Química Arena, estádio do Corinthians. O local da disputa e o time da Filadélfia já haviam sido anunciados no início de fevereiro, mas ainda faltava ser conhecido o segundo time da NFL que virá ao país.

A venda e os valores dos ingressos ainda não foram anunciados. Conforme os organizadores, a comercialização vai acontecer durante o verão dos EUA, entre junho e agosto.

O Green Bay Packers iniciou as atividades em 1919 e detém o recorde de 13 títulos da NFL, sendo 9 na era pré Super Bowl e 4 após a criação da partida decisiva da liga.

Já o Philadelphia Eagles foi fundado em 1933 e venceu quatro vezes o título da conferência (1960, 1980, 2004 e 2017) e uma vez o Super Bowl, em 2018, ao superar na decisão o New England Patriots.

Curiosamente, os dois times usam a cor verde em seus uni-



Time do Green Bay Packers enfrenta o San Francisco 49ers em estádio na Califórnia (EUA) Mark Hoffman - 21.jan.24/USA Today/Reuters

formes, a mesma do Palmeiras, rival do Corinthians.

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), afirmou que a gestão vai investir US\$ 5 milhões (R\$ 25 milhões) em infraestrutura para o evento. Segundo Gustavo Pires, presidente da SPTuris, o valor será repassado à NFL para preparar toda a estrutura necessária para o jogo, o que inclui eventuais modificações no estádio e no entorno para garantir a segurança dos torcedores.

A expectativa da prefeitura é que o evento movimente até US\$ 60 milhões (R\$ 330 milhões), com a geração de 5.000 empregos. "O impacto econômico é medido da seguinte forma: o aumento da

corrida do taxista, do Uber, o aumento da rede hoteleira e dos restaurantes, impactando os setores da cidade por conta do evento", afirmou Pires.

Nunes acrescentou que o jogo será transmitido pela TV aberta em todos os 50 estados americanos e para mais de cem países. "A realização da partida vai colocar a cidade na vitrine do mundo e trazer inúmeros benefícios econômicos para a capital", afirmou o prefeito. "O dia 6 de setembro será um marco para São Paulo e para o esporte brasileiro com esse grande jogo", acrescentou.

O prefeito esteve no fim do ano passado em Dallas, durante o encontro anual dos

donos dos 32 times da NFL, para assinar o contrato que sacramentou a realização do jogo na capital paulista.

A expectativa da prefeitura é que ao menos 10 mil norte-americanos acompanhem o jogo no estádio. "A Copa do Mundo não vai ter trazido tantos americanos para São Paulo", afirmou Pires.

Rio de Janeiro, Barcelona e Madri também estavam na disputa para receber o evento. Na última temporada, Londres, na Inglaterra, e Frankfurt, na Alemanha, receberam partidas da liga de futebol americano dos EUA.

Vice-presidente sênior da NFL Internacional, Gerrit Meier disse que a escolha dos times levou em conta a base de fãs no Brasil. "São Paulo está numa posição onde essas parcerias podem ser muito frutíferas", afirmou.

De acordo com estimativas da liga, há no Brasil cerca de 38,3 milhões de pessoas que se declaram fãs da modalidade, atrás apenas do México e dos Estados Unidos.

O executivo da NFL afirmou que a próxima temporada da liga terá até oito jogos fora dos EUA, o que inclui a possibilidade de novos jogos no Brasil.

Pires, da SPTuris, afirmou que a meta é que partidas da NFL passem a ser realizadas anualmente no Brasil, com a possibilidade de até duas partidas por ano a partir de 2026.

Daniel Alves devolveu R\$ 817 mil à família de Neymar, diz advogada

Ivan Finotti

MADRI A advogada de Daniel Alves no caso de estupro na Espanha, Inés Guardiola, informou nesta quarta (10) que o ex-jogador devolveu à família de Neymar os € 150 mil (R\$ 817 mil) emprestados há alguns meses.

O dinheiro foi usado para atenuar a pena de Alves, condenado a quatro anos e meio de prisão pelo estupro de uma jovem em uma boate em Barcelona em 30 de dezembro de 2022.

A defesa depositou o valor como forma de "atenuante de reparação de dano causado", que foi destinado à vítima após a condenação. Com isso, sua pena pôde ser reduzida até a metade — não está claro quanto o atenuante efetivamente reduziu seu tempo de prisão.

A informação foi passada à Folha pela equipe de Alves. Segundo a advogada, "Dani Alves devolveu os € 150 mil a Neymar há uma semana". Alves havia pedido ajuda ao amigo por estar com seus bens no Brasil bloqueados devido a um processo aberto por sua ex-mulher.

O ex-jogador foi solto, em liberdade provisória, no dia 25 de março, e deve seguir assim até que a sentença final seja promulgada.

Nesta quarta (10), a Justiça de Barcelona negou recurso da promotoria e da advogada da vítima para que Alves voltasse à prisão antes da sentença final. Segundo os juízes, a entrega dos passa-

portes, o compromisso de comparecer a audiências semanais em Barcelona e a garantia da fiança de € 1 milhão (R\$ 5,4 milhões) são suficientes para dirimir o risco de fuga.

Os juízes aproveitaram para se defender das críticas feitas pela advogada da vítima sobre a "indignação" de ver Alves solto provisoriamente e "mediante pagamento". O tribunal disse que declarações como essas "apenas contribuem para gerar confusão social" e que "a imposição da fiança responde à estrita aplicação da legislação em vigor".

Não se sabe como Alves levantou € 1 milhão para a fiança, mas a advogada Inés Guardiola havia dito que não cogitava pedir à família de Neymar, após o jornal espanhol La Vanguardia ter divulgado essa informação. Isso fez com que o próprio pai de Neymar saísse a público para negar a possibilidade nas redes sociais.

"Como é do conhecimento de todos, em um primeiro momento, ajudei Dani Alves, sem nenhum vínculo com qualquer processo. Neste segundo momento, em uma situação diferente da anterior, em que a Justiça espanhola já decidiu pela condenação, estão especulando e tentando associar o meu nome e o do meu filho a um assunto que hoje não nos compete mais. Para nós, o assunto terminou", escreveu Neymar pai em post de 21 de março.

TORCEDORES FAZEM HOMENAGEM A HARRY POTTER EM JOGO DO CAMPEONATO TCHECO



Os fãs do Slavia Praga lançaram 'feitiço' de fogos de artifício e levantaram uma bandeira com alguns dos personagens da saga criada pela britânica JK Rowling antes do time encarar o Bohemians pelo Campeonato Tcheco, no sábado (6). O vídeo com a homenagem repercutiu nas redes sociais Reprodução @slaviaofficial no X

Uma terça em homenagem à bola

Futebol e basquete viveram noites de fábula num mesmo belo e formidável dia

Juca Kfourí

Jornalista e autor de "Confesso que Perdi". É formado em ciências sociais pela USP

É sabido que as frustrações são diretamente proporcionais às expectativas criadas em torno de alguns jogos especiais. Ainda recentemente aconteceu no caso do esperado clássico entre Manchester City e Arsenal pela liderança da disputada Premier League, quando o o a o ficou muito aquém do imaginado.

A última terça-feira (9), ao contrário, cumpriu com o que prometeu e foi além — e não só no futebol, como no basquete.

O que Real Madrid e Man-

chester City fizeram no Santiago Bernabéu deixou em êxtase os apaixonados pelo futebol no empate com seis gols, três deles de extrema beleza, em clássico de duas viradas.

Graças ao fuso horário, terminado o recital em Madrid, com tempo suficiente para repousar a adrenalina, em Los Angeles o embate entre Lakers e Warriors proporcionou outro espetáculo encantador.

No gramado espanhol, apesar da ausência de última hora do belga Kevin De Bruyne, pa-

ra deixar órfão o goleador norueguês Erling Haaland, a cena acabou roubada pelos golachos do inglês Phil Foden e do croata Gvardiol, determinantes na virada inglesa para 3 a 2, e do uruguaio Valverde, para decretar o empate definitivo.

Resultado que significou o 60º jogo invicto do espanhol Rodri com a camisa dos Cidãos, o 13º empate.

Ele, o madrista inglês Jude Bellingham e o argentino Mac Allister, do Liverpool, compõem o novo trio de imperadores do

meio de campo, para se juntarem aos também madristas Toni Kroos e Luka Modric, o feiteiro, e De Bruyne.

Os brasileiros Rodrygo, com mais um gol decisivo contra o City, e Vinícius Júnior, com dois passes para gols, disseram presente com P maiúsculo no jogo de ida das quartas de final da Champions, aqueles primeiros 90 minutos dos quais se espera cautela para decidir nos derradeiros e que foram frenéticos desde o segundo inicial, a ponto da contagem ser aberta

aos dois minutos e aos 14 estar 2 a 1 para os espanhóis.

Futebol disputado em ritmo alucinante diante de 84 mil torcedores, sem que se visse uma simulação de falta, sem que se perdesse um minuto com cera.

Até o goleiro ucraniano Lunin, responsável por falha miserável no gol inicial do português Bernardo Silva, pôde se redimir com pelo menos uma grande defesa.

O goleiro belga Courtois fez falta ao Real, como falta fizeram Walker, Aké e De Bruyne para os ingleses.

Na quarta-feira (17), em Manchester, esperemos a presença de todos, menos a de Courtois, que só deverá retornar aos gramados em junho, ainda em recuperação de cirurgia no joelho.

Do gramado à quadra, Los Angeles Lakers e Golden State Warriors, LeBron James de um

lado, Stephan Curry do outro, deram um show com a bola laranja, embora o placar final de 134 a 120 para o GSW não reflita a tensão permanente da perseguição imposta pelo LAL, anfitriões do clássico, durante o jogo todo.

LeBron foi o cestinha, com 33 pontos, frutos do talento interminável e da raça exuberante.

Curry foi mais modesto, deixou ao brother Klay Thompson, com 27 pontos, o papel de maior pontuador do time, mas deu o ar de sua graça com 23, 18 deles obtidos nos seis chutes que deu de três pontos, 100% de aproveitamento.

Antony Davis foi a ausência sentida para o LAL, e Draymond Green a surpresa do GSW, ao acertar cinco dos sete chutes de três pontos que arremessou.

Obrigado, bolas! O que seria de nós sem vocês?

Por que um dia a Terra terá seu último eclipse solar total

CIÊNCIA

Katherine Kornei

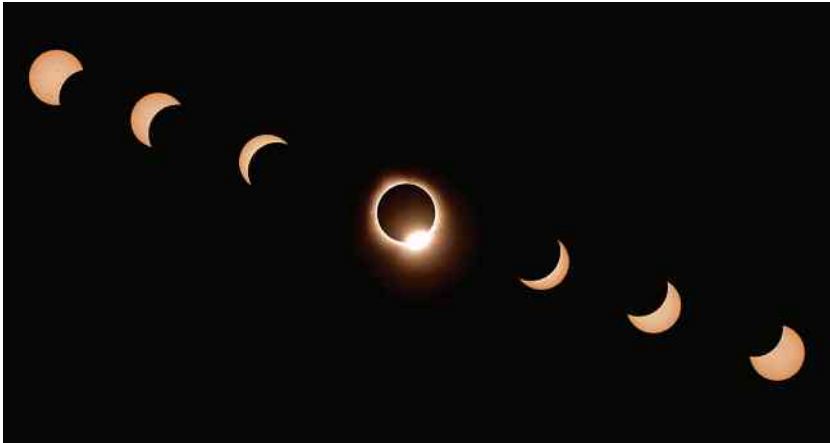
THE NEW YORK TIMES O eclipse solar total visível na última segunda-feira (8) em partes de México, Estados Unidos e Canadá foi uma perfeita confluência do Sol e da Lua. Mas esse tipo de evento vem com uma data de validade: em algum momento, no futuro distante, a Terra não vai experimentá-lo mais.

Isso porque a Lua está se afastando da Terra. Então nosso vizinho celestial mais próximo um dia, milhões ou até bilhões de anos no futuro, parecerá muito pequeno no céu para obscurecer completamente o Sol.

“Nós só teremos eclipses anulares”, diz o cientista planetário Noah Petro, do Centro de Voo Espacial Goddard da Nasa, referindo-se a eclipses “anel de fogo” como o que cruzou as Américas em outubro do ano passado.

Mas determinar uma data exata para o último eclipse solar total da Terra é um desafio computacional que envolve uma variedade de disciplinas científicas.

Desde que a Lua se formou, há mais de 4 bilhões de anos, ela vem se afastando da Terra.



Composição de sete momentos em que a Lua cobriu o Sol no eclipse Josh Edelson - 8.abr.24/AFP

Esse processo resulta de suas interações gravitacionais com nosso planeta.

As marés levantadas por essa gravidade fazem com que a água nos oceanos deslize sobre o leito marinho e ao longo das bordas dos continentes. Isso cria um atrito que faz com que a Terra gire mais lentamente em seu eixo, explica o cientista oceânico Mattias Green, da Universidade de Bangor, no País de Gales.

A Lua se move para fora em sua órbita em resposta à desaceleração da Terra. Imagi-

ne uma patinadora estendendo os braços e desacelerando, diz Green. “É o mesmo princípio físico, mas ao contrário.”

Uma das primeiras pessoas a prever a órbita em expansão da Lua foi George Darwin, um dos filhos de Charles Darwin. Mas sua hipótese, publicada em 1879, não seria verificada até que astronautas americanos e rovers robóticos soviéticos deixassem dispositivos conhecidos como retrorrefletores na superfície lunar.

Os pesquisadores podiam disparar pulsos de laser nos

espelhos desses instrumentos do tamanho de uma moeda e cronometrar quanto tempo levava para a luz fazer uma viagem de ida e volta. Isso deu aos cientistas uma maneira de medir precisamente a distância até a Lua. Até o início dos anos 1970, os pesquisadores descobriram que o satélite estava se afastando da Terra 3,8 centímetros por ano.

Essa é aproximadamente a taxa com que as unhas humanas crescem. “Estamos lidando com mudanças extremamente pequenas”, afirma

o cientista planetário Robert Tyler, do Centro de Voo Espacial Goddard da Nasa.

Porém, ao longo de centenas de milhões de anos, a Lua se tornará perceptivelmente menor no céu à medida que se afasta. Em algum momento, ela parecerá pequena demais para cobrir completamente o Sol, e os eclipses solares totais se tornarão uma lembrança do passado.

Para calcular a data do último eclipse solar total, é importante lembrar que a órbita da Lua ao redor da Terra e a órbita da Terra ao redor do Sol são elípticas. Isso significa que as distâncias entre a Terra e a Lua e entre a Terra e o Sol não são constantes.

Os tamanhos aparentes da Lua e do Sol vistos da Terra variam de acordo —as maiores e as menores aparências da Lua diferem em cerca de 14% em tamanho, enquanto a diferença correspondente para o Sol é de cerca de 3%.

O último eclipse solar total ocorrerá quando a Lua com a maior aparência cobrir apenas o Sol com a menor aparência. Um pouco de matemática envolvendo o diâmetro da Lua e os tamanhos aparentes da Lua e do Sol fornece uma estimativa para esse evento de aproximadamente

620 milhões de anos.

No entanto, há incerteza nesse número, alertam os pesquisadores. Isso pressupõe, para começar, que a Lua se afastará da Terra em sua taxa atual. E isso quase certamente não acontecerá, afirma Green, da Universidade de Bangor.

A taxa de afastamento da Lua é afetada por uma série de parâmetros, incluindo a duração de um dia na Terra, a profundidade das bacias oceânicas e a disposição de nossos continentes. Essas coisas mudam ao longo do tempo, acrescenta Green, então é muito simplista presumir que a Lua sempre se afastará no mesmo ritmo.

Se as simulações de Tyler estiverem corretas, os eclipses totais permanecerão visíveis por cerca de 3 bilhões de anos. Ele alertou que há uma incerteza significativa nessa estimativa.

E, embora provavelmente tenhamos éons para experimentar os eclipses totais, isso não é desculpa para não buscar o esplendor deles, afirma Petro, da Nasa. Afinal, eles são um fenômeno celestial único.

“Nenhum outro planeta em nosso Sistema Solar tem eclipses solares totais. Temos essa maravilhosa oportunidade.”



CRIANÇAS BRINCAM COM CELULAR ENQUANTO HOMENS FAZEM REZA MATINAL MUÇULMANA NO KUWAIT Muçulmanos oram no Eid al-Fitr, feriado que marca o fim do mês sagrado do Ramadã, em estádio na capital Yasser Al-Zayyat/AFP

‘Viver é o milagre que nos guia’, escreveu a poetisa Roseana Murray

Escritora atacada por três pitbulls ensina a transformar a dor em poesia

Mirian Goldenberg

Antropóloga e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é autora de “A Invenção de uma Bela Velhice”

No dia 5 de fevereiro, quando estava dando uma caminhada na praia de uma cidade perto do Rio de Janeiro, vi, de longe, cinco cachorros no meu caminho. Para não passar por eles, resolvi voltar para a casa onde estava hospedada. De repente, os cinco cachorros correram na minha direção, me cercaram e começaram a latir. Apavorada, não consegui reagir. Enquanto quatro viram-latas latiam e tentavam me atacar, um border collie mordeu minha coxa direita.

Por um milagre, pois a praia estava deserta no final da tarde, um morador da cidade começou a gritar e com um pedaço de pau afugentou os cinco cachorros. Ele me contou

que os mesmos cachorros tinham mordido duas crianças na semana anterior. Disse que a dona dos cachorros sempre deixava o portão da casa aberto para eles correrem soltos pela praia.

Voltei para casa com as marcas dos dentes do border collie, que continuam até hoje na minha coxa.

Dois meses depois, fiquei muito abalada quando soube que a escritora Roseana Murray, de 73 anos, foi atacada por três cachorros da raça pitbull na praia de Saquarema, na Região dos Lagos do Rio de Janeiro, bem pertinho da cidade onde sofri o ataque dos cães. A poetisa tem o hábito de fazer caminhadas por volta das 6 da ma-

nhã. No dia 5 de abril, os três pitbulls pularam o muro da casa vizinha e a atacaram. Ela foi arrastada por 5 metros e teve o braço direito dilacerado.

Moradores de Saquarema relataram que existiam registros de ocorrência porque os mesmos cães já atacaram outras pessoas. Os responsáveis pelos cães irão responder criminalmente por lesão corporal culposa, maus-tratos a animais devido às condições insalubres do local que abrigava os pitbulls e omissão na cautela de animais.

Wagner Brandão, especialista em comportamento animal, afirmou que o nível de lesões corporais sofridas pela escritora indica que os cachorros

estavam com fome.

“Foi averiguado que esses cães viviam em estado inadequado. Os cachorros, além de arrancar o braço da escritora, comeram o braço. Com certeza, esses cães estavam com fome.”

Roseana teve o braço direito amputado, perdeu uma das orelhas, e o braço esquerdo e os lábios precisaram ser reconstruídos. André Murray, filho da poetisa, contou que a recuperação da mãe está sendo um milagre.

“De verdade, é um milagre ela ter sobrevivido a esse ataque. Ela já está falando, comendo, está lúcida. Sabe o que aconteceu e os desafios que ela tem que enfrentar daqui para a frente.”

VOCÊ VIU?

Um padre polonês foi condenado a 18 meses de prisão por crimes sexuais e de drogas, informou a agência de notícias estatal PAP nesta terça (9). O padre, identificado apenas como Tomasz Z devido às leis de privacidade do país, foi acusado pelos crimes após um incidente em que um garoto de programa teria desmaiado durante uma orgia na casa do clérigo.

Segundo a imprensa polonesa, o profissional do sexo teria desmaiado depois de tomar muitas pílulas para disfunção erétil. Um dos padres presentes na reunião então chamou uma ambulância, mas quando os paramédicos chegaram, os frequentadores do encontro proibiram a entrada. Só foi prestado atendimento após a polícia ser acionada, apontaram os relatos.

Quando confrontado sobre a festa sexual pela mídia polonesa, o clérigo contestou o número de padres presentes no evento e disse que “vale a pena ler qual é a definição de orgia”.

Imediatamente me lembrei do lindo poema de Roseana Murray, “Milagre”.

“Como numa colcha de retalhos, os dias e as noites se costuram e nos levam em suas horas, secas ou caudalosas, cavalos indomáveis. Viver é o milagre que nos guia”

Roseana escreve poesias para crianças desde a década de 1980. Ela tem mais de 100 livros publicados e recebeu prêmios da Associação Paulista de Críticos Teatrais (APCA), da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ) e da Academia Brasileira de Letras (ABL). “Fico muito feliz quando penso que um poema que escrevi aqui na minha mesa, sozinha, chega a lugares tão distantes e emociona tanta gente.”

“Já me disseram que sou uma fábrica de poesia, e sou, porque para existir preciso escrever quase o tempo todo. As crianças sempre me perguntam: “Quando você vai parar?”. Se existir ou-

ACERVO FOLHA

Há 100 anos
11.abr.1924

Procópio brilha e faz público rir em peça em SP

O teatro Royal, em São Paulo, esteve muito movimentado nesta quinta-feira (10) com a companhia do ator Procópio Ferreira representando a hilariante comédia “Eu Arranjo Tudo”, de Cláudio de Souza.

Procópio conduziu brilhantemente o seu personagem, o leviano “Bernardo”. O público riu constantemente com a sua interpretação, aplaudindo sem reservas o ator.



LEIA MAIS EM
acervo.folha.com.br

tra vida, nunca.”

Não me canso de assistir no YouTube a um vídeo em que Roseana lê seu poema “Pedra Azul”.

“Nos dias em que acordamos do lado do avesso e tudo parece que vira abismo, basta comprar no Armarinho Mágico a pedra azul de mudar pensamentos. Segure a pedra com força e feito um moinho moendo palavras, tristeza vira alegria e dor vira poesia”

Sempre me emociono quando ela termina a leitura: “Então vamos aprender com essa pedra mágica, essa pedra azul, que a gente pode transformar tristeza em alegria e dor em poesia. É o que eu faço com os meus poemas”.

Querida Roseana, estou rezando todos os dias para que você continue a transformar tristeza em alegria e dor em poesia. Afinal, “viver é o milagre que nos guia”.

Nada será como antes

‘Justiça’ retorna em segunda temporada com novas tramas e personagens, inspirada na antologia de ‘True Detective’ e ainda escrutinando as falhas do sistema prisional

Juan Paiva em cena da série ‘Justiça 2’
Bruno Stuckert/Divulgação

Danilo Thomaz

RIO DE JANEIRO Sentado numa cadeira da entrada de uma delegacia do Distrito Federal, o jovem entregador Balthazar —vestido com uma camisa de gola polo verde, bermuda e chinelo de dedo— aguarda a sua vez de ser fotografado de frente e de perfil antes de seguir para o cárcere, depois de ser acusado de um crime que ele não cometeu.

O dono de supermercado Jayme, fotografado com uma camisa polo preta, deixa sua família desamparada após uma sobrinha o acusar de a ter estuprado na adolescência. Vai parar na cadeia, um lugar que não costuma receber homens como ele.

Esse é o mesmo destino de Geisa, vestida com uma blusa cavada, em estado de choque na delegacia. Ela é moradora da quebrada de Ceilândia que, durante uma briga, acabou assassinando Renato, o traficante local.

O que era para ser, digamos, um simples furto de automóvel, se revela uma trama muito maior na vida de Milena, presa por homicídio.

Esses são os quatro protagonistas de “Justiça 2”, série de Manuela Dias com direção de Gustavo Fernandez, que chega nesta quinta-feira à plataforma de streaming Globoplay, com 28 episódios.

Como na primeira temporada, na época um sucesso de crítica, cada episódio tem um personagem como protagonista e um antagonista, que vão se entrecruzando, assim como o passado e o presente. Desta vez, a série se passa entre 2016, quando acabou “Justiça”, a original, e o ano passado.

“A estrutura é basicamente a mesma”, diz Fernandez, que dirigiu os novos episódios. “A sequência é de estrutura e de tese.” Ele lembra a série americana “True Detective”, que no começo deste ano ganhou uma nova leva de capítulos, como exemplo de produções que mantêm apenas a estrutura e o conceito a cada temporada, mas trocam as histórias e as personagens.

“É uma temporada bastante renovada pela força dramática das histórias”, ele afirma.

Quem abre esta leva de episódios é precisamente Balthazar, vivido pelo ator Juan Paiva, agora no ar como o João Pedro de “Renascer”. Desta vez, ele interpreta o entregador de um restaurante que acaba demitido e vai trabalhar por conta própria, para um aplicativo.

“Ele é um cara honesto, íntegro, que procura fugir dos erros, que está sempre na batalha, na luta, mas sabe se defender”, define Paiva.

A vida de Balthazar começa a se complicar quando o restaurante deixa de ser comandado pelo senhor Galindo, vivido por Amir Haddad, e passa para as mãos de Nestor, um vereador corrupto, ambicioso e conservador interpretado por Marco Ricca. “O cara já olha para ele como criminoso simplesmente por ser negro”, diz o diretor.

Ao cobrar seus direitos depois da demissão, o jovem se desentende com Galindo. Depois de um assalto ao estabelecimento, é preso ao ser apontado por meio de um catálogo de suspeitos pelo dono do restaurante e passa sete anos na cadeia por um crime que não cometeu.

Murilo Benício, protagonista da segunda história, conta que teve dificuldade em encontrar o sentimento de Jayme, seu personagem. O dono de supermercado é o arrimo da família, que tem um padrão alto de vida, e nutre desejo pela sobrinha Carolina, vivida por Alice Wegmann.

“A gente não tem muita referência dele. Resolvi fazer o papel desprovido de qualquer sentimento. Decidi ir para o lado da frieza”, afirma o ator.

Ao denunciar o tio, a garota é rejeitada pelos familiares e se muda para o Rio de Janeiro, onde abre um quiosque com o seu namorado.

[Continua na pág. C2](#)

ilustrada

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

FORA DO AR

O Tribunal de Contas da União (TCU) analisou na quarta (10) a regularidade do programa Conversa com o Presidente, lançado para que Lula (PT) apresentasse as realizações do governo. Detalhe: a live deixou de ser veiculada há quatro meses.

NADA VI Durante o debate, nenhum ministro citou o fim do programa. Nem demonstrou saber que ele está fora do ar.

PÚBLICO É compreensível. A audiência da atração era ínfima: em 20 edições, só 117,5 mil pessoas assistiram às transmissões em tempo real. O governo decidiu então suspendê-la para reavaliar o formato.

FALA QUE EU... Na sessão, o ministro do TCU Walton Alencar Rodrigues, relator da representação que questionava o uso do programa Conversa com o Presidente como propaganda pessoal de Lula, afirmou que houve “falhas” em sua produção. Mas decidiu que apenas a comunicação delas ao governo será suficiente para sanar o problema.

...TE ESCUTO O voto dele foi aprovado por unanimidade pelo colegiado do tribunal.

VEJA BEM A mesma representação questionava o lançamento do Programa Farmácia Popular. O ministro Walton Rodrigues afirmou que, neste caso, era “forçoso reconhecer que as imagens utilizadas para anunciar o lançamento” tinham sido “irregulares”.

VEJAM BEM 2 A utilização das imagens, segundo ele, “era desnecessária para os fins pretendidos e feriu a legislação acerca da vedação de promoção pessoal dos agentes públicos”.

VEJA BEM 3 Os ministros decidiram aprovar, também neste caso, o envio de recomendações ao governo.

CANDIDATO A entrada de Alexandre Correa, ex-marido de Ana Hickmann, na política, anunciada por ele na quarta (10), não surpreendeu a apresentadora: quando eram casados, ele quis se lançar candidato. Ana, no entanto, mostrou contrariedade, e ele desistiu do plano naquele momento.

INDIGNAÇÃO A revelação foi feita pela própria apresentadora a amigos depois da publicação da notícia de que ele se filiou a um partido e pretende se candidatar a vereador. A informação deixou Ana indignada. Ela questionou com amigos que plataforma será a dele: acabar com a Lei Maria da Penha, de proteção às mulheres?

PALCO Ela se disse perplexa também por um partido, o Avante, dar palco para o ex, que é acusado de agredi-la.

FAMA Há cerca de dois meses, Ana já havia previsto a interlocutores que Alexandre Correa estava se expondo exageradamente nas redes sociais com um objetivo: entrar para a política e tentar vencer as eleições. E, assim, segundo ela, conseguir um emprego.

Correa trabalhou a vida inteira em torno da carreira da apresentadora.

FOLHETIM



Fotos Fabio Rocha/Globo



Andrea Beltrão, uma das protagonistas de “No Rancho Fundo” (Globo), e as atrizes Mariana Lima e Ju Colombo **1**, que também integram o elenco da trama, marcaram presença na festa de lançamento da nova novela das seis da Globo. O autor do folhetim, Mario Teixeira, o diretor Allan Fiterman e a atriz Déborah Bloch **2** prestigiaram o evento, que foi realizado na segunda (8), nos Estúdios Globo, no Rio. Os atores Thardelly Lima, Haroldo Guimarães e Welder Rodrigues **3** passaram por lá

IMAGEM O chef francês Olivier Anquier, que reside há 16 anos em frente à praça da República, afirma que o centro de São Paulo está virando o melhor lugar da cidade.

IMAGEM 2 Ele cita o reforço do policiamento na área e a chegada de novos comércios e moradores, além da revitalização de prédios antigos por uma técnica chamada retrofit.

IMAGEM 3 “Os empresários estão entendendo que o centro é, muito provavelmente, um dos únicos lugares de São Paulo que vão conseguir manter a alma da cidade”, diz ele à coluna, referindo-se à crescente construção de novos edifícios em outros bairros da capital. Ele diz ainda que o centro não pode ser identificado apenas pelo problema da Cracolândia.

CONFLITO O documentário “Ainda É 7 de Outubro”, que acompanha a jornalista e escritora Sabrina Abreu durante uma viagem a Israel em janeiro deste ano, vai estreiar nesta quinta-feira (11), na Bandplay, serviço de streaming do Grupo Bandeirantes.

TELA Abreu entrevistou especialistas e personagens dos dois lados. A produção registrou também o retorno de dois brasileiros ao bunker onde eles sobreviveram ao ataque do Hamas, em outubro de 2023.

TURU TURU A atriz e escritora Bruna Lombardi vai lançar seu novo livro, “Manual para Corações Machucados” (editora Sextante), na Livraria da Travessa do shopping Iguatemi, em São Paulo, no próximo dia 17.

TURU TURU 2 A publicação reúne crônicas sobre o amor. Ela também apresentará a obra no Rio de Janeiro no próximo dia 25.

Nada será como antes

Continuação da pág. C1
Sete anos depois, com a falência de seu negócio, Carolina volta à cidade natal. É quando o tio deixa a Papuda, onde conheceu o submundo do crime. Mãe solteira, manicure e moradora da quebrada, Geisa, vivida por Belize Pombal, e a filha, que estuda para passar no Enem, têm a rotina alterada por um vizinho que deixa o som ligado 24 horas. Seria simples não fosse o rapaz, Renato, vivido por Filipe Bragança, o traficante do bairro. Mãe e filha tentam contornar a situação até que a garota entra para a famigerada lista dos inscritos que perderam a prova do Enem. Numa briga, Geisa o assassina e vai para a cadeia. “Ela se atira numa tentativa de salvar a própria filha e a si mesma a qualquer custo”, diz a atriz. Nascida no Tucuruvi, na zona norte de São Paulo, Pombal é formada pela Escola de Arte Dramática da Universidade de São Paulo, tem quase 20 anos de profissão e é leitora do geógrafo Milton Santos. Ela vê seu pensamento reverberar nas laudas de Manuela Dias.

“Ele dizia que estamos nos tornando humanos. A série contribui para isso também. É um trabalho que nos nutre em relação a uma maior humanidade, nas belezas e nas agruras, para que a gente melhore individual e coletivamente”, afirma ela. A quarta história, protagonizada por Nanda Costa, é a que mais permite discutir a Justiça em suas nuances. “Nas outras histórias fica mais claro o que é a Justiça. O nosso tem uma coisa mais velada”, afirma a atriz Paolla Oliveira, que interpreta Jordana, antagonista dessa trama. Costa é Milena, uma garota que sonha em ser cantora e tem uma habilidade especial para abrir cofres. Filha de uma cozinheira, ela põe a mãe numa enrascada ao deixar de pagar a conta de luz às vésperas de uma entrega. Para a ajudar, furta o carro de Jordana, a empresária musical interpretada por Oliveira. Milena, porém, não conta-

va que Jordana, naquele mesmo dia, havia descoberto um meio-irmão e, para não ter de dividir a herança deixada pelo pai, o assassinara e guardara o corpo no porta-malas do carro. Presa por homicídio, sete anos depois, Milena volta para que a empresária musical a transforme numa estrela do piseiro, um estilo musical derivado do forró. “Milena acaba usando o que viveu para realizar o sonho. Ela diz ‘eu gostaria de estar onde estou, mas não de ter feito as coisas que fiz para conquistar’”, diz Nanda Costa, que aparecerá cantando na série. Além do formato e do conceito, outros elementos conectam “Justiça” a “Justiça 2”, como a versão de “Hallelujah” por Rufus Wainwright e a personagem Kellen, interpretada por Leandra Leal. Agora, seu prostíbulo, que ela chama de “agência de viagem”, deixou o Recife, onde se passava a série original, em direção ao Distrito Federal. Ela aparece com um novo marido, Darlan, vivido por Fábio Lago, que tem como companheira a cachorrinha-influencer Bete. O diretor Gustavo Fernandez diz que a troca de cenário, da capital de Pernambuco para Brasília e Ceilândia, traz poucas mudanças no que diz respeito à tese central da história, sobre a vida das pessoas após serem afetadas pelo poder judiciário no que ele tem de real — e cruel, podemos dizer. “Muda o tom”, ele diz, ao prometer que, nesta temporada, ambientada entre as curvas e linhas de Oscar Niemeyer e Lucio Costa, “tudo fica mais nebuloso”. Ao menos para quem conheceu a injustiça de perto.

Justiça 2
Brasil, 2024. Criação: Manuela Dias. Com: Murilo Benício, Nanda Costa e Juan Paiva. 16 anos. Disponível no Globoplay



Belize Pombal em cena da série ‘Justiça 2’ Bruno Stuckert/Divulgação



Libero

Emagrecer sem esforço

Sonhar é bom, mas não hipertrofia músculo nem derrete gordura

Drauzio Varella

Médico cancerologista, autor de 'Estação Carandiru'

Quando nossos antepassados mais próximos desceram das árvores, nas savanas da Etiópia, encontraram a fome em toda a parte. Essa realidade se manteve por milhões de anos. Naqueles tempos, na disputa com outros carnívoros por carcaças de animais mortos, nosso metabolismo aprendeu a não desperdiçar energia e a transformar em reserva de gordura as calorias ingeridas em

excesso. Os que nasceram sem essa capacidade foram eliminados pela seleção natural. À custa de malabarismos metabólicos, nossa espécie conseguiu chegar à segunda metade do século 20, época a partir da qual os avanços da tecnologia permitiram assegurar alimentos de boa qualidade para grandes massas populacionais. Um animal descendente dos que sobreviveram às pandemi-

as de fome, não estava preparado para viver na fartura. O despreparo se revelou em três comportamentos: a preferência por alimentos altamente calóricos, a capacidade de ingerir mais calorias do que o necessário e a preguiça para andar num mundo que conspira a favor do sedentarismo. Não poderia dar certo. A obesidade se tornou a condição crônica mais prevalente do

mundo. Segundo a Organização Mundial da Saúde, existe 1 bilhão de pessoas com peso excessivo, 500 milhões dos quais caem na faixa da obesidade. No Brasil, 57% da população está na faixa de excesso de peso ou obesidade. Nos Estados Unidos, são quase 80%, no México, mais de 70%; os índices crescem nos cinco continentes. A facilidade dos seres humanos para ganhar peso con-

trasta com a dificuldade para perdê-lo. Quando emagrecemos, o cérebro entende que corremos risco de morte por inanição e faz o diabo para cairmos na tentação de recuperar os quilos perdidos. Nesse contexto, a indústria farmacêutica desenvolveu medicamentos capazes de provocar perdas significativas do peso corpóreo, pela primeira vez na história da medicina. O sucesso comercial foi imediato e retumbante. A Novo Nordisk, empresa dinamarquesa que fabrica o Ozempic, é a mais valiosa da Europa. Seu faturamento anual é mais alto que o PIB da Dinamarca. Na literatura médica começam a ganhar corpo as críticas a esse uso indiscriminado: o emagrecimento induzido pela droga estará associado à melhora do estado de saúde? Agências internacionais regulatórias, como a FDA americana e a Agência Europeia, não deveriam avaliar outros parâmetros além da simples redução do número de quilos? O acúmulo de gordura visceral, por exemplo, guarda relação direta com a incidência das doenças crônicas mais letais: ataque cardíaco, AVC, diabetes tipo dois e tipos de câncer. O índice de massa corpórea (IMC) é uma medida grosseira: pode diminuir por perda de músculos, sem haver alteração da quantidade de gordura intra-abdominal. A perda excessiva de musculatura em relação à quantidade de gordura leva a uma condição conhecida como obesidade sarcopênica, na qual o IMC cai

sem trazer benefícios metabólicos; pelo contrário, ela está associada a aumento de mortalidade e do risco de déficits funcionais incapacitantes. Ozempic, Monjaro e outros da mesma classe provocam perda de peso por redução da quantidade de gordura, mas também da massa muscular. Subir na balança não permite discriminar a proporção músculo/gordura. O emagrecimento ideal é aquele que vem da perda de tecido adiposo acompanhada da manutenção ou do ganho de massa muscular. As pessoas que fazem uso prolongado dessas drogas chamam a nossa atenção pela silhueta, mas também porque parte delas têm rosto com aparência doentia. É muito sugestivo de que exista relação de causa e efeito. Mensurações periódicas dos níveis de gordura e de massa muscular durante o tratamento, por métodos de imagem, são possíveis, mas não estão ao alcance da maioria dos que penam para comprar medicações tão caras. Sendo assim, os médicos que as prescrevem precisam ressaltar a necessidade de cuidar da dieta, de cortar os exageros à mesa e de praticar atividade física com regularidade. Emagrecer à custa de drogas que reduzem o apetite, sem abandonar a vida sedentária, com liberdade para comer aquilo de que a gente mais gosta, é sonho de todos os que lutam contra a balança. Sonhar é bom, mas não hipertrofia músculo nem derrete gordura.

| SEG. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | QUA. Wilson Gomes | QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres | SEX. Djamilia Ribeiro | SÁB. Mario Sergio Conti

PENSOU CRUZEIROS PELA EUROPA, PENSOU NORWEGIAN

Não há melhor maneira de vivenciar o Mediterrâneo, as Ilhas Gregas ou o Norte da Europa do que em um cruzeiro com a Norwegian.

NCL
NORWEGIAN
CRUISE LINE®

MELHOR LINHA DE CRUZEIROS CONTEMPORÂNEOS
2022 CRUISE PASSENGER READERS' CHOICE

EMPRESA LÍDER EM CRUZEIROS MARÍTIMOS NA EUROPA
WORLD TRAVEL AWARDS
17 ANOS CONSECUTIVOS

ATENDIMENTO EXCLUSIVO: (11) 3177-3139
OU ACESSE O SITE: **WWW.NCL.COM.BR**

RESERVE HOJE AS FÉRIAS DOS SEUS SONHOS!

7 DIAS NO MEDITERRÂNEO:
ITÁLIA E GRÉCIA DE ROMA (CIVITAVECCHIA), ITÁLIA
NORWEGIAN ESCAPE | OUT 24

7 DIAS NAS ILHAS GREGAS:
SANTORINI, RODES E ISTAMBUL DE ATENAS (PIRAEUS), GRÉCIA
NORWEGIAN VIVA | JUL E AGO 25

10 DIAS NO NORTE DA EUROPA:
ISLÂNDIA, NORUEGA E BÉLGICA DE REYKJÁVÍK, ISLÂNDIA
NORWEGIAN PRIMA | MAI, JUL E AGO 25

ilustrada

Elon Musk é o tiozão do ‘zap’

Dono do X é como uma criança que leva a bola quando não concorda com o jogo

Flávia Boggio

Roteirista. Escreve para programas e séries da TV Globo

Parecia um fim de semana normal no X, com usuários se agredindo gratuitamente. Isso se os protagonistas não fossem o ministro do STF, Alexandre de Moraes, e o magnata dono da plataforma, Elon Musk. O embate começou após o perfil institucional do antigo Twitter anunciar ter bloqueado “determinadas contas populares no Brasil” devido a decisões judiciais. Musk retuitou a mensagem, afirmando que

seriam derrubadas “todas as restrições” e que “princípios importam mais que o lucro”. Com a ameaça, Moraes determinou a inclusão de Musk como investigado nos inquéritos das fake news e dos atos antidemocráticos. Como criança que leva a bola embora quando não concorda com as regras do jogo, o dono da Tesla usou a arma preferida dos adolescentes sem recursos: “Xingar muito no Twitter”.

Inspirado no cidadão de bem brasileiro, postou memes bobos do ministro do STF, dando a impressão de que Xandão marcou um X em seu coração. “Como @alexandre se tornou o ditador do Brasil?”, perguntou o bilionário, que tem relações carnavais com regimes que torturam e matam opositores, como a Arábia Saudita e a China. Musk também fez a falsa acusação de que Moraes teria tirado Lula da prisão, provando

que, como dono da plataforma X, é um ótimo “tiozão do ‘zap’”. Pessoas próximas ao magnata afirmam que ele já planeja abrir uma concessionária Tesla no país, só para realizar uma “teslaciata” contra o STF pelas capitais do Sudeste. Em seguida, fará uma “foqueteciata”. Porém, como não há “cidadão de bem” capaz de comprar um modelo do Space X, convocará seus amigos ditadores fundamentalistas.

Para realizar seu novo hobby, atazanar Alexandre de Moraes, Musk se mudou para o condomínio Viven-da da Barra, onde só atende pela alcunha de Elonuxo. O dono da Tesla também convocou seus apoiadores para realizar um golpe no Brasil. Porém, eles foram parar em Buenos Aires e ainda estão tentando localizar o país. Muitos deles nem chegaram à América do Sul, por acharem que só existe uma América, a dos Estados Unidos. Caso o embate se agrave, Musk planeja pegar seu foguete Space X e fugir para Marte. Inclusive, levará a bordo CDs da sua dupla sertaneja favorita, Milionário e Marci-ano. Antes de partir, pretende defecar na mesa de Mark Zuckerberg, dono do Facebook.



Galvão Bertazzi

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | QUA. Hmmfalemais | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE EM CASA

Jacqueline Cantore

cantorejac@gmail.com (interina)

Ficção científica com conspirações religiosas chega ao sob demanda

A Senhora Davis

Max, 18 anos
Quando irmã Simone é expulsa de seu mosteiro, ela se junta ao ex-namorado determinada a destruir o programa de inteligência artificial responsável por sua expulsão, Senhora Davis. Em seu plano de vingança, Simone acaba se deparando com sociedades secretas e conspirações religiosas. Série de ficção científica criada por Tara Hernandez e Damon Lindelof, de “Watchmen”.

Ziraldo - Era uma Vez um Menino

Curtal e CurtaON, 20h30, livro
Filme dirigido por Fabrizia Pinto que retrata a trajetória e a obra de seu pai, Ziraldo, morto no último sábado, aos 91 anos. No documentário, ele reflete sobre seu processo de criação, seus personagens, família, política e o país com depoimentos e entrevistas ao longo de mais de 40 anos, além de sua vasta produção artística.

Cedo Demais

Star+, 12 anos
André e Lucas se apaixonam por Dora, que acabou de ficar viúva de um amigo de infância da dupla. Os dois começam uma disputa por uma chance com ela com o dilema sobre trair a lealdade dele. Filme dirigido por José Lavigne. Com Valentina Bandeira, Thati Lopes e Kayky Brito.

Depressão na Era digital

YouTube Casa do Saber, online e gratuito, 20h
Um curso sobre saúde mental, cultura e sociedade a partir da psicanálise. Três aulas oferecem uma abordagem profunda sobre algo tão comum hoje em dia. Com Ana Suy e Alexandre Patricio.

The Garden: Comunidade ou Seita

Discovery, 23h45, 14 anos
Uma série documental sobre uma misteriosa comunidade que aposta no colapso da sociedade. Fundada há 15 anos no sul dos Estados Unidos e completamente isolada, a seita procura novos integrantes desde que sigam suas regras.

Especial LED - Luz na Educação

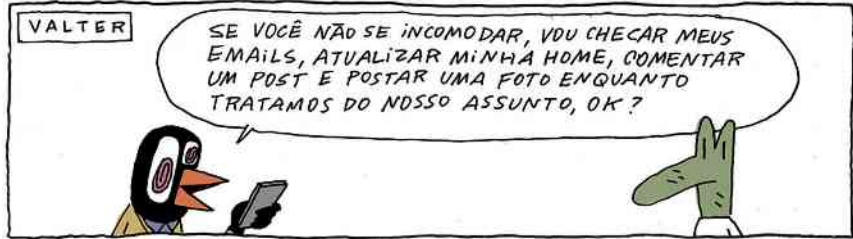
TV Globo, 23h55, livro
Lázaro Ramos apresenta um especial sobre seis iniciativas brasileiras transformando a educação. De narrativas afrofuturistas em São Paulo ao projeto Cine Jericóollywood para educadores da Paraíba.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê Laerte



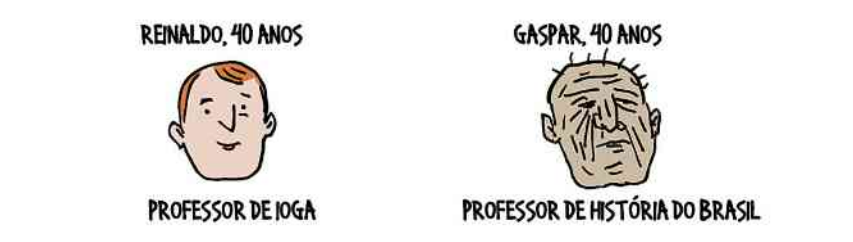
Bicudinho Caco Galhardo



Níquel Náusea Fernando Gonsales



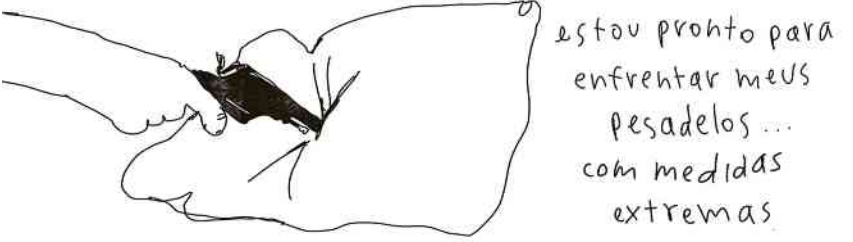
Não Há Nada Acontecendo André Dahmer



Viver Dói Fabiane Langona



Péssimas Influências Estela May



Vida Besta Galvão Bertazzi



GODOKU

texto.art.br/fsp

E			M	J					
	M	J			A		S		
N	G		O			J			
		E			M		A	N	
				I				S	
			S				J	M	
G			J						
		S		E					
	I					M			

As regras do Godoku são simples: o jogador deve preencher o quadro maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que os espaços em branco contenham as letras presentes no diagrama. As letras não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid. No destaque será lido o nome de um elemento químico metálico usado em muitas ligas leves.

SOLUÇÃO	O	E	W	G	S	V	N	I	F
	F	I	D	O	B	N	S	V	W
	V	N	S	I	W	F	O	E	G
	W	F	O	E	V	S	D	N	I
	S	D	E	F	N	I	W	O	V
	N	V	I	W	O	E	F	S	
	E	W	F	S	I	O	V	D	N
	I	S	N	V	D	E	F	W	O
	D	O	V	N	I	W	I	S	E

CRUZADAS

HORIZONTAIS

1. No tênis, bola lançada no sentido diagonal da quadra 2. Uma uva usada na produção de vinhos / Uma perturbação mental 3. (Rel.) O dia em que se comemora a adoração do Menino Jesus pelos Magos / O apelido de um dos maiores tenistas que o Brasil já teve 4. Surgir o dia 5. Nexo lógico / Leque, ventarola 6. O cantor Borges, de “Feira Moderna” Segurar algo que cai ou que foi atirado 7. (Ingl.) Biscoito tipo sanduiche / Vânia Abreu, cantora baiana 8. Uma unidade de pressão 9. A plantação do principal ingrediente do ketchup 10. (Red.) Uma formação acadêmica superior / Censura severa 11. Animal que possui uma pequena tromba / Ter o orvalho congelado 12. Fabricante ou vendedor de determinado combustível sólido 13. O contrário de abaixo.

VERTICAIS

1. Estado cuja capital é Jerusalém / Peixe de água doce, de carne excelente 2. Amarelo, em Londres e NY / Flor (da água) 3. Peneira / Porção de algo para ser analisado ou provado 4. Diz-se do sapato que não cobre o peito do pé, ou que não tem salto / Congênera / Um dano cerebral 5. Interjeição que exprime espanto, dor / Ganhar todas as figurinhas / Uma saudação comum entre amigos 6. Conjunto de normas para estabelecimento de dimensões prefixadas 7. Aguentar alguém com paciência / Um mamífero como a jubarte ou a orca 8. (Hot) Um sanduiche muito popular / Golpear, ferir com certa faca afiadíssima sem ponta 9. Excitar, principalmente falando ou discutindo / Cidade, serra e grande açude do estado do Ceará.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1									
2									
3									
4									
5									
6									
7									
8									
9									
10									
11									
12									
13									

VERTICAIS: 1. Israel, Paçu, 2. Yellow, Tona, 3. Chivo, Amostra, 4. Raso, Alm, ALC, 5. Uti, Rapelar, Oi, 6. Gabaritação, 7. Aturar, 8. Dog, Navalhar, 9. Acalorar, 10. HORIZONTAIS: 1. Cruzada, 2. Syrah, Toc, 3. Reis, Guga, 4. Alvorar, 5. Eio, Abano, 6. Lo, Aparar, 7. Water, VA, 8. Milibar, 9. Tomatal, 10. Pôs, Ralho, 11. Anta, Gear, 12. Carvoeiro, 13. Aclima.

Oprah Winfrey diz que seus ancestrais escravizados estão por trás do sucesso

Apresentadora americana participou de um seminário de finanças, em São Paulo, onde ela foi entrevistada por Taís Araújo

SÃO PAULO A participação da apresentadora americana Oprah Winfrey no evento Legends in Town, promovido pela XP, nesta quarta-feira, em São Paulo, foi tratada como sua primeira visita ao Brasil. Ela foi entrevistada —e adulada— pela atriz Taís Araújo, que passou o evento declarando sua adoração por Oprah. A entrevista começou com a pergunta sobre quem era Oprah antes da celebridade na qual se tornou, levando à lembrança da menina que não queria repetir os passos da avó lavando roupas no quintal. Quando a apresentadora nasceu, nos anos 1950, a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos desabrochava, ou seja, era um momento em que as pessoas poderiam ima-

ginar mudanças, disse a apresentadora. A rejeição ao destino da avó era um instinto, como a voz divina, que a guiava. Questionada sobre quem foram as pessoas que a inspiraram, ela se referiu aos seus ancestrais escravizados. A apresentadora falou sobre as muitas ocasiões na carreira em que foi a única mulher e pessoa negra presente na sala, sem jamais se sentir frágil porque sempre teve convicção na força de seus antepassados. A sua relação com o dinheiro —ela é considerada a primeira mulher negra a se tornar bilionária nos Estados Unidos— também foi abordada. Ela relatou uma ocasião da juventude pobre quando uma amiga rica a viu ter de escolher entre um crois-



A apresentadora Oprah Winfrey, em Los Angeles, em dezembro passado Mario Anzuoni/Reuters

sant e ovos porque faltava dinheiro para ambos na mesma refeição. Na situação, a amiga não ofereceu ajuda, e essa lembrança deixou lições sobre generosidade a ela. A vida é melhor quando se divide o que tem, e o dinheiro jamais foi seu objetivo, disse. Ao falar de filantropia, ela contou que, no momento em que atingiu o suficiente para si, começou, imediatamente, a pensar no que poderia fazer pelas outras pessoas. Descreveu a origem da escola para garotas de baixa renda que criou na África do Sul e relembrou o período de dez dias passados na casa do ex-presidente sul-africano Nelson Mandela. Embora tenha chegado a dizer no palco que esta era sua primeira vez no Brasil, Oprah esteve no país em 2012. Foi até Abadiânia, em Goiás, para entrevistar o médium João de Deus. Quando as denúncias de abuso sexual contra ele vieram à tona, em 2018, os vídeos das entrevistas que gravou com ele foram retirados do ar. Na época, ela divulgou um comunicado manifestando sentir empatia pelas mulheres que apresentaram suas denúncias e que esperava justiça. Oprah não tocou no assunto, apesar do gancho que poderia ter puxado o tema, quando o empresário Elie Horn pediu o microfone. Fundador da construtora Cyrela, ele contou a ela que investe no combate à violência sexual contra crianças e adolescentes por meio do Instituto Liberta.

O reino e a influência

Reportagem da Piauí mostra toda a extensão do poder de Ali Kamel no jornalismo da Globo

Mauricio Stycer

Jornalista e crítico de TV, autor de 'Topa Tudo por Dinheiro'. É mestre em sociologia pela Universidade de São Paulo

Num mundo em que a comunicação está mais ramificada do que nunca, com fontes de informação, confiáveis ou não, brotando de todos os lados, o jornalismo da TV Globo segue como o de maior alcance no país. O Jornal Nacional, lançado em setembro de 1969, há quase 55 anos, continua imbatível como o principal jornalístico da TV. É natural, por isso, que interesse tanto entender como é feito esse jornalismo, avaliar qual é o seu poder, de fato, e verificar de que forma ele se tornou capaz de interferir na vida política do Brasil. A falta de transparência sobre os meandros da sua produção sempre alimentou as mais variadas teorias sobre tentativas de manipulação da realidade, algumas delas confirmadas com o tempo. Creio que a intenção da extensa reportagem de Ana Clara Costa na revista Piauí deste mês seja justamente jogar alguma luz sobre esse universo. O texto busca retratar o impacto da gestão, ou “reinado”, como diz a autora, do executivo Ali Kamel no jornalismo da Globo. Ele trabalhou na emissora por 22 anos, a partir de 2001, até deixar o canal, por vontade própria, no final de 2023. Durante metade desse período, Kamel foi subordinado de Carlos Henrique Schroder, só assumindo o comando do jor-

nalismo no final de 2012, quando o chefe foi promovido a diretor-geral da Globo. A reportagem rebaixa Schroder, tratando-o como um técnico, “um cara de tecnologia da televisão”, sem maior interesse pelo conteúdo editorial do jornalismo. “Ambos operavam com uma racionalidade florentina, quase maquiavélica, mas tinham objetivos distintos”, escreve a jornalista. Kamel “não tinha pretensões além de comandar o jornalismo”, enquanto Schroder “desejava um caminho ao topo”. Com Kamel no comando, a interferência no texto dos jornalistas da Globo se generalizou, escreve Ana Clara Costa. “Era um controle inédito. Para alguns, um insulto”. Kamel saiu-se muito bem, indica a reportagem, na tarefa de pôr em prática a visão política e econômica da família Marinho. Para isso, “valia-se de uma hierarquia rígida dentro da Globo, em que não há muito espaço para contestação”. Por causa dessa postura dominadora, “nas fofocas de bastidor era impiedosamente chamado de ‘cardeal Richelieu’, o conselheiro despótico de Luís 13”. A reportagem da Piauí traz um depoimento de Daniel Castro, colunista de televisão da Folha na década de 2000, que revela o esforço de Kamel para influenciar também o conteúdo do que outros veículos

publicavam sobre a Globo. Posso corroborar esse depoimento. Quase sempre que me escrevia, muito cordialmente, comentando uma coluna, o executivo também enviava mensagens à direção do jornal. Registre-se que nunca houve qualquer interferência da Folha no meu texto. A Piauí faz uma longa descrição das relações da Globo com diferentes governos, do primeiro Lula a Bolsonaro. Vale muito a leitura. Kamel, segundo o relato de FHC em seus “Diários da Presidência”, deu palpites para ajudar José Serra na eleição presidencial de 2002. Silvia Faria, número dois do jornalismo da Globo à época da presidência de Dilma, nega na reportagem que a emissora tenha instrumentalizado o noticiário sobre as manifestações de 2013 para enfraquecer o governo. O problema era outro, diz ela. “[Dilma] mantinha aquelas crenças da esquerda de intervenção do Estado”. Hoje Kamel está na coordenação do Conselho Editorial do Grupo Globo, que dá o norte da cobertura jornalística dos assuntos mais importantes em todos os veículos da empresa. Foi o conselho que decidiu tratar como “terroristas” os participantes do 8 de janeiro e, mais recentemente, pediu moderação na cobertura dos primeiros passos do novo presidente da Argentina.

Justiça nega exumação de Gal e encaminha caso à polícia

SÃO PAULO A Justiça de São Paulo negou o pedido de exumação do corpo da cantora Gal Costa, que havia sido aberto pelo filho da artista, morta em novembro de 2022, Gabriel Penna Burgos Costa. A Vara de Registros Públicos decidiu que não é de sua

competência julgar o caso, já que o sepultamento ocorreu há menos de três anos e é determinante para pro- va num processo criminal, movido por Costa contra a viúva de Gal, Wilma Petrillo. A juíza pediu que o processo seja encaminhado para a

autoridade policial para apuração de possível crime que teria sido cometido por ela. A defesa de Costa diz que vai recorrer da decisão judicial que não deferiu o traslado do corpo de Gal ao Rio de Janeiro. Já a advogada da viúva não respondeu à reportagem.

INTERNATIONAL FILM FESTIVAL ROTTERDAM 2024

25º BAFICI

47ª MOSTRA

PRÊMIO DO RIO

DA OBRA DE

CLARICE LISPECTOR

UM FILME DE

LUIZ FERNANDO CARVALHO

A PAIXÃO

SEGUNDO

COM

MARIA FERNANDA CANDIDO

HOJE EXCLUSIVO

NOS CINEMAS

VERIFIQUE A CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

ilustrada



O ator Walton Goggins em cartaz de divulgação da série 'Fallout', do Amazon Prime Video

‘Fallout’ quer o sucesso de ‘The Last of Us’ e aposta no apocalipse

Série adapta games que imaginam um planeta transformado após um desastre

Rodrigo Salem

NOVA YORK Os irmãos Christopher e Jonathan Nolan fizeram cinco filmes juntos, numa parceria que começou com o brilhante “Amnésia”, de 2000. Os dois não trabalham lado a lado desde “Interstellar”, lançado há uma década. Mas isso não significa que estejam afastados. Ao contrário, a dupla parece obcecada pelo mesmo tema, a era nuclear. Enquanto o mais velho dirigiu e escreveu “Oppenheimer”, filme sobre a criação da bomba atômica que foi o

grande vencedor do último Oscar, o mais novo aposta em “Fallout”, adaptação da franquia de games ambientada em uma Terra devastada por centenas de ataques nucleares. “Estou desenvolvendo isso há quatro anos, mas entendo quem imagina dois irmãos com a mesma ideia de cinema e questiona quem teve antes. Houve apenas um ou dois momentos que compartilhamos detalhes no jantar e achamos divertido”, afirma Jonathan. “Mas ‘Oppenheimer’ é brilhante e possui um tom totalmente diferente da série.”

É inegável. Apesar de se passar em uma América do Norte alternativa, afetada por uma guerra termonuclear em 2077, a série “Fallout” pula para a Los Angeles de 2296, um futuro no qual os ricos sobrevivem em refúgios subterrâneos, bunkers com dezenas de níveis, mas a maioria da população lida com monstros, canibais e a hostilidade natural da Wasteland, a terra arrasada que sobrou na superfície. “O game tem um tom complexo. Há momentos emocionantes e dramáticos revezando com instantes engraçados

e subversivos”, diz Jonathan, produtor executivo e diretor dos três primeiros episódios. Após “Pessoa de Interesse” e “Westworld”, ele sabia que teria de seguir outro caminho para assegurar a mistura de sátira e ação pós-apocalíptica do RPG criado por Tim Cain em 1997 e elevado a fenômeno a partir de “Fallout 3”, de 2008. Foi quando ele trouxe a bordo o casal Geneva Robertson-Dworet e Graham Wagner para assumir como showrunners. “Precisava de dois roteiristas talentosos com liberdade total para trabalhar”, diz.

[...]

A pressão em torno de ‘Fallout’ ficou ainda maior, no ano passado, com a estreia de ‘The Last of Us’, seriado da HBO, também baseado em um videogame

Para entregar algo novo nesse cenário disputado de produções, Jonathan Nolan, Geneva Robertson-Dworet e Graham Wagner decidiram replicar a sensação de liberdade do jogo

A pressão ficou ainda maior, no ano passado, com a estreia de “The Last of Us”, série da HBO também baseada em um jogo de sucesso. Premiada e com uma média de 32 milhões de espectadores por episódio, a maldição dos fracassos de adaptações de games foi finalmente quebrada. “Milhões de pessoas gastam bilhões de horas nesses games. E, como alguém que passou muito tempo no universo de ‘Fallout’, quero ser surpreendido com algo novo. Isso ficou óbvio com ‘The Last of Us’”, diz o diretor. “A gramática da TV está mudando com essas séries ambiciosas que demandam tempo para serem feitas. Mas planejamos várias temporadas.” Para entregar algo novo nesse cenário disputado, Jonathan, Robertson-Dworet e Wagner decidiram replicar a sensação de mundo livre do game ao dividir o foco de “Fallout” em três personagens diferentes. São eles Lucy, mulher criada no bucólico refúgio 33, Maximus, soldado inexperiente do que sobrou do governo dos Estados Unidos, e Ghoul, caubói mutante com um passado ilustrado, mas um presente assustador. “Não conhecia muito bem o game. Mas adorei como descreveram Lucy como uma mistura de Ned Flanders [de ‘Os Simpsons’] com Leslie Knope [personagem de Amy Poehler em ‘Parks and Recreation’]. Ela pode protagonizar um comercial de pasta de dentes e matar você”, diz Ella Purnell, que vive a personagem. O trio se cruza quando o pai de Lucy, vivido por Kyle MacLachlan, astro de “Twin Peaks”, é sequestrado por habitantes da superfície se passando por membros de um refúgio vizinho numa sequência tão violenta quanto divertida. A garota abandona a segurança do subterrâneo e caminha pelo deserto da superfície onde um dia foi Los Angeles numa busca suicida. “Escolhi este cenário pela ironia de ter esses idiotas de Hollywood adaptando a franquia adorada do game”, diz Jonathan. O produtor e diretor não poupou o orçamento da Amazon para recriar o mundo de “Fallout”. Além do refúgio quase todo reproduzido nos mínimos detalhes, por onde caminha enquanto dá esta entrevista, ele filmou na Califórnia, no interior do estado americano de Utah e na Namíbia, onde capturou Kolmanskop, cidade fantasma que um dia serviu de moradia para mineradores e que foi tomada pelas dunas. “Queria ter usado esse cenário em ‘Westworld’, mas a arquitetura não funcionava. Ele ficou marcado na minha mente, no entanto, e agora precisávamos de algo grandioso para deixar esse mundo ainda mais realista”, afirma. “Tirando a roda gigante de Santa Monica, tudo é efeito prático.” Enquanto uma equipe filmava uma cena no refúgio com inimigos presos numa das suas áreas, a reportagem também teve acesso ao Gold Coast Studios, em Long Island. Foi ali que a equipe de Jonathan ergueu o chamado Volume, impressionantes painéis de LED de nove metros de altura que servem de cenários virtuais para os atores contracenarem no centro. Naquele dia, uma das últimas sequências de “Fallout” tomou forma num ponto turístico de Los Angeles, simulando nas telas em alta definição sob a tutela do diretor Wayne Yip, de “Anéis de Poder”, responsável pelo episódio. Mas o que mais chama a atenção é a armadura em tamanho real de Maximus, que parece tão mortal e pesada quanto nos games. “Superou todas nossas expectativas”, afirma o ator Aaron Moten. “Achava que ia ser ótimo, mas é incrível demais.”

Fallout
EUA, 2024. Criação: Geneva Robertson-Dworet e Graham Wagner. Com: Ella Purnell, Aaron Moten e Walton Goggins. 18 anos. Disponível no Amazon Prime Video



A atriz Helen Mirren, ao centro, em cena do filme ‘O Cozinheiro, o Ladrão, sua Mulher e o Amante’, de Peter Greenaway Reprodução

Fui a um jantar misterioso do Timeleft e só vi gente esquisita

Espécie de Tinder gastronômico, plataforma acaba de desembarcar no Brasil

OPINIÃO

Nathalia Durval
Repórter do Guia Folha

SÃO PAULO O meme “R\$ 2 ou um jantar misterioso” nunca fez tanto sentido na Timeleft, plataforma que conecta pessoas que nunca se viram. Ela surgiu em Portugal há um ano, está presente em 12 países e acaba de chegar ao Brasil. Neste caso, é você que paga pelo jantar misterioso —de R\$ 39,99 a R\$ 199, dependendo do plano. Após responder a um extenso formulário, que inclui perguntas sobre gostos pessoais e personalidade, um algoritmo o conecta a cinco pessoas para um jantar num lugar desconhecido. É como um Tinder gastronômico. “Conheça pessoas tão fascinantes quanto episódios do teu programa de TV favorito”, diz a propaganda. Os encontros ocorrem às quartas-feiras, às 20h, em sete cidades brasileiras. Fui a um desses jantares em São Paulo numa quarta do mês passado, sem

me identificar como repórter. O endereço é informado apenas na manhã da reunião. O local da vez foi a Ceia Clandestina, que não era bem restaurante, mas um projeto que promove jantares mensais em Pinheiros. Logo ao chegar, deu para perceber que o Timeleft é usado por muitos como um app de relacionamentos. O próprio marketing da marca incentivava essa ideia. Todos ali, com idades entre 20 e 40 anos, capricharam no visual. Davam uma espiada nas mesas ao lado, para ver se encontravam alguém mais interessante no vizinho. Quando cheguei, tinha apenas um cara na minha mesa. Começamos uma conversa que parecia de um date mesmo: nome, profissão, o que gosta de fazer e por aí vai. Ele, que se apresentava a todos como agrobóy, acabou sendo o protagonista da noite. Talvez por falta de tato ou dificuldade extrema de interagir, fazia piadas constrangedoras —que às vezes beiravam escatologias e crimes.

“Gente, vocês já mataram um velhinho?”. Criava histórias para dizer “brincadeira, é mentira”. De início, tirou risos confusos. Depois, ninguém mais tentava entender. Enquanto ele emendava a segunda cerveja, pedi água. Primeiro erro. Chegou à mesa um copo com uma pedra de gelo que tinha pontos marrons duvidosos dentro. Achei mais seguro beber a água direto da garrafa. Nem arrisquei provar os drinques —importantes para socializar—, que vinham caprichados de gelo. O segundo erro foi pedir carbonara, que era tudo menos carbonara. Demorou para chegar e o macarrão não estava cozido o suficiente. A massa estava dura e virava uma farinha. Foram R\$ 60 muito mal gastos. Uma chuva que começou pouco antes das 20h fez com que muitos se atrasassem ou cancelassem a participação. Quem chegava atrasado fazia o grupo repetir as mesmas apresentações protocolares. As únicas informações que sabemos sobre os desconhe-

cidos, liberadas um dia antes, são o signo, área de trabalho e nacionalidade. Por causa de um erro, nomes e sobrenomes dos participantes foram exibidos quando eles marcaram a opção de que que chegariam tarde. Era, portanto, fácil stalkear os futuros acompanhantes nas redes sociais. Optei por manter o mistério. Do nosso grupo, duas pessoas não foram, entre elas uma colombiana. A plataforma parece fazer sucesso lá fora. Para ajudar a quebrar o gelo, o app libera um jogo de perguntas, disponível só em português de Portugal, o que deixa mais cômico. As questões começam bobas, como “qual foi a última série que maratou?”, mas descambam para “já foi vítima de discriminação ou preconceito?”, “já viveu uma perda que mudou profundamente sua visão de vida?”. Perguntas pesadas para pessoas que nunca se viram e que logo baixavam o humor do grupo. Talvez até funcione com os europeus, mas por aqui não cola. O pessoal que-

CONHEÇA OS APLICATIVOS DE JANTARES

Confra
Encontros todas as sextas-feiras, às 20h. De R\$ 29,90 (ingresso avulso) a R\$ 49,90 (assinatura mensal). Consumo não incluído. Cadastro em confra.club.

Timeleft
Jantares todas as quartas-feiras, às 20h. De R\$ 39,99 (ingresso avulso) a R\$ 199 (pacote de seis meses). Consumo não incluído. Cadastro em timeleft.com/ ou aplicativo Timeleft (iOS e Android).

ESTREIAS DE CINEMA

20.000 Espécie de Abelhas
Uma menina transexual continua sendo chamada por seu antigo nome pelos colegas de escola. Afastada das crianças durante as férias, ela explora sua feminilidade ao lado das mulheres de sua família. Venceu três prêmios no último Festival de Berlim. 20.000 Espèces de Abejes. Espanha, 2023. Dir.: Estibaliz Urresola Solaguren. Com: Sofia Otero, Patricia López Arnaiz, Ane Gabarain. 14 anos

Cinema É uma Droga Pesada
A comédia acompanha as dificuldades que um diretor enfrenta ao rodar um filme. Um aspirante a cineasta está gravando os bastidores das filmagens e começa a capturar toda a confusão. Integrou a programação do Festival Varilux. Making Of. França, 2023. Dir.: Cédric Kahn. Com: Denis Podalydès, Emmanuelle Bercot e Jonathan Cohen. 14 anos

Diálogos com Ruth de Souza
O documentário retrata a carreira e os desafios enfrentados pela atriz Ruth de Souza, pioneira entre as atrizes negras nos palcos e telas do Brasil. Brasil, 2024. Dir.: Juliana Vicente. 12 anos

Evidências do Amor
★★★★★
Inspirado na música “Evidências”, lançada por Chitãozinho & Xororó, o filme tem Sandy no papel de Laura. O relacionamento da jovem com Marco Antônio, personagem de Fábio Porchat, começou quando os dois cantaram a música juntos em um karaokê. Depois do término, ele não consegue mais escutar a canção sem lembrar da ex. Brasil, 2024. Dir.: Pedro Antonio Paes. Com: Fábio Porchat, Sandy e Jason Packer. 12 anos

Um Gato de Sorte
Beckett é um gato mimado que não reconhece a sorte que teve ao ser resgatado por Rose, uma estudante de bom coração. Mas sua rotina sofre mudanças quando ele perde sua nona vida e o destino entra em cena para colocá-lo em uma jornada transformadora. 10 Lives. Canadá, Reino Unido, 2023. Dir.: Christopher Jenkins. Livre

Ghostbusters - Apocalipse de Gelo
Nesta sequência da franquia, a família Spengler retorna à estação de bombeiros em Nova York, onde tudo começou. Quando se encontram com os caça-fantasmas originais em seu laboratório secreto de pesquisas, descobrem um artefato antigo que libera uma grande força do mal. Ghostbusters: Frozen Empire. EUA, 2024. Dir.: Gil Kenan. Com: Carrie Coon, Finn Wolfhard e Paul Rudd. 12 anos

A Paixão Segundo G.H.
★★★★★
É baseado no livro homônimo de Clarice Lispector. A escultora G.H. começa uma faxina em seu apartamento pelo o quarto de serviço. Quando encontra uma barata no cômodo, vive uma crise existencial. Brasil, 2020. Dir.: Luiz Fernando Carvalho. Com: Maria Fernanda Cândido e Samira Nancassa. 12 anos

O Sabor Da Vida
★★★★★
Vencedor do prêmio de melhor direção em Cannes 2023, o filme retrata o relacionamento entre Eugénie, uma talentosa cozinheira, e o chef Dodin, para quem ela trabalhou por 20 anos. Pot Au Feu. França, 2023. Dir.: Trần Anh Hùng. Com: Benoît Magimel, Emmanuel Salinger e Juliette Binoche. 14 anos

Pato Rei vai além da cafeteria em viagem inspirada pelo Oriente

CRÍTICA

Pato Rei

★★★★★
R. Ferreira de Araújo, 353, Pinheiros, região oeste. Tel. (11) 3816-7979. Instagram @patoreisp

Daniel Buarque

Aclamada por amantes de cafés especiais, a pequena casa na rua Ferreira de Araújo dificilmente chama a atenção. Mas o Pato Rei, que surgiu se dedicando a cafés raros e à extração a frio, aos poucos foi desenvolvendo o cardápio e se tornou uma atração que merece destaque entre os bons restaurantes de Pinheiros. Do cardápio com cafés e sobremesas criativas, entrou na programação de brunches da cidade, passou a preparar refeições completas e permite uma viagem por sabores de diferentes inspirações orientais. Não é tanta surpresa que o prato que ajudou a justificar o reconhecimento ao restaurante é um karê de pato (R\$ 82).

O peito é servido frito e fatiado por cima de um molho de curry de inspiração japonesa e com pimenta baniwa da Amazônia. A carne é macia e gostosa, a pele tem crocância, e combina bem com o molho e com o arroz branco. O okonomiyaki (R\$ 36) é como uma panqueca de textura variada e sabor marcante. Preparada com repolho e outros vegetais, é sequinha e com toques torrados. Vem com cobertura agridoce, boa acidez e levemente defumada, lembrando um molho barbecue delicado. Só faz falta o katsubushi, raspas de peixe seco que costumam dançar sobre o prato em izakayas. Um cartaz indica que o omuraisu (R\$ 42) é outro entre os destaques. O prato vem com um arroz frito com kimchi (além de porco, cogumelo ou tomate) e coberto com um omelete “perfeito”, anuncia o cardápio. O prato é bem saboroso, mas o ovo não veio como o prometido e chegou



Tiramisu servido no Pato Rei Divulgação

quase sem cremosidade —ainda que estivesse gostoso e combinasse com o bom arroz (que poderia ser mais picante). A decepção foi o katsu sando (R\$ 40). O sanduíche de porco chegou com carne ressecada e pouco sabor. A cobertura parecia desaparecer, e o pão estava seco. O que salvava era o acompanhamento de pickles, que o próprio cardápio diz que é importante comer junto. A chegada das sobremesas ajudou a redimir qualquer falha. A mais famosa é a tem sal no meu caramelo (R\$ 14) e mistura base de biscoito amanteigado, caramelo cremoso, cobertura de chocolate meio amargo e pitadas de flor de sal. Além dela, a lemon bars (R\$ 24) combina várias camadas de texturas (bolo e torta) e sabores de toque azedo (limão e cupuaçu), finalizando com açúcar queimado. Os doces podem valer para quem está atrás da cafeteria, mas não ofuscam as muitas opções para uma refeição.

turismo



Arte e belezas naturais fazem de Salvador um banquete a estímulos

Capital baiana é inesgotável, mas poucos dias já dão um gostinho de sua natureza, cultura, história e gastronomia

TRÊS DIAS EM SALVADOR

Laura Lewer

SALVADOR A capital baiana já pede atenção logo que o turista deixa seu aeroporto e cruza a estrada abraçada por uma espécie de túnel criado por um bambuzal. Este é quase um anúncio de uma cidade que é feita de estímulos — as cores do mar, do céu e das construções, a música das ruas, os temperos da culinária, o peso de um lugar que carrega o que há de melhor e pior da história do Brasil. É possível acessar parte disso em poucos dias, sabendo bem onde circular —mas vale o alerta de que a capital baiana é inesgotável e vale mais. Veja dicas para viver um pouco de tudo em Salvador.

*

Dia 1
A manhã em Salvador pode começar às 10h na Mimu, uma cafeteria tocada por um coletivo de mulheres negras na entrada do Museu Nacional da Cultura Afro-Brasileira, o Muncab. Experimente os cafés e comidinhas como a quiche de carne seca com banana, que aparecem no menu rotativo. Para a sobremesa, peça o munguzá ou prove algum dos bolos da casa. Com a barriga forrada, siga

para o museu que sedia “Um Defeito de Cor”, que usa o livro homônimo de Ana Maria Gonçalves como fio condutor para expor obras de uma centena de artistas negros, além de deixar à mostra um rico acervo que ajuda a contar a história da escravidão, dos quilombos, das revoltas, da culinária, das festas e da religiosidade. O museu está a uma rápida caminhada do Elevador Lacerda, na praça Thomé Souza —pare para apreciar a vista para a baía de Todos-os-Santos e siga para o Pelourinho, a poucos metros da praça. Para regar o passeio pelo cartão-postal, pare no Cravinho e pegue uma garrafa da bebida que dá nome ao bar criado em 1989 —a versão leva cachaça, cravo, mel e limão, mas há outras opções.

Conheça nova seção ‘Três Dias em’
Nova seção de reportagens da **Folha** propõe roteiros turísticos de 72 horas por cidades brasileiras e internacionais. A curadoria da programação contempla uma variedade de experiências —históricas, culturais, gastronômicas e na natureza— que sintetizam o espírito dos destinos selecionados.

É gostoso caminhar sem ruído pelas ruas de pedra e passear pelas igrejas, lojas, restaurantes e pela Casa do Carnaval— vale acompanhar a visita guiada oferecida neste espaço— mas há pontos que merecem atenção especial. Um deles é a Fundação Casa de Jorge Amado, que preserva o acervo do escritor baiano. A visita, aliás, garante uma bela vista de cima da região —ao lado fica a varanda na qual Michael Jackson gravou o clipe de “They Don’t Care About Us”, marcada por um boneco de papelão do artista. Ali também está a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, fundada em 1685 por negros escravizados. Se for uma terça-feira, chegue cedo para a missa das 18h, que incorpora elementos da cultura africana e do candomblé. Se tiver sorte e for a última terça do mês, siga para a Escadaria do Passo. Lá você encontrará Gerônimo, dono do clássico “É d’Oxum”, cantando em um palco aos pés dos degraus. Ao lado, o bar A Marujada tem programação de rodas de samba e festas. Também dá para migrar para o famoso Samba do Lázaro, que acontece às sextas e começa às 22h.

Dia 2
Chegue ainda pela manhã ao Bar da Mônica, pertinho do Museu de Arte Moderna da Bahia, o MAM, e garanta uma



Ilha de Maré, que tem praias como a de Itamoabo e águas cristalinas **Integrante do Odium caminha pelo Pelourinho** **Poqueca do restaurante Dona Mariquita, no Rio Vermelho** **Área do Lafayette, restaurante com vista para a baía de Todos-os-Santos**

SAIBA MAIS SOBRE OS LUGARES

DIA 1
Muncab
R. das Vassouras, 25, Centro Histórico, R\$ 20
Casa do Carnaval da Bahia
Pça. Ramos de Queirós, s/nº Pelourinho, R\$ 20. Grátis às quartas
O Cravinho
Lgo. Terreiro de Jesus, 3, Pelourinho
Fundação Casa de Jorge Amado
R. das Portas do Carmo, 49/51. Grátis
Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos
Lgo. do Pelourinho, s/nº
Escadaria do Passo
Ladeira do Carmo, 24, Pelourinho
A Marujada
R. do Passo, 37, Carmo
Samba de São Lázaro
Lgo. de São Lázaro, Federação

DIA 2
Bar da Mônica
R. Barbosa Leal, 31, Gamboa de Baixo
Caveira Discos
R. Direita de Santo Antônio, 119, Sto. Antônio Além do Carmo
Travessa’s Lanchonete
Tv. dos Perdões, 65, Sto. Antônio Além do Carmo
Restaurante Lafayette
Av. Lafayette Coutinho, 1.010, Comércio

DIA 3
Dona Mariquita
R. do Meio, 178, Rio Vermelho
Cantina do Jullius
R. da Galiléia de Cima, 96, Roma
Basílica do Senhor do Bonfim
Lgo. do Bonfim, s/nº
Ponta do Humaitá
R. da Boa Viagem
Sorveteria da Ribeira
R. da Penha, 87, Ribeira

mesa com vista para o mar no pier de cimento —dá para ir a pé por dentro da Comunidade da Gamboa de Baixo ou em um barco que sai da praia de mesmo nome por R\$ 10. Passe o dia ali, revezando entre petiscos, cervejas (a partir de R\$ 8) e mergulhos —o acesso é feito por uma escadinha de piscina. A moqueca é a prata da casa e aparece em versões como as de banana-da-terra, peixe e polvo — a partir de R\$ 19,90. Vale assistir ao pôr do sol do bar, mas, se quiser variar a paisagem, uma ótima opção é voltar à praia da Gamboa e pegar outro barco, dessa vez em direção à prainha do MAM. À noite, explore o bairro do Santo Antônio além do Carmo, que tem lojinhas e opções gastronômicas —fãs de música encontram o paraíso em pontos como o Caveira Discos, loja de LPs que guarda pérolas da música baiana e de terreiro. Não vá embora sem passar pela Travessa’s, que serve o que é tido como o melhor hot-dog de Salvador (R\$ 6). Se estiver com dinheiro, siga para o restaurante Lafayette e experimente, com vista para o mar, pedidas como o polvo à la gallega (R\$ 118) e a massa nero di sepia com vieiras seladas (R\$ 182).

Dia 3
É o fim da viagem —mas ainda dá tempo de aproveitar a cidade. Se quiser comer bem, aposte no Dona Mariquita, no Rio Vermelho, que tem cardápio criado a partir de uma pesquisa da culinária baiana. Por lá, experimente opções como os mini acarajés com vatapá de inhame e vinagrete (R\$ 50, com quatro) e a poqueca (R\$ 200, para duas pessoas), uma moqueca assada na folha de bananeira. Para molhar o bico, experimente caipirinhas (R\$ 25) de sabores como tamarindo. Outro ponto que vale a visita é a Cantina do Jullius, que serve há duas décadas a criação salame de polvo (R\$ 81,90) —lâminas do molusco temperadas e servidas com pães. Depois do almoço, passeie por pontos como a Basílica do Senhor do Bonfim, o mirante da Ponta do Humaitá e a praia de Boa Viagem. Termine o dia com um refrescante sorvete de coco verde na Sorveteria da Ribeira. Se quiser passear por locais mais distantes, a Ilha de Maré é um destino imperdível —mas demanda tempo. A visita deve começar cedo na praia de São Tomé de Paripe, de onde saem barcos para ilha. Cada perna da viagem custa R\$ 8. Em 20 minutos chega-se a praias como a de Itamoabo, de águas cristalinas e tranquilas. Almoce caranguejos, peixes e outros petiscos nas barracas e fique por lá para se despedir de Salvador com um pôr do sol visto do barco.

Lugares pelos quais eu pagaria para (re)ver

Se a moda italiana pegar, que locais valeriam o ingresso?

Zeca Camargo

Jornalista e apresentador, autor de “A Fantástica Volta ao Mundo”

Então Veneza vai cobrar, a partir do próximo dia 25, dependendo da data da visita, quase R\$ 30 apenas para conhecê-la. Será esse o futuro do turismo para as cidades mais concorridas entre os destinos globais? Antes de você começar a se preocupar com isso, resalto duas coisas sobre essa decisão da prefeitura local. A primeira é simples, até reconfortante: é apenas um teste. Pode vir a ser uma taxa permanente no futuro ou algo cobrado sazonalmente. Ou pode ser que a ideia não dê certo,

por rejeição ou pela dificuldade logística que ela apresenta. Mas e se der certo? Ai vem o segundo ponto que queria pensar com você: que lugares do mundo, hoje gratuitos, vale a pena pagar para visitar? Quase todas as atrações que queremos conhecer, em virtualmente todos os países da Terra, já têm uma bilheteria na entrada. Nem falo de museus, coleções de arte, centros culturais ou reliquias históricas. A regra vale também para grandes espaços abertos. O passe de três dias para

os templos de Angkor, em Siem Reap (Camboja) saem por R\$ 320. O palácio e os jardins de Versalhes, ao lado de Paris, são seus por uns R\$ 100 —mesmo valor que se paga para visitar as cataratas do Iguaçu. Existem, no entanto, maravilhas espalhadas pelo planeta que ainda são de graça. E se a “moda italiana” pegar? Bem, já pensando nisso, fiz uma rápida lista de lugares onde eu desembolsaria feliz uns trocados para lá passear. De novo. Começemos pela própria Itália. O simples andar pe-

las ruas de Siena, Florença e, sobretudo, Taormina é tão inspirador que, se nelas surgirem pedágios, não vou me importar. O mesmo vale para Ouro Preto (MG). Apenas caminhar por toda aquela arquitetura é uma viagem no tempo, algo que vale para outras cidades históricas mineiras. Toda a vizinhança do Pelourinho, em Salvador, diga-se um lugar relativamente fácil de se controlar a entrada, valeria um ingresso. E ainda no Brasil, sabia que você não paga nada para andar nas es-

tupendas dunas dos Lençóis Maranhenses? Por enquanto. Grandes áreas urbanas também são “de graça”, e se não oferecem prazeres estéticos, ao menos convidam a uma rica troca humana. Como nas ramblas de Barcelona, na Espanha. Ou nos cruzamentos de Shibuya, em Tóquio. Seja uma área relativamente pequena, como a da praça central de Praga (República Tcheca) ou assustadoramente ampla como a das igrejas de pedra em Lalibela (Etiópia), pode colocar o preço que for que eu vou querer ir sempre. Times Square, em Nova York. O jardim das Tulherias, em Paris. A Via Sacra em Jerusalém. O Grande Bazar de Istambul. O Portal da Índia, em Mumbai. Pagaria para poder circular em cada um deles. Acima de todas essas locais, porém, há um cantinho no sudeste asiático onde eu

desembolsaria qualquer valor para voltar: Luang Prabang, no Laos. Numa área que você cobre a pé em menos de uma hora, há mais de 40 templos budistas pintados de vermelho e ouro, cercados por um verde exuberante e dois rios. Alguns até cobram para entrar, mas se você quiser ver de fora, atrás dos muros baixos, também vai se deslumbrar. Os monges cobertos de laranja e o soprar do vento quente completam a experiência. Neste mundo que já andei, não existe nada como Luang Prabang. E quanto você desembolsa para vagar por ali e transcender? Zero. E mesmo que um dia os laosianos resolvam imitar Veneza, mesmo que cobrem bem mais do que os tais R\$ 30 para você se perder por Luang Prabang, eu pergunto: quanto custa a pura beleza?

Freio na arrecadação e mudança no arcabouço deixam superávit distante

Dados preliminares indicam alta real na receita de 9,84% em março, ante 18% no mês anterior

Adriana Fernandes
e Idiana Tomazelli

BRASÍLIA A desaceleração da arrecadação no mês de março e a manobra para mudar o arcabouço fiscal com a antecipação de crédito de R\$ 15,7 bilhões expõem a pressão enfrentada pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e, na visão de especialistas, reforçam o cenário de meta zero para 2025.

Números preliminares levantados por economistas mostram que a arrecadação seguiu em alta no mês passado, mas o crescimento perdeu ritmo. Não é um cenário ruim, mas a tendência menos favorável acendeu um alerta no Executivo.

Como mostrou a Folha, o governo atuou no Congresso Nacional para garantir a despesa extra sem correr o risco de um desempenho pior da arrecadação nos próximos meses limitar o crédito a um valor menor que os R\$ 15,7 bilhões.

A mudança ainda precisa passar pelo Senado, mas já é dada como certa pelo governo e vai ajudar a acomodar não só gastos com políticas mas também emendas parlamentares.

A ação do governo evidenciou o viés de baixa na arrecadação para 2024 e, consequentemente, 2025.

A prévia de março aponta um crescimento real (já descontada a inflação) de 9,84% em relação a igual mês do ano passado, segundo Felipe Salto, economista-chefe da Warren Rena Investimentos, a partir de dados do portal Siga Brasil.

Por essas estimativas, a receita total atingiu R\$ 201,45 bilhões no mês passado. O dado considera receitas com tributos recolhidos pela Receita Federal e também as não administradas, que incluem dividendos e concessões, por exemplo. A receita só com tributos teve um crescimento real de 14,03%, e a arrecadação líquida da Previdência, uma expansão de 7,35%.

O resultado oficial só será divulgado no final de abril pelo Ministério da Fazenda, mas a avaliação preliminar evidencia a perda de fôlego. Em fevereiro, a alta real tinha sido de 18%, e, em janeiro, de 3,7%, segundo dados do Tesouro Nacional.

Salto afirma que os números apontam a necessidade de cautela para a equipe econômica na hora da definir a nova meta fiscal para 2025. Ele defende a revisão do alvo de um superávit de 0,5% do PIB (Produto Interno Bruto) para zero.

“É preciso ajustar 2025, pois não há condição de entregar um superávit no ano que vem. O zero já será muito difícil”, alerta.



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad Pedro Ladeira - 8.abr.24/Folhapress

Outros economistas também veem desaceleração na arrecadação. Tiago Sbardelotto, da XP Investimentos, adotou um outro recorte, que foca a arrecadação administrada pela Receita e as contribuições ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). Nessa comparação, a alta real seria de 6,5%.

Um ponto relevante, segundo Sbardelotto, é que a prévia indica uma arrecadação de março abaixo do que o previsto originalmente no Orçamento, um indício de dificuldades para o governo cumprir sua programação.

A perspectiva de desaceleração das receitas motivou o

“O saco de maldades [de alta de impostos] vai se esgotando, mas, no que se refere aos gastos tributários [incentivos tributários, renúncias fiscais e subsídios], aí há um mundo de possibilidades

Felipe Salto
economista-chefe da Warren Rena Investimentos

governo a antecipar a abertura do crédito extra neste ano.

O texto atual do arcabouço prevê que o Executivo pode usar o dinheiro caso a avaliação das receitas seja favorável no relatório de avaliação do Orçamento do segundo bimestre, a ser divulgado no dia 22 de maio.

Como o quadro da arrecadação até lá pode piorar, a versão aprovada pelos parlamentares diz que o crédito poderá ser aberto após a primeira avaliação, que já foi divulgada no último 22 de março. Na prática, a manobra exige do governo o cumprimento de um requisito que sabidamente já foi atendido.

Segundo interlocutores do governo ouvidos pela Folha, o Ministério da Fazenda estava ciente das negociações, comandadas pela Casa Civil, e não apresentou objeções.

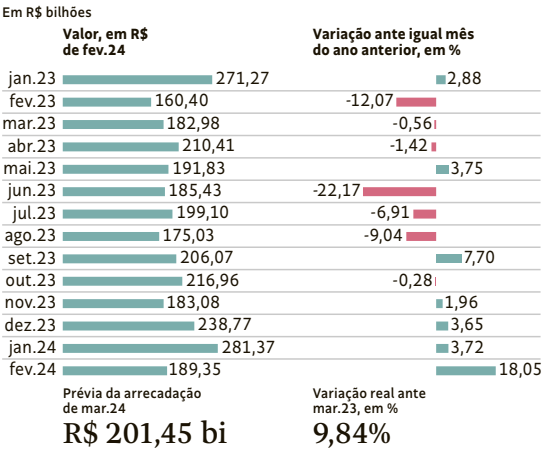
A pasta considerou a mudança “razoável” e argumenta que não abre espaço fiscal extra — embora a antecipação assegure o valor máximo, algo que não estaria garantido no cenário de maio.

Se no mês que vem o déficit, hoje estimado em R\$ 9,3 bilhões, passasse dos R\$ 13 bilhões, o governo não conseguiria usar todo o espaço de R\$ 15,7 bilhões pretendido, dada a necessidade de respeitar a margem de tolerância da meta fiscal.

A preocupação do governo com a arrecadação também vale para 2025. Como revelou a Folha, o governo estuda

Arrecadação desacelera

Receita total do governo



Fontes: Tesouro Nacional e Warren Rena

+ Tendência é de piora nas contas, diz banco

Economistas do Itaú Unibanco esperam uma deterioração fiscal a partir de 2025 e dizem que o novo arcabouço não traz credibilidade suficiente de que organizará as contas públicas a longo prazo. A análise é que a arrecadação extraordinária destes primeiros meses de 2024 é de curto prazo e não se repetirá, segundo o economista Pedro Schneider. “O governo não mostra o

mesmo apetite por novas medidas com validade a partir de 2025, então teremos menos receitas extraordinárias. E, como a gente tem visto, o esforço para redução de gastos é bem contido. Então, o gasto não vai cair, e a receita será menor que neste ano”, diz. “A dívida pública deve seguir crescendo a um ritmo de três pontos percentuais por ano”, disse o economista-chefe do Itaú, Mário Mesquita.

fazer uma alteração da meta para um número entre 0% e 0,25% do PIB no ano que vem, justamente diante da maior dificuldade nas receitas.

A mudança deve ser oficializada no PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias), que será enviado ao Congresso no próximo dia 15.

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) evitou se comprometer com um número até o momento, mas defendeu a definição de uma meta “factível”. Não há rediscussão do alvo para 2024 neste momento.

Segundo interlocutores do governo ouvidos pela reportagem, a discussão sobre a meta está entre sinalizar um resultado um pouco mais alto e “correr mais risco” ou fixar a meta zero e “manter o pressuposto da consolidação fiscal”.

Correr mais risco hoje significaria se comprometer com um superávit na casa dos R\$ 30 bilhões no ano que vem e encontrar as receitas necessárias para compor a proposta de Orçamento com um resultado neste patamar.

Na avaliação de especialistas, o governo já chegou próximo ao limite na agenda que busca elevar a arrecadação. A própria ministra Simone Tebet (Planejamento) reconheceu que a busca por novas receitas “está se esgotando”.

“O saco de maldades [de alta de impostos] vai se esgotando, mas, no que se refere aos gastos tributários, aí há um mundo de possibilidades. É importante começar a dar mais vazão às medidas que estão no guarda-chuva da ministra Simone Tebet, a exemplo das revisões periódicas do gasto público”, diz Salto. Os chamados gastos tributários incluem incentivos tributários, renúncias fiscais e subsídios.

Sbardelotto afirma que o Congresso “entregou boa parte” das medidas pleiteadas pelo governo e, mesmo assim, parte delas não está rendendo como o esperado inicialmente, e o cenário de 2025 será ainda mais difícil.

“Boa parte das medidas que o governo colocou no Orçamento deste ano são receitas extraordinárias, que não se repetem no ano que vem. O governo teria que apresentar um novo rol de medidas para chegar no resultado de 0,5%, diz o economista da XP.

A preocupação de uma ala do governo é que as incertezas do lado da arrecadação estão crescendo. O Congresso está exigindo flexibilizações na oneração de municípios, empresas e do setor de eventos, e a Abrasca (Associação Brasileira das Companhias Abertas) tem atuado para derrubar o limite ao uso de créditos judiciais pelas empresas para reduzir os tributos a pagar.

Na avaliação de Salto, o governo deve usar o PLDO para coordenar as expectativas. “A meta de 2025 está em um patamar inexecutível, todos sabemos, há muito tempo, mas é preciso segurar a âncora de curtíssimo prazo, que é o zero de 2024. Fazendo isso, Haddad vai ter sucesso”, avalia ele, que segue prevendo que a meta de 2024 se mantém inalterada.



SOLUÇÕES
AUTOMÁTICAS
PARA ARMAZÉNS
INTELIGENTES

☎ 0800 771 3036
mecalux.com.br



Lula 3 se complica com bobagem

Planos de arrumar contas do governo azedam, vento vira na economia mundial

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

O vento deu uma virada na economia. Não se quer dizer que vá chover canivetes amanhã, com piora em emprego ou inflação. A atividade econômica deste 2024 continua em ritmo melhor do que se esperava. Mas as condições para que a economia cresça a curto prazo (uns dois anos) azedam. A necessidade de mudanças mais profundas, já, fica evidente. No governo, nota-se afobação, na melhor das hipóteses. Na pior, corre-se alegremente para o abraço da gambiarra. Esse remendo na conta de luz, que talvez mal compense a con-

ta de novos subsídios para empresas, é um exemplo. O desejo de meter a mão na Petrobras é outro. Cobram-se “entregas”, essa palavra de resto caфона, como se o governo federal fosse prefeitura miúda em véspera de eleição, inaugurando pinguela, asfalto e posto de saúde. Fazenda e Planejamento tentam tocar plano de mudanças mais profundo. Ganham a antipatia (ou franca raiva) de quase todo o resto do governo. O conflito entre Fernando Haddad (Fazenda) e Rui Costa (Casa Civil) apenas piora.

Não haverá tanta receita nova de imposto como o governo quer, em 2024. O Congresso vai manter ao menos parte das concessões tributárias a empresas e prefeituras, aquelas que a Fazenda queria derrubar. A receita de alguns impostos novos e de recuperação de outros, via disputas com contribuintes, ainda é incerta. É muito improvável imposto novo em 2025, quando também não se vai cavar o tanto de receitas extraordinárias que ora engordam a arrecadação. A meta de déficit zero não será cumprida neste ano. Embo-

ra o resultado possa ser melhor do que o esperado na praça financeira, será insuficiente. Para 2025, a meta será revisada para baixo (menos superávit, também difícil de conseguir). A dívida pública crescerá mais rapidamente, portanto. As taxas de juros cairão menos, outro motivo de aumento da dívida. O governo quase inteiro e o comando do Congresso querem gastar mais, dar mais desconto de imposto, dar mais dinheiro a estados, a empresas. Servidores federais já estão em greve ou ameaçam parar. A Fazenda diz que não há di-

neiro para reajuste de salário neste ano; dificilmente haverá em 2025, diz o pessoal do ministério. Luiz Inácio Lula da Silva, porém, incentiva o funcionalismo público a reivindicar. O otimismo de início de ano com inflação e juros nos EUA se foi. Faz mais de um ano, expectativas de piora e melhora se sucedem a cada três meses, por aí. Agora, estamos na temporada de baixa. A taxa básica de juros americana deve cair menos neste ano, por causa da inflação resistente. Juros maiores por lá dificultam queda maior de juros por cá; o dólar fica mais caro. É o que temos visto faz algumas semanas. Além de dificultar um tanto os investimentos produtivos, juros mais altos (ou que vão cair menos do que se estimava) também inflam a dívida pública. As taxas de prazo maior do que dois anos, no Brasil, estão maiores do que em agosto de 2023, quando a Selic (“juros do

BC”) começou a cair. A taxa de juros futura de um ano voltou a subir (era de 5,8% ao ano no início de março, está em torno de 6,3% agora). O que se faz pelo futuro? Parte do plano de “transição verde” vai pingando, mas não se viu programa amplo, metas de transformação. Fala-se de miudezas, de “entregas”. Como fazer transição tecnológica sem falar de pesquisa científica e do que se quer com as universidades? Não se fala disso. Nem de reforma do SUS, do setor elétrico, de política nacional de energia e ambiente. Nem ao menos o governo se convenceu de que é preciso fazer o acerto rudimentar, das contas públicas. Não é previsão de desmontamento. É constatação de que marcamos passo, dedicados a ninharias, em uma situação que, a curto prazo, vai azedando. vinicius.torres@grupofolha.com.br

Campos Neto defende nome de sucessor entre agosto e outubro

Nathalia Garcia

BRASÍLIA O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, defendeu nesta quarta (10) que o governo Lula (PT) tenha o nome de seu sucessor entre agosto e outubro para que a transição do comando da instituição seja suave. “O que eu converso sempre com o ministro [Fernando Haddad] é que [seja] em algum momento em agosto, setembro, talvez setembro ou outubro, entre setembro e outubro talvez seja melhor,

mas é uma decisão do governo”, afirmou Campos Neto em entrevista à GloboNews. A ideia de iniciar o processo sucessório antes do fim do mandato, em 31 de dezembro, é que haja tempo hábil para que o indicado por Lula seja sabatinado no Congresso antes do recesso de fim de ano. Nos bastidores, o nome de Gabriel Galípolo, atual diretor de Política Monetária, é apontado como favorito na corrida à sucessão de Campos Neto. Ele se aproximou de Lula na campanha eleitoral e foi

número dois de Haddad (Fazenda) até ser indicado ao BC. Campos Neto disse considerar o período de cerca de um mês como adequado para a transição e lembrou a convivência com Ilan Goldfajn, seu antecessor na presidência do BC. “Você já vai para o primeiro Copom [Comitê de Política Monetária] mais preparado, porque já conversou. Você sabe os problemas que são fora do Copom, problemas administrativos, problemas de liquidação bancária, de estabi-

lidade do sistema financeiro. Então, eu diria que um mês, um mês e pouco seria bom”, afirmou. Disse ainda que se comprometeu a estar ao lado do futuro presidente do BC nesse processo. “Independente de quem for escolhido, eu vou sentar com a pessoa, a gente vai trabalhar”, acrescentou. Pela lei da autonomia da autoridade monetária, aprovada em 2021, cabe ao presidente da República indicar nomes para a cúpula do BC. Os indicados passam por sabatina na CAE

(Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado e levados ao plenário para aprovação. Sobre a relação com Lula, respondeu que, para ele, a relação está “ótima”. “Eu estou à disposição para conversar sempre, para qualquer churrasco, qualquer almoço, qualquer jantar. A minha tarefa é entender que as críticas são bem-vindas. É importante escutar as críticas e responder de uma forma técnica, explicando o que a gente está fazendo”. No mês passado, Lula retomou as críticas ao presidente

do BC, dizendo que ele mantém a taxa básica de juros (Selic) alta por “teimosia” e voltou a chamá-lo de “cidadão”. Hoje, a Selic está em 10,75% ao ano. No último Copom, o colegiado destacou o aumento de incerteza tanto no ambiente doméstico quanto no contexto internacional. Para Campos Neto, nesta quarta houve uma “notícia ruim”, que foi o aumento da inflação dos Estados Unidos a 3,5% em março, mas ponderou que o impacto no cenário brasileiro não é automático.



A JHSF CAPITAL CRESCE
E, EM APENAS 1 ANO DE
ATIVIDADE, ATINGE
R\$ 1,6 BILHÃO SOB GESTÃO.
E A JHSF CRESCE
RECORRENTEMENTE.

A JHSF CRESCE EM TODAS AS FRENTES DE RENDA RECORRENTE EM QUE ATUA.
E TEVE, EM 2023, R\$ 927 MILHÕES DE RECEITA BRUTA NESTES NEGÓCIOS.

- EM MALLS, COM AS EXPANSÕES RECENTES NO SHOPPING CIDADE JARDIM E CATARINA FASHION OUTLET, COM AS PRINCIPAIS MARCAS NACIONAIS E FLAGSHIPS INTERNACIONAIS.
- EM HOSPITALIDADE E GASTRONOMIA FASANO, COM A INAUGURAÇÃO DO FASANO ITAIM, E COM A EXCELÊNCIA FASANO AGORA EM NOVA IORQUE E, EM BREVE, EM LONDRES E MIAMI.
- NO AEROPORTO, COM A 5ª EXPANSÃO, SOMANDO 12 HANGARES E A NOVA TAXIWAY, E OS VOOS DOMÉSTICOS E INTERNACIONAIS 24/7.
- NOS CLUBS, COM A INAUGURAÇÃO DO BOA VISTA VILLAGE SURF CLUB, COM A PISCINA PARA PRÁTICA DE SURF AMERICAN WAVE MACHINES E TECNOLOGIA PERFECTSWELL®.
- AS NOVAS JHSF RESIDENCES, RESIDÊNCIAS PARA LOCAÇÃO, COM A QUALIDADE JHSF, NOS EMPREENDIMENTOS MAIS DESEJADOS E COM SERVIÇOS PERSONALIZADOS.
- E A JHSF CAPITAL, QUE ATINGE EM SEU PRIMEIRO ANO A MARCA DE R\$ 1,6 BI DE ATIVOS SOB GESTÃO.

Inflação nos EUA acelera e enterra aposta de corte de juro no 1º semestre

Operadores passam a prever redução apenas em setembro; no Brasil, dólar dispara e vai a R\$ 5,08



Operador na Bolsa de NY, cujo índice Dow Jones recuou 1,09% Spencer Platt/Getty Images/AFP

Marcelo Azevedo

SÃO PAULO A inflação medida pelo CPI (Índice de Preços ao Consumidor, na sigla em inglês) nos EUA subiu para 3,5% em março, acima das estimativas do mercado, e reduziu ainda mais as expectativas sobre o início do ciclo de corte de juros no país. Economistas consultados pela Bloomberg projetavam alta de 3,4%. Após a divulgação, os rendimentos dos títulos do Tesouro americano dispararam e desencadearam uma valorização global do dólar. O índice DXY, que mede o desempenho da moeda ante outras divisas fortes, teve alta de quase 1%. No Brasil, o dólar subiu 1,43%, renovando seu maior patamar do ano, cotado a R\$ 5,077. A renda variável também foi punida. O Ibovespa encerrou o pregão com recuo de 1,41%, aos 128.053 pontos, e os índices americanos S&P 500, Dow Jones e Nasdaq recuaram 0,95%, 1,09% e 0,84%, respectivamente. Os novos números evidenciaram que a inflação americana segue persistente e puseram mais um obstáculo para o Fed (Federal Reserve, o banco central americano) iniciar o tão aguardado ciclo de afrouxamento monetário. A

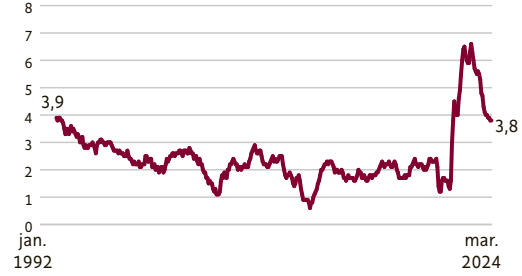
meta de inflação da autoridade monetária é de 2%. O resultado de março representou o segundo mês seguido de aceleração da inflação. Em fevereiro, o CPI avançou para 3,2%, ante 3,1% no mês anterior. Os custos da gasolina e da moradia, que incluem alugueis, representaram mais da metade do aumento.

+ **Não há relação mecânica com taxas no Brasil, diz Campos Neto** O presidente do BC, Roberto Campos Neto, classificou o dado de inflação dos EUA de "bastante ruim". Ele, contudo, ponderou que o repasse dessa piora inflacionária no país não é automático sobre a política de juros no Brasil. "Não existe uma relação mecânica. Então, não é porque aconteceu uma coisa nos EUA que vai acontecer no Brasil", disse. "A gente tenta olhar quais são os fatores de risco. É óbvio que, se a taxa de juros americana vai ficar mais alta por mais tempo, eles vão capturar mais liquidez por mais tempo", continuou, em entrevista à GloboNews.

O chamado "núcleo" do índice, que exclui preços de energia e alimentação, também preocupou: foi para 3,8%, mesmo nível de fevereiro e acima das projeções de 3,7%. A leitura do núcleo da inflação de março representa uma aceleração maior que todos os resultados entre julho de 1992 e abril de 2021, antes do pico inflacionário da pandemia. Logo após o anúncio do CPI de março, o presidente dos EUA, Joe Biden, afirmou que ainda "há mais a fazer" para aliviar a alta de preços no país. O ex-secretário do Tesouro americano Lawrence Summers afirmou em entrevista a Bloomberg que os números trazem mais chances de um possível aumento nos juros. Se antes as apostas eram que o primeiro corte nas taxas americanas ocorreria em junho, agora as projeções foram adiadas para o segundo semestre. Segundo a ferramenta FedWatch, do CME Group, a maioria dos operadores passou a prever que o primeiro corte de juros só deve ocorrer em setembro. Além disso, o mercado agora prevê apenas mais um corte até o final do ano. A última sinalização do Fed havia sido de três cortes, e as projeções mais otimistas chegaram

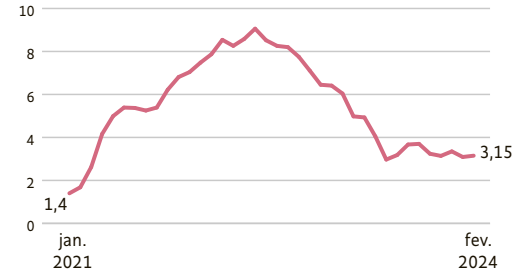
Núcleo de inflação dos EUA

Acumulado em 12 meses, em %



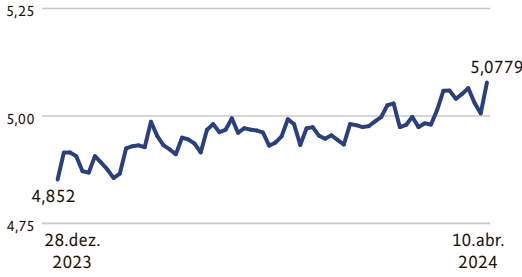
Inflação americana desde 2021

Acumulado em 12 meses, em %



Dólar em 2024

Fechamento diário, em R\$



Fontes: Departamento do Trabalho dos EUA, Inflation Calculator e CMA

“A inflação [dos EUA] dá sinais de estar se estabilizando em um patamar elevado, mesmo com juros no maior nível dos últimos 20 anos. Esse cenário não é condizente com o início do ciclo de cortes de juros no primeiro semestre

Felipe Salles
economista-chefe do C6 Bank

a projetar até seis reduções. “A inflação dá sinais de estar se estabilizando em um patamar elevado, mesmo com juros no maior nível dos últimos 20 anos. Esse cenário não é condizente com o início do ciclo de cortes de juros no primeiro semestre”, afirma Felipe Salles, economista-chefe do C6 Bank. O banco projeta que devam ocorrer apenas dois cortes nos juros americanos neste ano, ambos no segundo semestre. A hipótese de que o afrouxamento monetário não ocorra neste ano não está descartada. Analistas do Itaú BBA também destacaram que a composição do índice foi ruim, com aceleração dos serviços para níveis próximos aos picos do ciclo de aperto monetário, e reduz as chances de cortes de juros pelo Fed. O dado de inflação somou-se a indicadores fortes de emprego divulgados na sexta (5), que já haviam aumentado o pessimismo do mercado sobre o futuro da política de juros americana. As mais recentes sinalizações de diretores do Fed foram de cautela. As autoridades repetiram o discurso de que não há pressa para iniciar o afrouxamento de juros e que devem aguardar novos dados para tomar a decisão. O próprio Jerome Powell, presidente da instituição, admitiu que a batalha contra a inflação não está garantida. “É provável que em maio o Fed comece a preparar terreno para possíveis cortes, mas que essa reunião não siga o padrão previsível das anteriores e se torne mais complexa. Essa incerteza tende a impactar os ativos brasileiros como um todo, pressionando o câmbio e valorizando o dólar, o que pode resultar na redução do fluxo estrangeiro para a Bolsa”, diz Gustavo Cruz, estrategista-chefe da RB Investimentos. O investimento estrangeiro na Bolsa brasileira, aliás, vem diminuindo neste ano. No primeiro trimestre, os investidores de fora do país retiraram mais de R\$ 20 bilhões, justamente em razão do adiamento das apostas sobre juros nos Estados Unidos. Com a divulgação dos dados, o Ibovespa começou o dia em queda, assim como os índices americanos. No fim do ano passado, uma onda de otimismo levou os mercados globais a níveis recordes, apoiada no crescimento das apostas de que os juros americanos poderiam começar a cair já em março deste ano. Agora, investidores devolvem os ganhos.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONCHAL
INEXIGIBILIDADE Torna público aos interessados que está aberto a **Inexigibilidade/Chamada Pública 01/24**, Processo 1.240/24 – Objeto: Aquisição de gêneros de alimentação – Agricultura Familiar – Encerramento dia 03/05/24 às 09:00 horas. O edital completo poderá ser adquirido no site www.conchal.sp.gov.br, www.pncp.gov.br e ou pelo e-mail: edita@conchal.sp.gov.br. Conchal, 10 de abril de 2024. Luiz Vanderlei Magnusson Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2024
OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa especializada para futuras e eventuais aquisições de extintores e placas de sinalização, bem como prestações de serviços de recarga e manutenção de extintores dos prédios pertencentes ao Município de Itapira/SP. **Data de Abertura:** dia 24 de abril de 2024, às 08 horas. Rosário Antonio Cicotti, Secretário Municipal de Administração.
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2024
OBJETO: Registro de preços para futuras e eventuais aquisição de concreto não estrutural fck 15 mpa, concreto fck 35 mpa, concreto fck 25 mpa e concreto usado consumo 250 brita zero, para utilização em obras do Município de Itapira/SP. **Data de Abertura:** dia 24 de abril de 2024, às 14 horas. Antonio Carlos Andriogo Ferreira, Secretário Municipal de Obras.
AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2024
OBJETO: Aquisição de mobiliários e equipamentos destinados para a estruturação da nova UBS José Tonolli, neste ato pelo Prefeito Municipal, o Senhor José Luiz Virgínio dos Santos, no uso de suas atribuições legais e considerando a legislação do FNDE, Lei Federal nº 11.947/2009, Lei nº 11.326/2006, regulamentada pela Resolução FNDE/CD/FNDE nº 06/2020, Resolução nº 2/2023, e atual Lei nº 14.133/2021 e demais disposições legais pertinentes, através da Secretaria Municipal de Educação, torna público para conhecimento dos interessados, que está realizando DISPENSA DE PROCESSO LICITATÓRIO, com base no art. 14, caput e §1º da Lei n. 11.947/09, para a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **DATA: 09/05/2024 - HORA: 14:00h. ENVIO DAS PROPOSTAS:** As propostas deverão ser cadastradas no sistema [Compras.gov.br](http://compras.gov.br) até o dia **09 de maio de 2024 às 14:00h**. O Edital poderá ser retirado no site eletrônico www.alices.sp.gov.br/licitacoes ou na Coordenadoria de Licitações e Contratos, localizada na Av. Mauro Ramos nº 300, Unidade Administrativa Deputado Aldo Schneider, Sala 802 - Centro - Florianópolis/SC.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
PREGÃO ELETRÔNICO FEDERAL Nº 07/2024
AVISO DE ADIAMENTO DE DATA
Objeto: Registro de Preços para confecção e fornecimento de Medalhas e Placas que compõem a honoraria "Gratidão Eleitoral Paulista". O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo informa que a data de abertura do certame foi reagendada para o dia 12/04/2024, às 13 horas. São Paulo, 09 de abril de 2024. **Alessandro Dintof - Secretário de Administração de Material.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM DA BARRA
AVISO DE LICITAÇÃO Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2024 PROC. ADM. n.º 0924/2024 Tipo da Licitação: Maior Oferta Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO (SEM EXCLUSIVIDADE NO FORNECIMENTO DE BEBIDAS), NA ÁREA DENOMINADA "PARQUE DE EXPOSIÇÕES TANCREDO NEVES" POR OCASIÃO DA 53ª FESTA DA SOJA, CONFORME ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. A realização da sessão será no dia 06/MAIO/2024 – ÀS 10h00 no endereço eletrônico: <https://bilcompras.com/Home/Login> O Edital completo está disponível para consulta e retirada no endereço eletrônico: www.saojoaquimdabarra.sp.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP): WWW.pncp.gov.br/app/editais Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (16) 3810-9010. São Joaquim da Barra, 10 de abril de 2024. Dr. Wagner José Schmidt Prefeito

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - ALESC
AVISO DE LICITAÇÃO
A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2024. Nº DA UASG NO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR: 929488. OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação temporária de chillers, com capacidade total de 200 TRs, bem como manutenção preventiva e corretiva, em conformidade com as especificações constantes neste Edital e em seus Anexos. **DATA: 09/05/2024 - HORA: 14:00h. ENVIO DAS PROPOSTAS:** As propostas deverão ser cadastradas no sistema [Compras.gov.br](http://compras.gov.br) até o dia **09 de maio de 2024 às 14:00h**. O Edital poderá ser retirado no site eletrônico www.alices.sp.gov.br/licitacoes ou na Coordenadoria de Licitações e Contratos, localizada na Av. Mauro Ramos nº 300, Unidade Administrativa Deputado Aldo Schneider, Sala 802 - Centro - Florianópolis/SC.
Florianópolis/SC, assinado e datado digitalmente.
Alexandre Rodrigues Badotti
Coordenador de Licitações e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM DA BARRA
AVISO DE LICITAÇÃO Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2024 PROC. ADM. n.º 0923/2024 Tipo da Licitação: Maior Oferta Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA USO DE BEM PÚBLICO DA ÁREA DESTINADA AO CAMAROTÉ PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL POR OCASIÃO DA 53ª FESTA DA SOJA, CONFORME ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. A realização da sessão será no dia 06/MAIO/2024 – ÀS 09h00 no endereço eletrônico: <https://bilcompras.com/Home/Login> O Edital completo está disponível para consulta e retirada no endereço eletrônico: www.saojoaquimdabarra.sp.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP): WWW.pncp.gov.br/app/editais Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (16) 3810-9010. São Joaquim da Barra, 10 de abril de 2024. Dr. Wagner José Schmidt Prefeito

INFORMÁTICA DE MUNICÍPIOS ASSOCIADOS S/A - IMA
CNPJ 48.197.859/0001-69 – NIRE 35 3 0003850 9
CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
Ficam os Srs. Acionistas da INFORMÁTICA DE MUNICÍPIOS ASSOCIADOS S/A - IMA, CONVOCADOS a se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA, no dia 22/04/2024, às 14h00, em 1ª convocação, a realizar-se de forma virtual, para deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1) Aprovação das demonstrações contábeis do exercício de 2023; 2) Alteração do Estatuto Social para modificação da descrição do objeto social apresentado no artigo 2º; 3) Alteração do Estatuto Social para adequações no Comitê de Auditoria Estatutário; 4) Eleição de membro suplente para o Conselho Fiscal; 5) Outros assuntos de interesse da sociedade. Achem-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social, os documentos da Administração, exigidos pelo art. 133 da Lei nº 6.404/76. Campinas/SP, 10 de abril de 2024. Aurílio Sérgio Costa Caiado – Presidente do Conselho de Administração.

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO - REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS Nº Nº 20230002 - IG Nº 1299620000
A Secretaria da Casa Civil torna público o ADIAMENTO do Regime Diferenciado de Contratação Integrada Nº 20230002 de interesse da SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS - SRH, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO INTEGRADA DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA, COMPREENDENDO A ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO/EXECUTIVO E EXECUÇÃO DAS OBRAS DE DUPLICAÇÃO DO EIXÃO DAS ÁGUAS DO CEARÁ, com data de abertura marcada para as 09:30 horas do dia 07 de maio de 2024, sendo adiado para o dia 29 de maio de 2024, às 09:30 horas, em virtude do ADENDO Nº 02 e seu anexo. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 27 de Março de 2024. EXPEDITO PITA JUNIOR - PRESIDENTE DA CEL 01

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARDINHO – EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 01/2024 PROCESSO Nº 392/2024. AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. Chamada Pública nº 01/2024, para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural conforme §1º do art.14 da Lei nº 11.947/2009 e Resoluções do FNDE relativas ao PNAE. A Prefeitura Municipal de Pardinho, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Sargento José Egídio do Amaral, nº 235, centro, Pardinho/SP, inscrita no CNPJ sob n. 46.634.150/0001-58, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Senhor José Luiz Virgínio dos Santos, no uso de suas atribuições legais e considerando a legislação do FNDE, Lei Federal nº 11.947/2009, Lei nº 11.326/2006, regulamentada pela Resolução FNDE/CD/FNDE nº 06/2020, Resolução nº 2/2023, e atual Lei nº 14.133/2021 e demais disposições legais pertinentes, através da Secretaria Municipal de Educação, torna público para conhecimento dos interessados, que está realizando DISPENSA DE PROCESSO LICITATÓRIO, com base no art. 14, caput e §1º da Lei n. 11.947/09, para a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **DATA: 09/05/2024. Entrega dos Envelopes e Abertura da Sessão: Até o dia 09/05/2024, às 14h 00 min (horário de Brasília) Endereço da Sessão Pública:** Sala de Licitações – Prefeitura Municipal, localizada na Rua Sargento José Egídio do Amaral, nº 235, centro, Pardinho/SP. 1. **OBJETO:** O objeto da presente Chamada Pública é a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. **TODOS OS ITENS TERÃO ENTREGA SEMANAL**, conforme especificações dos gêneros alimentícios no Anexo I – Termo de Referência e nas informações abaixo: Pardinho, 08 de abril de 2.024. **JOSÉ LUIZ VIRGÍNIO DOS SANTOS - PREFEITO MUNICIPAL.**

MUNICÍPIO DE CATANDUVA – SP
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
CONCURSO DE PROJETO Nº 02/2024 – Objeto: SELEÇÃO DE PROJETOS DESTINADOS AO PROGRAMA "OFICINAS CULTURAIS 2024", conforme especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste edital. As inscrições acontecerão no período de 11 de abril de 2024 a 02 de maio de 2024, nos dias úteis, das 8h30 às 11h30 e das 13h30 às 16h30. As inscrições deverão ser protocoladas na Secretaria Municipal de Cultura, na Divisão das Oficinas Culturais, situada na Rua Rio de Janeiro nº 100, Centro, Catanduva/SP. O edital completo encontra-se disponível: <http://www.catanduva.sp.gov.br/cultura/> – serviços e site do Município www.catanduva.sp.gov.br – link: <http://www.catanduva.sp.gov.br/contratacoes-publicas/portal-transparencia/> Informações: Prefeitura do Município de Catanduva – Divisão de Licitações e Contratos – 5º Andar, sito à Praça Conde Francisco Matarazzo, 01 – Centro – Catanduva-SP ou, através do e-mail: licitacao.edital@catanduva.sp.gov.br e na Secretaria Municipal de Cultura, na Divisão das Oficinas Culturais, situada na Rua Rio de Janeiro nº 100, Centro, Catanduva/SP ou, através do e-mail: editais.cultura@catanduva.sp.gov.br / Catanduva, 10/04/2024. Ozório Ap. Moraes – Membro da Comissão Permanente de Contratação.



SÃO LEOPOLDO
MANDIC
HOSPITAL

Política de Compras

1 - ESCOPO E ABRANGÊNCIA

Esta política tem por objetivo definir e estabelecer os princípios e principais parâmetros de um processo de compras transparente, competitivo, sustentável e eficiente, com critérios estabelecidos visando encontrar soluções vantajosas além de garantir o atendimento de todos os princípios éticos da ASSOCIAÇÃO SÃO LEOPOLDO MANDIC – HOSPITAL SÃO LEOPOLDO MANDIC - (MATRIZ e FILIAIS). É aplicável a todos os envolvidos em compras, direta ou indiretamente, e a todos aqueles contratados pela ASSOCIAÇÃO SÃO LEOPOLDO MANDIC – HOSPITAL SÃO LEOPOLDO MANDIC (MATRIZ E FILIAIS) e empresas do grupo que realizam aquisições em nome da mesma, não se limitando ao departamento de compras da ASSOCIAÇÃO SÃO LEOPOLDO MANDIC – HOSPITAL SÃO LEOPOLDO MANDIC (MATRIZ E FILIAIS). Este documento abrange o abastecimento de materiais e serviços, conforme detalhado no item 3 (classificação de produtos e serviços) deste documento. As aquisições de bens e as contratações de obras e serviços necessárias às finalidades da ASSOCIAÇÃO SÃO LEOPOLDO MANDIC – HOSPITAL SÃO LEOPOLDO MANDIC (MATRIZ E FILIAIS) reger-se-ão pelos princípios básicos: I. Legalidade, como garantia ao regular desenvolvimento dos procedimentos de compras e contratações, aplicando-lhes no que couberem, as exigências legais; II. Impessoalidade e objetividade da seleção, impositivos de que a análise e a escolha da melhor proposta sejam feitas em razão de características qualitativas previamente definidas, mediante critérios objetivos que impeçam a subordinação do resultado, exclusivamente, a considerações subjetivas dos encarregados do processo; III. Moralidade e boa-fé das regras, instrumentos, atos e julgamentos utilizados ou exercitados em todos os processos seletivos, vedando-se comportamentos ou procedimentos que contrariem os valores da ética empresarial; IV. Isonomia no tratamento e nas oportunidades conferidas aos fornecedores de bens, materiais e serviços cadastrados e em situação de regularidade, que se disponham a participar do processo seletivo; V. Economicidade, buscando-se a melhor proposta na aquisição ou contratação pretendida, evidenciando-se, em qualquer caso, os resultados positivos da relação custo x benefício, mediante quadro analítico dos itens qualitativos que informem cada proposta, comparativamente com as necessidades a serem supridas; VI. Eficiência, como forma de promover celeridade ao desenvolvimento dos procedimentos de compras e contratações, conjugada, especialmente, com a economicidade e razoabilidade; VII. Publicidade, que se dará por meio de convocação de fornecedores para apresentação de cotações. O cumprimento das normas desta Política de Compras e Contratação de Serviços destina-se a selecionar, dentre as propostas apresentadas, a mais vantajosa para o Hospital, mediante julgamento objetivo e criterioso.

2 - PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

É responsabilidade dos colaboradores da ASSOCIAÇÃO SÃO LEOPOLDO MANDIC – HOSPITAL SÃO LEOPOLDO MANDIC (MATRIZ E FILIAIS) e empresas do grupo que realizam atividades de compras, direta ou indiretamente, e / ou que interajam com o departamento de compras, ler e compreender esta política. Caso necessário, poderá ser obtida orientação com o departamento de compras. Cada empregado deve garantir pleno cumprimento desta política. É responsabilidade geral de TODOS os envolvidos em um processo de compras e contratação de serviços: cumprir a legislação vigente, cumprir as determinações de planejamento do Conselho de Administração, agir de forma ética e moral, representar a ASSOCIAÇÃO SÃO LEOPOLDO MANDIC – HOSPITAL SÃO LEOPOLDO MANDIC (MATRIZ E FILIAIS) perante os fornecedores de produtos e serviços durante reuniões, contatos e negociações. Não aceitar brindes, facilidades, propinas, benefícios, refeições, hospitalidades ou outras formas não estabelecidas de vantagem pessoal, mediante as negociações corporativas do Conselho de Administração da ASSOCIAÇÃO SÃO LEOPOLDO MANDIC – HOSPITAL SÃO LEOPOLDO MANDIC (MATRIZ E FILIAIS). Os papéis e responsabilidades dos envolvidos no processo de compras, de forma direta ou indireta, estão definidos e detalhados neste documento. O objetivo é delimitar as responsabilidades de cada papel.

Papel	Responsabilidades
Solicitante/Requisitante	- Formalizar a necessidade de materiais/bens/serviços conforme definido no procedimento de Compras; - Solicitar aos compradores via sistema informação e gestão os materiais, bens e serviços que devem ser adquiridos pela ASSOCIAÇÃO SÃO LEOPOLDO MANDIC – HOSPITAL SÃO LEOPOLDO MANDIC (MATRIZ E FILIAIS), através de Requisições de Compra e Serviço, observando planejamento prévio a fim de realizar tais solicitações de forma planejada/ consciente e de forma antecipada à sua necessidade, otimizando assim o fluxo de requisições; - Em caso de solicitação de serviços com necessidade de visita técnica reservar agenda para receber o orçamentista/ fornecedor. - Acompanhar via Sistema Informação e Gestão as etapas de aprovação definidas no sistema para materiais e serviços. É necessário que o requisitante controle o número dos pedidos que emite. - Consultar e ou solicitar via Sistema Informação e Gestão, caso necessário, o cadastro de materiais inexistentes no sistema. - Atestar o recebimento de mercadorias e serviços prestados, através de despacho de conferência na N.F. a qual deverá ser encaminhada em até 24hrs úteis de sua entrega em seu formato digital/digitalizada, devidamente assinada e datada para: xml@hospitalsimandic.com.br
Comprador	- Assegurar o cumprimento da política de compras e do Procedimento Operacional de Compras. - Consolidar as demandas de usuários e realizar busca por soluções de abastecimento, obedecendo aos processos de compra. - Contatar diretamente os requisitantes para quais quer esclarecimentos necessários, o comprador tem total autonomia para questionar as quantidades solicitadas bem como indicar alternativas de materiais ou serviços. - Verificar a existência de acordos ou contratos corporativos preexistentes aplicáveis e assegurar sua plena utilização. - Realizar a avaliação de propostas e a seleção dos fornecedores. - Solicitar via Sistema de Informação e Gestão o cadastro de fornecedores novos desenvolvidos via departamento de compras, caso necessário. - Efetuar cotações/consultas ao mercado conforme a política de Compras. - Criar cotações/pedidos de compras com especificações completas garantindo o envio do pedido ao fornecedor em tempo e forma. - Armazenar anexo ao Sistema de Informação e Gestão e na pasta de rede do departamento de compras, as cotações e documentos considerados pertinentes ao processo, garantindo o controle da documentação para assegurar a transparência do processo. - Acompanhar o cumprimento das condições contratadas no pedido de compra. - Acompanhar o cumprimento das condições estabelecidas nos contratos e acordos com os fornecedores selecionados.
Aprovadores de Requisições e Cotações/Pedidos	Requisição/Solicitação: - Analisar a demanda e aprovar ou rejeitar solicitações de compras ou serviços conforme tempo de resposta (SLA do sistema). Recomenda-se que seja consultada a tarefa no Sistema de Informação e Gestão ao menos uma vez ao dia (sendo dia útil). Cliente que nesta etapa está validando a requisição, que seguirá para cotação via departamento de compras, deve ser conferido o que está sendo solicitado bem como a sua quantidade, anexos se houver, texto com as informações detalhadas, como por exemplo a aplicação ou finalidade da solicitação, em caso de divergência o gestor do centro de custo deve devolver a requisição para ajuste prévio do requisitante.
Aprovadores de Requisições e Cotações/Pedidos (Gestores de Centro de Custo)	- Aprovar ou reprovar as cotações/pedidos de compras de materiais e serviços conforme tempo de resposta (SLA do sistema) recomenda-se que seja consultada a tarefa no Sistema de Informação e Gestão ao menos uma vez ao dia (sendo dia útil). - Cliente que nesta etapa está validando a cotação, ou seja, andamento das requisições que foram previamente aprovadas, que seguiram para as etapas finais de aprovação e após aprovada em todas as etapas automaticamente será convertido em pedido de compras para envio ao fornecedor. Esta etapa é posterior à requisição, portanto as quantidades e textos dos requisitantes já foram validadas na etapa anterior. Devem ser conferidos preços, prazos de pagamento, prazos de entrega que irão gerar impacto direto no orçamento do centro de custo do solicitante e seu respectivo gestor.
Suprimentos/Analista de compras	- Cabe aos analistas de compras analisar/validar/reprovar as demandas de cadastro de produtos e fornecedores oriundos do Sistema de Informação e Gestão, bem como atualização de dados de fornecedores, sendo que para novos cadastros existe ainda a etapa de validação da contabilidade. - Suporte no registro e guarda dos contratos firmados pelo Departamento de Compras. - Acompanhamento de processos de compra, contatando diretamente os requisitantes, compradores e fornecedores, (Follow-up). - Levantamento, acompanhamento e registro formal dos indicadores de desempenho da área de Compras (KPI's). - Pré-lançamento de Notas Fiscais, no sistema, tal lançamento deve ocorrer somente após conferência prévia do recebimento dos materiais ou na prestação do serviço, tal conferência deve ser feita pelo departamento requisitante e a Nota precisa estar devidamente assinada e datada, sendo este atestado de execução do serviço ou entrega do material.
Setor de Patrimônio	Ativar e desativar bens móveis e imóveis da ASSOCIAÇÃO SÃO LEOPOLDO MANDIC HOSPITAL SÃO LEOPOLDO MANDIC (MATRIZ E FILIAIS), auditar e fiscalizar o patrimônio institucional, controlar a depreciação e centros de custos bem como as movimentações dos bens, realizar o controle dos bens em manutenção, controlar o descarte de bens avariados ou depreciados, fornecer relatórios específicos para o seu Conselho de Administração e Diretoria.

3 - CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS

De acordo com a política de compras, os materiais e/ou serviços englobados por esta diretriz são classificados da seguinte maneira:

- 3.1. Indiretos (Materiais e / ou serviços);
- 3.2. Materiais e Serviços corporativos;
- 3.3. Materiais e Serviços das filiais e coligadas;
- 3.4. Transporte e Logística (relacionados aos itens A e B);
- 3.5. Contratos (relacionados aos itens A e B);

4 - PROCESSO DE COMPRAS

Os passos dos processos de compras podem ser encontrados no Procedimento Operacional Padrão (POP – Procedimento Operacional Padrão) de cada uma das etapas do processo de compras. Este material fica disponível para acesso no departamento de compras. Para acesso basta solicitar ao departamento de compras e/ou equipe de compras.

5 - REGRAS DE NEGÓCIO

Esta seção visa estabelecer as regras de negócio que regem as etapas de compras e direcionar as ações de seus executores.

• Requisições de materiais e serviços

A requisição de compra é a solicitação formal de compra de um produto ou serviço, no qual é informado através do Sistema de Informação e Gestão o item desejado e incluído no campo de observação todos as informações detalhadas pertinentes para cotação. Essa requisição deve ser feita por um requisitante autorizado a utilizar o módulo do Sistema de Informação e Gestão. Uma vez que todas as requisições serão direcionadas ao departamento de compras, elas serão tratadas de acordo com suas categorias, segmentando-as a partir do grupo de produto ou pelo critério de urgência, definidos pelo gestor de compras. As Compras Emergenciais deverão apresentar no campo 'Observação' da Requisição o motivo da urgência. Bem como comunicar previamente o gestor de compras sobre a demanda, caso contrário, a solicitação não será atendida dentro do prazo emergencial e será processada como compra normal. Deve-se levar em conta ainda que compras emergenciais podem estar limitadas à apenas uma cotação e são aplicáveis somente a fornecedores cadastrados previamente. Toda requisição de serviço aberta na fila emergencial deverá ser acompanhada de proposta técnica de referência com escopo detalhado.

Mesmo sendo uma demanda emergencial a mesma deve aguardar a aprovação de todas as etapas via sistema Sistema de Informação e Gestão. Emergências existem, e é necessário que os requisitantes utilizem este direcionamento de maneira responsável, uma vez que o caráter de urgência se perde quando todas as requisições se tornam emergenciais, sendo que a falta ou falha de planejamento não se enquadra como urgência.

- Quando uma Requisição não pode ser aberta como emergencial;
- Quando o fornecedor não for cadastrado no Sistema de Informação e Gestão;
- Quando o cadastro do produto estiver divergente ou necessite de cadastro
- Requisição de serviços sem proposta técnica de referência;
- Requisição cuja compra envolve a formalização de um contrato.

Casos em que o Departamento de Compras poderá cancelar a requisição de compra ou serviço:

- Todas as Requisições abertas em desacordo com o item anterior;
- Se houver evidência de que a compra já foi negociada antes de chegar ao departamento de compras (Compra direta);
- Se houver evidência que o serviço foi iniciado/realizado ou produto já fornecido antes do processo passar pelo departamento de compras (compra direta);
- Se a requisição foi criada em código errado;
- Se a requisição tiver o escopo alterado após a sua aprovação;
- Requisição de serviço aberta sem informações suficientes para cotação;
- Quando a requisição é aberta com erros que inviabilizam o correto entendimento do material/serviço, tais como código de item incorreto, falta de informação necessária para cotação ou falta de retorno do requisitante.

6 - NEGOCIAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DE COTAÇÕES

Toda compra deve ser feita mediante Requisição de compras (RC) gerada e aprovada no Sistema de Informação e Gestão e o comprador deverá efetuar pesquisa de preços conforme as faixas abaixo quando não houver acordos corporativos elaborados pelo departamento de Compras/Suprimentos.

- Para todas as compras e contratações cujos valores não ultrapassem o limite de até R\$ 499,00 (Quatrocentos e noventa e nove reais) por compra desde que não seja recorrente, e não caracterize fracionamento de pedidos, poderá ser consultado apenas um fornecedor por vias formais (e-mail).
- De R\$ 500,00 (Quinhentos reais) até R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) a cotação deverá ser efetuada em no mínimo 2 (dois) fornecedores por vias formais (e-mail), por compra desde que não seja recorrente, e não caracterize fracionamento de pedidos.
- Para compras cujo valor esteja acima dos R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) a pesquisa deverá ser efetuada em no mínimo 3 (três) fornecedores devendo ser documentada formalmente através de propostas por (e-mail) com todas as condições técnicas e comerciais.
- Pardo (panopostas)/orçamentos com fornecimento de mão de obra e material o fornecedor deve enviar o orçamento em planilha aberta para análise da composição de custo.

Exceções de Compra, por conta de sua natureza

- Compras de peças ou serviços fornecidos diretamente pelo fabricante, que não possuam similaridade no mercado, desde que devidamente comprovado no Sistema de Informação e Gestão via anexos.
- O departamento deverá elaborar e manter uma planilha/formulário atualizado (Formulário/planiha de Fornecedor Único) item abordado no item 6.2.
- Estes casos deverão ser comunicados ao gestor de Compras para elaboração de acordos comerciais. Essa lista servirá de suporte para futuras auditorias.

Formulário/planiha de fornecedor único

Para evitar a reincidência deverá ser elaborado um Formulário/planiha de Fornecedor Único e mantido em arquivo comum na rede ou na nuvem do departamento de compras para consulta de todos os compradores, para os casos abaixo:

- Procuremto de equipamentos e/ou produtos que não possuam similaridade no mercado;
- Produtos que sejam indicados e validados pela área técnica competente e que não possuam acordos comerciais pré-estabelecidos via departamento de compras e ou necessitam ser de marca/ modelo específico.
- O documento deverá conter obrigatoriamente a assinatura do gestor responsável de compras, bem como assinatura do Coordenador da área requisitante/técnica, o prazo máximo de validade do documento será de 02(Dois) anos, sendo necessário sua revalidação com as áreas envolvidas após este prazo.

- Será permitida a reutilização de cotações em até 06 (seis) meses, desde que o fornecedor vencedor concorde em aplicar as mesmas condições comerciais da cotação. O comprador pode realizar a aquisição utilizando o processo de compra de outro pedido (para o mesmo item). Desta forma o comprador deverá referenciar no Pedido o processo de compra anterior e as devidas cotações que estão embasando esta nova aquisição além de anexá-las.
- Quando houver acordo corporativo ou catálogo de preço negociado pelo departamento de Compras, o mesmo terá vigência máxima de 12(doze) meses, o acordo comercial e a lista de preços deverá ser armazenada pela equipe/comprador que negociou o acordo.

Procedimentos em caso de contratação de serviços

a) Com escopo de compra amplo, o requisitante encaminhará uma Requisição via Sistema de Informação e Gestão, contendo em anexo o escopo técnico completo detalhado e previamente validado pelo seu respectivo gestor para o Departamento de Compras e o comprador irá cotar e negociar com fornecedores, conforme item 06 (seis) desta política. O ato de negociação, confirmação da compra e ou contratação do serviço será realizado pelo departamen- to de compras, já a elaboração de contrato de compra ou prestação de serviço terá o envolvimento do departamento jurídico, caso a minuta de contrato padrão da Associação São Leopoldo Mandic – Hospital São Leopoldo Mandic (Matriz e filiais) não seja aceita pelo prestador, podendo também ter validação do departamento de controladoria para análise de crédito; b) Sem escopo técnico completo: O requisitante deve anexar ao Sistema de Informação e Gestão uma ou mais propostas Técnicas/comercial de Referência, em número estabelecido pelo item 06 (seis), sem negociação prévia desta atividade à realizada no departamento de compras, as propostas deverão ter escopo técnico detalhado, podendo ou não conter custo de referência. O comprador negociará com os fornecedores das propostas enviadas, conforme item 06 (seis) desta política. O ato de negociação, confirmação da compra e ou contratação do serviço será realizado pelo departamento de compras, a elaboração de contrato de compra ou prestação de serviço terá o envolvimento do departamento jurídico, caso a minuta de contrato padrão da Associação São Leopoldo Mandic – Hospital São Leopoldo Mandic (Matriz e filiais) não seja aceita pelo prestador, podendo também ter validação do departamento de controladoria para análise de crédito.

7 - CADASTRO E GESTÃO DE FORNECEDORES

É responsabilidade da equipe de Compras verificar se os parâmetros básicos do cadastro do fornecedor estão corretos de acordo com o POP Cadastro de Fornecedores. Caso o fornecedor desenvolvido via departamento de compras não possua cadastro o comprador deve solicitar via Sistema de Informação e Gestão e ou na conferência for constatada alguma necessidade de mudança, o comprador deve solicitar o suporte da área de cadastros para que ocorra a alteração/inclusão dos dados no Sistema de Informação e Gestão. Todas as compras de materiais ou serviços devem ser realizadas de pessoa jurídica com situação cadastral ativa na receita federal.

8 - FATURAMENTO DIRETO

Havendo negociação de faturamento direto, ou seja, o fornecedor de serviço efetuar as compras de materiais faturadas em nome da ASSOCIAÇÃO SÃO LEOPOLDO MANDIC – HOSPITAL SÃO LEOPOLDO MANDIC (MATRIZ E FILIAIS), deve-se registrar em contrato as condições comerciais e técnicas que foram negociadas referenciado as empresas envolvidas, e o departamento de controladoria poderá a qualquer tempo auditar o processo junto aos envolvidos.

9 - APROVAÇÃO DE COTAÇÕES/PEDIDOS DE COMPRAS

A rotina de aprovação/reprovação deve ser frequente, recomendando-se que seja diária por parte dos aprovadores, utilizando para tanto o Sistema de Informação e Gestão.

Vale ressaltar que as cotações aprovadas no Sistema de Informação e Gestão são automaticamente integradas ao Sistema de Informação e Gestão como pedido de compra, desta forma o processo é agilizado e minimiza-se a necessidade de intervenção do comprador.

Se por algum motivo a cotação/compra não for aprovada, o aprovador deve acrescentar o motivo da reprova, para que o requisitante seja comunicado.

A aprovação da cotação/pedido será realizada de acordo com as alçadas estabelecidas nos roteiros de aprovação.

Regras básicas de aprovação:

- Todos as cotações/pedidos deverão passar pelas etapas de aprovação no Sistema de Informação e Gestão, independentemente do valor;
- Cabe à Diretoria e ao Conselho de Administração definir a quantidade de roteiros, bem como as faixas de valores para aprovação.

10 - PEDIDOS DE COMPRA

O pedido de compra deve ser gerado a partir de uma Requisição de compras formal, conferindo se todas as inclusões de dados foram efetuadas corretamente. Conforme as informações contidas na Requisição e ou centro de custo, pode-se gerar mais de um pedido de compra para cada requisição uma que vez que, no caso de requisições com itens divisíveis, durante a fase de julgamento das propostas pode-se mostrar vantajoso dividir o fornecimento entre mais de 01 (um) fornecedor. Podem ocorrer, também, situações em que o mesmo fornecedor possui CNPJ's distintos para faturamento de determinados itens / serviços e, neste caso, gera-se 01 (um) pedido de compra, com seu respectivo escopo, para cada CNPJ do fornecedor.

11 - ENVIO DO PEDIDO DE COMPRA

O envio do pedido de compra ao fornecedor deverá ser feito somente após a aprovação em todos os níveis de alçada de aprovação. Exceções deverão ser autorizadas e formalmente registradas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, quando ocorrerem.

12 - ACOMPANHAMENTOS DE PEDIDOS

A atividade de follow up é realizada para todos os tipos de pedidos, esta atividade é realizada através dos analistas do departamento de compras sendo o responsável pelo processo o comprador que realizou a cotação/negociação. Mensalmente deverão ser avaliados o status dos pedidos no sistema e caso o material ou serviço não seja entregue ou realizado os mesmos devem ser cancelados no sistema desde que alinhado previamente com o requisitante.

13 - ARQUIVO DE DOCUMENTOS

Montar e arquivar o processo de cada Pedido de compra (Pedido/ RC/ Cotações/ envio do Pedido) de forma eletrônica, a ser armazenado por um período de 24 (vinte e quatro) meses.

A organização dos documentos, volbado pelo o fornecedor, já estabelecida, os arquivos devem ser salvos em formato PDF. Caso alguma informação de negociação esteja em formato físico, ela deve ser digitalizada e compor os documentos arquivados conforme parágrafo anterior.

14 - RISK ASSESSMENT

Periódica e aleatoriamente deverão ser feitas verificações dos processos de compras pela liderança do Departamento de compras ou auditorias externas para assegurar que as normas e procedimentos desta política estão sendo obedecidos.

Este processo de avaliação deve conter, no mínimo, as seguintes avaliações:

- Verificar a formatação do processo conforme etapas estabelecidas na Política de Compras;
- Conferir se os itens comprados atendem às regras de Negociação e Cotação;
- Caso seja aplicável, verificar se as justificativas e formulários exigidos estão sendo cumpridos;
- Assegurar que os valores que constam no processo são fidedignos.

15 - TRANSPARÊNCIA E COMPLIANCE

A ASSOCIAÇÃO SÃO LEOPOLDO MANDIC – HOSPITAL SÃO LEOPOLDO MANDIC (MATRIZ E FILIAIS) conta com um rigoroso processo de follow up e controle para o cumprimento da lei de probidade empresarial (Lei nº 12.846, de 2013, regulamentada pelo Decreto nº 8.420, de 2015), disponível para consulta no link.

Observamos o princípio da segregação de funções, por meio do qual as diversas funções no âmbito dos processos de compras devem ser realizados por pessoas diferentes e ou departamentos diferentes, como por exemplo: requisitantes; compras; lançamento de pré-nota; fiscal/contábil e financeiro.

Os envolvidos direta ou indiretamente no processo de compra ou contratação não podem receber quaisquer vantagens, presentes, refeições, hospitalidades ou benefícios pessoais provenientes de empresas fornecedoras ou participantes de processo de compra ou contratação.

16 - COMPRA DIRETA

Toda compra deve seguir o fluxo via departamento de compras, pois não está autorizado pela Diretoria e pelo Conselho de Administração nenhum processo de compra direta, desta forma todos os departamentos devem se planejar para solicitar de forma antecipada as suas respectivas demandas.

17 - VIGÊNCIA

Esta política torna-se vigente a partir de sua data de publicação, sobrepondo-se imediatamente a processos e versões anteriores. A área responsável pela manutenção, controle e atualização desta política é o departamento de Compras – ASSOCIAÇÃO SÃO LEOPOLDO MANDIC – HOSPITAL SÃO LEOPOLDO MANDIC (MATRIZ E FILIAIS).

18 - TERMINOLOGIAS

Suprimentos & Compras – Equipe de Compras composta por compradores centralizados (localizados na ASSOCIAÇÃO SÃO LEOPOLDO MANDIC – HOSPITAL SÃO LEOPOLDO MANDIC (MATRIZ E FILIAIS)).

RC - Requisição de Compra

SLA - é a sigla para Service Level Agreement ou, em português, ANS (Acordo de Nível de Serviço).

PC - Pedido de Compra.

Workflow - Ou Fluxo de trabalho é a sequência de passos necessários dentro do sistema para reprovação ou aprovação de um processo.

POP - Procedimento Operacional Padrão, refere-se aos procedimentos padrão que contém as etapas do processo de compras.

CAPEX - Capital Expendure, refere-se aos investimentos realizados em bens de capital como equipamentos e instalações/obras.

Sistema de Informação e Gestão - A plataforma Sistema de Informação e Gestão permite integração ao sistema.

Risk Assessment - avaliação de risco é o esforço combinado de: identificar e analisar eventos potenciais que podem impactar negativamente os objetivos da Associação.

Compliance - É o conjunto de disciplinas para fazer cumprir as normas legais e regulamentares, as políticas e as diretrizes estabelecidas para o negócio e para as atividades da instituição ou empresa, bem como evitar, detectar e tratar qualquer desvio ou inconformidade que possa ocorrer.

Segregação - ato ou efeito de segregar(-se); afastamento, separação, segregamento.

Conflito de interesses: a situação gerada pelo confronto entre interesses pessoais e os interesses da Associação, que possa comprometer os interesses da entidade ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função do colaborador em conflito.

19 - COMPRAS NO ÂMBITO DE CONVÊNIOS FIRMADOS COM O PODER PÚBLICO:

- Quando as contratações decorrerem de convênios celebrados com o Poder Público, serão observados, adicionalmente às normas estabelecidas nesta política, os princípios constitucionais da Administração Pública (Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência), o princípio da economicidade, além dos demais preceitos exigidos pelos atos normativos do ente público com o qual se firmou o contrato, ou seja, contratual ou convencional, em especial a transparência e a vantajosidade. Igualmente, haverá a adoção de critérios objetivos de seleção dos contratados, ficando vedada a contratação de profissionais ou empresas que possam estar em situações de conflitos de interesses, ou que possam incorrer nas vedações e proibições previstas em Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, legislação de improbidade administrativa ou análoga. Caso o colaborador se encontre em situação de conflito de interesse, deve assm declarar referida situação ao seu superior hierárquico ou à área de Compliance, se afastando da participação em qualquer decisão que envolva o conflito.

mercado

Gestão da educação com equidade racial

Diagnóstico e planejamento das políticas públicas de promoção da equidade precisam ocorrer regularmente

Cida Bento

Conselheira do CEERT (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades), é doutora em psicologia pela USP

Ao menos 1 em cada 5 professores negros da rede pública paulista diz já ter sofrido discriminação racial, informa pesquisa do Datafolha sobre preconceito no ambiente educacional encomendada pela Associação Mulheres Pela Paz. Por outro lado, 39% dos respondentes desse levantamento afirmaram que nunca participaram de uma formação/treinamento voltada a como lidar com atos discriminatórios em sala de aula.

Lembrando que preconceito e discriminação racial representam algumas das prin-

cipais causas da desigualdade entre os grupos de cor/raça no Brasil, pode-se inferir a necessidade urgente de planejar, coordenar e orientar a formulação e a implementação de políticas de educação buscando a superação de preconceitos e a eliminação de atitudes discriminatórias no ambiente escolar, além de ações emergenciais de valorização dos profissionais de educação, atenção à saúde mental da comunidade escolar, atenção às práticas racistas e até a ampliação da socialização entre os alunos. Importante passo nesse sen-

tido foi dado recentemente pelo Coletivo Antonieta de Barros, articulação que inclui professoras, coordenadoras, pesquisadoras e bibliotecárias ligadas à rede municipal de ensino da cidade de São Paulo.

Sob impulso de episódios de racismo contra professoras que permaneceram sem resposta, o grupo articulou uma audiência pública na Alesp (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo) para definir um conjunto de práticas para a aplicação no cotidiano das escolas, sintetizadas no documento denominado “Manifes-

to Antonieta de Barros”.

Integrante do coletivo e ela mesma vítima de racismo em sala de aula sem resposta institucional, a professora Ana Koteban ressalta o protagonismo das mulheres negras na construção de uma educação antirracista, mas ressalva que as mães negras seguem preocupadas porque os episódios de racismo não param.

“Acreditamos também —diz Koteban— que é do interesse de mães brancas antirracistas que suas crianças deixem de estudar em escolas que lhes ensin-

a se tornar racistas. Reafirmamos que essa é uma pauta de interesse público! Um protocolo antirracista que enfrente essa questão institucionalmente é necessário e urgente em todo o Brasil.”

Ela acrescenta que vivemos hoje um cenário de negligência na implementação da lei 10.639/03 (que alterou a lei maior da educação —a LDB—, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de “história e cultura africana e afro-brasileira” na educação regular) e de omissão em relação às atitudes racistas presentes no cotidiano escolar. “É por isso que precisamos de um protocolo que estabeleça como todas as gestões escolares devem agir e intervir quando o episódio de racismo acontece”, conclui.

Diagnóstico, planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção da equidade precisam ocorrer regularmente. E, nesse sentido, cabe ressaltar que o MEC está levantando informações nos municípios sobre a implementação da lei 10.639/03 e que muitos municípios de São Pau-

lo ainda não realizaram o preenchimento. Precisamos contribuir com o diagnóstico que vai orientar o aprimoramento das políticas de equidade racial em todo o país.

De outro lado, lembramos que há belíssimas práticas pedagógicas e de gestão da equidade racial, desenvolvidas por professores e gestores da cidade de São Paulo, assim como de todo o país. É preciso que sejam disseminadas para que possam servir de inspiração para um outro tipo de educação.

Como escreveu Daniel Teixeira, advogado e diretor do Certe, em boletim da entidade: “Não é qualquer concepção de educação que pode contribuir para equacionar os desafios sociais que enfrentamos. Uma educação que reproduz o racismo não só deseduca mas cria um imaginário que desumaniza mais da metade da população brasileira. Além disso, dá à outra parte da população a falsa noção de que seria superior em razão da branquitude”.

Esta coluna foi desenvolvida conjuntamente com Flavio Carrança, do Cojira

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecília Machado | QUA. Bernardo Guimarães | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. André Roncaglia | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan



Dédima Oliveira, 35, supervisora de produção da P-57, navio-plataforma a 80 quilômetros da costa de Vitória (ES) Bruno Santos/Folhapress

Petrobras tenta aumentar diversidade em plataformas

Funcionários pedem por mais mulheres e pessoas com deficiência em alto-mar

VIDA PÚBLICA

Luany Galdeano e Bruno Santos

RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO Com um quadro de funcionários nas plataformas em alto-mar que ainda pouco representa a diversidade brasileira, com só 4% de mulheres e 0,3% de pessoas com deficiência, a Petrobras tem tomado medidas para responder à pressão — que vem também dos próprios colaboradores — e aumentar a presença de grupos sub-representados na empresa. O mais recente relatório de sustentabilidade da estatal, publicado no ano passado, mostrou que negros são 31% dos funcionários, mulheres, 17%, e pessoas com deficiência, 1,5%. Nos ambientes offshore, as cifras são de 40%, 4% e 0,3%, respectivamente. Funcionários da P-57, navio-plataforma a 80 quilômetros

da costa de Vitória (ES), dizem que a empresa oferece espaço acolhedor para minorias, mas pedem por mais diversidade. Lá, são 157 funcionários por turno, alternando entre 15 dias de trabalho na plataforma e 15 dias de folga no continente. Dédima Oliveira, 35, é supervisora de produção no navio. A Petrobras tem 22% das lideranças ocupadas por mulheres. Ela diz estar acostumada a espaços onde há poucas mulheres desde que fez curso técnico em automação industrial, cuja turma era majoritariamente masculina. O mesmo cenário se repetiu mais tarde, quando fez faculdade de engenharia de produção. Para Dédima, a falta de mulheres em cursos de exatas acaba diminuindo o número de profissionais trabalhando no setor de petróleo. A engenheira afirma que, embora seja difícil ter presença feminina em ambientes offshore,

é preciso haver esforços para elevar a equidade de gênero. “Nunca tive problema de desrespeito, de pessoas acharem que lugar de mulher não é aqui”, diz. “Sou minoria, mas, talvez, outras pessoas possam se inspirar em minorias como eu e, assim, conseguirmos ter mais representatividade. Uma vai puxando a outra.” O relatório de sustentabilidade da Petrobras lançado em 2023 mostra que os funcionários se mobilizam em prol da diversidade. A mai-

or parte das reclamações no âmbito da gestão de pessoas são relacionadas à acessibilidade para pessoas com deficiência e à inclusão e equidade racial e de gênero. O engenheiro Vinicius Sperandio, 45, é coordenador de produção e trabalha na plataforma há sete anos. Ele, que tem visão monocular, é a única pessoa com deficiência da P-57. Além de ocupar posição de chefia, Vinicius contribui para projetos em outras áreas da offshore, incluindo desenvol-

vimento de ferramentas de inteligência artificial para atender a demandas internas. Para o engenheiro, o trabalho em plataformas exigiria mais adaptações para ter mais inclusão. “Se um cadeirante estivesse aqui, ele daria conta do recado se a gente fornecesse ferramentas adequadas para trabalhar”, afirma. “A plataforma, por enquanto, não consegue absorver esse profissional.” Lilian Soncin, gerente-executiva de recursos humanos da Petrobras, diz que o plano de acessibilidade da empresa também traz adaptações para os espaços offshore. “Sempre vamos trabalhar nessa conciliação entre o fato de ser uma área industrial e as adequações possíveis para atrair essas pessoas.” Com a criação da primeira gerência de inclusão, em 2023, a Petrobras aumentou as cotas para pessoas com deficiência, de 5% para 20%. Em março, a empresa lançou uma normativa para cotas em cargos de lideranças, com o objetivo de alcançar 25% de mulheres e 25% de pessoas negras em posições de chefia até 2030. Ações afirmativas para lideranças já existiam na petroleira, mas o documento leva novas orientações aos processos seletivos. Isso inclui o uso de currículos anônimos para

Cinco medidas adotadas pela petroleira

- Criação da primeira gerência de diversidade, equidade e inclusão
- Cifra de cotas passa de 5% a 20% para pessoas com deficiência em concursos
- Instalações de plataforma vão receber atenção de acessibilidade
- Meta de 25% de mulheres e 25% de pessoas negras em cargos de liderança
- Acordos de parceria com instituições de ensino ganham cláusula para incluir pessoas de grupos sub-representados em equipes de pesquisadores

eliminar vieses e a participação de grupos sub-representados na fase de entrevistas com candidatos. Há 40 grupos voltados à equidade e à inclusão nas unidades operacionais, que cuidam das plataformas, de acordo com Lilian Soncin. O objetivo dessas equipes é tratar das necessidades de funcionários que representam diversidade, como adequação e adaptação de camarotes, os quartos dos funcionários nas embarcações offshore. “Um pilar importante é fazer presente o tema diversidade e inclusão a bordo, com profissionais de RH que se capacitaram e que vão às plataformas conduzir rodas de conversa sobre esse assunto com as lideranças”, diz Lilian. Para atrair mais grupos sub-representados, a Petrobras leva funcionários a universidades e institutos de formação para conversar sobre possibilidades de carreira. Eles apresentam, por exemplo, a opção de teletrabalho integral para pessoas com deficiência e as oportunidades em áreas Stem (sigla em inglês para ciência, tecnologia, engenharia e matemática) para mulheres, em que elas são minoria. Lilian afirma que, além disso, o trabalho em plataformas, que ocorre por turnos de 15 dias, não precisa ser definitivo para os funcionários. Eles podem passar por uma experiência temporária nos espaços offshore e ter mobilidade para outras posições, o que seria mais um incentivo para atrair grupos sub-representados. Os jornalistas Luany Galdeano e Bruno Santos viajaram à plataforma P-57 a convite da Petrobras

RETIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberta na Penitenciária de Limeira, Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico nº 90003/2024, PROC 20240927881, SEI nº 006.00100593/2024-20, destinado a Aquisição de Gêneros Alimentícios - Hortifrutifrigoríficos participação restrita, com entrega parcelada, para o período de maio a agosto de 2024. A realização da sessão será no dia 23/04/2024, às 9:00hs. Os interessados em participar do certame deverão acessar o endereço eletrônico www.compras.sp.gov.br, a partir do dia 11/04/2024, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes. O edital também se encontra disponível no endereço eletrônico www.e-negociospublicos.com.br, e as informações poderão ser obtidas na própria Unidade através dos telefones: (19) 3404-6800 ramal 8825.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2024 – PROCESSO Nº 043/2024

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento e instalação de peças, incluindo mão de obra, para manutenção corretiva de veículo Renault Furgão Master Extra, ano/modelo 2017/2018, Frota 154, da Secretaria Municipal da Saúde, em quantidades e exigências estabelecidas em Edital e seus Anexos. TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL POR GRUPO. Valor Global Estimado da Contratação: R\$ 4.284,33 (quatro mil, duzentos e oitenta e quatro reais e trinta e três centavos). Fundamento legal: Art. 75, I, e § 7º da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 15.631/2023 e suas alterações. PERÍODO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: INÍCIO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 11 de abril de 2024. FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 17 de abril de 2024 às 14h30 (quatorze horas e trinta minutos). INÍCIO DA SESSÃO: 17 de abril de 2024 às 14h00 (quatorze horas). INFORMAÇÕES E DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL: O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no site: www.votuporanga.sp.gov.br. Maiores informações e/ou esclarecimentos pelo fone (17) 3405.9700 – ramais 9709 e 9769. VALTER BENEDITO PEREIRA - Prefeito Municipal em exercício – 10/04/2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

NOTIFICAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Edital nº: 90.2024 - Processo nº 17.081/2024 - Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90072/2024 - Tipo: Menor Preço por Lote - Ampla participação - pelo sistema de registro de preços. **Modo de Disputa:** Aberto e Fechado - **Objeto:** AQUISIÇÃO PARCELADA DE FRUTAS, DEVIDAMENTE ESPECIFICADOS NO ANEXO I DO EDITAL - Interessada: Secretaria Municipal da Educação e SEBES. **RECEBIMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA:** Até às 9h do dia 24 de abril de 2024. **ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:** dia 24 de abril de 2024, às 09h. Informações na Divisão de Compras e Licitações, Alameda Dama da Noite nº 3-14 - Pq. Vista Alegre, CEP 17.020-050, Bauru/SP, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h e fones (14) 3214-4744. O Edital está disponível através de [download gratuito](http://www.comprasnet.gov.br) no site www.bauru.sp.gov.br, e poderá ser acessado também através do site <https://www.gov.br/compras/pn-br>, onde se realizará a sessão de pregão eletrônico. Bauru, 10/04/2024 - Cassia C. Nunes Pereira - Diretora da Divisão de Compras e Licitações-SME.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACI

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRONICO Nº. 018/2024

PROCESSO Nº. 034/2024

OBJETO: Registro de preços para a Aquisição de Gêneros Alimentícios para a Merenda Escolar, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que integra este Edital como Anexo I. Data e hora da Sessão Pública: dia 26/04/2024, às 9h00min. Critério de Julgamento: Menor preço por item, Modo de Disputa: Aberto, Amostra: Não, Preferencia Me/Ep/Equiparadas: Sim, LINK: SCPI Portal de Compras <http://200.95.195.126:8079/compraseditajl>, Jaci, 10 de abril de 2024. VALERIA PERPETUO GUIMARÃES HENRIQUE Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACI

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRONICO Nº. 017/2024

PROCESSO Nº. 033/2024

OBJETO: Registro de preços, para a aquisição de 500m³ de Concreto Usinado, conforme especificações constantes do termo de referência, que integra o edital, como Anexo I. Data e hora da Sessão Pública: dia 25/04/2024, às 9h00min. Critério de Julgamento: Menor preço por item, Modo de Disputa: Aberto, Amostra: Não, Preferencia Me/Ep/Equiparadas: Sim, LINK: SCPI Portal de Compras <http://200.95.195.126:8079/compraseditajl>, Jaci, 10 de abril de 2024. VALERIA PERPETUO GUIMARÃES HENRIQUE Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE LEI Nº 14.133/2021 - UASG: 986219 - Edital nº 83/2024 - PE SMS nº 87/2024 - Processo: 153.318/2023 - Modalidade: Pregão Eletrônico COMPRAS GOV Nº 93103/2024 - AMPLA PARTICIPAÇÃO - MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO - por meio da INTERNET - Tipo Menor Preço por item - **Objeto:** AQUISIÇÃO ANUAL DE COFFEE BREAK - KITS LANCHES DO TIPO I, II E III, DEVIDAMENTE ESPECIFICADOS NO ANEXO I DO EDITAL ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - Período para entrega das propostas: de 11/04/2024 às 08:00:00 até 24/04/2024 às 09:00:00. Data prevista para abertura da sessão pública: 24/04/2024 às 9h. Pregoeiro(a): Diego Dhiamaque Miranda da Costa. O Edital completo e informações poderão ser obtidos na Divisão de Compras e Licitações, Rua Gérson França, 7-49, 1º andar, Centro, CEP: 17015-200 - Bauru/SP, fone (14) 3104-1463/1464/1465, ou pelo site www.bauru.sp.gov.br, ou através do site <https://www.gov.br/compras/pn-br>. Id contratação PNCP: 46137410000180-1-000097/2024 onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados. Bauru, 10/04/2024 - compras_saud@bauru.sp.gov.br Juliana Priscila Dionísio Zanotto - Diretora da Divisão de Compras e Licitações - S.M.S.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE LEI Nº 14.133/2021 - UASG: 986219 - Edital nº 73/2024 - PE SMS nº 29/2024 - Processo: 183.682/2023 - Modalidade: Pregão Eletrônico COMPRAS GOV Nº 93103/2024 - AMPLA PARTICIPAÇÃO - MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO - por meio da INTERNET - Tipo Menor Preço por item - **Objeto:** AQUISIÇÃO DE ASPIRADOR CIRÚRGICO PORTÁTIL PARA O SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA, MELHOR ESPECIFICADO NO ANEXO I DO EDITAL, ATRAVÉS DE CONTRATO - Período para entrega das propostas: 11/04/2024 às 08h até 24/04/2024 às 09h. Data prevista para abertura da sessão pública: 24/04/2024 às 9h. Pregoeiro(a): Otávio Guadagnucci Fontanari. O Edital completo e informações poderão ser obtidos na Divisão de Compras e Licitações, Rua Gérson França, 7-49, 1º andar, Centro, CEP: 17015-200 - Bauru/SP, fone (14) 3104-1463/1464/1465, ou pelo site www.bauru.sp.gov.br, ou através do site <https://www.gov.br/compras/pn-br>. Id contratação PNCP: 46137410000180-1-000098/2024 onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados. Bauru, 10/04/2024 - compras_saud@bauru.sp.gov.br Juliana Priscila Dionísio Zanotto - Diretora da Divisão de Compras e Licitações - S.M.S.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

LEI Nº 14.133/2021 - UASG: 986219 - Edital nº 089/2024 - Processo nº 65.723/2023 - Modalidade: Pregão Eletrônico nº 035/2024 - do tipo MENOR PREÇO POR LOTE - LICITAÇÃO COM AMPLA PARTICIPAÇÃO - MODO DE DISPUTA ABERTO - Objetivando: AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) FRESADORA DE ASFALTO SOBRE PNEUS, 01 (UMA) MINI CARREGADEIRA NOVA ZERO HORA E 01 (UMA) VASSOURA MECÂNICA COM KIT SARIETA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I DO EDITAL, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I DO EDITAL. Interessada: Secretarias Municipais de Obras. Período para entrega das propostas: 12/04/2024 às 09h30 até 25/04/2024 às 09h30. Data prevista para abertura da sessão pública: 25/04/2024 às 09h30. Informações e a abertura na Secretaria da Administração/Divisão de Licitações, sito na Praça das Cerejeiras, 1-59, Vila Noemy - 2º andar, sala 10 - CEP: 17.014-500 - Bauru/SP, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h e fones (14) 3235-1092 ou através de [download gratuito](http://www.comprasnet.gov.br) no site www.bauru.sp.gov.br, ou através de [download gratuito](https://www.gov.br/compras/pn-br) no site <https://www.gov.br/compras/pn-br>. Id contratação PNCP: 46137410000180-1-000102/2024, ou através do site <https://www.gov.br/compras/pn-br>. Nº 98035/2024, onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados. Bauru, 10/04/2024 - José Roberto dos Santos Júnior - Diretor da Divisão de Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIAÇU

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO O município de Guapiacu/SP torna público aos interessados a realização do **Pregão Eletrônico nº 018/2024**, Processo licitatório nº 039/2024, TIPO: DE MENOR PREÇO UNITÁRIO. OBJETO: Constitui objeto do presente pregão o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CARNÊS E DERIVADOS, destinadas aos Departamentos de Educação, Recreação e Assistência Social, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com as especificações do Termo de Referência, Anexo I deste edital. DATA E LOCAL DA SESSÃO: Dia 25/04/2024 às 09:00hs no site: <http://187.8.185.250:8079/compraseditajl> EDITAL DISPONÍVEL: no site eletrônico www.guapiacu.sp.gov.br DATA: 10/04/2024. PREGOEIRO: Leandro Mariano da Silva.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO O município de Guapiacu/SP torna público aos interessados a realização do **Pregão Eletrônico nº 019/2024**, Processo licitatório nº 040/2024, TIPO: DE MENOR PREÇO GLOBAL. OBJETO: Constitui objeto do presente pregão o REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE CAMINHÃO MOLHO, destinadas à manutenção da limpeza pública e assistência social, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com as especificações do Termo de Referência, Anexo I deste edital. DATA E LOCAL DA SESSÃO: Dia 26/04/2024 às 09:00hs no site: <http://187.8.185.250:8079/compraseditajl> EDITAL DISPONÍVEL: no site eletrônico www.guapiacu.sp.gov.br DATA: 10/04/2024. PREGOEIRO: Leandro Mariano da Silva.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO O município de Guapiacu/SP torna público aos interessados a realização do **Pregão Eletrônico nº 020/2024**, Processo licitatório nº 041/2024, TIPO: DE MENOR PREÇO GLOBAL. OBJETO: Constitui objeto do presente pregão o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ANÁLISES CLÍNICA LABORATORIAL, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, ANÁLISE E DIAGNÓSTICOS DAS AMOSTRAS DE MATERIAL COLETADO, para a realização de diversos exames laboratoriais, destinados ao Departamento de Saúde municipal, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com as especificações do Termo de Referência, Anexo I deste edital. DATA E LOCAL DA SESSÃO: Dia 29/04/2024 às 09:00hs no site: <http://187.8.185.250:8079/compraseditajl> EDITAL DISPONÍVEL: no site eletrônico www.guapiacu.sp.gov.br DATA: 10/04/2024. PREGOEIRO: Leandro Mariano da Silva.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

LEI Nº 14.133/2021 - UASG: 986219 - Edital nº 049/2024 - Processo nº 182.332/2023 - Modalidade: Concorrência Eletrônica nº 001/2024 - do tipo MENOR PREÇO - AMPLA PARTICIPAÇÃO - MODO DE DISPUTA ABERTO - **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE RECONSTRUÇÃO DE BRITA GRADADA, 829,47M² DE CALÇADAS, 08 UNIDADES DE RAMPAS DE ACESSIBILIDADE, 610,40M DE GUIA, 104,686,85M² DE RECAPE ASFALTICO SOBRE PAVIMENTO ASFALTICO EXISTENTE, 12,482,79M² DE APLICAÇÃO DE BINDER E RECAPE SOBRE PARALELEPÍPEDO, 282,98 METROS DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS DE TUBULAÇÃO DE DIÂMETRO DE 0,60m, 9 POÇOS DE VISITA PARA TUBULAÇÃO DE DIÂMETRO DE 0,6m, 07 BOCAS DE LOBO DUPLA E 04 BOCAS DE LOBO TRÍPLA, EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA SOBRE BASE DE BRITA GRADADA, VISITA NOS BAIRROS VILA MARACY E VILA BRUNHARI DO MUNICÍPIO DE BAURU, COM O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E TUDO O MAIS QUE SE FAZER BOM E NECESSÁRIO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES E NORMAS OFERECIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - Interessada: Secretaria Municipal de Obras. Período para entrega das propostas: 11/04/2024 às 08:00h até 02/05/2024 às 09:00h. Data prevista para abertura da sessão pública: 11/04/2024 às 09:00h. Informações e edital na Secretaria da Administração/Divisão de Licitações, sito na Praça das Cerejeiras, 1-59, Vila Noemy - 2º andar, CEP: 17.014-500 - Bauru/SP, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h e fones (14) 3235-1113 ou através de [download gratuito](http://www.comprasnet.gov.br) no site www.bauru.sp.gov.br, ou pelo Id contratação PNCP: 46137410000180-1-000103/2024, ou através do site <https://www.gov.br/compras/pn-br>. Nº 97409/2024, onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados. Bauru, 10/04/2024 - José Roberto dos Santos Júnior - Diretor da Divisão de Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IACRÍ

AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2024

O Prefeito Municipal de Iacri torna público que se encontra aberto no Setor de Compras o Edital nº 019/2024 da Concorrência Pública nº 003/2024 – Processo nº 025/2024, objetivando a contratação de empresa do ramo para execução de Reforma e Ampliação do Cemitério Municipal. O Edital minucioso bem como outras informações poderão ser obtidas no Setor Licitações desta Prefeitura no horário de expediente, das 08h às 11h e das 13h às 17h, de segunda à sexta-feira e no site www.iacri.sp.gov.br. Informações à distância serão fornecidas pelos fones (14) 3489-8509/8525 ou pelo e-mail: compras@iacri.sp.gov.br / compras.iacri@gmail.com (Compras) e fone: (14) 3489-8520, e-mail: planejamento.iacri@gmail.com (Engenharia). A presente licitação realizará-se no dia 25/04/2024, às 09h00min. Iacri, 10 de abril de 2024. Carlos Alberto Freire–Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IACRÍ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2024

O Prefeito Municipal de Iacri torna público que se encontra aberto no Setor de Compras o Edital nº 018/2024 do Pregão Presencial de Registro de Preços nº 014/2024 – Processo nº 024/2024, para o fornecimento parcelado de papel sulfite, cor branca, formato A4 (210mm x 297mm), gramatura 75g/m², destinados a todos os setores do município, pelo período de 12 meses. O Edital minucioso bem como outras informações poderão ser obtidas no Setor Licitações desta Prefeitura no horário de expediente, das 08h às 11h e das 13h às 17h, de segunda à sexta-feira e no site www.iacri.sp.gov.br. Informações à distância serão fornecidas pelos fones (14) 3489-8509/8525 ou pelo e-mail: compras@iacri.sp.gov.br / compras.iacri@gmail.com. A presente licitação realizará-se no dia 23/04/2024, às 09h00min. Iacri, 10 de abril de 2024. Carlos Alberto Freire–Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Edital nº: 90.004/2024 - Processo nº 19.200/2024 - Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90070/2024 - Tipo: Menor Preço por Lote Ampla Participação - pelo Sistema de Registro de Preços.UASG986219 **Modo de Disputa:** Aberto e Fechado - **Objeto:** AQUISIÇÃO PARCELADA DE LEGUMES E VERDURAS COM ENTREGA PONTO A PONTO, DEVIDAMENTE ESPECIFICADOS NO ANEXO I DO EDITAL. Interessada: Secretaria Municipal da Educação e SEBES - **RECEBIMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA:** Até às 9h do dia 24 de abril de 2024. **ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:** dia 24 de abril de 2024, às 09h. Informações na Divisão de Compras e Licitações, Alameda Dama da Noite nº 3-14 - Pq. Vista Alegre, CEP 17.020-050, Bauru/SP, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h e fones (14) 3214-4744. O Edital está disponível através de [download gratuito](http://www.comprasnet.gov.br) no site www.bauru.sp.gov.br, e poderá ser acessado também através do site <https://www.gov.br/compras/pn-br>, onde se realizará a sessão de pregão eletrônico. Bauru, 10/04/2024 - Cassia C. Nunes Pereira - Diretora da Divisão de Compras e Licitações-SME.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AVAÍ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2024 – EDITAL Nº 004/2024

PROCESSO Nº 017/2024 – TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: "Registro de preço para aquisição de Equipamentos e Mobília para equipar a UBS (unidade básica de saúde) do Município de Avaí, conforme especificações constantes do Anexo I" conforme termo de referência parte deste procedimento e Edital. DATA DA REALIZAÇÃO: 24/04/2024. HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO: 09h00min. LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO: Sala de Licitação e de Licitação de Licitação, localizada na Praça Major Gasparino de Quadros nº 460 – Centro – CEP 16.680-009 – Telefone (14) 3287-1151. A sessão será conduzida pelo Pregoeiro, com o auxílio da Equipe de Apoio. Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos na sessão de processamento logo após o credenciamento dos interessados. ESCLARECIMENTOS: Sessão de Licitação, localizada na Praça Major Gasparino de Quadros nº 460 – Centro – CEP 16.680-009 – Telefone (14) 3287-1151, (14) 3287-1234 e-mail: licitacao@avai.sp.gov.br. Os esclarecimentos prestados serão disponibilizados na página da Internet: www.avai.sp.gov.br. AVAÍ, QUARTA-FEIRA, 10 DE ABRIL DE 2024. HELLEN FERNANDES RODRIGUES COELHO - PREFEITA MUNICIPAL DE AVAÍ

SINDICATO DOS EMPREGADOS RURAIS DE BARRINHA

BASE TERRITORIAL BARRINHA, PRADÓPOLIS E DUMONT

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convoca os empregados rurais assalariados e não assalariados, que são representados por este Sindicato nos termos do estatuto social a reunirem-se, conforme disposições estatutárias, em Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia 19 de abril de 2024, com início às 08h00min, para tratar das seguintes ordens do dia: a) deliberar sobre a manutenção das cláusulas sociais e de benefícios constante em acordo coletivo, até a assinatura de novo acordo coletivo de trabalho; b) Deliberar a pauta de reivindicações econômicas e sociais dos empregados rurais assalariados para celebração de Acordo Coletivo de Trabalho 2024/2025, outorgando poderes para negociar as reivindicações econômicas e sociais dos empregados rurais assalariados, e ao final, catalisar o respectivo Acordo Coletivo com as empresas pertencentes à base sindical; c) Outorgar poderes para diretoria do sindicato para participar de mesa de mediação e ou arbitragem com o objetivo de tratar a respectiva pauta de reivindicação; d) Outorgar poderes à Diretoria do Sindicato para que, em caso de insucesso nas negociações, propore e instaurar dissídio coletivos de trabalho e ou eventual proposição de Ação Civil Pública perante o Juízo competente. Barrinha, 10 de abril de 2023. Domingo Dias da Silva - Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE LEI Nº 14.133/2021 - UASG: 986219 - Edital nº 103/2024 - PE SMS nº 76/2024 - Processo: 175.401/2024 - Modalidade: Pregão Eletrônico COMPRAS GOV Nº 93103/2024 - Sistema de Registro de Preço - AMPLA PARTICIPAÇÃO - MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO - por meio da INTERNET - Tipo Menor Preço por item - **Objeto:** AQUISIÇÃO DE CADEIRA DE RODAS, ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, DEVIDAMENTE ESPECIFICADOS NO ANEXO I DO EDITAL, ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - Período para entrega das propostas: de 11/04/2024 às 08:00:00 até 24/04/2024 às 09:00:00. Data prevista para abertura da sessão pública: 24/04/2024 às 9h. Pregoeiro(a): Otávio Guadagnucci Fontanari. O Edital completo e informações poderão ser obtidos na Divisão de Compras e Licitações, Rua Gérson França, 7-49, 1º andar, Centro, CEP: 17015-200 - Bauru/SP, fone (14) 3104-1463/1464/1465, ou pelo site www.bauru.sp.gov.br, ou através do site <https://www.gov.br/compras/pn-br>. Id contratação PNCP: 46137410000180-1-000100/2024 onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados. Bauru, 10/04/2024 - compras_saud@bauru.sp.gov.br Juliana Priscila Dionísio Zanotto - Diretora da Divisão de Compras e Licitações - S.M.S.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE LEI Nº 14.133/2021 - UASG: 986219 - Edital nº 52/2024 - PE SMS nº 55/2024 - Processo: 141.017/2023 - Modalidade: Pregão Eletrônico COMPRAS GOV Nº 93052/2024 - DIFFERENCIADA NO MODO CÔTA RESERVADA - MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO - por meio da INTERNET - Tipo Menor Preço por LOTE - **Objeto:** AQUISIÇÃO DE AQUISIÇÃO DE IMPRESSOS GRÁFICOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DE BAURU, DEVIDAMENTE ESPECIFICADOS NO ANEXO I DO EDITAL, ATRAVÉS DE CONTRATO - Período para entrega das propostas: 11/04/2024 às 08h até 24/04/2024 às 09h. Data prevista para abertura da sessão pública: 24/04/2024 às 9h. Pregoeiro(a): Otávio Guadagnucci Fontanari. O Edital completo e informações poderão ser obtidos na Divisão de Compras e Licitações, Rua Gérson França, 7-49, 1º andar, Centro, CEP: 17015-200 - Bauru/SP, fone (14) 3104-1463/1464/1465, ou pelo site www.bauru.sp.gov.br, ou através do site <https://www.gov.br/compras/pn-br>. Id contratação PNCP: 46137410000180-1-000099/2024 onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados. Bauru, 10/04/2024 - compras_saud@bauru.sp.gov.br Juliana Priscila Dionísio Zanotto - Diretora da Divisão de Compras e Licitações - S.M.S.

CONVOCAÇÃO

Prezados(a) Sr(a) Associado(a)s,

Na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da ASSOCIAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS e em conformidade com o disposto no Art. 14, I, e §1º do Estatuto vigente da entidade, convoco V.S.a a participar por meio eletrônico da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada às 09h00 (nove horas) do próximo dia 26 de abril de 2024, cuja pauta será:

1. Apresentação Diretoria Executiva das Atividades da APTEC/UC em 2023.

A reunião será realizada por meio eletrônico no link <https://us02web.zoom.us/j/81784590318?pwd=R1dURG9SOHY3MGQ4TFoxMUZqanp2Zz09> - SENHA PARA ACESSO: 2024.

Caso V. S.ª não possa participar, solicitamos que nos encaminhe por escrito (e-mail secretaria.ag@ptec.org.br ou sergio.bianchi@ptec.org.br), manifestações e outros comentários que entender necessário até o início da sessão (às 14, § 5º).

São José dos Campos, 11 de abril de 2024.

Eduardo Bonini Santos Pinto
Presidente do Conselho de Administração

ESTADO DO CEARÁ

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Comissão Permanente de Contratação

AVISO DE ADIAMENTO NO 002 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2024 A Comissão Permanente de Contratação do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará comunica aos interessados que o Edital do Pregão Eletrônico nº 009/2024, que trata do "registro de preços visando eventual fornecimento de café da manhã, almoço, jantar, café, lanches, refrigerantes e sucos, de forma parcelada, para as sessões do Tribunal do Juri da comarca de Fortaleza e Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da comarca de Fortaleza", sofreu novas alterações na peça editalícia, quais sejam: A nova data e horários de realização do certame serão: RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS até: 26/04/2024 às 10:00 horas (Horário de Brasília). ABERTURA DAS PROPOSTAS: 26/04/2024 às 10:00 horas (Horário de Brasília). INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 26/04/2024 às 10:30 horas (Horário de Brasília). Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do referido Edital e seus Anexos. O Edital encontra-se a disposição dos interessados gratuitamente na Internet, nas páginas do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (www.tjce.jus.br), e do provedor do contrato (www.licitacoes-e.com.br), sob número de Licitação 10430577. Maiores informações e consultas devem ser encaminhadas para o e-mail: cplic@tjce.jus.br, Fortaleza – CE, aos 10 de abril de 2024. Dina Maria Ferreira ter Reegen Rodrigues PREGOEIRA DO TJCE

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 013/2024

EDITAL Nº. 024/2024

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

OBJETO: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CLORO E INSUMOS PARA TRATAMENTO DIÁRIO DA ÁGUA DAS PISCINAS PERTENCENTES AOS POLOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES.

A sessão pública será realizada no endereço eletrônico www.comprasbr.com.br no dia 23.04.2024 a partir das 09h00min. EDITAL disponível em 11.04.2024, através dos sites: www.comprasbr.com.br e licitacao.rioclaro.rj.gov.br.

DANILLO CLEY TREVISAN
Secretário Municipal de Esportes.

AVISO DE SUSPENSÃO E REABERTURA DE LICITAÇÃO

CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2024

EDITAL Nº. 022/2024

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR.

OCORRÊNCIA: Fica suspenso o referido processo para readequação do termo de referência e edital. Mantendo-se a mesma data de abertura, a realizar-se no dia 07.05.2024 às 09h00min.

VALÉRIA APARECIDA VIEIRA VELIS
Secretária Municipal de Educação.

SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Itapira

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2024 – AVISO DE LICITAÇÃO

Edital Nº 04/2024 | OBJETO: Aquisição de produto químico, Polímero de Alumínio (PAC) 9 a 11%, destinado para o tratamento de águas e efluentes. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento das Propostas: das 10h00 do dia 16/04/2024 às 08h00 do dia 23/04/2024; Início da Sessão de Disputa de Preços: às 08h30 do dia 23/04/2024 no endereço eletrônico: <http://transparencia.itapira.sp.gov.br/8079/compraseditajl>, horário de Brasília. O Edital e seus anexos encontram-se a disposição dos interessados no site www.saae.itapira.com.br - licitações. Itapira, 10 de abril de 2024. Laís Alves Martins, Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL Bady BASSITT

Edital da Concorrência Pública Eletrônica nº 002/2024

A Prefeitura Municipal de Bady Bassitt faz saber a todos os interessados que se encontra aberta a Concorrência Pública Eletrônica nº 001/2024, do tipo "menor preço", tendo por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REGULARIZAÇÃO DAS OUTORGAS DE DIREITOS DOS USOS PÚBLICOS DE RECURSOS HÍDRICOS DO MUNICÍPIO DE Bady BASSITT/SP. A sessão será dia 29 de abril de 2024 às 10h00 no endereço eletrônico: <http://200.95.223.250:5656/compraseditajl>. Edital completo e maiores informações poderão ser obtidas através do site www.badybassitt.sp.gov.br ou pelo e-mail licitacoes@badybassitt.sp.gov.br. Prefeitura Municipal de Bady Bassitt, em 10 de abril de 2024. Luiz Antonio Tobaridini - Prefeito Municipal.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALINHOS

RESUMO DE EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2185/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2024

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de produtos de higiene e limpeza.

DATA/HORA DA SESSÃO PÚBLICA: 24/04/2024 às 09h00.

O edital poderá ser consultado gratuitamente no portal eletrônico www.gov.br/compras e no site www.valinhos.sp.gov.br. Informações: (19) 3871-1213.

JOSÉ AUGUSTO FRANCISCO URBINI
Secretário de Licitações

ABERTURA DE LICITAÇÃO

Edital nº 90.004/2024

Processo Administrativo: 006.00124112/2024-71

Data abertura: 24/04/2024 às 09h

Endereço eletrônico: www.comprasnet.gov.br

Objeto: **Gêneros Alimentícios Perecíveis**

Unidade Compradora: 380235 – Penitenciária Rodrigo dos Santos Freitas

Modalidade de Contratação: Pregão Eletrônico.

Amparo Legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, I

ABERTURA DE LICITAÇÃO

Edital nº 90.003/2024

Processo Administrativo: 006.00118062/2024-93

Data abertura: 24/04/2024 às 09h

Endereço eletrônico: [www.compras](http://www.comprasnet.gov.br)

Biocombustíveis aproximam governo Lula do agronegócio

Projeto do Executivo sobre tema foi aprovado com amplo apoio de ruralistas

João Gabriel e Marianna Holanda

BRASÍLIA A pauta dos biocombustíveis se tornou ponto de convergência de interesses entre o agronegócio e o governo Lula (PT), protagonistas de uma relação com mais conflitos que momentos amistosos. O projeto de lei que trata dos combustíveis de base orgânica foi aprovado na Câmara em março, com apoio da principal bancada no momento, a ruralista. O texto teve apoio de 429 deputados, do PT ao PL. O motivo, em grande medida, é que o agro tem grande interesse na regulamentação do setor, pois os biocombustíveis são feitos a partir de plantações como cana ou soja. Do lado do governo, o tema, apesar de não ter surgido com esse intuito, foi visto como meio de aproximação com um setor do qual a gestão petista sofre resistências. O governo quer, ao mesmo tempo, demonstrar que não atua ideologicamente e agregar valor à matéria-prima ao priorizar esta pauta dentro da agenda de descarbonização. Alas do agronegócio estão mais ligadas ideologicamente ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e até fazem oposição à



Geraldo Alckmin em evento da Frente Parlamentar do Biocombustível João Gabriel - 27.mar.24/Folhapress

gestão petista no Congresso. Sendo um gesto relevante, aliados de Lula acham difícil que integrantes do agronegócio embarquem no governo. A ideia é diminuir resistência. Outros mais otimistas dizem que Bolsonaro tinha mais retórica do que propostas para o agronegócio e que, afinal, é um setor pragmático. Importante mecanismo de combate à crise climática, o

projeto dos biocombustíveis, ao mesmo tempo, une o interesse do Executivo, do agro e do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), um dos principais fiadores da pauta verde no Congresso e ligado à bancada ruralista. Pessoas envolvidas nos debates citam o protagonismo, sobretudo, dos ministérios de Minas e Energia, da Indústria e Comércio e da Agricultura —o

próprio ministro desta pasta, Carlos Fávaro, era da bancada do agro quando senador. Dos parlamentares, os mais atuantes são Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) e Alceu Moreira (MDB-RS), ex-presidente da bancada ruralista e hoje líder da Frente Parlamentar Mista dos Biocombustíveis. Na quinta (28), um evento sobre o tema teve na plateia diversos representantes do se-

tor e, no mesmo palco, parlamentares e os ministros Fávaro, Alexandre Silveira (Minas e Energia) e Geraldo Alckmin (Indústria e Comércio, além de vice-presidente). Houve diversos acenos e afagos de ambos os lados do balcão. Alceu Moreira, por exemplo, elogiou os membros do governo e encenou um diálogo com supostos críticos. “As ferramentas de solução para o país são muito mais importantes que as diferenças políticas”, afirmou, aplaudido. Já Fávaro defendeu a “racionalidade” e disse que os dois grupos podem fazer história juntos, “independente de qualquer bandeira partidária”. “Estar aqui para começar a discutir o futuro com combustível do futuro, com esses parlamentares, com esses empresários, com o governo [...] é a certeza que vale a pena ser resiliente, vale a pena não desistir”, afirmou. Integrantes do governo destacam que Alckmin é um dos principais agentes de diálogo com o setor, já que a pauta dos biocombustíveis é um dos eixos centrais do ministério. Alckmin já ajudou na interlocução com o agro em outras oportunidades, desde a corrida eleitoral de 2022 e durante a transição de governo. Nesta quarta (10), no Cana Summit, evento promovido pela Orplana (Organização de Associações de Produtores de Cana do Brasil), Alckmin afirmou que “o Brasil vai ser o grande protagonista [dos biocombustíveis], preservando a Amazônia, e quem desmata não é agricultor, é grileiro de terra”, afirmou. Seu discurso arrancou aplausos de uma

plateia de produtores de cana e dirigentes do setor. Secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria, Rodrigo Rollemberg defende que o setor seja ouvido de forma “pragmática e eficiente”. “É imperativo que o setor produtivo seja ouvido, pois é quem estará na fronteira dos avanços tecnológicos e de descarbonização”, disse. A pauta também tem ganhado destaque nos ministérios da Fazenda, do Meio Ambiente e no Itamaraty. Os diplomatas têm atuado para reduzir a resistência da Europa aos biocombustíveis. Esta é uma das prioridades do Brasil na sua presidência do G20. “Biocombustíveis apresentam oportunidades extraordinárias em termos sociais, econômicos e ambientais, sobretudo em países em desenvolvimento e ainda mais no contexto em que ações urgentes são necessárias para evitar que a temperatura suba acima de 1,5°C”, disse o embaixador André Corrêa do Lago, secretário de Clima, Energia e Meio Ambiente do Itamaraty. O país argumenta, junto a outras nações, que o uso de veículos flex tem contribuído para a frota nacional de carros menos poluentes desde 2003. E que etanol é eficaz e já conhecido para a descarbonização pelos seus transportes que pode ser usado no curto prazo. Na próxima semana, o chanceler Mauro Vieira irá ao Vietnã, a seminário em parceria com o Arranjo Produtivo Local do Alcool e a União da Indústria da Cana-de-açúcar e Bioenergia. Colaborou Marcelo Toledo

Custo da descarbonização pode reduzir demanda do setor aéreo em 8%, aponta estudo

Paulo Ricardo Martins

SANTIAGO (CHILE) As metas para descarbonizar a aviação devem impactar a demanda do setor no Brasil se não forem acompanhadas de políticas públicas, segundo estudo do MIT. Sem medidas do governo, o objetivo de cortar as emissões de carbono pressionariam os custos das aéreas. A pesquisa foi apresentada por Sergey Paltsev, do MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts), nesta quarta

(10), em evento da Iata (associação internacional do setor aéreo, na sigla em inglês) em Santiago, no Chile. Segundo o estudo, o RPK (indicador que mede a demanda do mercado) pode cair cerca de 8% até 2050 no Brasil. No Chile, deve variar de 7% a 10%. A pesquisa teve apoio da Airbus e da Latam e ainda é preliminar. Novos dados serão apresentados em breve. No mundo inteiro, a meta é que o setor atinja a descarbonização até 2050. A maior

aposta é a produção de SAF (combustível sustentável de aviação), que reduz a emissão de gases causadores do efeito estufa em até 80%. Mas representantes do setor pedem ajuda dos governos para reduzir o custo dos combustíveis. Sem políticas públicas, o preço do SAF aumentaria, diz Paltsev. Para ele, a ajuda do governo deve ser ampla, a produtores e companhias aéreas. Também disse que o mercado deve olhar além do SAF e

pensar alternativas para melhoras na eficiência operacional. “Não dá para pensar que vamos produzir SAF e a emissão de carbono vai zerar. Isso não vai acontecer”, diz. Hoje, o uso de SAF ainda é escasso no setor. Segundo a Iata, em 2023, o volume de SAF produzido no mundo havia superado o patamar de 600 milhões de litros —o dobro do registrado no ano anterior. O volume foi somente 0,2% do uso global de combustível de aviação pela indústria.

O vice-presidente local da Iata, Peter Cerdá, disse que custos com o QAV (querosene de aviação) no Brasil representam 40% da despesa operacional do setor brasileiro. No resto do mundo, o índice gira em torno dos 30%. A Iata também definiu o Brasil como um país no qual as aéreas enfrentam número grande de processos judiciais. Segundo a entidade, no Brasil há um litígio a cada 227 passageiros transportados, aproximadamente um processo por voo. Nos Estados Unidos, o índice é de um litígio a cada 1,2 milhões de viajantes. A judicialização e os gastos com combustível são apontados pelo setor como fato-

res que tornam a operação no mercado brasileiro menos sustentável financeiramente. O mercado no Brasil vive uma crise e pede ao governo financiamento. No fim de janeiro, a Justiça dos EUA aceitou a recuperação judicial da Gol. Na ocasião, a empresa anunciou US\$ 8,3 bilhões (R\$ 40,7 bilhões) em dívidas. As companhias também acumulam pendências relacionadas ao pagamento de tarifas de navegação. O Ministério de Portos e Aeroportos estuda uma linha de crédito para as companhias por meio do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). O jornalista viajou a convite da Iata

Heinz Brasil S.A.																										
CNPJ nº 50.955.707/0001-20																										
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 - Em milhares de reais																										
Balanco patrimonial		Controladora				Consolidado				Balanco patrimonial		Controladora				Consolidado				Fluxo de caixa indireto		Controladora		Consolidado		
Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Atividades operacionais	2023	2022	2023	2022	Ajustes de	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	
Circulante		1.315.547	1.143.205	1.342.886	1.162.152	Circulante		1.710.624	1.343.728	1.729.336	1.368.937	Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(22.386)	(196.918)	(22.039)	(196.237)	Ajustes de									
Caixa e equivalentes de caixa	9	161.430	111.161	162.079	111.698	Fornecedores	18	571.642	508.042	580.064	514.230	Depreciação e amortização	157.917	142.934	161.281	158.820	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.969)	6.390	(3.930)	6.392					
Contas a receber de clientes	10	514.247	422.891	531.199	433.136	Empréstimos e financiamentos	19	—	—	42	2.632	13.925	Encargos financeiros sobre financiamentos	153.464	112.175	153.464	127.583	Juros ativos com empréstimos com partes relacionadas	(1.518)	—	—	—				
Estoque	11	592.535	571.704	599.360	577.790	Debêntures a pagar para partes relacionadas	27	6.250	6.389	6.250	6.389	Resultado por equivalência patrimonial	(1.161)	13.532	—	—	Benefício fiscal	(129.966)	(74.513)	(129.966)	(74.513)					
Tributos a recuperar	12	7.907	13.686	8.762	14.270	Passivo de arrendamento	20	13.922	12.810	15.236	13.833	Instrumentos financeiros derivativos	493	(1.830)	493	(1.830)	Valor residual do ativo baixado	21.851	13.622	21.851	17.596					
Adiantamentos diversos	13	6.947	17.528	8.915	19.014	Tributos a recolher	21	45.443	42.833	46.826	43.174	Provisões sobre vendas	(7.598)	(289)	(7.488)	2.011	Provisões diversas	22.600	(11)	18.997	(1.359)					
Despesas antecipadas	14	23.983	3.992	24.073	4.001	Salários e encargos sociais	80.001	126.137	81.537	127.341	39.676	Juros arrendamento	1.063	642	1.654	1.201	Ganho na avaliação por valor justo nas propriedades de investimento	(785)	—	(785)	—					
Instrumentos financeiros derivativos	7	8.498	2.243	8.498	2.243	Contas a pagar a partes relacionadas	27	31.737	39.676	31.737	39.676	Resultado ajustado	190.005	15.733	193.532	39.665	Contas a receber	(87.387)	(107.536)	(94.133)	(136.670)					
Não circulante		102.135	63.276	83.854	63.276	Empréstimos com partes relacionadas	27	865.152	518.902	865.152	518.902	Contas a receber - partes relacionadas	10.915	(35.672)	10.915	33.157	Estoque	(20.831)	(183.068)	(21.570)	(150.691)					
Realizável a longo prazo		—	—	—	—	Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar	—	—	—	251	—	Tributos a recuperar a recuperar	(31.272)	80.580	(31.543)	101.235	Despesas antecipadas	(24.181)	(7.660)	(24.262)	(9.890)					
Partes relacionadas	27	1.239	12.154	1.239	12.154	Dividendos	16.837	16.837	16.837	16.837	Outros ativos	10.581	(9.909)	10.099	(13.169)	Adiantamentos diversos	10.581	(9.909)	10.099	(13.169)						
Empréstimos com partes relacionadas	27	18.281	—	—	—	Incentivos de vendas	56.252	46.444	56.252	46.444	Depósitos judiciais	1.162	(83)	1.162	(149)	Outros ativos	—	—	—	2.628						
Tributos a recuperar	12	64.622	27.571	64.622	27.571	Provisões sobre vendas	22	2.501	10.099	3.174	10.661	Bolsa Garantia	8.586	(734)	8.586	(734)	Depósitos judiciais	1.162	(83)	1.162	(149)					
Depósitos judiciais	23	3.793	4.955	3.793	4.955	Outras obrigações	25	14.139	15.517	16.640	17.525	Forneceedores	63.600	37.284	65.833	69.891	Bolsa Garantia	8.586	(734)	8.586	(734)					
Bolsa garantia	—	—	8.586	—	8.586	Instrumentos financeiros derivativos	7	6.748	—	6.748	—	Tributos a recolher	133.650	67.425	134.504	64.703	Despesas antecipadas	(24.181)	(7.660)	(24.262)	(9.890)					
Despesas antecipadas	14	14.200	10.010	14.200	10.010	Não circulante		954.556	946.672	974.955	974.657	Empréstimos incentivados	(9.275)	514	(9.275)	514	Adiantamentos diversos	10.581	(9.909)	10.099	(13.169)					
Investimento	6	41.740	40.579	—	—	Empréstimos e financiamentos	19	—	—	1.981	4.134	Salários e encargos sociais	(46.136)	307	(45.804)	579	Outros ativos	—	—	—	2.628					
Propriedades para investimentos	15	36.493	35.708	36.493	35.708	Passivo de arrendamento	20	24.394	24.469	25.699	26.886	Incentivos de vendas	9.808	10.147	9.808	13.151	Depósitos judiciais	1.162	(83)	1.162	(149)					
Ativos de direito de uso	20	37.188	37.111	38.892	39.658	Empréstimos incentivados	24	—	9.273	—	9.273	Contas a pagar - partes relacionadas	(7.939)	(33.766)	(7.939)	18.726	Bolsa Garantia	8.586	(734)	8.586	(734)					
Imobilizado	16	1.099.821	978.908	1.105.594	984.156	Provisões diversas	23	53.166	30.566	55.891	36.894	Outras obrigações	(1.738)	(2.105)	(884)	(20.521)	Forneceedores	63.600	37.284	65.833	69.891					
Intangível	17	2.066.291	2.041.594	2.139.806	2.117.198	Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	166.796	148.809	181.184	163.915	Variações no capital circulante	9.902	(184.276)	5.498	(30.238)	Despesas antecipadas	(24.181)	(7.660)	(24.262)	(9.890)					
Total do Ativo		4.699.215	4.340.381	4.747.525	4.402.148	Outras obrigações	25	55.200	78.555	55.200	78.555	Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	136.492	(259.482)	135.024	(100.672)	Adiantamentos diversos	10.581	(9.909)	10.099	(13.169)					
Demonstração do resultado						Debêntures a pagar para partes relacionadas	27	655.000	655.000	655.000	655.000	Juros pagos	(63.416)	(90.940)	(64.007)	(106.265)	Outros ativos	—	—	—	2.628					
Receita operacional líquida	29	2.726.013	1.987.458	2.793.732	2.490.219	Total do passivo		2.665.180	2.290.400	2.704.291	2.343.594	Imposto de renda e contribuição social pagos	(63.416)	(90.940)	(64.007)	(106.265)	Depósitos judiciais	1.162	(83)	1.162	(149)					
Custo dos produtos vendidos	30	(2.064.317)	(1.622.322)	(2.090.926)	(1.836.393)	Patrimônio líquido		2.034.035	2.049.981	2.043.234	2.058.555	Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	136.492	(259.482)	135.024	(100.672)	Bolsa Garantia	8.586	(734)	8.586	(734)					
Lucro bruto		661.696	365.136	702.806	653.826	Capital social	26	2.524.397	2.524.397	2.524.397	2.524.397	Variações no capital circulante	9.902	(184.276)	5.498	(30.238)	Forneceedores	63.600	37.284	65.833	69.891					
Despesas com vendas	30	(223.910)	(169.406)	(239.297)	(312.056)	Reserva de capital	26	159.358	159.358	159.358	159.358	Empréstimos incentivados	(9.275)	514	(9.275)	514	Tributos a recolher	133.650	67.425	134.504	64.703					
Despesas administrativas	30	(349.167)	(250.184)	(365.352)	(313.002)	Reservas de lucros	26	962.324	832.357	962.324	832.357	Salários e encargos sociais	(46.136)	307	(45.804)	579	Empréstimos incentivados	(9.275)	514	(9.275)	514					
Outras receitas líquidas	31	62.095	7.826	63.356	22.821	Prejuízos acumulados	26	(1.556.844)	(1.387.576)	(1.556.844)	(1.387.576)	Incentivos de vendas	9.808	10.147	9.808	13.151	Contas a pagar - partes relacionadas	(7.939)	(33.766)	(7.939)	18.726					
Resultado de equivalência patrimonial	6	2.518	(13.532)	—	—	Opção de venda detida pelo não controlador	26	(55.200)	(78.555)	(55.200)	(78.555)	Outras obrigações	(1.738)	(2.105)	(884)	(20.521)	Outras obrigações	(1.738)	(2.105)	(884)	(20.521)					
Lucro (Prejuízo) operacional		153.232	(67.159)	161.513	(48.411)	Patrimônio líquido atribuído aos controladores		2.034.035	2.049.981	2.034.035	2.049.981	Variações no capital circulante	9.902	(184.276)	5.498	(30.238)	Juros pagos	(63.416)	(90.940)	(64.007)	(106.265)					
Despesa financeira	32	(209.287)	(168.930)	(215.992)	(195.278)	Participação dos não controladores		—	—	9.199	8.574	Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	136.492	(259.482)	135.024	(100.672)	Imposto de renda e contribuição social pagos	(63.416)	(90.940)	(64.007)	(106.265)					
Receita financeira	32	33.669	39.171	32.440	47.452	Total do passivo e patrimônio líquido		4.699.215	4.340.381	4.747.525	4.402.148	Atividades de investimentos	—	61.071	—	—	Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	136.492	(259.482)	135.024	(100.672)					
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(22.386)	(196.918)	(22.039)	(196.237)	Demonstrações do resultado abrangente						Atividades de investimentos	—	61.071	—	—	Caixa líquido de empresa incorporada	—	61.071	—	—					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	(17.988)	10.850	(17.272)	10.288	Prejuízo do exercício		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Participação em empresa controlada	—	(1.321.175)	—	(1.318.184)	Caixa líquido de empresa incorporada	—	61.071	—	—					
Imposto de renda e contribuição social correntes	28	1.073	—	636	(3.836)	Outros resultados abrangentes		(39.301)	(186.068)	(38.675)	(189.785)	Adições ao imobilizado	(301.205)	(297.964)	(302.163)	(310.299)	Participação em empresa controlada	—	(1.321.175)	—	(1.318.184)					
Prejuízo do exercício		(39.301)	(186.068)	(38.675)	(189.785)	Total do resultado abrangente do exercício		(39.301)	(186.068)	(38.675)	(189.785)	Adições ao intangível	(8.589)	(9.418)	(8.589)	(9.432)	Adições ao imobilizado	(301.205)	(297.964)	(302.163)	(310.299)					
Atribuível a						Participação dos não controladores		—	—	—	—	Empréstimos concedidos para relacionadas	(16.763)	—	—	—	Empréstimos concedidos para relacionadas	(16.763)	—	—	—					
Acionistas da Companhia				(39.300)	(186.068)	Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		—	—	—	—	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(326.557)	(1.567.487)	(310.752)	(1.637.915)	Atividades de Investimento									
Participação dos não controladores				625	(3.717)	Atividades de financiamento		—	—	—	—	Financiamentos obtidos	—	—	—	—	Financiamentos obtidos	—	—	—	—					
				(38.675)	(189.785)	Atividades de Investimento		—	—	—	—	Amortização de financiamentos	(42)	(260.000)	(13.446)	(346.494)	Amortização de financiamentos	(42)	(260.000)	(13.446)	(346.494)					
Resultado básico e diluído por ação - R\$	33			(18,44)	(101,62)	Financiamentos obtidos		—	—	—	—	Empréstimos obtidos com partes relacionadas	255.000	498.000	255.000	498.000	Empréstimos obtidos com partes relacionadas	255.000	498.000	255.000	498.000					
Demonstração das mutações do patrimônio líquido						Atividades de Investimento		—	—	—	—	Integralização de capital	—	1.456.000	—	1.456.000	Integralização de capital	—	1.456.000	—	1.456.000					
Capital Social						Financiamentos obtidos		—	—	—	—	Pagamento de dividendos	—	—	—	—	Pagamento de dividendos	—	—	—	—					
Reserva de Capital						Amortização de financiamentos		—	—	—	—	Aquisição de participação de não controladores	—	—	—	—	Aquisição de participação de não controladores	—	—	—	—					
Reserva de Lucro						Empréstimos obtidos com partes relacionadas		—	—	—	—	Pagamentos de obrigações de arrendamento	(14.624)	(10.874)	(15.445)	(13.351)	Pagamentos de obrigações de arrendamento	(14.624)	(10.874)	(15.445)	(13.351)					
Prejuízos acumulados						Integralização de capital		—	—	—	—	Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	240.334	1.893.126	226.109	1.803.339	Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	240.334	1.893.126	226.109	1.803.339					
Ajuste de avaliação patrimonial						Pagamento de dividendos		—	—	—	—	Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido	50.269	66.158	50.381	64.747	Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido	50.269	66.158	50.381	64.747					
Em 31 de dezembro de 2021		1.068.397	126.193	—	—	Aquisição de participação dos não controladores		—	—	—	—	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	111.161	45.003	111.698	46.951	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	111.161	45.003	111.698	46.951					
Prejuízo do exercício		—	—	—	—	Outros resultados por aquisição de controladas (Nota 26)		—	—	—	—	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	161.430	111.161	162.079	111.698	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	161.430	111.161	162.079	111.698					
Integração de capital (Nota 23)		1.456.000	—	—	—	Deságio em transação de capital		—	—	—	—	Geração de caixa no exercício	50.269	66.158	50.381	64.747	Geração de caixa no exercício	50.269	66.158	50.381	64.747					
Constituição de reserva para incentivo fiscal (Nota 26)		—	—	—	—	Em 31 de dezembro de 2022		2.524.397	159.358	—	—	Atividades de Investimentos														

Mais de 40 projetos buscam certificação para hidrogênio verde

Investimentos visam principalmente produção para exportação à UE; maior parte das iniciativas está no CE

Fernando Canzian

SÃO PAULO O Brasil tem mais de 40 projetos de produção de hidrogênio verde — conhecido como H2V — em busca de certificação que o qualifique a exportar para a União Europeia e outros países.

As tratativas são feitas por meio da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), que coordena, em nome do Brasil, um grupo de 11 países que estão definindo as regras de certificação.

A CCEE, instituição privada do mercado de energia, também atua em parceria com o Banco Mundial, que analisa em nível global questões de certificação, impactos ambientais e sociais para participar, com financiamentos, de projetos na área.

A maioria das iniciativas brasileiras está no Ceará, perto do porto de Pecém. A área é estratégica por conta do terminal que permitiria exportação em trajeto mais curto do H2V à Europa e pela abundância de fontes limpas de energia, como eólica e solar.

Para a exportação, o H2V (altamente inflamável e de difícil compressão) é convertido em amônia e embarcado. No destino, a amônia é reconvertida em H2V. O alvo da UE é descarbonizar até 2050 o seu consumo de energia, e o hidrogênio verde é uma das peças neste plano.

Segundo Talita Porto, vice-presidente do Conselho de Administração da CCEE, a

certificação ocorre pelo estabelecimento do percentual de energia limpa (solar, eólica, hidráulica ou nuclear) usado na produção do H2V, que se dá por eletrólise — em que uma fonte de energia aplicada à água separa as moléculas de hidrogênio e oxigênio.

“A certificação não é obrigatória, mas será importante para o hidrogênio verde ser reconhecido como renovável; e a Europa tem subsídio para a produção. Obviamente, todos querem se beneficiar disso, por isso a certificação”, diz Porto.

No Brasil, cerca de 50 empresas participam de um grupo de trabalho com a CCEE para ajudar a construir os parâmetros de certificação. Entre elas, cinco companhias tem projetos de cerca de R\$ 1 bilhão cada.

A multinacional francesa Qair é uma das que operam no Ceará com projetos de energia eólica e solar e que aposta no H2V. Segundo Gustavo Silva, diretor de Operações, a companhia tem quatro projetos em andamento, em diferentes perfis.

“Estamos indo por fases, pois ouvimos muitas empresas manifestando interesse, mas fala-se menos sobre quem vai consumir, como e a qual o preço”, afirma.

A curto prazo, a Qair decidiu começar “de trás para frente”, investindo em equipamentos que consomem o H2V para

depois desenvolver a planta de produção. No ano passado, pôs no mercado equipamentos que usam energia H2V para produzir energia elétrica de forma estacionária.

A segunda fase, prevista para este ano, envolve criar outro equipamento que mistura gás natural com hidrogênio verde, para atender indústrias que têm metas de descarbonização.

Depois viriam plantas maiores. “O interessante é que, no final de cada uma dessas fases, vamos ter criado um ambiente para iniciar projetos maiores”, diz Silva.

Um dos projetos de médio prazo inclui planta para produção de H2V no Ceará a ser usado em transporte. Outros dois, para a primeira metade da próxima década, são plantas de 2 gigawatts cada para produzir amônia a partir do H2V, destinada aos mercados europeu e norte-americano.

Mas Silva diz que há muitos pontos em aberto até a consolidação desse mercado de exportação. Um é a disponibilidade global de embarcações para transporte da amônia, hoje limitada. Outro é saber como ficarão os acordos comerciais do Brasil com demais países para a exportação.

Segundo as projeções da Agência Internacional de Energia, a produção de energia renovável global dedicada exclusivamente à produção do H2V deve aumentar 45 GW (cerca de três usinas de Itaipu) até 2028.



SUV X5, da BMW; versão importada sai a partir de R\$ 731.950, preço que deve se manter apesar de nacionalização

Divulgação

BMW vai produzir primeiro carro híbrido plug-in no Brasil

Eduardo Sodré

SÃO PAULO A BMW anunciou a produção nacional de um carro híbrido. O SUV de luxo X5 movido a gasolina e eletricidade será montado em Araquari (SC). É o primeiro modelo com essa tecnologia a ser feito pela marca no Brasil.

Será o modelo mais tecnológico — e mais caro — fabricado no Brasil. Grande parte dos componentes é impor-

tada, mas há conteúdo local e etapas suficientes de produção para que o veículo seja considerado nacional.

A montagem terá início no quarto trimestre. Hoje, a versão importada dos EUA custa a partir de R\$ 731.950, valor que deve ser mantido, apesar da nacionalização.

“O objetivo é atender ao mercado brasileiro, além de monitorar as possibilidades de exportação”, diz Reiner

Braun, CEO da BMW para América Latina. Com tecnologia plug-in, o carro pode ser recarregado na tomada. A potência combinada chega a 490 cv. No modo elétrico, é possível rodar aproximadamente cem quilômetros.

Não há, contudo, planos para uma versão híbrida flex, que seria capaz de rodar também com etanol. A marca ainda oferece um modelo que pode ser abastecido com o combustível de origem renovável, o sedã 320i Active Flex. Braun afirma que, se o mercado caminhar ainda mais em direção ao flex, a BMW pode se adaptar a isso. “Mas não vamos especular sobre esse tema agora.”

A fábrica catarinense completa dez anos em 2024. Além da linha de montagem, essa unidade abriga o centro de engenharia da fabricante na América Latina. Segundo Michael Nikolaides, head de produção e logística do grupo BMW, também seria possível produzir modelos 100% elétricos em Araquari.

Reiner Braun diz que a mudança para a eletrificação está relacionada aos bons resultados da montadora na região. “Hoje, 1 de cada 4 carros vendidos pela BMW no país tem tecnologia híbrida plug-in [que pode ser recarregada na tomada] ou 100% elétrica.”

Food Brands Indústria de Produtos Alimentícios S.A.									
CNPJ/MF nº 24.353.832/0001-50									
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos milhares de reais – R\$)									
Balancos Patrimoniais			Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido						
Ativo	2022	2021	Capital social	Reserva de lucros	Reserva legal	Prejuízo acumulado	Total		
Circulante	123.124	86.228	3.000	8.083	600	255	16.338		
Caixa e equivalentes de caixa	2.329	3.474							
Contas a receber de clientes	72.569	42.135							
Estoques	27.573	25.904							
Outras contas a receber	19.401	13.318	3.000	8.083	600		(5.442)		
Impostos a recuperar	1.175	1.371							
Despesas antecipadas	73	26							
Não circulante	20.643	21.121	3.000	8.083	600		27.987		39.670
Títulos e valores imobiliários	500	—							
Imobilizado	19.614	20.592							
Intangível	529	529							
Total	143.767	107.349							
Demonstrações dos Fluxos de Caixa									
	2022	2021							
Atividades operacionais	28.174	(5.442)	Estoque de terceiros						
Ativo (prejuízo) do exercício			Caixa líquido aplicado (consumido) nas atividades operacionais	36.770	(6.733)				
Ajustes para reconciliar o prejuízo dos exercícios com os recursos provenientes com atividades operacionais			Atividades de investimento						
Ativo imobilizado	2.849	1.650	Aquisições no ativo imobilizado	(9.233)	(11.559)				
Ativo intangível	129	60	Ativo imobilizado em construção	(138)	(563)				
Amortização do ativo intangível	1.231	60	Títulos e Valores Mobiliários	(500)	—				
De de ativo imobilizado e intangível	7.377	—	Caixa consumido nas atividades de investimento	(9.871)	(12.922)				
Perdas (perdas) esperadas de créditos de clientes	(1.341)	6.232	Atividades de financiamento						
Reversal por impairment nos estoques	(11)	1.965	Captações de empréstimos	71.166	36.196				
Encargos financeiros e variações cambial sobre financiamentos	148	1.025	Pagamentos de empréstimos	(88.491)	(16.851)				
	37.319	5.949	Pagamentos de juros sobre	5.199	(40.600)				
Atividade operacional			Pagamento/Recebimento (concessão) de multas a partes relacionadas	(15.918)	5.128				
Atividade operacional			Caixa (consumido) aplicado nas atividades de investimento	(28.044)	21.209				
Contas a receber de clientes	(29.083)	(19.958)	(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(1.145)	2.354				
Estoques	(1.638)	(613)							
Outras contas a receber	(6.083)	(2.387)							
Impostos a recuperar	192	(909)							
Despesas antecipadas	(47)	41							
Outras receitas e despesas	20	1.444							
Obrigações tributárias	14.568	2.526							
Obrigações trabalhistas	(625)	439							
Adiantamentos de clientes	271	141							
Outras contas a pagar	955	440							

New Time Investimentos e Participações S.A.									
CNPJ/MF nº 23.379.940/0001-39									
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos milhares de reais – R\$)									
Balancos Patrimoniais					Demonstrações dos Resultados				
Ativo	Controladora		Consolidado		Resultado	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021
			(reapresentado)				(reapresentados)		
Circulante	10	2	124.564	90.932	Receita líquida			302.850	238.367
Caixa e equivalentes de caixa	10	2	2.399	4.378	Costos			(43.789)	(41.171)
Contas a receber	—	—	74.692	45.632	Lucro bruto			122.894	100.398
Estoques	—	—	21.689	25.991	(Despesas) receitas operacionais				
Outras contas a receber	—	—	18.509	13.528	Despesas gerais e administrativas	(179)	(135)	(57.691)	(66.852)
Impostos a recuperar	—	—	1.206	1.373	Despesas com pessoal	(134)	(119)	(18.462)	(19.451)
Despesas antecipadas	—	—	73	26	Despesa tributária	(12)	(2)	(709)	(1.081)
Não circulante	39.361	26.937	22.438	23.407	Equivalência patrimonial	14.106	(10.592)		
Títulos e valores mobiliários	—	—	500	—	Outras receitas e despesas	—	15	(1.217)	233
Investimentos	39.361	26.937	—	—	Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	13.791	(10.833)	44.815	13.339
Imobilizado	—	—	21.154	22.495	Despesas financeiras	(5)	(4)	(19.810)	(20.535)
Intangível	—	—	784	912	Receitas financeiras	—	—	243	51
Total	39.371	26.939	147.002	114.339	Resultado antes dos impostos	13.786	(10.837)	25.248	(6.765)
					ImpT e contribuição especial contábil	—	—	(11.319)	(4.171)
Passivo	2022	2021	2022	2021	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	13.786	(10.837)	13.929	10.142
			(reapresentado)		Participação dos controladores	—	—	13.786	(10.837)
Passivo circulante	878	52	94.723	74.732	Participação dos não controladores	—	—	143	(105)
Fornecedores	—	11	52.106	31.489					
Empréstimos e financiamentos	—	—	14.225	27.423					
Obrigações trabalhistas	10	9	1.393	2.710					
Obrigações tributárias	1	1	19.349	7.515					
Adiantamentos de clientes	—	—	980	715					
Outras contas a pagar	867	31	6.670	4.860					
Estoque de terceiros	—	—	—	17					
Passivo não circulante	659	—	14.054	12.446					
Provisões para perdas em investimentos	659	—	—	—					
Empréstimos e financiamentos	—	—	11.716	12.314					
Obrigações tributárias	—	—	2.084	132					
Provisão para contingências	—	—	—	—					
Patrimônio líquido	37.834	26.887	37.834	26.887					
Capital social	5.000	5.000	5.000	5.000					
Reservas de lucros	32.834	21.887	32.834	21.887					
Participações dos não controladores	—	—	391	274					
Total	39.371	26.939	147.002	114.339					
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido									
					Participação dos não controladores				
	Re-calculado	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total					
Saldos em 31/12/2020	5.000	1.000	32.853	—	402	39.378			
(Não auditado)									
Prejuízo do exercício	—	—	(10.837)	(10.837)	(105)	(10.942)			
Dividendos distribuídos	—	—	(1.129)	(1.129)	(23)	(1.152)			
Reserva de lucros	—	(11.966)	11.966	—	—	—			
Saldos em 31/12/2021	5.000	1.000	20.887	—	274	27.161			
Lucro do exercício	—	—	13.786	13.786	143	13.929			
Dividendos distribuídos	—	—	(2.839)	(2.839)	(26)	(2.865)			
Reserva de lucros	—	10.947	(10.947)	—	—	—			
Saldos em 31/12/2022	5.000	1.000	31.834	—	391	38.225			
A Diretoria									
Andrea Fernanda dos Santos Liberato Mendes									
Controladora – CRC 1SP 181.586/0-2									
As Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas completas, estão à disposição dos acionistas e interessados na sede da companhia.									
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas									
Ilmo. Srs. Administradores e acionistas									
New Time Investimentos e Participações S.A. – Jundiaí/SP									
Opinião com ressalvas: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da New Time Investimentos e Participações S.A. (“Companhia”), identificadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com base no patrimônio em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva” as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da New Time Investimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião com ressalvas: As controladas Food Brands Indústria de Produtos Alimentícios S.A. e Razo Distribuidora de Produtos Alimentícios S.A., não implementaram o disposto na NBC TG 06 (R3) – Operações de Arrendamento Mercantil, relativo ao reconhecimento dos contratos de aluguel em vigor, nas contas contábeis relativas passivas e de contas de resultado, não tendo esses efeitos refletidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. De acordo com a NBC TG 17 (R4) – Ativo Imobilizado, as controladas Food Brands Indústria de Produtos Alimentícios S.A. e Razo Distribuidora de Produtos Alimentícios S.A. calcular e registrar a depreciação dos bens com base no custo, em vez das respectivas vidas úteis. A revisão dessas vidas úteis deve ser realizada anualmente. Conforme descrito na nota explicativa nº 3.6, a depreciação dos bens foi calculada e registrada utilizando a taxa fiscal e a revisão anual não foi apresentada. Dessa forma, certos elementos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em especial, as financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2022. Conforme mencionado na nota explicativa nº 5, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantém registrada na rubrica de contas a receber o montante de R\$ 74.692 mil no consolidado R\$ 45.632 em 2021 no consolidado dos quais R\$ 2.119 mil referiam-se à controlada Razo Distribuidora de Produtos Alimentícios S.A., vendors à venda da controlada Razo Distribuidora de Produtos Alimentícios S.A., não elaborou a análise de realização individualizada dos saldos para fins de determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Se a Companhia tivesse efetuado a análise dos créditos vencidos, certos elementos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em especial, as relativas a provisões para créditos de liquidação duvidosa, poderiam ser afetados de forma relevante. Os efeitos desse assunto não foram determinados. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somente a determinação em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de suporte suficiente foi obtida para avaliar o encerramento das operações em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram ajustados e estão sendo representadas de acordo com os requisitos da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Auditamos os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e foram corretamente efetuados. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. A administração também é responsável por assegurar que a Companhia tenha implementado controles internos adequados para assegurar a integridade e a confiabilidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os requisitos da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Auditamos os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e foram corretamente efetuados. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. A administração também é responsável por assegurar que a Companhia tenha implementado controles internos adequados para assegurar a integridade e a confiabilidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os requisitos da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Auditamos os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e foram corretamente efetuados. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. A administração também é responsável por assegurar que a Companhia tenha implementado controles internos adequados para assegurar a integridade e a confiabilidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os requisitos da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Auditamos os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e foram corretamente efetuados. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. A administração também é responsável por assegurar que a Companhia tenha implementado controles internos adequados para assegurar a integridade e a confiabilidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os requisitos da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Auditamos os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e foram corretamente efetuados. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. A administração também é responsável por assegurar que a Companhia tenha implementado controles internos adequados para assegurar a integridade e a confiabilidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os requisitos da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Auditamos os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e foram corretamente efetuados. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. A administração também é responsável por assegurar que a Companhia tenha implementado controles internos adequados para assegurar a integridade e a confiabilidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os requisitos da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Auditamos os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e foram corretamente efetuados. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. A administração também é responsável por assegurar que a Companhia tenha implementado controles internos adequados para assegurar a integridade e a confiabilidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os requisitos da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Auditamos os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e foram corretamente efetuados. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. A administração também é responsável por assegurar que a Companhia tenha implementado controles internos adequados para assegurar a integridade e a confiabilidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os requisitos da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Auditamos os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e foram corretamente efetuados. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. A administração também é responsável por assegurar que a Companhia tenha implementado controles internos adequados para assegurar a integridade e a confiabilidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os requisitos da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Auditamos os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e foram corretamente efetuados. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. A administração também é responsável por assegurar que a Companhia tenha implementado controles internos adequados para assegurar a integridade e a confiabilidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os requisitos da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Auditamos os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e foram corretamente efetuados. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. A administração também é responsável por assegurar que a Companhia tenha implementado controles internos adequados para assegurar a integridade e a confiabilidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os requisitos da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Auditamos os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e foram corretamente efetuados. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. A administração também é responsável por assegurar que a Companhia tenha implementado controles internos adequados para assegurar a integridade e a confiabilidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os requisitos da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Auditamos os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e foram corretamente efetuados. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. A administração também é responsável por assegurar que a Companhia tenha implementado controles internos adequados para assegurar a integridade e a confiabilidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os requisitos da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Auditamos os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e foram corretamente efetuados. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. A administração também é responsável por assegurar que a Companhia tenha implementado controles internos adequados para assegurar a integridade e a confiabilidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os requisitos da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Auditamos os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e foram corretamente efetuados. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. A administração também é responsável por assegurar que a Companhia tenha implementado controles internos adequados para assegurar a integridade e a confiabilidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os requisitos da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Auditamos os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e foram corretamente efetuados. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. A administração também é responsável por assegurar que a Companhia tenha implementado controles internos adequados para assegurar a integridade e a confiabilidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os requisitos da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Auditamos os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e foram corretamente efetuados. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. A administração também é responsável por assegurar que a Companhia tenha implementado controles internos adequados para assegurar a integridade e a confiabilidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os requisitos da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Auditamos os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e foram corretamente efetuados. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. A administração também é responsável por assegurar que a Companhia tenha implementado controles internos adequados para assegurar a integridade e a confiabilidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os requisitos da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Auditamos os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e foram corretamente efetuados. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. A administração também é responsável por assegurar que a Companhia tenha implementado controles internos adequados para assegurar a integridade e a confiabilidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os requisitos da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Auditamos os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e foram corretamente efetuados. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. A administração também é responsável por assegurar que a Companhia tenha implementado controles internos adequados para assegurar a integridade e a confiabilidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os requisitos da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Auditamos os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e foram corretamente efetuados. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. A administração também é responsável por assegurar que a Companhia tenha implementado controles internos adequados para assegurar a integridade e a confiabilidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os requisitos da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Auditamos os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e foram corretamente efetuados. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. A administração também é responsável por assegurar que a Companhia tenha implementado controles internos adequados para assegurar a integridade e a confiabilidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os requisitos da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Auditamos os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e foram corretamente efetuados. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. A administração também é responsável por assegurar que a Companhia tenha implementado controles internos adequados para assegurar a integridade e a confiabilidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os requisitos da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Auditamos os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e foram corretamente efetuados. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. A administração também é responsável por assegurar que a Companhia tenha implementado controles internos adequados para assegurar a integridade e a confiabilidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os requisitos da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Auditamos os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e foram corretamente efetuados. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. A administração também é responsável por assegurar que a Companhia tenha implementado controles internos adequados para assegurar a integridade e a confiabilidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os requisitos da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Auditamos os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e foram corretamente efetuados. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. A administração também é responsável por assegurar que a Companhia tenha implementado controles internos adequados para assegurar a integridade e a confiabilidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os requisitos da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Auditamos os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e foram corretamente efetuados. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. A administração também é responsável por assegurar que a Companhia tenha implementado controles internos adequados para assegurar a integridade e a confiabilidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os requisitos da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Auditamos os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e foram corretamente efetuados. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. A administração também é responsável por assegurar que a Companhia tenha implementado controles internos adequados para assegurar a integridade e a confiabilidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os requisitos da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Auditamos os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e foram corretamente efetuados. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. A administração também é responsável por assegurar que a Companhia tenha implementado controles internos adequados para assegurar a integridade e a confiabilidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os requisitos da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Auditamos os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e foram corretamente efetuados. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. A administração também é responsável por assegurar que a Companhia tenha implementado controles internos adequados para assegurar a integridade e a confiabilidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os requisitos da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Auditamos os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e foram corretamente efetuados. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. A administração também é responsável por assegurar que a Companhia tenha implementado controles internos adequados para assegurar a integridade e a confiabilidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os requisitos da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Auditamos os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e foram corretamente efetuados. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. A administração também é responsável por assegurar que a Companhia tenha implementado controles internos adequados para assegurar a integridade e a confiabilidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os requisitos da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Auditamos os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e foram corretamente efetuados. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. A administração também é responsável por assegurar que a Companhia tenha implementado controles internos adequados para assegurar a integridade e a confiabilidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os requisitos da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Auditamos os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e foram corretamente efetuados. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. A administração também é responsável por assegurar que a Companhia tenha implementado controles internos adequados para assegurar a integridade e a confiabilidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os requisitos da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Auditamos os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e foram corretamente efetuados. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. A administração também é responsável por assegurar que a Companhia tenha implementado controles internos adequados para assegurar a integridade e a confiabilidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os requisitos da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Auditamos os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e foram corretamente efetuados. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. A administração também é responsável por assegurar que a Companhia tenha implementado controles internos adequados para assegurar a integridade e a confiabilidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os requisitos da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Auditamos os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e foram corretamente efetuados. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. A administração também é responsável por assegurar que a Companhia tenha implementado controles internos adequados para assegurar a integridade e a confiabilidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os requisitos da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Auditamos os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e foram corretamente efetuados. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. A administração também é responsável por assegurar que a Companhia tenha implementado controles internos adequados para assegurar a integridade e a confiabilidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os requisitos da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Auditamos os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e foram corretamente efetuados. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. A administração também é responsável por assegurar que a Companhia tenha implementado controles internos adequados para assegurar a integridade e a confiabilidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os requisitos da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Auditamos os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e foram corretamente efetuados. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. A administração também é responsável por assegurar que a Companhia tenha implementado controles internos adequados para assegurar a integridade e a confiabilidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os requisitos da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Auditamos os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e foram corretamente efetuados. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. A administração também é responsável por assegurar que a Companhia tenha implementado controles internos adequados para assegurar a integridade e a confiabilidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os requisitos da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Auditamos os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e foram corretamente efetuados. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. A administração também é responsável por assegurar que a Companhia tenha implementado controles internos adequados para assegurar a integridade e a confiabilidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os requisitos da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Auditamos os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e foram corretamente efetuados. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. A administração também é responsável por assegurar que a Companhia tenha implementado controles internos adequados para assegurar a integridade e a confiabilidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os requisitos da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Auditamos os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e foram corretamente efetuados. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. A administração também é responsável por assegurar que a Companhia tenha implementado controles internos adequados para assegurar a integridade e a confiabilidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os requisitos da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Auditamos os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e foram corretamente efetuados. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação									

semináriosfolha ★ ★ ★

LEILÃO ON LINE
 Sheila Souto F dos Santos Jucap 1213,
 torna público que no dia 25 e 26/04/2024 às
 19:00h Leilão On Line de moedas, células,
 selos, medalhas antigas.

Acesse:
www.rivaldodantasleiloes.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAS
Aviso de Licitação – Pregão Presencial Nº 01/2024. A Prefeitura Municipal de Conchas, torna público que se encontra aberta licitação no modalidade Pregão Presencial Nº 01/2024, objetivando o registro de preços visando aquisições futuras de hortifrutigranjeiros e alimentos destinados à merenda escolar e refeições das demais secretarias municipais. O edital integral do edital se encontra disponível para download no site oficial da Prefeitura www.conchas.sp.gov.br e no endereço eletrônico licitacao3@conchas.sp.gov.br e licitacao4@conchas.sp.gov.br. Os documentos de credenciamento e os envelopes nº 01-proposta comercial e nº 02-documentos habilitação deverão ser entregues no local e na data da abertura da licitação, localizada na Rua Manoel Carlos de Almeida, nº 100, Centro, Conchas - SP, às 09h00min do dia 26 de abril de 2024. Informações: (14) 3845-8011. Joly Tomazela Neto - Prefeito Municipal.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
(Em processo de recuperação Judicial)
CNPJ/ME nº 10.678.005/0001-63 – NIRE 35.300.366.476

Edital de Convocação de Assembleia Geral de Debituristas

343.682.0001-38, com sede na Av. das Américas, nº 200, bloco 08/B, salas 302 a 304, no Rio de Janeiro - RJ (Avenida Itaipu), vem por este presente, editar a seguinte assembleia geral de Debituristas Rodovia, em segunda convocação, no dia 22 de fevereiro de 2022, às 15 horas, Avenida Cidade Jardim, nº 803, 5º andar, Itaim Bibi, São Paulo-SP, e suspensa naquela data, convocar os titulares das debêntures da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Especie com Garantia Real, em Série Unica, para Distribuição Pública, da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. ("Emissora", "Emissora" e "Debêntures", respectivamente), cuja escritura foi celebrada em 14 maio de 2013, e posteriormente editada ("Escritura de Emissão"), a reunirem-se para a reabertura da Assembleia Geral de Debituristas, com o objetivo de deliberar sobre a reabertura da Assembleia Geral de Debituristas, às 15 horas ("Assembleia Geral de Debituristas" na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 5º andar, Itaim Bibi, São Paulo- SP. Os Debituristas deverão deliberar sobre a seguinte ordem de pauta ("Ordem do Dia"): (a) medidas a serem tomadas visando a execução das garantias da Emissão, decoreância do vencimento antecipado declarado em Assembleia Geral de Debituristas, na data de 11.11.2019, bem como em razão do pedido de recuperação judicial da Emissora, objeto do processo nº 058293.2019.8.26.0526, em trâmite perante a Vara Judicial da Comarca de Salto, Estado de São Paulo ("RJ"); nos termos da cláusula 4.16.2, II, da Escritura de Emissão; (b) ratificação dos atos e medidas eventualmente praticados pelo Agente Fiduciário visando a proteção da comunhão dos debênturistas no âmbito judicial, incluindo, mas não limitada, a suspensão dos processos dependentes de anexos, ou extra judicial, bem como defesa dos interesses dos debenturistas na persecução do crédito Emissão, conforme determina os artigos 11 e 12 da INCVM nº 583 de 20.12.16; (c) ratificação ou não da continuidade e condições da prestação dos serviços dos Assesores legais e financeiros contratados no âmbito da Emissão; ou a sua substituição por novos assessores legais e/ou financeiros para a defesa dos interesses dos debenturistas, no âmbito da RJ e de qualquer medida judicial ou extra judicial relacionada ao incumprimento antecipado da Emissão, assim como definição de suas formas de pagamento em decoreância RJ da Emissora; (d) aprovação, ou não, de criação de Comitê de Debituristas para deliberar sobre as medidas a serem tomadas visando a execução das garantias da Emissão, incluindo, mas não limitada, a aprovação, ou não, da implementação de fundo de despesas para a Emissão, bem como a definição de seus termos e condições, caso necessário; (f) nos termos da notificação enviada pelo Agente Fiduciário à Issora na data de 13.11.2019, aprovar, ou não, a contratação às expensas da Emissora, de terceiros para prestação de serviços de controle e execução da garantia objeto do Contrato de Cessão Fiduciária; (g) decisões judiciais e/ou extra judiciais a serem tomadas, em razão do vencimento das apólices de seguros de 10.044219 (SP011), 10.044038 (SP 308), 55407735-310147701 151-547735-310147702 e as que vierem ventura a não ser renovadas ao longo da RJ; (h) outras medidas de interesse dos debenturistas, a serem tomadas visando a execução das garantias da Emissão, incluindo, mas não limitada, as medidas indicadas para início da Assembleia Geral de Debituristas, com os seguintes documentos: (i) documento de notificação e extrato da respectiva conta das Debêntures aberta em nome de cada Debiturista e emitido à instituição depositária; ou (ii) caso o Debiturista não possua estar presente à Assembleia Geral de Debituristas, procuração com poderes específicos para sua representação na assembleia, obedecidas as condições legais aplicáveis. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Geral de Debituristas, o instrumento de mandato outo, a critério do Debiturista, ser depositado na Issora, preferencialmente, até 2 (dois) dias úteis antes da data prevista para a realização da Assembleia Geral de Debituristas, e os Debituristas deverão enviar, para o e-mail: contenciosos@bentagetrustnet.com.br, os documentos comprobatórios de sua representação para o e-mail: contenciosos@bentagetrustnet.com.br, onde em vista que o presente edital trata de uma reabertura, informamos que a publicação de todos os itens da Ordem do Dia decorre de lei, sendo certo que os itens (a); (c); (d); (e); (f); (g); (h) estão encerrados, restando apenas o item (b) para deliberação. (09, 10 e 11/04/2022)

EQUATORIAL MARANHÃO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Companhia Aberta

NºPJ/MF nº 06.273.793/0001-84 - NIRE nº 21.300.006.869 | Código CVM nº 01660-8

DA REUNIÃO DA CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023, 1. DATA, HORA E LOCAL: Iniciada em 18 de março de 2024 às 10h, a reunião foi suspensa em tal data e retomada e finalizada em 25 de março de 2024 às 10:30 horas, na sede da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. (Companhia), localizada na Cidade de São Luís, Estado do Maranhão, na Alameda A, Quadra S/Sq. nº 100, Loteamento Quintadinhã, Altos do Calhau, CEP 65.070-900.

CONVOCAÇÃO E PRESEÇA: Convocação realizada nos termos do artigo 12, do Estatuto Social da Companhia. Presentes, por videoconferência, em conformidade com o art. 12, § 1º, do Estatuto Social da Companhia, a totalidade dos membros do Conselho de Administração, a saber: Augusto Miranda da Paz Júnior, Alinez Martins Rabelo Costa, Carlos Augusto Leone Piani, Frederico Pinto Ecard, Jorge Silva Sobral Neto, Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Rodrigo Villela, e os membros também em, em caráter (Lei das S.A.), os membros titulares do Conselho Fiscal da Companhia, os Srs. Luiz Alberto Meirelles Beileiro Barreiro Junior, Francisco de Assis Duarte de Lima, e o Roberto Franceschi, Saulo de Tarso Alves de Lara e Vanderlei Dominguez da Costa. **3. MESA:** Presidente: Augusto Miranda da Paz Júnior; Secretária: Maiana Cristiane dos Santos de Oliveira. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: tomar conhecimento e analisar o relatório trimestral referente ao trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2023 e relatório anual resumido das atividades do Comitê de Auditoria da Companhia (CAE), a ser apresentado pelo Coordenador do CAE, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) apreciar as demonstrações contábeis da Companhia, bem como as acompanhantes as respectivas notas explicativas, referentes ao relatório do auditor independente dos períodos de 2023 e 2022, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 (DFs 2023), bem como a submissão à assembleia geral ordinária e extraordinária da Companhia, a ser realizada em primeira convocação (AGOE); (iii) apreciar o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, bem como a submissão à AGOE; (iv) a proposta da administração para a destinação do resultado da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, bem como a submissão à AGOE; (v) a proposta da administração para a instalação do Conselho Fiscal, bem como a submissão à AGOE; (vi) a proposta da administração para fixação do número de membros do Conselho Fiscal, bem como a submissão à AGOE; (vii) a proposta da administração para eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal; (viii) a submissão à AGOE; (viii) a proposta da administração para a fixação da remuneração global anual da administração e dos membros do Conselho Fiscal para o exercício de 2024, bem como a submissão à AGOE; (ix) aumento do capital social da Companhia dentro do limite do capital autorizado; (x) a proposta de Orçamento Geral e CAPEX; (xi) convocar a AGOE; e (xii) autorizar os diretores e/ou procuradores da Companhia a praticar todos os atos necessários à realização, formalização e aperfeiçoamento do presente aprovado na presente reunião. **5. DELIBERAÇÕES:** Após o exame e discussão das matérias, os membros do Conselho de Administração presentes à reunião deliberaram, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições, o quanto segue: 1. Aprovar a seguinte que foram apresentados pelo Coordenador do CAE, bem como as análises do relatório trimestral referente ao trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2023, bem como a submissão à AGOE referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, conforme cópia que fica arquivada na sede da Companhia. 5.2. Apreciar, com a abstensão do Sr. Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, as DFs 2023, conforme cópia que fica arquivada na sede da Companhia, bem como a submissão à AGOE. 5.3. Consignar que a manifestação do Conselho de Administração considera o parecer do CAE, que recomendou a integral aprovação das demonstrações financeiras. 5.4. Apreciar, com a abstensão do Sr. Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, conforme cópia que fica arquivada na sede da Companhia, bem como a submissão à AGOE. 5.4. Aprovar a proposta da administração para a destinação do resultado da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no valor de R\$ 277.390.305,90 (setecentos e setenta e sete milhões, trezentos e noventa mil, trezentos e cinco reais e nove centavos), conforme segue a: R\$ 182.256.437,03 (cento e oitenta e dois milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e trinta e sete reais e três centavos), para reserva de incentivo fiscal, nos termos do art. 195-A da Lei nº 11.639/2008, e R\$ 29.756.693,40 (vinte e nove milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e noventa e três reais e quarenta centavos), para a reserva legal, nos termos do art. 193 da Lei das S.A.; e R\$ 141.244.293,77 (cento e quarenta e um milhões, trezentos e quarenta e quatro mil, duzentos e noventa e três reais e setenta e sete centavos), a ser distribuído aos acionistas a título de dividendos obrigatórios, nos termos do art. 202 da Lei das S.A.; e R\$ 174.619.495,45 (cento e setenta e quatro milhões e seiscentos e setenta e sete reais e cinco centavos) a título de dividendos adicionais propostos; e e R\$ 174.619.495,45 (cento e setenta e quatro milhões e seiscentos e setenta e sete reais e cinco centavos) para reserva estatutária de reforço de capital de giro, nos termos do art. 26, §4º, do Estatuto Social da Companhia. 5.5. Aprovar a proposta da administração para a instalação do Conselho Fiscal, conforme cópia que fica arquivada na sede da Companhia, bem como a submissão à AGOE. 5.6. Aprovar a proposta da administração para fixação do número de membros do Conselho Fiscal, conforme cópia que fica arquivada na sede da Companhia, bem como a submissão à AGOE. 5.7. Aprovar a proposta da administração para eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, bem como a submissão à AGOE. 5.8. Aprovar a proposta da administração para fixação da remuneração global dos administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2024, a ser submetida para deliberação em AGOE, conforme cópia arquivada na sede da Companhia. 5.9. Aprovar o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado, previsto no art. 5º do Estatuto Social da Companhia, no montante de R\$ 212.013.130,03 (duzentos e doze milhões, treze mil, cento e trinta reais e três centavos), mediante a integração da reserva legal no valor de R\$ 29.756.693,00 (vinte e nove milhões, setecentos e cinquenta e seis mil e seiscentos e noventa e três reais) e da reserva de incentivos fiscais no valor de R\$ 182.256.437,03 (cento e oitenta e dois milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e trinta e sete reais e três centavos), e das novas ações, com a consequente alteração do art. 5º do Estatuto Social da Companhia, a ser submetida à apreciação da AGOE da Companhia, o qual passará a ter a seguinte redação: "Artigo 5º - O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 2.200.000.000,00 (dois bilhões e duzentos milhões de reais), e o capital subscrito e integralizado é de R\$ 1.863.605.525,08 (um bilhão, oitocentos e sessenta e três milhões, seiscentos e cinco mil, quinhentos e vinte e cinco reais e oito centavos), representado por 161.318.399 (cento e sessenta e um milhões, trezentos e dez mil e novecentos e trinta e nove) ações ordinárias, 1.239.231 (um milhão, duzentos e trinta e nove mil, duzentos e trinta e nove) ações preferenciais da Classe A, sem direito a voto, e 1.625.729 (um milhão, seiscentos e vinte e cinco mil, setecentos e vinte e nove) ações preferenciais da Classe B, sem direito a voto, todas nominativas, e sem valor nominal. 5.10. Aprovar a proposta do Orçamento Geral e CAPEX da Companhia para o exercício social de 2024, elaborada pela Diretoria e apresentada nesta data aos Conselheiros de Administração da Companhia, conforme cópia que fica arquivada na sede da Companhia. 5.11. Aprovar a convocação da AGOE, bem como a submissão da respectiva proposta da administração ao exame, discussão e votação da AGOE, conforme cópia que fica arquivada na sede da Companhia. 5.11.1. Consignar que, nos termos e prazos da legislação e regulamentação pertinentes, o edital de convocação, a proposta da administração e as demais informações e os documentos relacionados às matérias a serem deliberadas na AGOE, serão oportuna e tempestivamente divulgados aos acionistas. 5.12. Autorizar os diretores e/ou procuradores da Companhia a praticar todos os atos necessários à realização, formalização e aperfeiçoamento do quanto aprovado no presente relatório. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo, o ato foi concluído, e a presente reunião foi encerrada e lavrada a presente ata, a qual foi lida e aprovada por todos. Certifico o registro em 04/04/2024 sob o nº 20240318412, Carlos André de Moraes Pereira, Secretário-Geral, JUCEMA.

equatorial
ENERGIA

mercado

Trio de bilionários brasileiros deixa de ser acionista da Kraft Heinz

3G Capital, de Lemann, Telles e Sicupira, vendeu no fim de 2023 participação no gigante americano de alimentos

Daniele Madureira

SÃO PAULO A empresa de private equity 3G Capital, que tem como fundadores o trio de bilionários brasileiros Jorge Paulo Lemann, Marcel Hermann Telles e Carlos Alberto Sicupira, deixou de ser acionista do gigante americano de alimentos Kraft Heinz.

A informação foi divulgada pela rede de TV americana CNBC, que afirmou que a venda da participação ocorreu no final de 2023, discretamente. A Folha confirmou a informação com uma fonte próxima ao 3G.

Em nota à CNBC, o 3G afirma não estar mais na gestão da Kraft Heinz ou em seu conselho há vários anos. “O 3G

saiu totalmente das ações da Kraft Heinz em 2023”, diz.

Os bilionários são os principais acionistas da Americanas e foram até o fim de 2021 os controladores da varejista, envolvida desde janeiro de 2023 em escândalo que revelou fraude de mais de R\$ 25 bilhões nos seus balanços.

A Kraft Heinz foi formada em 2015, a partir da fusão da Kraft Foods com a Heinz, capitaneada por 3G Capital e Berkshire Hathaway, do bilionário americano Warren Buffett.

A 3G Capital também marcou presença em vários negócios de peso, como Burger King, AB Inbev e a própria Americanas, considerada uma das maiores varejistas do país, antes da fraude.

Em setembro de 2021, a Kraft Heinz comprou a brasileira Hemmer, que tem as mostardas como carro-chefe.

Em fevereiro do ano passado, Warren Buffett afirmou em sua carta anual sobre os investimentos da Berkshire Hathaway, que a manipulação de lucros em um balanço é uma prática “nojenta”.

Lemann deixou em março de 2021 o conselho da Kraft Heinz, após período de forte queda nas ações da companhia. Analistas comentaram à época que o recuo foi marcado pelo fracasso do estilo da 3G, baseado em fusões e corte incessante de custos.

“Não é mais possível construir algo no negócio de alimentos como fizemos no ra-

Novas máquinas automáticas vendem de algodão doce a flores

SÃO PAULO Máquinas de café, salgadinhos, bebidas, livros, álbuns de figurinhas e até vinhos têm ganhado condomínios residenciais, comerciais, universidades, shoppings, hospitais e metrô.

Algumas grandes empresas também associam suas marcas a estas máquinas, como forma de explorar novos pontos de venda, divulgar produ-

tos e até atrair franqueados.

É o caso da Giuliana Flores, que em março instalou duas máquinas para venda de rosas de longa duração no Aeroporto de Guarulhos. Até o fim do ano, a meta é instalar 15 vending machines das “rosas encantadas” (rosas naturais com uma substância química que prolonga a sua duração para três anos).



Máquina da Giuliana Flores no aeroporto de Guarulhos
Danilo Verpa - 1º.abr.24/Folhapress

Razão Distribuidora de Produtos Alimentícios S.A.									
CNPJ/MF nº 24.272.711/0001-83									
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos milhares de reais – R\$)									
Balanços Patrimoniais					Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido				
Ativo	2022	2021	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total patrimônio líquido		
Circulante	11.132	20.524	1.000	200	22.863	(6.113)	24.063		
Caixa e equivalentes de caixa	56	901	-	-	-	-	24.063		
Contas a receber	2.119	3.484	-	-	-	-	6.113		
Estoque	8.648	91	-	-	(2.298)	-	(2.298)		
Outras contas a receber	282	128	-	-	(6.113)	6.113	-		
Impostos a recuperar	27	2	1.000	200	14.452	-	15.652		
Partes relacionadas	-	15.918	-	-	200	-	-		
Partes circulante	1.688	2.105	-	-	-	(13.953)	-		
Imobilizado	1.433	1.722	-	-	-	-	-		
Intangível	255	383	-	-	(2.365)	-	(2.365)		
Total	12.820	22.629	1.000	-	-	12.287	(666)		
Patrimônio líquido	13.486	5.051	Demonstrações dos Fluxos de Caixa				2022	2021	
Circulante	13.486	5.051	2022	2021			2022	2021	
Fornecedores	157	400	Das atividades operacionais		Caixa líquido (consumido) aplicado nas atividades operacionais		(12.470)	12.364	
Empréstimos e financiamentos	1.297	1.153	Prejuízo líquido do exercício		Prejuízo líquido do exercício		-	-	
Obrigações trabalhistas	10	541	(13.953)	(6.113)	Aquisições no ativo imobilizado		-	(22)	
Obrigações tributárias	55	768	Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido dos exercícios com os recursos provenientes com atividades operacionais		Aquisições no ativo intangível		-	(22)	
Outras contas a pagar	1.944	1.935	Depreciação do ativo imobilizado		Amortização do ativo intangível		-	-	
Adiantamentos de clientes	1.487	237	Amortização de créditos esperados de credores de liquidação duvidosa		Pagamentos de empréstimos		(1.590)	(4.621)	
Estoque de terceiros	8.536	-	Encargos financeiros e variações cambial sobre financiamentos		Pagamentos de juros sobre empréstimos		(338)	(259)	
Total	13.486	5.051	Acréscimo/decrécimo nos ativos e passivos operacionais		Recabimento (concessão) de mútuos a partes relacionadas		(2.365)	(2.298)	
Fornecedores	157	400	Contas a receber		Caixa aplicado (consumido) nas atividades de financiamento		11.625	(12.306)	
Empréstimos e financiamentos	1.297	1.153	Estoque		Imposos no exercício		-	-	
Obrigações trabalhistas	10	541	Outras contas a receber		Despesas antecipadas		(845)	36	
Obrigações tributárias	55	768	Imposos no exercício		Fornecedores		-	-	
Outras contas a pagar	1.944	1.935	Despesas antecipadas		Obrigações tributárias		-	-	
Adiantamentos de clientes	1.487	237	Fornecedores		Obrigações trabalhistas		-	-	
Estoque de terceiros	8.536	-	Obrigações tributárias		Adiantamentos de clientes		-	-	
Total	13.486	5.051	Obrigações tributárias		Outras contas a pagar		-	-	
Fornecedores	157	400	Outras contas a pagar		Estoque de terceiros		-	-	
Empréstimos e financiamentos	1.297	1.153	Estoque de terceiros		Total		-	-	
Obrigações trabalhistas	10	541	Total		Caixa e equivalentes de caixa		901	865	
Obrigações tributárias	55	768	Caixa e equivalentes de caixa		Obrigações de longo prazo		56	901	
Outras contas a pagar	1.944	1.935	Obrigações de longo prazo		Total		-	-	
Adiantamentos de clientes	1.487	237	Total		Caixa e equivalentes de caixa		901	865	
Estoque de terceiros	8.536	-	Caixa e equivalentes de caixa		Obrigações de longo prazo		56	901	
Total	13.486	5.051	Obrigações de longo prazo		Total		-	-	
Fornecedores	157	400	Total		Caixa e equivalentes de caixa		901	865	
Empréstimos e financiamentos	1.297	1.153	Caixa e equivalentes de caixa		Obrigações de longo prazo		56	901	
Obrigações trabalhistas	10	541	Obrigações de longo prazo		Total		-	-	
Obrigações tributárias	55	768	Total		Caixa e equivalentes de caixa		901	865	
Outras contas a pagar	1.944	1.935	Caixa e equivalentes de caixa		Obrigações de longo prazo		56	901	
Adiantamentos de clientes	1.487	237	Obrigações de longo prazo		Total		-	-	
Estoque de terceiros	8.536	-	Total		Caixa e equivalentes de caixa		901	865	
Total	13.486	5.051	Caixa e equivalentes de caixa		Obrigações de longo prazo		56	901	
Fornecedores	157	400	Obrigações de longo prazo		Total		-	-	
Empréstimos e financiamentos	1.297	1.153	Total		Caixa e equivalentes de caixa		901	865	
Obrigações trabalhistas	10	541	Caixa e equivalentes de caixa		Obrigações de longo prazo		56	901	
Obrigações tributárias	55	768	Obrigações de longo prazo		Total		-	-	
Outras contas a pagar	1.944	1.935	Total		Caixa e equivalentes de caixa		901	865	
Adiantamentos de clientes	1.487	237	Caixa e equivalentes de caixa		Obrigações de longo prazo		56	901	
Estoque de terceiros	8.536	-	Obrigações de longo prazo		Total		-	-	
Total	13.486	5.051	Obrigações de longo prazo		Caixa e equivalentes de caixa		901	865	
Fornecedores	157	400	Caixa e equivalentes de caixa		Obrigações de longo prazo		56	901	
Empréstimos e financiamentos	1.297	1.153	Total		Caixa e equivalentes de caixa		901	865	
Obrigações trabalhistas	10	541	Caixa e equivalentes de caixa		Obrigações de longo prazo		56	901	
Obrigações tributárias	55	768	Obrigações de longo prazo		Total		-	-	
Outras contas a pagar	1.944	1.935	Total		Caixa e equivalentes de caixa		901	865	
Adiantamentos de clientes	1.487	237	Caixa e equivalentes de caixa		Obrigações de longo prazo		56	901	
Estoque de terceiros	8.536	-	Obrigações de longo prazo		Total		-	-	
Total	13.486	5.051	Obrigações de longo prazo		Caixa e equivalentes de caixa		901	865	
Fornecedores	157	400	Caixa e equivalentes de caixa		Obrigações de longo prazo		56	901	
Empréstimos e financiamentos	1.297	1.153	Total		Caixa e equivalentes de caixa		901	865	
Obrigações trabalhistas	10	541	Caixa e equivalentes de caixa		Obrigações de longo prazo		56	901	
Obrigações tributárias	55	768	Obrigações de longo prazo		Total		-	-	
Outras contas a pagar	1.944	1.935	Total		Caixa e equivalentes de caixa		901	865	
Adiantamentos de clientes	1.487	237	Caixa e equivalentes de caixa		Obrigações de longo prazo		56	901	
Estoque de terceiros	8.536	-	Obrigações de longo prazo		Total		-	-	
Total	13.486	5.051	Obrigações de longo prazo		Caixa e equivalentes de caixa		901	865	
Fornecedores	157	400	Caixa e equivalentes de caixa		Obrigações de longo prazo		56	901	
Empréstimos e financiamentos	1.297	1.153	Total		Caixa e equivalentes de caixa		901	865	
Obrigações trabalhistas	10	541	Caixa e equivalentes de caixa		Obrigações de longo prazo		56	901	
Obrigações tributárias	55	768	Obrigações de longo prazo		Total		-	-	
Outras contas a pagar	1.944	1.935	Total		Caixa e equivalentes de caixa		901	865	
Adiantamentos de clientes	1.487	237	Caixa e equivalentes de caixa		Obrigações de longo prazo		56	901	
Estoque de terceiros	8.536	-	Obrigações de longo prazo		Total		-	-	
Total	13.486	5.051	Obrigações de longo prazo		Caixa e equivalentes de caixa		901	865	
Fornecedores	157	400	Caixa e equivalentes de caixa		Obrigações de longo prazo		56	901	
Empréstimos e financiamentos	1.297	1.153	Total		Caixa e equivalentes de caixa		901	865	
Obrigações trabalhistas	10	541	Caixa e equivalentes de caixa		Obrigações de longo prazo		56	901	
Obrigações tributárias	55	768	Obrigações de longo prazo		Total		-	-	
Outras contas a pagar	1.944	1.935	Total		Caixa e equivalentes de caixa		901	865	
Adiantamentos de clientes	1.487	237	Caixa e equivalentes de caixa		Obrigações de longo prazo		56	901	
Estoque de terceiros	8.536	-	Obrigações de longo prazo		Total		-	-	
Total	13.486	5.051	Obrigações de longo prazo		Caixa e equivalentes de caixa		901	865	
Fornecedores	157	400	Caixa e equivalentes de caixa		Obrigações de longo prazo		56	901	
Empréstimos e financiamentos	1.297	1.153	Total		Caixa e equivalentes de caixa		901	865	
Obrigações trabalhistas	10	541	Caixa e equivalentes de caixa		Obrigações de longo prazo		56	901	
Obrigações tributárias	55	768	Obrigações de longo prazo		Total		-	-	
Outras contas a pagar	1.944	1.935	Total		Caixa e equivalentes de caixa		901	865	
Adiantamentos de clientes	1.487	237	Caixa e equivalentes de caixa		Obrigações de longo prazo		56	901	
Estoque de terceiros	8.536	-	Obrigações de longo prazo		Total		-	-	
Total	13.486	5.051	Obrigações de longo prazo		Caixa e equivalentes de caixa		901	865	
Fornecedores	157	400	Caixa e equivalentes de caixa		Obrigações de longo prazo		56	901	
Empréstimos e financiamentos	1.297	1.153	Total		Caixa e equivalentes de caixa		901	865	
Obrigações trabalhistas	10	541	Caixa e equivalentes de caixa		Obrigações de longo prazo		56	901	
Obrigações tributárias	55	768	Obrigações de longo prazo		Total		-	-	
Outras contas a pagar	1.944	1.935	Total		Caixa e equivalentes de caixa		901	865	
Adiantamentos de clientes	1.487	237	Caixa e equivalentes de caixa		Obrigações de longo prazo		56	901	
Estoque de terceiros	8.536	-	Obrigações de longo prazo		Total		-	-	
Total	13.486	5.051	Obrigações de longo prazo		Caixa e equivalentes de caixa		901	865	
Fornecedores	157	400	Caixa e equivalentes de caixa		Obrigações de longo prazo		56	901	